

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

**A “MICROFÍSICA” DO PODER INSTITUINTE
E SUA ESPACIALIDADE:
“campos”, territórios e redes no movimento dos
sem-teto no Rio de Janeiro**

RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro

2011

Rafael Gonçalves de Almeida

**A “MICROFÍSICA” DO PODER INSTITUINTE E SUA
ESPACIALIDADE:
“campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no
Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Ana Clara Torres Ribeiro (Membro)
(IPPUR / UFRJ)

Prof. Dr. Willian Ribeiro da Silva (Membro)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof. Dr. Jérôme Souty (Suplente)
(IFCH / UERJ)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Lima Daou (Suplente)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais (Elizabeth e Silvio) e à minha irmã (Manuela) pelos conselhos e pela paciência, carinho e apoio que me forneceram durante toda a vida, e especialmente durante estes mais de dois anos de mestrado. Sei que família não se escolhe, mas posso dizer que, neste aspecto, a sorte sorriu para mim. Amo muito vocês! Agradeço também à Marianna Fernandes Moreira, companheira no amor e na luta, sem, contudo, encontrar palavras para expressar o quanto ela tem sido importante na minha vida, a não ser talvez as palavras sussurradas ao pé do ouvido, pois estas não viajam sós, mas estão sempre acompanhadas do cheiro, do toque, do corpo e do segredo. Sua sabedoria e confiança tem sido um exemplo e uma inspiração para mim.

Agradeço ao meu orientador e amigo Marcelo Lopes de Souza por todos os conselhos e todas as críticas e elogios que tanto tem contribuído para a minha formação intelectual e humana. Agradeço-lhe particularmente pela sugestão do título e por ter construído um núcleo de pesquisa em que a cooperação e o companheirismo prevalecem sobre todas as vaidades individuais. Por isso mesmo, não posso deixar de agradecer a todos os NuPeDianos e ex-NuPeDianos que contribuíram com amizade e carinho, e direta ou indiretamente, para muitas das reflexões aqui expostas: Amanda, Glauco, Tatiana, Eduardo T., Eduardo R., Katerine, Marianna, Matheus, Francine e Rafael Z. Ao companheiro Matheus da Silveira Grandi um agradecimento especial pela ajuda com os croquis e esquemas gráficos, pelas entrevistas concedidas, mas, principalmente, pela amizade e parceria que cultivamos para além dos muros da Academia, no âmbito da nossa atuação política cotidiana. Agradeço também ao Professor Rogério Haesbaert pelas sugestões durante e após o exame de qualificação; ao Professor Roberto Lobato Corrêa pelo exemplo de ética e dedicação e pelas maravilhosas aulas; e ao Professor Maurício de Almeida Abreu, cujo falecimento deixou tanta saudade em todos os que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Agradeço aos amigos que passaram e aos que ficaram, por todos os momentos de alegria que tivemos juntos, e que tanto ajudaram a superar as crises existenciais que assolam todo jovem pesquisador. Obrigado especialmente por todas as vezes que fui praticamente forçado a sair de casa para uma boa roda de samba e uma boa conversa, pois são momentos como estes que me fazem lembrar que mais importante do que saber sobre

a vida, é vivê-la. Ana Paula, Catatau, Déborah, Diogo, Eduardo Cruz, Fernanda, Gabriel (Brilhantina), Geórgia, Léo, Irene, Marx, Raul, Titi, Tiago, Victor King, Vítinho e Tomás.

Agradeço, é claro, a todos os moradores e apoiadores das ocupações pelas entrevistas e conversas concedidas; sejam as registradas pelo gravador, ou aquelas rabiscadas na mesa do bar. Obrigado por mostrar que a revolta e a luta não são incompatíveis com a ternura e a alegria. Aninha, (Seu) Bezerra, Carlos José, Cida, Déinha, Felipe (Ratão), Gláucia, João Barbosa, Mariana P., Marianna M., Matheus, Nilde, Paula, (Seu) Paulo, Roberto, Rodrigo, (Seu) Rodrigues, Thaís, Vladimir, entre tantos outros: foi através dessas pessoas que descobri novos percursos na cidade e no pensar. Agradeço especialmente à Anginha, Luiza, Pedro e Elaine. Vocês não imaginam a importância que têm na minha vida e o quanto aprendi com cada um de vocês!

Agradeço também a todas as crianças e adolescentes da Quilombo das Guerreiras por todos os abraços, brincadeiras e telefonemas que me fizeram sentir-me sempre bem-vindo. Vocês são todos sensacionais! Gostaria de agradecer a eles nominalmente e já peço perdão adiantado com a certeza de ter esquecido alguns nomes: Brenda, Bruninho, Fábio, Fernando, Flávio Gabriel, Heliagdo, Henrique, Igor, Levi, Luis Felipe, Luis Fernando, Maria Eduarda, Matheus, Moisés, Renato, Rhuan, Tainá, Tainara, Tatá, Talysson, Tiffany, Tauã e Vitória.

Por último mas não menos importante, agradeço ao CNPq, ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ, aos funcionários da biblioteca do PPGG e aos demais funcionários do CCMN, e a todos os professores que contribuíram, de uma forma ou de outra, com o meu aprendizado. Por fim, peço desculpas por poder oferecer somente um trabalho que certamente não fará jus ao conteúdo que a mim foi proporcionado, tanto pelos autores lidos quanto pelos atores com os quais interagi. Não tenho dúvidas de que passarei a vida refletindo e tirando novas lições destes anos tão ricos de histórias. A todos vocês, obrigado!

RESUMO

Esta dissertação busca lançar luz sobre o processo de territorialização das ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro (utilizando como estudo de caso a ocupação Quilombo das Guerreiras). O estudo se foca nas práticas espaciais dos sem-teto em três momentos distintos: anterior à ação direta sobre o imóvel, logo após a ocupação do prédio (quando há ainda grande risco de despejo), e quando alguma estabilidade é alcançada (devido à suspensão temporária do risco iminente de despejo). O formato político adotado pela ocupação estudada institui relações de poder caracterizadas por reduzidos traços de hierarquia e que, por isso, requerem a utilização ou a produção de procedimentos técnicos de poder que permitam a sua operacionalização. Tais procedimentos constituem mecanismos organizativos que atuam no nível capilar do poder (ou seja, referentes à “microfísica do poder”), e incidem sobre as práticas espaciais dos atores e sobre a territorialidade da ocupação. A dinâmica política projeta-se no espaço ao mesmo tempo em que é por ele condicionada. Portanto, argumentamos que, além da construção do “poder instituinte” (ou ao menos de um “germe” deste) não prescindir da utilização de técnicas espaciais, o estudo da ordem espacial também revela alguns dos elementos da lógica subjacente ao exercício do poder.

ABSTRACT

This dissertation seeks to shed light on the process of territorialization of the *sem-teto* movement in the city of Rio de Janeiro (using as a case study the squat building called *Quilombo das Guerreiras*). The study analyses the spatial practices of the squatters in three distinct moments: prior to the direct action over the building, a short time after the occupation (when the risk of eviction is highest), and in moments of more stability, when the chance of eviction decreases. The political form adopted by the squatters institute power relations characterized by reduced traces of hierarchy and, therefore, requires technical procedures of power that allow it to be operationalized. Such procedures constitute organizational mechanisms that operate in the capillary level of power (i.e. referring to the "microphysics of power"), and affect the spatial practices of the actors and the territoriality of the *ocupação*. The political dynamic is projected in space and is, at the same time, conditioned by it. Therefore, it is argued that not only the construction of the "instituting power" (or at least of a "germ" of it) cannot do without the use of space techniques; but also that spatial order reveals some of the elements of the logic underlying the exercise of power.

Sumário

Introdução	01
Capítulo 1: Caminhos da pesquisa: adentrando um “território dissidente”	08
1.1 O meu “lugar” na ocupação Quilombo das Guerreiras: uma reflexão autocrítica	08
1.2 Da pesquisa participante ao “protagonismo crítico com vinculações de ordem teórico-acadêmica”	23
1.3 Quem são e como se organizam? Níveis de análise temporais e espaciais e a categorização dos protagonistas	30
1.3.1 Notas (breves) sobre o perfil sócio-espacial dos ocupantes da Quilombo das Guerreiras	30
1.3.2 O formato político-organizativo das ocupações da variante “por coletivo”..	31
1.3.3 Categorias referentes ao papel dos atores envolvidos na organização político-espacial da ocupação.....	38
1.3.4 Os níveis de análise temporais e espaciais	43
Capítulo 2: Ensaçando um traçado antiburocrático: autonomia, territorialidade e a governamentalização do espaço	48
2.1 Movimentos sociais urbanos: debilidade ou potencial?	48
2.2 Pensando um contorno coletivo para além da forma-Estado/partido	57
2.2.1 Forma-Estado e a espacialidade grega antiga.....	57
2.2.2 A “lógica comunitária” e a sua espacialidade	61
2.2.3 A “revolução molecular” e seus contornos	66
2.3 A dinâmica dos “campos” e “arenas” políticas e o papel das “redes submersas”: instrumentos de análise para organizações antiburocráticas	71
2.3.1 Os conceitos de “campo” e “arena” em Marc Swartz	71
2.3.2 O conceito de “partido” em Weber e a sua incompatibilidade com formações antiburocráticas	74
2.3.3 A produção rizomática das “redes submersas” e seu papel na conformação dos “campos” políticos	76

2.4 A abordagem relacional do território: territorialidade e estratégias territoriais	81
2.5 Espaço, poder e governamentalidade: Organizando o campo de ação das relações de poder	93
2.5.1 A espacialidade da heteronomia segundo Michel Foucault	93
2.5.2 O espaço da biopolítica: a liberdade inscrita	99
2.5.3 Governamentalidade: um conceito preso ao Estado?	105
2.6 A ágora como imagem da autonomia	114
Capítulo 3: O processo de territorialização da dissidência	119
3.1 Delineando sobre o desconhecido: Rascunhos de um território	119
3.1.1 A variante “por coletivo” e a opção pela “autogestão”	119
3.1.2 O período pré-ocupação e a constituição de um centro móvel e efêmero....	134
3.1.2.1 O “grupo de apoio”: agente externo, mediador ou protagonista?	134
3.1.2.2 O Operativo: o sigilo como regra	139
3.1.2.3 O olheiro e o advogado: agentes de fronteira.....	144
3.1.3 O Coletivo: o convergir de impulsos e circunstâncias	146
3.1.4 A territorialização momentânea de um centro itinerante: ensaiando um estilo	158
3.2 Traçando o território: da determinação momentânea de um centro para a organização de um espaço	168
3.2.1 A dinâmica das fronteiras de um território em disputa	168
3.2.2 O papel dos “campos” e “arenas” políticas no desenho da territorialidade	177
3.2.3 Os mecanismos de organização coletiva: as ferramentas da “autogestão”	199
3.2.4 “ <i>É uma diferença sentimental, de quem viveu ali, comeu aquela poeira</i> ”: o papel do lugar” na manutenção do território	203
3.3 O território em sua relação com o entorno: legitimação histórico-geográfica e o (re)arranjo da rede de apoio	208
Considerações finais	227

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa das ocupações ligadas direta ou indiretamente à ação da FLP na área central do Rio de Janeiro	33
Figura 2 e 3: Espaços das assembleias dos moradores das ocupações Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares	34
Figura 4, 5 e 6: Apoio externo durante os primeiros dias de resistência da ocupação Quilombo das Guerreiras	42
Figura 7: Primeira tentativa de ocupação do Coletivo da Quilombo das Guerreiras ..	131
Figura 8: Esquema gráfico do Apoio das ocupações da variante “por coletivo”	139
Figura 9: Mapa de localização das reuniões preparatórias e das tentativas de ocupação do coletivo da Quilombo das guerreiras	165
Figura 10: “Apoio externo” dividido em frente da ocupação Quilombo das Guerreiras.....	170
Figura 11: Membros do “apoio externo” passando um botijão de gás pela janela da Ocupação Quilombo das Guerreiras	171
Figura 12: Apoiador sendo impedido pela Guarda Portuária de entrar no terreno da Ocupação Quilombo das Guerreiras	172
Figura 13: Manifestação do “apoio externo” em frente à Ocupação Quilombo das Guerreiras.....	172
Figura 14 e 15: Guardas portuários durante o período de instabilidade (Ocupação Quilombo das Guerreiras).....	173
Figura 16: Dinâmica dos “campos políticos” na “arena primária” de ocupações da variante “por coletivo”	180
Figura 17: Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras (novembro de 2006 e final de 2010)	191
Figura 18: Representação da variação no tempo da “força” dos campos políticos da Ocupação Chiquinha Gonzaga.....	197
Figura 19: Croqui da Ocupação Chiquinha Gonzaga	198
Figura 20: Dinâmica da “rede de apoio” da Ocupação Quilombo das Guerreiras	226

Introdução

*“A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria consegue se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro”
(FOUCAULT, 2007b[1979], p. 70).*

Elaborei uma questão de pesquisa tendo em vista um saber empírico acumulado a partir de minhas atividades de militância no movimento dos sem-teto, e que me colocava um problema bastante discutido no âmbito dos ativismos sociais (ou, ao menos, daqueles mais críticos em relação à burocracia e à heteronomia): como organizar-se sem produzir ou reproduzir hierarquias e sem, ao mesmo tempo, cair em completa desorganização? Por isso, pensei que estudar a organização político-espacial de uma ocupação que tem, de fato, buscado solucionar problemas encontrados em organizações sociais horizontais - tais como a baixa participação dos integrantes, a pouca objetividade das reuniões, a dificuldade de tomar decisões rápidas em momentos de crise etc. -, ajudaria a compreender um pouco melhor o funcionamento de tal modelo de organização. A ideia era construir um estudo sobre a organização política da ocupação sob um enfoque geográfico. Durante quatro anos (isto é, começando mesmo antes de entrar para o mestrado), fiz entrevistas e participei assiduamente das atividades (onde a minha presença era permitida ou requisitada): de trabalhos de base, mutirões e festas, até o próprio planejamento de novas ocupações. Intrigava-me, principalmente, essa relação entre o Coletivo (conjunto de moradores) e o Apoio (ativistas não-moradores que apóiam os sem-teto), uma relação de parceria; às vezes mais, às vezes menos horizontal, e imbuída de amizade e rivalidade, e de cumplicidade e desconfiança. Ambiguidades que se esboçavam na própria atuação do Apoio que assumia, junto aos moradores, desde tarefas mais simples como limpar uma sala, até o planejamento de um processo de meses para formar uma nova ocupação. Afinal de contas, o Apoio é um agente externo, um mediador ou é, de fato, integrante do movimento dos sem-teto?

Ao mesmo tempo, a nova ameaça do capital e do Estado – devido ao aumento de interesse (de ambos) pela especulação imobiliária na Zona Portuária do Rio de Janeiro (local onde as ocupações que se inspiram na autogestão estão situadas), e todo o frenesi a

respeito do retorno do “grande” capital à cidade – impunham novas questões que já não mais se limitavam apenas ao formato político-organizativo da ocupação, mas remetiam ao seu processo contínuo de territorialização. Assim, no momento em que a conjuntura política na cidade muda – momento esse percebido pelo movimento dos sem-teto após o truculento despejo da ocupação Guerreiros do 234 (localizada na Avenida Mem de Sá, no Centro do Rio de Janeiro) em 2009 – a questão da territorialização torna-se cada vez mais latente e urgente, tanto para a constituição de novas ocupações, quanto para a manutenção e sobrevivência daquelas já existentes.

O território é o efeito de análises estratégicas e operações de poder, encontradas em meio às relações sociais, que buscam instaurar, no interior das fronteiras de um espaço delimitado, relações de poder específicas, que possuem características distintas daquelas existentes em seu entorno. Mais precisamente, o território é a expressão espacial de configurações de poder particulares e cujas qualidades expressivas remetem sempre à apropriação. No território, o “ter” e o “ser” se implicam mutuamente¹. Em outras palavras, a apropriação é uma condição para a expressão das características e condicionamentos das relações sociais que o território projeta no espaço. O território é apropriado para poder expressar tais ou quais relações sociais, mas, ao mesmo tempo, estas relações se expressam pela própria apropriação, e já trazem consigo as qualidades expressivas que constituirão a “marca” do território, ou como diria Deleuze e Guattari, a sua “assinatura”².

Já a territorialidade remete às qualidades expressivas do território, ou seja, suas características específicas que o diferenciam do entorno e, também, de outros territórios. Enquanto o território demarca um domínio, a territorialidade organiza a diferença; dispersa, concentra e aloca vetores de poder no espaço; reorganiza funções e inscreve no espaço os condicionamentos e regulações que atuam sobre os fluxos da atividade social. Neste sentido, o território (e a territorialidade) também decorre de análises estratégicas e configura um meio de exercer poder.

No caso do movimento dos sem-teto, o processo de territorialização, para ser mais bem compreendido, precisa ser investigado em sua forma incipiente ou como potência, no âmbito de ocupações sonhadas e almejadas (ainda desterritorializadas); no âmbito de

¹ Sobre o “ter” e o “ser” do território, ver DELEUZE e GUATTARI (1997b).

² Sobre as qualidades expressivas do território, ver DELEUZE e GUATTARI (1997b).

ocupações recentes (recém-territorializadas); e em ocupações mais antigas, pois territorializar não é apenas tomar para si um território como se toma um objeto. Territorializar é direcionar e organizar internamente os fluxos; é diferenciar-se, mas é, também, conquistar ou impor o reconhecimento do Outro. O processo de territorialização requer uma modelização contínua, mesmo que incompleta, dos comportamentos e dos afetos, e requer, além disso, ser visto, percebido, reconhecido.

Por outro lado, retornando ao movimento dos sem-teto, as forças desterritorializadoras que ameaçam o Coletivo manifestam-se por meio do Estado, cúmplice do capital especulativo; por meio do “capitalismo criminal-informal” (SOUZA, 2008); mas também, através da desorganização interna, da não instauração de instâncias deliberativas capazes de solucionar conflitos internos e manter a unidade, sem a necessidade de recorrer ao Estado ou a instâncias informais (como o tráfico de drogas e as milícias). Tais forças encontram-se tanto na atuação de agentes externos, quanto no seio do território, que momentaneamente adquire um “estilo” próprio, diferenciado, mas que pode ser reabsorvido ou capturado pelo contexto externo das relações de poder hegemônicas. Assim, a desterritorialização não se efetua de maneira exclusiva de cima para baixo ou de fora para dentro, como no caso extremo de um despejo, mas se insere através de relações micropolíticas que subvertem a lógica imposta por essas mesmas qualidades expressivas que caracterizam um determinado território.

A Ocupação Quilombo das Guerreiras possui características peculiares e se organiza de forma horizontal, instaura uma instância formal de deliberação coletiva (a Assembleia do Coletivo) e realiza todo o trabalho de segurança, manutenção e reparo do prédio, coletivamente. Além disso, a referida ocupação se manifesta contrária à vinculação partidária (da ocupação, não de seus integrantes que podem, livremente, associar-se a partidos se assim desejarem), adotando uma postura independente, tanto em relação às organizações partidárias, religiosas ou sindicais, quanto em relação às organizações do movimento social do qual faz parte, o que não a impede de costurar parcerias e cooperar com estas mesmas organizações.

Deste modo, esta dissertação busca elucidar o processo de territorialização de relações de poder que se organizam de forma a eludir a formação de hierarquias e, por isso, demandam a utilização ou a produção de procedimentos técnicos de poder que

permitam a sua operacionalização e reprodução. Tais relações demandam transformações ao nível capilar do poder (ou seja, referentes à “microfísica do poder” [FOUCAULT, 2007[1979]]), referentes à vida cotidiana, e que incidem nas condutas daqueles que se encontram conformados por um território. No caso estudado, esses procedimentos técnicos de poder constituem objetos de reflexão coletiva e funcionam com o intuito de fazer com que o exercício do poder emane da própria coletividade, ou, para utilizar a expressão forjada por Cornelius Castoriadis: a constituição do “poder instituinte”³. Assim, é preciso considerar e reconhecer a necessidade de não fazer tabula rasa do território, já que este se insere em um contexto heterônomo que cria tensões frequentes entre as relações de poder que buscam um espaço para assentar-se, e aquelas que pressionam por sua conformação às relações de poder hegemônicas. O território não deve ser percebido como aquilo que simplesmente restringe o acesso ao demarcar fronteiras, mas como um agenciamento coletivo imanente às relações sociais, mediatizado pelo espaço e sempre em devir.

Neste sentido, não estou tão interessado nas contradições entre um projeto qualquer de transformação da sociedade e a sua prática efetiva. Esse tipo de contradição, geralmente apontada por quem é externo ao processo, pouco contribui para fornecer instrumentos de análise que ajudem a compreender sua lógica interna, suas estratégias e pontos fracos. Compara-se o comportamento de uma coletividade que se engaja em uma prática dissidente com um suposto comportamento coerente com determinados princípios ideológicos e tira-se conclusões que, frequentemente, simplificam a realidade. Dizer que um espaço que se organiza coletivamente possui, em seu interior, práticas heterônomas e capitalísticas não diz absolutamente nada em relação ao seu funcionamento. Na verdade, isso significa apontar algo óbvio, visto que são práticas que provém de sujeitos que, como todos nós, encontram-se embebidos em heteronomia (além de não contribuir para que essas contradições sejam efetivamente superadas). Essa postura impede que o pesquisador perceba as inovações e soluções criadas para superar dificuldades reais encontradas na vida cotidiana.

³ Cf. CASTORIADIS (2002); CASTORIADIS (2006); CASTORIADIS (2007[1975]).

Mesmo que a noção de utopia continue a ser importante, principalmente para alimentar um “imaginário radical”⁴ (que, por sua vez, pode constituir novas práticas), não se pode esperar que “territórios dissidentes” (SOUZA, 2007[1995]), sempre tão cercados pelo “outro” hegemônico, tornem-se paraísos terrenos habitados por criaturas celestiais. Portanto, localizar seus pontos de tensão, compreender seu funcionamento interno e sua relação com o externo – essa é a empreitada que buscamos nesta dissertação, tendo sempre em mente que este é um tema inesgotável.

No primeiro capítulo, busco situar o leitor sobre o meu envolvimento com a ocupação estudada, explicitar a metodologia utilizada e introduzir elementos sobre os atores sociais e sua forma de organização política. No segundo capítulo, conceitos e noções que serão utilizados como ferramentas para a pesquisa são explicitados e discutidos. Começo com uma breve (e, é claro, incompleta) discussão sobre os movimentos sociais urbanos com o intuito de situar a pesquisa no contexto da produção acadêmica sobre o tema nos últimos anos, e destacar a importância de se lançar um olhar mais atento sobre as práticas concretas dos movimentos sociais, sobre como se organizam no âmbito das redes que constituem, e sobre sua esfera cotidiana (como muitos autores têm feito).

O fato de diversos ativismos e movimentos sociais não se focarem nas relações de produção e não apresentarem uma estrutura bem definida, homogeneidade de classe, unidade de consciência e de ação, e projetos com objetivos estratégicos claros; terminou por levar muitos estudiosos a atribuir a ausência de tais características à desorganização, debilidade e espontaneidade dos mesmos. As diferenças observadas, ao invés de serem apreendidas como formas alternativas de organização, eram tomadas como fraquezas. Assim, com a ajuda de diversos autores, busco identificar algumas das características gerais de movimentos que adotam formas de organização diferentes da forma hierarquizada e instrumental da burocracia (presente no Estado, nos partidos, nos sindicatos etc.).

Além disso, no capítulo 2 procuro argumentar que tais formas de organização têm implicações na vida cotidiana dos atores e em suas “maneiras de fazer”, incidindo, portanto, nos comportamentos e nas relações estabelecidas. Neste sentido, a presente

⁴ Cf. CASTORIADIS, (2007[1975])

pesquisa procura partir das práticas concretas dos atores e da forma como estes refletem sobre e racionalizam as mesmas. As reflexões de Foucault a respeito da *governamentalidade* ganham destaque, pois o conceito refere-se à “racionalidade imanente aos micropoderes” (SENELLART, 2008), racionalidade que é decorrente de análises estratégicas e que atuam sobre as relações sociais no sentido de “conduzir condutas” (FOUCAULT, 2007b[1979]). Assim, argumentarei que, apesar de Foucault ter se dedicado ao estudo das relações de poder heterônomas, o conceito de “governamentalidade” não precisa ser restringido à heteronomia, pois o *autogoverno* também necessita ser operacionalizado e demanda uma lógica organizacional própria, adaptada aos contextos específicos nos quais se encontram. Neste sentido, a dimensão espacial da sociedade adquire especial importância, visto que, como ressalta Yves Lacoste (em sua famosa entrevista com Foucault para a revista Hérodote),

“[o] que se deve enfatizar, a respeito de certas metáforas espaciais, é que elas são tanto geográficas quanto estratégicas (...) Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, pode-se observar uma circulação de noções” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 158).

Assim, a dinâmica territorial da ocupação estudada, a formação e desenvolvimento de sua territorialidade e as práticas espaciais dos atores envolvidos, ajudam a compreender as táticas e estratégias de poder utilizadas para viabilizar o funcionamento do “autogoverno” (sem perder de vista as limitações de abrangência e autonomia de uma ocupação que se situa num contexto profundamente marcado pela heteronomia).

“Táticas e estratégias [de poder] (...) se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 165).

No capítulo três, inicio com um resgate da gênese da variante “por coletivo”⁵ do movimento dos sem-teto carioca, para depois analisar o processo de formação e

⁵ Denominaremos o modelo de organização da fração do movimento dos sem-teto que cultiva maiores traços de hierarquia, instituindo uma instância formal de deliberação distinta do conjunto de moradores, de “variante por coordenação” e o diferenciaremos do modelo adotado pelas ocupações que são o principal foco deste estudo e que denominaremos de “variante por coletivo”, concordando com a classificação já realizada por SOUZA e TEIXEIRA (2009).

organização de um grupo que, desde o princípio, constitui relações sociais particulares que procuram esmaecer a heteronomia. Durante as reuniões, o grupo ensaia algumas das táticas e estratégias de poder que serão utilizadas após a territorialização. Mesmo sem apropriar-se de um substrato espacial, a territorialidade já se manifesta a partir da distribuição do poder de deliberação por unidade de moradia, através do trabalho coletivo de arrecadação de recursos e materiais, e da definição de funções e regras para um território que, mesmo que ainda materialmente inexistente, não se desvincula da materialidade na medida em que a utiliza como referência.

Após a apropriação material de um substrato espacial, os atores necessitam desenvolver práticas espaciais para garantir o controle de um território em disputa, tanto interna quanto externamente. A territorialidade é posta em prática concretamente, e os espaços da ocupação são refuncionalizados e reestruturados. A dinâmica política da ocupação se projeta no espaço definindo, qualificando e modificando as relações sociais e os conflitos delas decorrentes. O papel do “lugar” no processo de territorialização é destacado devido a sua importância na forma como os ocupantes se relacionam com o seu espaço de moradia. A transformação do território ocupado em “lugar” de moradia, não se inicia com a ocupação do prédio, e depende, também, do processo que antecede à entrada e constrói vínculos de amizade e aliança entre os moradores. Por fim, a relação do território com o seu entorno recebe atenção especial. O território se insere num contexto que o precede. A dimensão histórica e simbólica da localização das ocupações é brevemente analisada, assim como as parcerias estabelecidas para fornecer suporte político para a manutenção do território. Em suma, a territorialidade se constitui como um produto e um condicionante de relações sociais complexas, mergulhadas em conflitos e tensões surgidas a partir de sua relação com o externo, mas que, também, expressa tensões que “brotam” no interior do território; realocando, redirecionando e redimensionando os vetores de poder no espaço.

Capítulo 1:

Caminhos da pesquisa:

Adentrando um “território dissidente”

1.1 – O meu “lugar” na ocupação Quilombo das Guerreiras: uma reflexão autocrítica

Compreender o processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto não é uma tarefa simples. Há todo um vocabulário específico próprio do movimento social, repleto de ambiguidades, assim como são, também, as relações socioespaciais observadas. Mas mais do que simples palavras, os termos empregados pelos sem-teto são fruto de uma *práxis*. Não são conceitos precisos utilizados para elucidar, de maneira rigorosa, a realidade, mas sim, denominações que buscam fazer sentido daquilo que é nebuloso e fugidio a partir de práticas que criam, elas mesmas, novas realidades. Por isso, os termos são formados e transformados pelo e no movimento social, possuindo uma dinâmica própria que faz com que seu sentido, seu conteúdo, extrapole as convenções expressivas de seus signos⁶. Deste modo, além do vocabulário específico do próprio movimento, eu e outros colegas de pesquisa, precisamos elaborar categorias dentro dos termos “guarda-chuva” constituídos pelos protagonistas para precisar melhor suas diferenças e seus papéis.

O foco principal será voltado para as relações de poder observadas no nível de sua microfísica, buscando descortinar como essas relações se projetam no espaço e produzem territorialidades que, por sua vez, reproduzem e transformam as relações de poder. Portanto, o enfoque estará sempre direcionado no sentido de buscar a compreensão da espacialidade das relações de poder que se apresentam de uma forma bastante particular na ocupação estudada, visto que trata-se de uma ocupação que se organiza de forma a coibir hierarquizações. Assim, a dimensão simbólico-afetiva do espaço, o “lugar”, mesmo não estando totalmente ausente do trabalho, não constituiu um dos principais vetores de

⁶ Ver sobre isso TEIXEIRA (2009), SOUZA e TEIXEIRA (2009), SOUZA (2011).

análise. Porém, penso que o “lugar”, ainda assim, possui um papel importante na metodologia, visto que o desenrolar da experiência do pesquisador num espaço inicialmente desconhecido, muito influencia sua percepção sobre as relações sociais observadas. O pesquisador também estabelece uma relação complexa com o espaço a ser pesquisado, também nutre “topofilias” ou “topofobias”, atribui significado a coisas e relações, e desenha os primeiros traços, as primeiras linhas de força do mapa mental que o ajudará a apreender um pouco da multiplicidade das intensidades que se produzem no espaço e a partir dele.

Portanto, neste capítulo, buscarei contar um pouco sobre a minha experiência na Ocupação Quilombo das Guerreiras, que se iniciou ainda durante a graduação e que se estende até hoje. De lá para cá já se passaram mais de quatro anos, durante os quais a relação entre pesquisador e os atores sociais foi se complexificando na medida em que passei a não apenas conhecer a história de vida de muitos moradores, mas também, a fazer parte dela. Participei de inúmeros atos e reuniões, acompanhei de perto as principais polêmicas e acabei me envolvendo, durante mais de um ano, no planejamento e execução de uma nova ocupação. Durante todo esse percurso, a ocupação transformou-se, para mim, de um território gerido por ocupantes, para um “lugar”, um espaço vivido por mim e dotado de significado; um espaço no qual eu haveria de encontrar o meu papel, a minha posição, o meu lugar.

* * *

Comecei a frequentar a ocupação quando um amigo de trabalho me chamou para participar de um grupo de estudos sobre Paulo Freire. No dia marcado, fiquei um pouco receoso de entrar sozinho no prédio, pois não sabia o que esperar. Quando cheguei, ainda de fora do prédio, notei as paredes pichadas e deparei-me com três ou quatro pessoas sentadas ao lado de uma porta de ferro, sendo que um deles segurava uma lista e uma caneta; ele perguntou o meu nome, anotou no papel e disse que a reunião era no terceiro andar. Subi as escadas escuras olhando para os longos corredores que desciam de um lado e de outro. As portas e paredes divisórias eram de madeira fina e quase todas as janelas estavam quebradas. Quando cheguei ao terceiro andar, me surpreendi com um

salão grande, aberto, e um pequeno grupo de jovens universitários sentados no chão, formando um círculo. Não havia um morador sequer. Para não dizer que não havia moradores, as crianças (umas seis ou sete) brincavam juntas e, de vez em quando, vinham sentar-se também na roda dos universitários. Elas ficavam alguns minutos e voltavam à brincadeira. A brincadeira despreocupada das crianças me passava um sentimento de segurança e, logo, o ambiente não parecia mais tão escuro. Posso dizer que as crianças da Quilombo foram sempre grandes anfitriões, daqueles que, em pouco tempo, fazem você se sentir em casa. Assim, comecei a chegar um pouco mais cedo para jogar bola com eles no “salão preto” e aproveitar para conhecê-los melhor.

Continuei a frequentar os grupos de estudos cada vez menos interessado nas leituras e mais interessado naquelas crianças. Como será que viviam? Será que elas tinham ideia de onde estavam morando? Foi nessa época que resolvi me inscrever no processo de seleção do NuPeD (Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial), pois sabia que o núcleo mantinha estreitas relações com o movimento social em questão. O NuPeD foi, para mim, um importante espaço de formação política e acadêmica. Tínhamos reuniões para discutir conjuntura, para elaborar propostas de cooperação com os movimentos sociais e para debater textos. Os embates internos, mesmo que por vezes bastante acalorados, estimulavam a depuração de discursos e ideias, mas, mais do que isso, incentivavam uma postura crítica e intelectualmente honesta, livre de dogmas ou tabus. Deste modo, mesmo já tendo uma relação anterior à entrada no NuPeD com o movimento social em questão, foi no núcleo que eu pude organizar melhor a minha militância, juntamente com colegas de pesquisa que, com o decorrer dos anos, tornaram-se verdadeiros companheiros de luta.

Paralelamente, comecei a atuar no movimento estudantil durante a ocupação da Reitoria da UFRJ em 2007, particularmente, em uma organização denominada “Derrubando Muros” que reunia diversos ativistas universitários e secundaristas que participavam, também, do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro. Assim, a minha inserção no movimento social em questão se deu já como um ativista do movimento estudantil que participava do mesmo campo político que os chamados “apoiadores”, ou seja, indivíduos que, mesmo não residindo em ocupação, contribuem ativamente para o movimento dos sem-teto. Portanto, tal inserção possibilitou que eu me aproximasse das

ocupações como ativista, permitindo que a relação não fosse mediada por uma identidade que desperta tão pouca confiança quanto a de pesquisador.

Porém, não nego que essa inserção tenha deixado suas marcas desde o princípio. Quanto mais ouvia histórias sobre o processo que deu origem à ocupação, mais construía uma imagem utópica da mesma. Ela era, para mim, o centro difusor de um *contrapoder*. Progressivamente, fui passando cada vez mais tempo na ocupação e, com isso, desenvolvi relações de amizade com alguns moradores e conheci suas trajetórias de vida e suas preocupações. Ficava impressionado com o fato de quase ninguém ser carioca de nascimento, pois todos vinham de alguma outra região do Brasil e grande parte tinha passado por enormes privações antes de chegar à ocupação.

Quanto mais eu conhecia a história deles, mais me encantava a ocupação. Havia ex-presidiários, ex-viciados, evangélicos, católicos, umbandistas, cozinheiros, seguranças, camelôs, faxineiras etc., e, independentemente do passado, da situação financeira ou da religião de um ou outro morador, a ocupação era um lugar para recomeçar e, para aqueles que participaram de todo o processo, a ocupação era uma vitória, uma conquista, retribuição de todas as dificuldades; do medo e do cansaço experimentados durante os primeiros dias de ocupação. Dias difíceis em um prédio imundo, infestado de ratos, baratas e lacraias, janelas quebradas, material apodrecido, cheiro de mofo e muita poeira. Entrar para morar num prédio abandonado há mais de uma década não é fácil e demanda muito trabalho para realizar a limpeza. Mas a limpeza do prédio é somente uma das preocupações. Sem água e eletricidade, as mais elementares rotinas diárias como cozinhar, tomar banho, escovar os dentes ou ir ao banheiro, tornam-se verdadeiros desafios. Além disso, é preciso driblar a polícia para assegurar a entrada de comida e água e garantir a segurança através de rondas noturnas pelo prédio e uma boa comunicação com o “apoio externo”⁷ que permanece acampado do lado de fora, monitorando a movimentação da polícia.

Continuava a participar de muitas atividades da ocupação como apoiador, mas foi somente em 2009 que, de fato, comecei a sentir que fazia parte do movimento social em

⁷ O “apoio externo” é formado por indivíduos moradores de outras ocupações, estudantes e simpatizantes do movimento dos sem-teto que se revezam na porta da ocupação e possuem a função de intermediar a negociação com a polícia, garantir a entrada de mantimentos e, se preciso, até enfrentar a polícia para impedir o despejo. Trataremos sobre esta categoria de forma mais aprofundada mais à frente neste capítulo.

questão. Já estava iniciando o mestrado e conhecia parte dos moradores das ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras: todas localizadas na Zona Portuária (ver figura 1). No dia 21 de junho de 2009, recebi um telefonema de um morador chamando-me para uma “festa” e fui para a Central do Brasil desconfiado de que algo estava para acontecer. Chegando lá, fui avisado que, nesta mesma noite, ocuparíamos um prédio no Centro. Entramos na sala de reuniões da ocupação Chiquinha Gonzaga, onde todos aguardavam o momento certo de agir. Havia um clima de tensão e nervosismo. Logo que passei pela porta, uma moradora da Chiquinha (que estava naquele processo como apoiadora da nova ocupação) me avisou: “A partir de agora ninguém sai e ninguém entra!”.

Como eu já estava participando das atividades do movimento dos sem-teto há alguns anos e já era bem conhecido nas ocupações, fui destacado para cumprir uma função de confiança: seria “olheiro”, ou seja, ficaria aguardando num local próximo ao prédio a ser ocupado, vigiando a movimentação de pessoas e carros. Se a polícia aparecesse, teria que, rapidamente, ligar para um número (que me foi indicado) e a ação seria abortada. Até então, ninguém sabia o endereço, nem mesmo os futuros ocupantes. Por isso, logo que o plano me foi explicado, saí em direção ao meu “ponto”, enquanto o restante do grupo aguardava a ordem de saída que seria dada por um dos membros do “Operativo”. Este constitui um grupo formado por “apoiadores” experientes e moradores de outros Coletivos, e é responsável por selecionar o prédio, planejar toda a ação e pô-la em prática. Por mais que seja possível identificar alguns membros deste grupo entre os mais experientes e ativos, sua composição é secreta e a identificação, nunca confirmada. Membros do “Operativo” não raro sentem-se perseguidos ou monitorados. A tarefa é difícil e demanda enorme dedicação: é preciso levantar a documentação necessária do prédio para saber a quem pertence, se tem dívida e de quanto, há quanto tempo está abandonado, conhecer bem a vizinhança, e, tudo isso, ao mesmo tempo em que é preciso assegurar que advogados e ativistas estejam prontos para agir sem qualquer aviso prévio e a qualquer momento.

Após a entrada do prédio, a polícia foi chamada (por funcionários de um posto de gasolina que se localizava em frente ao prédio ocupado) e a negociação, iniciada. Permaneci na porta da ocupação, junto com outros membros do Apoio até a tarde do dia

seguinte, quando fomos substituídos por outros apoiadores. A semana que se seguiu à ocupação foi bastante desgastante. Passava a maior parte do dia na porta da ocupação falando ao telefone para obter informações sobre as negociações com o INSS (proprietário do prédio) e tentando, juntamente com outros companheiros, garantir a entrada de suprimentos. Contudo, no dia 26 de junho de 2009, a ocupação foi despejada pela polícia militar (com a supervisão da polícia federal) numa ação que foi considerada pelo movimento dos sem-teto como uma das mais violentas da história.

Antes do despejo, estávamos aguardando em frente à porta da ocupação quando um delegado da polícia federal se aproximou e perguntou: “Quem é o líder?”. Respondemos em coro: “Aqui é coletivo! Não tem líder!”. O oficial, depois de proferir algumas palavras de insulto, se afastou e disse: “O problema é de vocês”. O Batalhão de Choque chegou armado com balas de borracha, cassetetes e spray de pimenta, também estavam munidos de escudos e capacetes. Éramos um grupo pequeno de 30 a 40 pessoas e, enquanto o Batalhão (formado por uns 20 policiais, além das outras dezenas sem a parafernália do Batalhão de Choque) se aproximava, batendo com os cassetetes em seus escudos para intimidar-nos, nós permanecíamos juntos, de braços dados, cantando. Tirei o casaco e coloquei sobre a minha cabeça, já antecipando os jatos de pimenta. O “Choque” (como é chamado) veio para cima de nós executando golpes de cassete nas pernas, enquanto outros oficiais esvaziavam as latas de spray em nossos olhos. Ao mesmo tempo, policiais atiravam bombas de efeito moral e balas de borracha na direção do Apoio que estava na porta e na direção das janelas do prédio. Em poucos minutos, o grupo havia dispersado e quatro pessoas haviam sido presas.

Confesso que fiquei surpreendido com a violência dos policiais que agarravam pessoas pelo pescoço e as enforcavam com os cassetetes, ou as atiravam violentamente ao chão. Uma professora do estado estava entre os apoiadores e saiu na capa dos jornais no dia seguinte sendo sufocada por um policial militar que, ao mesmo tempo em que segurava a professora pelo pescoço, atingia com o cassetete pessoas que pediam para que ele a soltasse. Ao final da operação, as trinta famílias de ocupantes foram despejadas sem que o Estado oferecesse qualquer alternativa de moradia às mesmas. Posteriormente, um documentário foi feito sobre o acontecimento e recebeu o nome de “Atrás da porta”, que conta um pouco sobre o “processo de ocupação” que ficou conhecido como Guerreiros

do 234. No ano seguinte, sofreríamos mais dois despejos violentos, deixando claro que os tempos de PMDB no poder e, principalmente, com a chegada dos “megaeventos” na cidade, seriam anos ainda mais difíceis para os movimentos sociais urbanos.

Após este episódio aproximei-me ainda mais do movimento e fui chamado para participar de um novo processo de ocupação que seria iniciado em 2010. É interessante destacar o que significa “processo” para esta fração do movimento dos sem-teto carioca. O “processo” é o período que vai desde o início das reuniões semanais (anterior à ação direta) até a suspensão da ameaça iminente de despejo, e abarca todo o planejamento e preparação do grupo, incluindo a deliberação do “regimento interno” (conjunto de regras decididas coletivamente pelos moradores, sendo que os apoiadores não podem votar), a divisão de comissões de trabalho, o acompanhamento da frequência dos ocupantes em reunião, a execução da ação direta etc.

As atividades de “militância” tomavam cada vez mais o meu tempo e, com exceção das leituras, o meu caderno de campo era o meu único vínculo com a pesquisa. Nele registrei frases marcantes de moradores, ideias para o andamento do “processo” e todas as minhas observações. Foram, ao todo, sete cadernos de campo cujas anotações se intensificaram no ano de 2010, durante o processo do Coletivo batizado de “Guerreiros Urbanos”. Neste processo, que acabou sofrendo dois despejos, tive a oportunidade de entrar em um dos prédios ocupados juntamente com os moradores, e pude experimentar na pele o pavor de sofrer um despejo do lado de dentro de uma ocupação.

Com a intensificação da minha participação no movimento, tive acesso a um número de informações confidenciais sobre outros “processos” (como o da ocupação Quilombo das Guerreiras, foco do presente estudo) e sobre os acontecimentos que marcavam a gestão, às vezes mais, às vezes menos horizontal das ocupações já estabelecidas. Decidir as informações que poderiam e as que não poderiam ser expostas foi uma tarefa difícil. Tentei limitar os relatos àquilo que parecia mais relevante para a dissertação, excluindo aquilo que me era aconselhado em conversas informais e em entrevistas formais. Em geral, utilizei-me do bom senso, visto que a minha experiência empírica já havia me proporcionado uma boa noção do tipo de informação que pode ser usada contra o movimento social. Interessei-me, prioritariamente, nas análises dos

processos sócioespaciais e não num relato descritivo e detalhista dos eventos, mesmo que estes se façam, eventualmente, necessários.

Uma das mudanças que sentia em relação à minha inserção no movimento dos sem-teto era que as conversas haviam se tornado mais francas. Não é segredo que as ocupações sofrem com a estigmatização que lhes é imposta pelo Estado, por setores da mídia e por segmentos da sociedade e que, para se defender, ativistas adotam um discurso “pronto” que camufla os problemas vivenciados no interior das ocupações. O movimento não é ingênuo de dar munição ao inimigo. Contudo, na medida em que era visto como integrante do movimento, as críticas aos processos e à própria gestão coletiva começaram a aparecer e todo aquele deslumbramento anterior foi sendo substituído por uma postura mais crítica em relação às experiências vividas.

As derrotas dos últimos anos (algumas que serão relatadas durante este trabalho) me ensinaram que o distanciamento crítico não é apenas um esforço necessário à pesquisa social, ele é necessário para a própria sobrevivência do movimento social. A avaliação dos erros e dos acertos, a autocrítica e a formulação de análises de conjuntura fazem parte da atividade militante. Portanto, o deslumbramento entusiástico e apaixonado não apenas resulta em táticas e estratégias equivocadas, como impedem que problemas reais sejam abordados. Problemas que surgem no interior dos Coletivos e envolvem figuras oportunistas como os chamados “caçadores de cobre” que depredam a ocupação e prejudicam o Coletivo.

Em suma, passei a enxergar a ocupação como um espaço real, com pessoas reais que, como todos nós, são capazes de ações positivas, solidárias e criativas, mas são, também, capazes de agir com egoísmo, violência e indiferença. A dificuldade de organização dos indivíduos, o problema da “hiperprecarização”⁸ do trabalho, da pobreza e de todos os males que dela provém; tudo isso dificulta a organização coletiva e a mobilização social, constituindo um grande desafio para o movimento social.

⁸ SOUZA (2008a) propõe as expressões complementares “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*”, pois considera que, nos países semiperiféricos, as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores sempre foram precárias. “A ‘hiperprecarização’ se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como ‘ajustes estruturais’, desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (...), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deteriorização do modesto padrão de consumo.” (SOUZA, 2008a, p.131)

Das quatro ocupações que acompanhei durante os anos de pesquisa (Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras e Machado de Assis – e que fazem parte desta variante “por coletivo”, ou seja, da fração do movimento dos sem-teto que se organiza de forma horizontal –, apenas duas desenvolveram uma gestão coletiva mais duradoura, ou seja, que não ficou limitada ao primeiro ano de ocupação: a ocupação Chiquinha Gonzaga e a Quilombo das Guerreiras. Mesmo assim, o Coletivo da primeira sofreu um esvaziamento (constatado pela redução do número de moradores que participava efetivamente das assembleias) e, recentemente (em parte devido à atual conjuntura), tem buscado reconstituir o Coletivo e sua legitimidade. Apenas a Quilombo das Guerreiras conseguiu manter um Coletivo coeso e atuante desde o início até hoje, algo constatado pela manutenção da portaria, das comissões de trabalho coletivo, do monitoramento do cumprimento das horas de trabalho coletivo, e de assembleias cheias, nas quais a presença é obrigatória para um membro de cada unidade de moradia.

* * *

A participação de estudantes de classe média no movimento é bem-vinda e desejada, mas não raro as diferenças de classe social se manifestam em comentários, em conversas ou em brincadeiras de duplo sentido. No início, quando comecei a frequentar a ocupação, sentia que havia sempre uma certa tensão no ar, uma desconfiança nada infundada por parte dos sem-teto em relação ao comprometimento efetivo de apoiadores de classe média com o movimento. Contudo, os Coletivos das ocupações sabem “separar o joio do trigo”, e reconhecer os apoiadores que, de fato, dedicam-se ao movimento. Neste sentido, a categoria Apoio é um tanto vaga, pois abarca tanto indivíduos simpatizantes, que pouco ou nada frequentam as ocupações, quanto indivíduos que desenvolvem projetos educativos, políticos e culturais e, portanto, frequentam assiduamente as ocupações.

Por outro lado, certa vez, ouvi um morador da Ocupação Zumbi dos Palmares se referir a um “tipo de apoio” que ele (e outros moradores) denominou de “apoio tarefeiro”, e se referia aos apoiadores “mais entusiastas” (para usar as palavras do morador). O “apoio tarefeiro” é aquele que participa de tudo, até da limpeza do prédio, mas sua maior

característica é criar atividades independentemente da participação de moradores, como mutirões, grupos de estudo e outros projetos de fôlego bastante curto. Confesso que, por vezes, senti-me um desses “apoios tarefeiros”, especialmente quando certas atividades não funcionavam. Certamente, a expressão não é uma simples implicância de moradores com o Apoio, mas traz consigo toda uma reflexão sobre o que é e o que não é (ou ao menos não deveria ser), função do Apoio. O Coletivo (conjunto de moradores) deve autogerir-se e, portanto, deve resolver seus próprios problemas na medida do possível. O papel do Apoio é apoiar (o que parece óbvio, mas nem sempre o é), fornecer informações, desenvolver projetos educativos e culturais, ajudar na organização de eventos etc. São papéis complementares, mas que não podem se confundir.

A relação entre o Apoio e o Coletivo não é sempre harmoniosa. De forma geral, o Apoio é visto pelos moradores como aliados importantes que tiveram um papel essencial na constituição da ocupação, pessoas solidárias que possuem uma preocupação com o outro, mas que não podem e não devem interferir naquilo que cabe ao morador decidir. Após acompanhar um “processo” de ocupação, percebi que o Apoio muda de posição em relação ao Coletivo durante o mesmo. No início, ele é o organizador das reuniões e o planejador da ação. Mesmo sem poder votar, ele participa das reuniões, tem direito à fala e pode exercer grande influência na decisão coletiva. Há, sem dúvida, uma relação hierárquica clara, porém informal, entre os membros do Apoio e o conjunto de moradores que, posteriormente, formará o Coletivo, o que é constatado a partir do momento em que é o Apoio quem decide a forma de organização que o Coletivo irá adotar. A gestão coletiva é imposta e não constitui uma escolha dos moradores que, muitas vezes, estão somente à procura de um local para morar. Contudo, durante o “processo”, os moradores se apropriam dos procedimentos político-organizativos, formam seus próprios “campos políticos” (SWARTZ, 1968) e, não raro, desafiam o Apoio através do questionamento de sua legitimidade para interferir em assuntos internos ao Coletivo. Isto ocorre com maior frequência em momentos de estabilização da ocupação (quando a ameaça de despejo é menos provável).

Não se pode negar que o início da relação entre Coletivo e Apoio é baseado, em algum grau, numa lógica instrumental. Para o Apoio, que é constituído de ativistas (entre

moradores e não-moradores de ocupação), as ocupações “autogeridas”⁹ fazem parte de uma tática que busca desafiar a propriedade privada e formar espaços de resistência ao Estado e ao capitalismo. Afinal de contas, não podemos esquecer que grande parte dos integrantes do Apoio compõe organizações políticas, como a Frente de Luta Popular (que foi a principal iniciadora dos “processos” de ocupação e foi extinta em 2008) e a Central de Movimentos Populares (organização política de abrangência nacional que participou, juntamente à FLP, da organização dos “processos” de ocupação desta variante). Já o interesse dos moradores é óbvio. Alguns já integram algum ativismo social e veem a ocupação de forma análoga aos membros do Apoio. Contudo, há aqueles que não são ativistas. Para estes, o que importa é que necessitam de moradia e as organizações que “apóiam” o movimento (e organizam a ação direta) conseguem reunir força política e capacidade organizativa suficiente para lhes dar uma boa chance de conquistar a tão sonhada moradia. A relação dos futuros moradores com o Apoio é, no início do “processo”, uma relação de desconfiança, podendo culminar com acusações recíprocas. Assim, geralmente, a relação entre o Apoio e o Coletivo só se transforma mesmo após um evento impactante, como em casos de enfrentamento com o Estado. As experiências de perigo e privação possuem um papel fundamental na constituição de vínculos afetivos entre o Apoio e os moradores.

Já falamos sobre a existência de um “apoio externo” que permanece na porta da ocupação e cumpre uma série de funções, mas há, também, o “apoio interno”. Este possui a função de garantir o funcionamento e o dinamismo da organização interna dos moradores e a execução das tarefas discutidas nas reuniões de preparação durante o período em que a ameaça de despejo é iminente (normalmente, de 1 a 2 semanas após a ocupação). Sua experiência o confere autoridade. Assim, o “apoio interno” exerce um

⁹ As referidas ocupações são inspiradas em ideais autogestionários e, de fato, possuem um formato político-organizativo horizontal, com reduzidos traços de hierarquia. Contudo, a autogestão “implica um remanejamento praticamente total da sociedade” ou seja, “outro tipo de direção da economia e de organização e um outro tipo de poder, outra educação etc.” (CASTORIADIS, 2007[1975], p. 107). A autogestão é uma forma de organização política pautada na viabilização e manutenção (continuidade) da autonomia individual e coletiva. Implementar a autogestão significa transformar a sociedade, pois só seria possível haver o autogoverno genuíno, se a heteronomia instituída fosse derrubada. Assim, quando falo em autogestão ao referir-me a organização das ocupações da variante “por coletivo”, utilizarei aspas para ressaltar o caráter restrito e contraditório de suas práticas políticas. Não apenas por haver ambiguidades internas, mas, principalmente, porque constituem enclaves cercados por heteronomia e autoritarismo, o que, é claro, reduz em muito a “margem de manobra” para a autogestão.

papel de liderança sobre o conjunto de moradores, pelo menos nos primeiros dias. Contudo, sempre surgem lideranças entre os próprios moradores, pois se demonstram capazes de oferecer respostas rápidas aos desafios impostos por uma conjuntura de crise. Mesmo assim, toda a experiência conjunta de perigo e privação constrói vínculos de confiança e de solidariedade entre moradores e apoiadores. Pude observar mais de uma vez (e constatar nas entrevistas) que este período mais difícil é um período propício para uma certa exaltação do Apoio. Após o despejo relatado nas linhas acima, uma moradora, durante uma reunião, disse que estava emocionada com o fato dos apoiadores terem resistido à polícia:

“Eu queria agradecer aos apoios porque eles não estão fazendo isso por eles, mas por nós que não temos moradia! E eu só queria dizer que quando a gente conseguir a nossa casinha, quando a gente vencer essa briga, eu também vou ajudar alguém que não tem casa a conquistar a sua.”¹⁰.

O período que chamaremos de “territorialização instável” é um período no qual o papel do Apoio ainda é dominante. Por mais que se criem comissões de trabalho formadas por moradores – incluindo uma comissão de diálogo responsável pela negociação com a polícia e outros órgãos estatais (como o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro [ITERJ] ou a Secretaria de Patrimônio da União [SPU]) – o Apoio tende a reunir um maior número de informações e a ter um papel de destaque na condução do “processo”. Ressalta-se, contudo, que o Apoio não vota nas assembleias e não possui uma posição formal de liderança, sendo sua capacidade de persuasão e a confiança estabelecida durante as reuniões, seus únicos trunfos para conduzir o “processo”. A parcela do Apoio que não reside em ocupações (ou seja, a parcela composta por quem não é sem-teto) se vale da mobilização de argumentos legais ou técnicos para fundamentar suas perspectivas, já a parcela formada por sem-teto, moradores de outras ocupações, mobilizam argumentos que resgatam experiências passadas e destacam o sucesso constatado com a conquista da ocupação¹¹. Este é um período de grande mobilização no qual todos estão envolvidos politicamente com o

¹⁰ Esta citação não foi fruto de entrevista, mas de anotações próprias feitas durante a intervenção de uma moradora da ocupação Guerreiros do 234, no contexto de uma assembleia realizada na porta da sede do INSS, após o despejo do dia 26 de junho de 2009.

¹¹ Essa “conquista” é, geralmente, relativa, visto que, até a regularização fundiária, a permanência nunca é certa.

“processo”. É também um período de apreensão e medo e, por isso mesmo, um período no qual os moradores estão mais suscetíveis aos argumentos do Apoio embasados em experiências prévias.

Portanto, a horizontalidade formal do formato político-organizativo escamoteia uma hierarquização subterrânea. Porém, não se trata de uma hierarquização absoluta. Autonomia e heteronomia¹² são opostos, mas não são conceitos absolutos. Dizer que existe uma hierarquização no “processo” de ocupação da variante “por coletivo” não significa o mesmo que dizer que o Apoio determina os desdobramentos desse. Conduzir uma reunião, levar pessoas a votar a favor de uma proposta sua sem que você mesmo tenha poder de voto, não é uma tarefa simples. O Apoio não pode deliberar nada sozinho, é preciso convencer os moradores e, para isso, o Apoio conta com ativistas experientes e com grande capacidade de persuasão. O fato de haver estudantes e profissionais formados capazes de mobilizar argumentos técnicos é, sem dúvida, um fator que conta a favor. Contudo, há, em geral, uma relação de desconfiança proveniente de uma diferença de classe entre aqueles que elaboram o discurso e aqueles com poder formal de deliberação. Assim, entram em cena os moradores de outros Coletivos (e que integram o Apoio durante o “processo”) que carregam uma linguagem comum, a identidade de sem-teto e a legitimidade da classe social. A combinação é poderosa e demanda sintonia entre os membros do Apoio para acionar os argumentos no momento certo. Nada disso passa despercebido pelos moradores e, logo que é feita a ocupação e a situação se acalma, o poder de persuasão do Apoio diminui consideravelmente. Mas as bases para essa inversão são estabelecidas desde o princípio devido ao formato organizativo formal imposto pelo próprio Apoio no início do “processo”. A posição de apoiador, portanto, é *fixa* para aqueles que não são sem-teto, mas é *relativa e ocasional* para aqueles que integram outros Coletivos e que se inserem como apoiadores em novos “processos”.

O Coletivo territorializa o espaço juntamente com o Apoio, o que é percebido no próprio substrato material, visto que um ou mais cômodos são reservados para os seus integrantes. Por isso, trata-se de uma territorialização compartilhada por dois grupos

¹² *Heteronomia* é entendida como uma relação oposta à relação de *autonomia*, ou seja: uma situação onde o *nomos* (conjunto de normas, regras, convenções e leis que regem uma coletividade) é definido por outros indivíduos que não propriamente os que estarão completamente sujeitos a eles. É uma relação onde se estabelece uma clara distinção entre *dirigentes* e *executores*.

distintos, sendo que um deles é fixo, ou seja, pretende permanecer no espaço ocupado, e o outro é temporário, pois após a estabilização (sempre relativa), pretende retornar a sua própria residência. Posteriormente, quando a ameaça de despejo iminente é suspensa, o Apoio é desterritorializado. Por mais que essa desterritorialização já esteja programada, ela não ocorre sem um “empurrãozinho” do Coletivo, que utiliza-se precisamente do formato político-organizativo imposto pelo Apoio e das relações formais de deliberação (como veremos no capítulo 3). É claro que durante todo o processo, as relações sociais e de poder se transformam, assim como a organização interna dos espaços, as práticas espaciais e as interações do território com aquilo que lhe é externo.

A desterritorialização do Apoio acompanha o aprofundamento da territorialização do Coletivo, mas também, a transformação da ocupação em moradia. Durante este processo, a parcela do Apoio formada por moradores de outros Coletivos, retorna para suas respectivas ocupações (abandonando a identidade de Apoio), mas a parcela formada por indivíduos provenientes de outras classes sociais (que não compartilham a identidade de sem-teto), caso busquem permanecer como protagonistas do movimento social, possuem duas opções: a primeira é iniciar um novo “processo” de ocupação e a formação de um novo Coletivo. Desta forma, iniciam um novo processo de territorialização. A segunda opção é reinventar o “grupo de apoio”, passar a desenvolver outras funções no Coletivo e reterritorializar-se de forma subordinada, inclusive formalmente, ao Coletivo. Contudo, esta subordinação formal (pois o Apoio perde até o direito de participar das assembleias de moradores, sem que sua presença seja requisitada ou, ao menos, consentida) nunca se manifestou em intervenções diretas nas atividades do Apoio. Há, em geral, uma relação de solidariedade e respeito mútuo, já que grande parte dos indivíduos que participam dos “processos” como Apoio, não se engaja em atividades desenvolvidas posteriormente à “conquista” da ocupação. Assim, aqueles que ficam, são reconhecidos e valorizados pelos moradores.

Tudo isso será tratado no capítulo 3. Contudo, gostaria de abordar uma última questão. É comum a ideia de que o pesquisador precisa manter-se distanciado do processo que conforma seu estudo. Se por um lado, a inserção no fenômeno pesquisado pode garantir informações privilegiadas, por outro, o envolvimento pessoal pode obscurecer ou até confundir os resultados das análises. Entretanto, o distanciamento pode,

também, constituir um obstáculo na medida em que dificulta o acesso a informações que podem ser de extrema importância para o estudo. Em todo caso, o distanciamento crítico não é um privilégio exclusivo do pesquisador, sendo também, característica importante para a formação de ativistas (como exposto acima). A reflexão de ordem teórico-acadêmica, esta sim mais vinculada ao papel do pesquisador, não é, necessariamente, prejudicada com o envolvimento pessoal, contanto que seja mantida uma postura crítica e intelectualmente honesta. Abordaremos esta questão com mais zelo na próxima seção.

1.2 – Da pesquisa participante ao “protagonismo crítico com vinculações de ordem teórico-acadêmica”

As pesquisas sobre os movimentos sociais têm se pautado por critérios nem sempre compatíveis com a realidade observada. O policlassismo, o espontaneísmo e a fragmentação são frequentemente citados na literatura como fraquezas dos movimentos sociais urbanos. Contudo, a derrocada dos partidos de esquerda e a cooptação dos sindicatos, aliada às diversas experiências na América Latina de movimentos sociais ambiciosos que não apresentam projetos bem definidos, estruturas hierarquizadas ou unidade de classe – têm demonstrado que é sim possível organizar-se sem reproduzir a burocracia e a heteronomia. Assim, a presente pesquisa se justifica, em parte, pela necessidade de se lançar um olhar exploratório para descortinar a forma como superam (ou *se* superam) a rigidez dos formatos organizativos hierarquizados sem recair em um imobilismo “organizóforo” (SOUZA, 1988a). Contudo, *não são os modelos de sucesso que interessam a presente pesquisa, mas sim, a multiplicidade de saídas, soluções e mecanismos construídos por esses protagonistas para lidar com os obstáculos com os quais se deparam.*

No presente estudo, optou-se pelo método da pesquisa participante por ele trabalhar com dados qualitativos (predominantemente), por permitir a coleta de dados por meio de entrevistas informais e notas de campo escritas, em grande parte, de memória, e por permitir um maior aprofundamento da informação coletada através da inserção do

pesquisador (não somente como observador, mas também como ator) no fenômeno observado. Trata-se, também, de uma pesquisa exploratória, visto que

“(...) a natureza da observação participante é exploratória, e se assume que as percepções mudam ao longo da observação” (KIDDER, 1987[b], p. 112).

Contudo, a pesquisa participante pode oscilar entre uma pesquisa pouco engajada e uma pesquisa na qual os objetivos são diretamente discutidos e definidos em conjunto com o grupo com o qual a pesquisa busca interagir, como na caso da “pesquisa-ação” (Cf. THIOLENT, 2008[1985]). Enquanto a pesquisa participante pode fornecer um método interessante para o estudo de grupos sociais com os quais o pesquisador não deseja, necessariamente, colaborar, a pesquisa-ação determina um compromisso que subordina a pesquisa aos objetivos políticos dos grupos com os quais (e não sobre os quais) a pesquisa se desenvolve.

“[N]a pesquisa-ação, os atores deixam de ser simplesmente *objeto* de observação, de explicações ou de interpretações; eles se tornam *sujeitos*, partes atuantes na pesquisa, em sua concepção, seu desenrolar, sua redação e seu monitoramento” (DESROCHE, 2006, p. 33).

Assim, na pesquisa-ação, a pesquisa serve à prática. Pode-se desejar, por exemplo, fazer um mapeamento de uma área desmatada para fundamentar as ações de um grupo ambientalista. Entretanto, a presente pesquisa não se colocou à disposição do movimento social em questão, não definiu seus objetivos conjuntamente e não está voltada para a fundamentação da ação política do mesmo. Por mais que eu tenha colaborado, em diversas ocasiões, mobilizando o conhecimento geográfico, como na elaboração conjunta de um projeto para a cooperativa de sandálias e chinelos da ocupação Quilombo das Guerreiras, ou na confecção de mapas e na organização de dados estatísticos para encontros ou palestras proferidas por moradores destacados – essa colaboração foi sempre realizada em conjunto com outros integrantes do NuPeD e se desenvolveu por fora dos marcos e dos objetivos desta dissertação.

O Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD/UFRJ) vem desenvolvendo, coletivamente (e em colaboração com movimentos sociais urbanos na cidade do Rio de Janeiro), uma abordagem metodológica particular sob a orientação do geógrafo e coordenador do núcleo Marcelo Lopes de Souza, e que, nos últimos anos, tem norteado metodologicamente diferentes pesquisas, como as de Rodrigues (2005),

Teixeira (2009) e, mais recentemente, Grandi (2010). Grandi, em sua dissertação de mestrado, batizou tal abordagem de “interação colaborativa”. A “interação colaborativa”¹³ é, assim como a pesquisa-ação, um tipo de pesquisa participante. No entanto, no caso da “interação colaborativa”, a pesquisa não é concebida ou realizada a partir de problemas definidos pelos participantes representativos da situação. Ela é, antes, caracterizada por envolver um processo de intenso convívio com o grupo a respeito do qual a pesquisa trata, radicalizando a aproximação com seu cotidiano e por haver uma preocupação em traduzir as reflexões elaboradas pela pesquisa para a realidade do dia-a-dia do grupo, como também, de colaborar de outras formas que não exclusivamente relacionadas à pesquisa em si.

Assim, a “interação colaborativa” objetiva a *práxis*, ela dialoga com os atores sociais e insere questões por eles formuladas, mas concede maior liberdade para que o pesquisador formule e desenvolva suas próprias questões. Os atores sociais colaboram com a pesquisa na medida em que questionam explicitamente, e mesmo a pedido do pesquisador, os fundamentos empíricos ou teóricos da pesquisa. O pesquisador, portanto, abre um canal de diálogo sem, contudo, submeter a pesquisa inteiramente aos objetivos ou perspectivas políticas dos atores. Ao mesmo tempo, o pesquisador colabora com os atores sociais na medida em que fornece informações relevantes (relacionadas ou não diretamente com a pesquisa) para a sua prática política e/ou prepara materiais (como projetos, cursos, mapas etc.) a pedido dos mesmos. Assim, a colaboração não fica restrita à pesquisa em si, mas abrange, também, demandas específicas surgidas no interior dos grupos sociais. Em suma, poderíamos dizer que na pesquisa-ação, o pesquisador é um membro (que possui conhecimentos específicos e especializados) de uma equipe de pesquisa que inclui os próprios sujeitos da pesquisa, ele é coautor da pesquisa. Já na interação colaborativa, os atores sociais são interlocutores privilegiados do pesquisador. Em ambas, vale ressaltar, os atores sociais não configuram meros objetos de observação.

Anteriormente ao início desta pesquisa, ainda nos marcos da minha monografia de final de curso, estabelecia uma relação com o movimento que poderia ser caracterizada como “interação colaborativa”. Contudo, como relatei na seção anterior, a partir de 2009,

¹³ Trata-se de um enfoque que apresenta vários pormenores e que, à luz da experiência de trabalho do grupo nos últimos cinco anos, está, neste momento, sendo refletida e refinada metodologicamente.

passei a estar inserido na formulação e no planejamento da ação direta, o que, inevitavelmente, transformou a relação de colaboração num vínculo mais forte. Não participava como um pesquisador que prestava uma consultoria, não era uma colaboração qualificada, mas como um membro do Apoio que, por sua vez, integra o movimento dos sem-teto. Marcelo Lopes de Souza (orientador da presente pesquisa) sugeriu, então, que se tratava, mais precisamente, de um “protagonismo crítico com vinculações de ordem teórico-acadêmica”, pois, neste caso, há um convívio cotidiano mais intenso e a participação efetiva na manutenção e reprodução do movimento social. Assim, a inserção no movimento social não se deu através da pesquisa, mas através da “militância” cotidiana, ou seja, da participação direta na formulação e organização das atividades do movimento. Neste tipo de interação, não há o predomínio de uma colaboração qualificada (apesar desta também ocorrer), pois o pesquisador, no caso, não é apenas pesquisador, mas é, também, ativista. Neste caso, o protagonismo crítico vem acompanhado de reflexões e preocupações de ordem teórico-acadêmica, o que diferencia um ativista crítico (atento para as limitações e ambiguidades de sua prática política e de seu ativismo), de um ativista pesquisador que, além de crítico, precisa construir para si um objeto de pesquisa, que nada mais é do que uma abstração teórica que guia seus esforços de sistematização e análise das informações colhidas em campo. Estas, contudo, além de serem reunidas cotidianamente em meio à prática política do autor, são também adensadas com o uso de métodos comuns de pesquisa, como levantamento de dados primários e secundários, entrevistas formais etc.

Certamente, hei de ouvir daqueles mais céticos que há um conflito de interesses, já que o envolvimento pessoal tende a obscurecer a objetividade do estudo. Deixo para os leitores decidirem se este trabalho foi ou não comprometido academicamente pelo meu envolvimento pessoal. Contudo, gostaria de fazer uma breve reflexão a respeito disso. Vivemos em uma época na qual assistimos à crescente mercantilização da produção de conhecimento. Grandes empresas (como atualmente vemos o caso da Petrobrás na UFRJ) colonizam universidades de ponta para financiar e direcionar as pesquisas realizadas num sentido que lhes seja mais proveitoso, e pouco se questiona a tendenciosidade destas. Parcerias entre o capital privado e instituições públicas de pesquisa são não apenas usuais, mas incentivadas pelo Estado através do Ministério de Ciências e Tecnologia. Portanto,

quando a pesquisa científica busca atender às demandas do mercado capitalista, os mais céticos se contentam em dizer que ela está cumprindo um importante papel para a sociedade. Entretanto, quando ela busca atender a demandas de organizações não-capitalistas, surgidas no seio da sociedade (como no caso dos movimentos sociais), aí sim os mesmos acusam a pesquisa de manipular resultados para atender a interesses específicos. Assim, não me parece que o problema esteja relacionado à garantia de uma suposta objetividade da pesquisa, mas sim, a quem a pesquisa científica deve servir.

Portanto, que vantagem haveria em redigir uma dissertação que pouco será lida (como quase todas as dissertações) para defender de forma panfletária um movimento social? Na verdade, a manipulação de informações, neste caso, só teria como resultado a confecção de algo inútil tanto para a Academia, quanto para o movimento, já que a pesquisa sequer se propõe a servir ao movimento. Além disso, se o intuito fosse, de fato, fazer a pesquisa servir ao movimento social, sem perder criticidade e rigor, optaria pela pesquisa-ação, pelos mesmos argumentos já expostos acima. Trata-se, aqui, de uma pesquisa cujos resultados podem ou não ser úteis ao movimento social e, se este for o caso, as reflexões serão pautadas para servir à discussão coletiva do movimento no âmbito da prática política de seu autor. Contudo, o objetivo principal do trabalho é contribuir, a partir de um caso empírico, e a partir da inserção do pesquisador como um ator de um movimento social, para a reflexão sobre o espaço urbano no Rio de Janeiro e sobre a geograficidade do movimento dos sem-teto.

Portanto, trata-se também de um estudo de caso que teve seu foco na ocupação Quilombo das Guerreiras. O estudo de caso foi escolhido por ser este

“(…) caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2006, p. 73).

Em relação às entrevistas, busquei respostas espontâneas nas quais os entrevistados se sentissem à vontade para falar longamente sobre temas específicos. A inserção do presente pesquisador no movimento social estudado permitiu, com frequência, a realização de entrevistas informais sem diretriz nas quais a utilização de gravadores sonoros se fez inadequada, visto que poderia servir como um elemento inibidor para o entrevistado. Assim, as anotações de campo tiveram um papel primordial na coleta de

dados. As entrevistas informais sem diretriz tiveram como principal objetivo “(...) ajudar a levantar os aspectos afetivos e valorativos das respostas dos entrevistados e determinar o significado pessoal de suas atitudes” (KIDDER, 1987[b]: 40). As entrevistas informais sem diretriz permitiram, ainda, coletar dados que uma entrevista estruturada não permitiria. Em entrevistas estruturadas, não raro observa-se um discurso formal pré-formulado pelo entrevistado. Há uma preocupação explícita com o que está sendo dito, fazendo com que o entrevistado selecione conscientemente as informações que serão disponibilizadas ao entrevistador. Isso é especialmente observável no caso de se tratarem de integrantes de movimentos sociais. Há uma preocupação (nada infundada, diga-se de passagem) com a utilização das informações por parte do pesquisador, devido à constante ameaça de criminalização dos movimentos. Assim, a entrevista informal sem diretriz (e sem gravador) funciona como um elemento de desinibição por se assimilar a uma simples conversa.

Também foram utilizadas entrevistas informais com diretriz com o principal objetivo de colher informações sobre temas específicos como, por exemplo, o papel do Apoio nas ocupações. Neste caso, embora os entrevistados possam discorrer livremente sobre o tema em pauta, o entrevistador tem a possibilidade de redirecionar a entrevista, caso o entrevistado desvie-se do tema. Segundo KIDDER (1987[b], p. 42),

“[a] definição de uma entrevista focalizada pode ser ampliada para incluir qualquer entrevista onde os entrevistadores sabem de antemão que aspectos específicos de uma experiência eles desejam abordar em sua discussão, independente ou não de o pesquisador ter observado ou analisado a situação específica pela qual o entrevistador passou.”

O modelo de gestão das ocupações envolve a participação de atores com papéis variados, sendo formalmente divididos (pelo próprio segmento do movimento em questão) como pertencentes ao Apoio e ao Coletivo, como já foi explicitado. Além disso, com relação a esta última categoria, observa-se também uma variação no grau de envolvimento político de seus integrantes, especialmente no que concerne a questões mais abrangentes. Assim, optamos pela estratificação da amostra de ambas as categorias com o fito de facilitar a compreensão de seu formato político-organizativo. As entrevistas formais semi-abertas foram utilizadas para coletar informações a respeito de cada categoria específica de atores (de acordo com a estratificação realizada e explicitada mais

a frente, na seção seguinte). Neste caso, houve uma relação fixa de perguntas para permitir a comparação das informações adquiridas. Ressalta-se, no entanto, que embora houvesse uma preocupação em buscar um equilíbrio entre o número de entrevistados em cada categoria e o seu universo, buscando uma aproximação proporcional para que não haja uma supervalorização de determinadas informações em detrimento de outras – prezei pela representatividade qualitativa e não quantitativa dos dados, visto que se trata de um plano de amostragem não probabilístico intencional.

A equipe de pesquisa do NuPeD (na qual me incluo) realizou um censo na ocupação Quilombo das Guerreiras com o intuito de realizar um perfil sócio-espacial, e coletou um número expressivo de informações que serão utilizadas neste trabalho, a começar pela caracterização dos moradores que será feita na próxima seção. Os dados coletados no censo foram reunidos e processados por Amanda Cavaliere Lima (2010) no âmbito de sua monografia de final de curso. Além disso, realizou-se também a coleta de dados primários a partir de saída de campo específica com o objetivo de elaborar croquis (de caráter exploratório) dos cinco andares da ocupação considerada. Os croquis serão especialmente úteis no capítulo 3 quando analisarei a evolução da organização interna dos espaços da ocupação.

1.3 – Quem são e como se organizam? Níveis de análise temporais e espaciais e a categorização dos protagonistas

1.3.1 – Notas (breves) sobre o perfil sócio-espacial dos ocupantes da Quilombo das Guerreiras

Do censo realizado, em julho de 2009, na ocupação Quilombo das Guerreiras, Amanda Cavaliere Lima (2010) elaborou um perfil sócio-espacial e revelou algumas características de seus moradores. Em primeiro lugar, nota-se que grande parte deles provém de outros estados. Ao todo, foram contabilizados 12 estados de naturalidade: Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo que, de 51 moradores entrevistados (adultos), apenas 14 haviam nascido no Rio de Janeiro. Mesmo dentro do grupo de pessoas que nasceram no Rio, muitos vieram de outros municípios do estado, como São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes e Belford Roxo.

O Coletivo é formado, predominantemente, por uma população afrodescendente, sendo que quase a metade possui o ensino fundamental incompleto e cerca de um terço possui ensino médio completo. Em relação ao trabalho, quase a metade trabalha por conta própria (principalmente como ambulante), e, mesmo dentre os assalariados, são poucos os que têm Carteira de Trabalho e Previdência Social. A faixa de rendimento em que se concentra a realidade da maior parte dos moradores é de 0 a 1 salário mínimo (o equivalente a R\$ 465,00 mensais) e, em seguida, a faixa de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 465,00 a R\$ 930,00). Dentre os 51 entrevistados, apenas 3 responderam que ganham de 2 a 3 salários.

Sobre a situação anterior de moradia, grande parte respondeu que morava de aluguel ou na casa de parentes, sendo que dois terços classificou como violento ou perigoso o seu antigo local de moradia. Em geral, o perfil sócio-espacial constatou uma melhoria na qualidade de vida dos moradores em relação aos seus antigos locais de moradia, que pôde ser percebido pela diminuição significativa da sensação de insegurança, pelo aumento do rendimento e pela diminuição do tempo de deslocamento

de casa para o trabalho e do trabalho para casa. O censo constatou, também, que metade dos moradores não participou do “processo” de ocupação, mas que dois terços destes já moravam há mais de dois anos. Em suma, os moradores são trabalhadores hiperprecarizados que não possuem renda suficiente para adquirir uma moradia mediante compra. Dos 51 entrevistados, 44 pessoas responderam que o fato de morar no Centro interfere positivamente em seu trabalho, ajudando tanto na obtenção de emprego quanto facilitando a mobilidade espacial e ajudando a reduzir gastos com passagens.

1.3.2 – O formato político organizativo das ocupações da variante “por coletivo”

A instância máxima de discussão e deliberação das ocupações desta variante “por coletivo”¹⁴ é a assembleia de moradores (figuras 2 e 3). O Coletivo (denominação de tal instância) é o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade dos moradores. Nele, todos os moradores possuem formalmente o direito à voz. Já os votos são distribuídos de acordo com as unidades de moradia (sendo um voto para cada uma). Por essa instância são passados todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes sociopolítico-espaciais dos moradores da ocupação, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno). Dessa forma, os moradores reivindicam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não-hierarquizadas. A Frente de Luta Popular (FLP) foi a organização que deu início aos “processos” de ocupação, entretanto, ela cessou suas atividades em 2008, mas pode-se dizer que cumpriu um papel muito importante tanto no que se refere à luta pelo direito à moradia, quanto no que se refere à construção de espaços que acolhem diversos outros ativismos e movimentos¹⁵, ajudando a estreitar laços e construir parcerias. Além disso, os “processos” de ocupação não cessaram após o término da referida organização.

¹⁴ Ver nota 5 acima.

¹⁵ As ocupações de sem-teto deste segmento do movimento inspirado em modelos autogestionários são, frequentemente, requisitadas por outros ativismos para a realização de reuniões e grupos de estudos. O

O caráter horizontal implementado pela FLP nas ocupações, e sua insistência de que apenas moradores poderiam votar nas assembleias, fez com que cada ocupação desenvolvesse suas próprias estratégias políticas internas e externas. Assim, apesar de todas as quatro terem formalmente adotado um modelo similar (no qual o Coletivo configura a instância máxima de deliberação), cada ocupação apresentou um desenvolvimento próprio e oscilou entre maiores e menores traços de hierarquia. As quatro ocupações que foram iniciadas por ativistas vinculados à FLP e que adotaram, ao menos formalmente, este modelo inspirado na autogestão, são as seguintes ocupações: Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006) e Machado de Assis (2008). (Vide figura 1)

“Fórum Contra o Choque de Ordem”, o GEP (Grupo de Educadores Populares da Providência), o “Derrubando Muros” (organização do movimento estudantil) e o “Reunindo Retalhos” são alguns exemplos de ativismos que já utilizaram as ocupações desta variante para realizar reuniões.

Figura 1

MAPA DAS OCUPAÇÕES LIGADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE À AÇÃO DA FLP NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

NUPEd
Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial



ANO: 2009

Elaborado por TEIXEIRA (2009)
Adaptado por GRANDI, MOREIRA e ALMEIDA.

OCUPAÇÃO
CHIQUINHA GONZAGA

OCUPAÇÃO
ZUMBI DOS PALMARES

OCUPAÇÃO
QUILOMBO DAS GUERREIRAS

OCUPAÇÃO
MACHADO DE ASSIS

LOCALIZAÇÃO DO MAPA
NO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO



Figura 2



Figura 3



As fotos mostram as assembleias de moradores das ocupações Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares, respectivamente. Estes espaços foram classificados alhures (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009) como “espaços formais de deliberação” e caracterizados por vínculos horizontais nos quais a distribuição do poder encontra-se mais dispersa (Figura 2: Ângela de Moraes Sant’Ana; Figura 3: CMI [Centro de Mídia Independente]).

Contudo, nem todas as ocupações conseguiram manter o mesmo grau de horizontalidade e de organização política. A ocupação Machado de Assis, por exemplo, a última a ser ocupada, concretizada e mantida na área central (no mesmo ano em que a FLP se dissolveu [em 2008]), passou por diversos problemas internos referentes à sua organização política e à relação entre moradores e apoiadores. O resultado foi a desvinculação desta ocupação do modelo político-organizativo reivindicado pelas outras três, após alguns meses de ocupação. Recentemente, a ocupação Zumbi dos Palmares foi desocupada mediante negociação de seus moradores com a Prefeitura que ofereceu uma indenização no valor de 20 mil reais. A saída dos moradores mediante pagamento e o baixo grau de organização interna que a ocupação já apresentava, foram consideradas por ativistas como uma grande derrota para o movimento dos sem-teto, visto que o objetivo deste não é somente conquistar uma moradia, mas constituir espaços de resistência à heteronomia e ao capitalismo.

A forma de organização destas duas ocupações (restantes) difere de outras organizações do movimento dos sem-teto, pois ao invés de adotar um modelo de coordenações que mantêm o controle da ocupação, essa fração do movimento dos sem-teto organiza-se de forma descentralizada, conferindo às ocupações um elevado grau de independência, sendo possível reconhecer em cada ocupação uma pequena organização

(compreendida em sentido amplo [como já sugeriram SOUZA e TEIXEIRA, 2009]). Estas ocupações lançam mão de um modelo político-organizativo que divide os integrantes desta variante do movimento em duas categorias que, apesar de distintas, atuam conjuntamente: o Coletivo e o Apoio. Contudo, apesar da categoria Coletivo ser de fácil delimitação (abarcando o conjunto de moradores de uma ocupação), a categoria Apoio reúne um conjunto de indivíduos que estabelece relações diferenciadas com a ocupação, sendo de difícil delimitação. O Apoio agrega indivíduos de classes sociais distintas, incluindo moradores de outras ocupações e indivíduos que não desejam ou não precisam conquistar uma moradia para si, mas que atuam no movimento ajudando na elaboração de táticas e estratégias, no planejamento das ações, enfrentando a polícia e, em alguns casos, residindo na ocupação por um tempo. O Apoio reúne trabalhadores que se solidarizam com a causa, moradores de ocupações, estudantes secundaristas e universitários, entre outros.

O Apoio foi o iniciador das mobilizações que deram origem à primeira ocupação desta fração do movimento: a ocupação Chiquinha Gonzaga. Na época, o Apoio fazia parte da FLP e da CMP (Central de Movimentos Populares), era composto, predominantemente, por ativistas que não necessitam de moradia para si e alguns ativistas sem-teto que, além de fazer parte das referidas organizações, também se encontravam necessitados de moradia. O grupo se encarregou de reunir as famílias, de planejar a ação e de organizar as reuniões de preparação. O Apoio ocupou o prédio junto com os moradores, acionou contatos para conquistar legitimidade e para dar visibilidade ao movimento e ajudou a mediar as negociações com o Estado. Ainda em 2004, parte do Apoio que se mobilizara em torno da ocupação Chiquinha Gonzaga se deslocou para a organização de um novo “processo”. Interessantemente, alguns moradores (integrantes do Coletivo) da Chiquinha decidiram integrar-se ao Apoio da nova ocupação, posteriormente chamada de ocupação Zumbi dos Palmares.

Assim, o Apoio se difere do Coletivo, pois não é composto, exclusivamente, por sem-teto e abarca indivíduos de diferentes classes sociais e com múltiplos interesses e compromissos. O fato de não se tratar de uma organização no sentido tradicional, mas de uma tentativa de construção de uma organização antiburocrática, torna difícil a elucidação de seu funcionamento sem uma categorização tipológica do papel dos atores envolvidos e a delimitação de variáveis temporais e espaciais, visto que estes são importantes instrumentos

analíticos para compreender como a referida fração do movimento dos sem-teto se organiza¹⁶. Além disso, o Apoio pressupõe essa transição de partícipe da organização interna da ocupação para a função de um agente externo à ocupação, mas não ao movimento social em si. Em entrevista com uma liderança da extinta FLP, o entrevistado declarou que a referida organização nunca teve uma ocupação sequer.

A gente nunca falou que tinha ocupação da FLP. Seria reproduzir uma coisa errada que a gente achava. Ocupação era ocupação. A FLP era uma organização militante que atuava junto às ocupações... que a gente apresentava, todo mundo sabia, chamava pras reuniões, as reuniões eram abertas, e as pessoas poderiam participar (...) a ideia da FLP não era a FLP se tornar um MTST, ficar referência de ocupação. Pelo contrário: era, a partir daí, surgir um movimento dos sem-teto diferente, de baixo pra cima.¹⁷

Nota-se uma clara separação entre a FLP como organização militante e a ocupação, o que confere soberania a organização interna dos moradores. O intuito era transmitir, através da prática, um conjunto de conhecimentos específicos relacionados à ação direta, ou seja, aos procedimentos de execução da ocupação do prédio e às fundamentações políticas e jurídicas da ação. Além disso, havia uma preocupação explícita de transmitir, também, técnicas horizontais de organização coletiva. Assim, a referida organização introduzia uma concepção nova ao movimento dos sem-teto, diferente da proposta do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) que configura a principal referência de organização do movimento dos sem-teto no Brasil. Entretanto, a relevância da atuação do Apoio na formação do Coletivo e no planejamento da ação direta evidencia a importância deste na constituição e na reprodução deste segmento do movimento dos sem-teto. Quando perguntado sobre o surgimento do Apoio e se foi algo pensado como estratégia para o movimento, Maurício Campos respondeu:

Não, isso não foi pensado. Isso aí surgiu, certo. O que aconteceu: A militância que fez a reunião de toda a ocupação Chiquinha era uma militância muito reduzida. Se contava nos dedos, né. Assim que começou a ocupação, teve uma afluência muito grande de outros militantes que não tinham participado do primeiro processo de ocupação e afluíram depois querendo apoiar e tudo mais. E surgiu naturalmente a ideia do Apoio. Quem era o Apoio? Eram pessoas que tavam mais ou menos no dia-a-dia da ocupação, dormiam inclusive na ocupação (ou não), mas tavam ali mais ou menos no dia-a-dia, mas não eram moradores. E a forma que a gente organizou as coisas foi de tal maneira... Inclusive o exemplo desse núcleo inicial de militantes... Esse núcleo inicial de militantes, a gente criou um pacto entre nós: a gente não votava nas assembleias, esse grupo inicial. Alguns que vieram depois quiseram até

¹⁶ A delimitação de variáveis temporais e espaciais e a categorização tipológica do papel dos atores envolvidos serão explicitadas a seguir neste capítulo.

¹⁷ Entrevista realizada em 22/01/2010 com ex-membro da FLP e do Apoio em parceria com Matheus da Silveira Grandi.

questionar isso, mas depois aceitaram também. Militante não vota em assembleia. Quem vota em assembleia são os moradores com direito a voto. Então quando as pessoas chegam, e era muita gente às vezes participando da discussão da assembleia e tudo mais, teve que se criar uma diferenciação mais ou menos formal entre quem era morador e votava, decidia e tudo mais; e quem era Apoio, que tava ali, mesmo com a concordância dos moradores, mas que não eram parte do Coletivo pra ter decisões. Surgiu mais nesse sentido, pra diferenciar.¹⁸

Entretanto, o Apoio que antes era um grupo seletivo que participava cotidianamente do processo de ocupação, como destacou Maurício Campos na entrevista, passou a ser utilizado também para denominar simpatizantes que, de tempos em tempos, prestavam solidariedade à ocupação de alguma forma, seja disponibilizando contatos, ou participando de eventos ou projetos na ocupação. Por isso, vale diferenciarmos o que é o Apoio em sentido estrito (que chamaremos de “grupo de apoio”) e o Apoio em sentido amplo (“rede de apoio”). Deste modo, tendo em vista a fluidez da categoria Apoio, e para melhor compreender a dinâmica e o funcionamento da relação entre as duas categorias (Apoio e Coletivo) e, por conseguinte, da própria forma de organização deste segmento do movimento; buscarei delimitar melhor as diferentes categorias referentes ao papel dos atores na organização político-espacial desta fração do movimento social em questão. Contudo, torna-se mister ressaltar que enquanto as categorias Coletivo e Apoio foram construídas pelo movimento social e fazem parte do vocabulário corrente das ocupações da variante “por coletivo”, as subcategorias são classificações teóricas criadas por mim e/ou por colegas de pesquisa, que ajudam a compreender melhor o funcionamento da organização político-espacial desta fração do movimento social e os atores que a animam. Ressaltamos, porém, que as *categorizações não são fixas e as fronteiras não podem ser hermeticamente delimitadas*, pois há constantes deslocamentos e mudanças. Sujeitos que, em um determinado momento podem pertencer a uma categoria, não raro podem transferir-se para outras categorias. O importante é compreender que a organização desta variante do movimento é dinâmica e que está sujeita as transformações no papel exercido por cada integrante.

¹⁸ Entrevista realizada em 22/01/2010 com ex-membro da FLP e do Apoio em parceria com Matheus da Silveira Grandi.

1.3.3 – Categorias referentes ao papel dos atores envolvidos na organização político-espacial da ocupação:

O “*grupo de apoio*” se constitui anteriormente à ocupação, inclui tanto indivíduos não-moradores de ocupação, quanto moradores de outras ocupações. O “grupo de apoio” reúne pessoas que necessitam de moradia, e planeja o processo de formação do Coletivo. O processo de preparação para a ocupação é geralmente extenso, podendo durar muitos meses. Reuniões periódicas são organizadas objetivando transmitir informações referentes aos direitos do cidadão, à legitimidade e legalidade da ocupação, à forma de organização interna que será adotada e os seus mecanismos de funcionamento (assembleia, mutirão, como também, os procedimentos envolvidos na realização das assembleias como inscrições, “mesa”, relator, “questão de ordem” etc.). Além disso, uma vez ocupado o prédio e enquanto há uma ameaça iminente de despejo, uma parte do “grupo de apoio” passa a atuar internamente à ocupação (“apoio interno”) e a outra parte externamente (“apoio externo”).

O “*apoio interno*” é formado por indivíduos que participam da organização do processo de ocupação (fazem parte do “grupo de apoio”), mas que não desejam conquistar uma moradia para si. Estes residem na ocupação por um tempo indefinido, principalmente em momentos de “territorialização instável”, com o intuito de ajudar na organização coletiva da ocupação. O “apoiador interno” pode ser um morador de outra ocupação que reside em uma nova ocupação durante os meses mais difíceis, ou um ativista não-morador de ocupação. Neste caso, há geralmente uma diferença de classe social entre o ativista não-morador de ocupação e os moradores, o que pode ou não gerar conflitos. Esta categoria é, sem dúvida, a mais polêmica e controversa deste segmento do movimento, pois mesmo sem o direito de votar, participa ativamente das assembleias, mesmo após a territorialização do prédio. Não raro, são reconhecidos pelos moradores como agentes externos a interferir nas decisões internas da ocupação, o que pode gerar uma crise de legitimidade do “apoio interno”. Por outro lado, a formação política dos indivíduos que compõem esta categoria, frequentemente destoa do restante dos moradores e, somado a sua capacidade de persuasão, torna-os, com certa frequência e mesmo que temporariamente, figuras que exercem algum grau de liderança na ocupação. Os personagens que animam esta categoria oscilam entre figuras destacadas e figuras com legitimidade ameaçada. Tudo depende de sua capacidade de manter o prestígio, a confiança e a legitimidade conquistada entre os moradores. Além disso, o “apoio interno” só existe em momentos de “territorialização instável”.

Já o “*apoio externo*” é conformado por ativistas (integrantes do “grupo de apoio” e do “apoio ampliado”) que permanecem na porta da ocupação durante o período de “territorialização instável”, e cumpre uma série de funções, entre elas: ajudar na organização de manifestações (Figura 5), fazer “vigília”¹⁹ (Figura 6), garantir a provisão de suprimentos (Figura 4) e assessorar as negociações com instituições públicas e privadas. O “*apoio ampliado*” (categoria que faz parte do vocabulário deste segmento do movimento) existe anteriormente à ação direta e remete aos ativistas que não participam diretamente do “processo”, pois não atendem às reuniões preparatórias. Mesmo assim, os integrantes do “apoio ampliado” participam de reuniões específicas com o “grupo de apoio” para melhor coordenar a ação. Logo que o prédio é ocupado, o “apoio ampliado” torna-se a parcela majoritária do “apoio externo”. Deste modo, o “apoio ampliado” configura o segmento da “rede de apoio” que está mais próximo do “grupo de apoio”.

O “grupo de apoio” não é um agente externo em relação ao movimento social em si, mas desde o início ele se diferencia daqueles que integram o Coletivo da nova ocupação, ou seja, a base social do movimento. Assim, num certo sentido, ele assume uma posição de exterioridade em relação ao Coletivo que será formado, mas não ao movimento social, visto que não há “grupo de apoio” sem Coletivo. O “grupo de apoio” planeja e organiza a territorialização do espaço a ser ocupado, mas não só prevê como objetiva a sua própria desterritorialização pelo Coletivo que ajudou a formar. Em momentos de “territorialização estável”, o “grupo de apoio” se fragmenta, passando a constituir grupos dispersos que se organizam em torno de atividades específicas, além disso, nota-se um trânsito maior de entrada e saída de indivíduos destes grupos. Contudo, a parte do “grupo de apoio” que era composta por moradores de outras ocupações, em momentos de estabilidade, tende a retornar ao Coletivo do qual já fazem parte (como moradores). Assim, enquanto parte do “grupo de apoio” assume novas funções e uma posição de exterioridade em relação às decisões internas à ocupação, passando a desenvolver atividades políticas, culturais e educativas; a parte do “grupo de apoio” que já pertence a um Coletivo volta a se focar nas atividades desenvolvidas em sua própria ocupação.

¹⁹ A vigília é utilizada em momentos de “territorialização instável” e consiste em organizar grupos que se revezam dia e noite para que haja sempre pessoas em frente à ocupação, inibindo, assim, ações violentas contra os ocupantes por parte da polícia ou de agentes de segurança.

Já a “*rede de apoio*” é algo muito mais amplo e abarca tanto o “grupo de apoio”²⁰ quanto agentes externos (como escritórios de arquitetura, outras organizações dos movimentos sociais, organizações de mídia alternativa, instituições de pesquisa etc.). A “rede de apoio”, portanto, é composta pelo “grupo de apoio”, por instituições mediadoras, por outros ativismos e movimentos sociais, por ativistas “independentes” e sindicatos. Ela existe tanto em momentos de territorialização estável quanto instável. Percebe-se, no entanto, que cada ocupação deste segmento do movimento dos sem-teto constitui a sua própria rede, sendo a configuração desta dependente dos interesses e das avaliações de risco realizadas por cada Coletivo. Assim, mesmo que uma das ocupações rompa vínculos com tal ou qual organização, isso não determina que outras ocupações da mesma variante tenham que fazer o mesmo. A ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, foco deste estudo, surgiu sem que a FLP chegasse a um consenso interno sobre a sua execução. Setores da FLP acreditavam que era preciso focar nas atividades das ocupações já realizadas. Mesmo assim, foi decidido que seus integrantes poderiam optar individualmente sobre sua participação em um novo “processo”.

Além disso, vale destacar que enquanto algumas ocupações da variante “por coletivo” permitem a participação de integrantes do Apoio nas Assembleias Gerais mesmo sem direito ao voto (caso da ocupação Chiquinha Gonzaga [Cf. GRANDI, 2010]), outras apenas autorizam a participação nas chamadas “reuniões políticas” que ocorrem com menor frequência, nas quais são tratados assuntos que concernem o movimento social como um todo (caso da ocupação Quilombo das Guerreiras).

Em relação ao Coletivo, por ser de mais fácil delimitação, resolvi dividir em apenas duas categorias: “morador comum” e “morador destacado” (Cf. SOUZA e TEIXEIRA, 2009). Inicialmente, dividi os moradores entre aqueles considerados ativistas e aqueles não-ativistas. Os moradores ativistas seriam aqueles engajados politicamente para além das atividades internas da ocupação (comissões de limpeza, portaria etc.), ou aquilo que SOUZA (2006a) denominou de “ativistas orgânicos”. Em outras palavras, esta categoria seria conformada por aqueles moradores (integrantes do Coletivo) que participam da organização do movimento social, seja ele partidário (como no caso da CMP) ou não-partidário (FLP). Isso inclui os chamados “independentes”, ou seja, indivíduos não vinculados a nenhuma organização [SOUZA e TEIXEIRA, 2009]. Já o morador não-ativista seria aquele que raramente se

²⁰ Vale ressaltar que o próprio grupo é, também, uma rede, visto que é formado por ativistas de diferentes organizações que atuam conjuntamente durante o “processo”.

engaja no movimento social, principalmente em momentos de estabilidade, e não participam de outros “processos” de ocupação. Contudo, isto não quer dizer que não estejam presentes nas assembleias de moradores ou que não participem dos principais debates e discussões sobre questões internas da ocupação. Além disso, eles possuem um papel importante, visto que compõem a parcela da “arena política” da ocupação que pode ser disputada por diferentes “campos políticos” (SWARTZ, 1968).

Contudo, concluí que tais categorias apresentavam algumas armadilhas que necessitavam de esclarecimento. Parti do pressuposto de que há uma parcela dos moradores que não se engaja politicamente em questões mais amplas e que permanece restrita apenas aos assuntos que envolvem a ocupação diretamente. Acredito, portanto, que a referida categoria poderia possuir uma utilidade analítica neste sentido. Contudo, a obrigatoriedade da participação de ao menos um morador de cada unidade de moradia nas assembleias e da participação em trabalhos coletivos torna difícil tal classificação. Afinal, um morador de ocupação que não vai à reunião alguma ou não toma parte em trabalhos coletivos poderia ser, facilmente, classificado como um morador não-ativista. Porém, como dizer o mesmo daquele morador que comparece às reuniões toda a semana e não deixa de cumprir com suas obrigações perante o Coletivo? Não estaria ele também engajado politicamente na construção de um modo de vida diferente daquele que encontramos no capitalismo, mesmo sem participar de debates públicos ou reuniões ampliadas com outros movimentos? Como chamar de não-ativista um morador que constrói sua ocupação coletivamente todos os dias? Além disso, sendo as referidas categorias somente posições mais ou menos temporárias no desenrolar político da ocupação (em contraste com definições essencialistas desses personagens), elas não manifestam de maneira definitiva o papel de cada morador. O engajamento de cada morador com processos políticos mais abrangentes é bastante variável, contudo, sua participação na gestão da ocupação é constante porque é obrigatória. Assim, preferi manter uma diferenciação mais simples, tendo como referência o prestígio e a capacidade de mobilizar opiniões na “arena”, a saber: “morador comum” e o “morador destacado”²¹. Souza e Teixeira (2009) já trataram de definir esta categoria como moradores que assumem um maior número de tarefas, além de tarefas de maior responsabilidade.

Os “moradores destacados” são lideranças, contudo, é um erro creditá-los um papel de direção. A liderança não conta com uma autoridade formal, separada do restante dos

²¹ Esta diferenciação entre “morador comum” e “morador destacado” já foi feita alhures. Favor conferir SOUZA e TEIXEIRA (2009).

moradores. A liderança tem como “arma” somente o seu prestígio, sua capacidade de persuasão e uma intuição sobre os desejos do grupo. Basta um erro grave para que, sem necessidade de qualquer procedimento formal, o “morador-destacado” torne-se mais um “morador comum”. Além disso, vale notar que, embora o Apoio selecione seus interlocutores preferidos, a dinâmica política que define tais lideranças nem sempre corresponde às expectativas do Apoio, o que diminui consideravelmente o seu poder de persuasão sobre o Coletivo. Em suma, os “moradores destacados” não possuem privilégio formal algum nos processos decisórios e, não raro, conformam “campos políticos” que se opõem na disputa pela adesão de outros moradores pertencentes à “arena política” da ocupação²².

Figura 4



Figuras 5 e 6



A figura 4 mostra dois integrantes do “apoio externo” passando um botijão de gás para um ocupante durante os primeiros dias de resistência da ocupação Quilombo das Guerreiras. A polícia impedia os apoiadores de entregar água, alimentos e qualquer suprimento necessário. A foto 5 mostra uma manifestação organizada pelo “apoio externo” na porta da mesma ocupação. À noite, os apoiadores se revezavam nas “vigílias” (Ver nota 21) (Fotos 4, 5 e 6: Ângela de Moraes Sant’ Ana).

²² Os conceitos de “campo” e “arena” formulados pelo antropólogo Marc Swartz serão explicitados no segundo capítulo.

1.3.4 – Os níveis de análise temporais e espaciais

A organização político-espacial da ocupação assume formas bastante complexas e dinâmicas ao abarcar tanto a mediação das relações de poder interfamiliares e a configuração interna dos espaços, quanto as relações do Coletivo com o Apoio, com agentes externos e com o próprio Estado. Assim, torna-se necessário explicitar não somente as categorias utilizadas para definir o papel dos atores envolvidos, como também, os níveis de análise temporais e espaciais, nos quais o presente estudo irá se focar. Tendo isto em vista, ressalta-se a importância de compreender a organização político-espacial da ocupação naquilo que ela tem de dinâmica, ou seja, sua capacidade de adaptação frente às diferentes conjunturas. Portanto, decidi dividir a análise em dois momentos distintos, nos quais a conjuntura parece incidir fortemente na (re)organização político-espacial da ocupação.

Momento 1: “territorialização instável”

“Territórios dissidentes podem ser estáveis ou (mais usualmente) instáveis, dependendo do grau de confrontação com o Estado e as classes dominantes, o que pode transformá-los em espaços altamente disputados” (SOUZA, 2011).

Em um momento imediatamente posterior à entrada no prédio, quando há um perigo iminente de desterritorialização pelo Estado (através do uso da força policial) e quando o prédio ainda se encontra em um estado de completo abandono, os ocupantes que compõem o Coletivo e os ativistas do Apoio necessitam agir rápido e organizadamente para evitar o despejo. Ocupantes e apoiadores buscam bloquear a entrada de policiais enquanto a polícia impede a entrada de mais moradores, de membros do apoio e de suprimentos para os ocupantes. O Estado busca enfraquecer a territorialização empreendida pelos ocupantes através da restrição da entrada e saída de moradores e impedindo o abastecimento de alimentos e água. Assim, enquanto o “apoio interno” atua ajudando na organização interna da ocupação, o “apoio externo” aciona contatos com a mídia e com diversas instituições mediadoras (estatais ou não-estatais) e busca permear o bloqueio da polícia à entrada de suprimentos. Em suma, os diferentes atores assumem papéis específicos para lidar com a ameaça de desterritorialização pelo Estado. No capítulo 3, investigaremos mais a fundo toda essa dinâmica das fronteiras.

Momento 2: “territorialização estável”

Quando o conflito territorial passa para a esfera jurídica e a ameaça de desterritorialização iminente é suspensa (pelo menos temporariamente), a organização espacial muda para se adequar à conjuntura. Neste momento, podemos observar a reorganização dos espaços internos da ocupação (reestruturando e refuncionalizando o espaço). Os moradores passam a se organizar em unidades de moradia e as diferentes funções de cada espaço interno são definidas. O “apoio interno” diminui em número até se extinguir completamente. O “grupo de apoio” desterritorializado se reinventa assumindo outras funções não mais referentes à segurança do território ocupado, passando a desenvolver atividades educativas e culturais. O retorno à rotina habitual do trabalho afasta grande parte dos moradores da prática ativista, com exceção da resolução de problemas vinculados diretamente ao cotidiano da ocupação. Alguns moradores, contudo, permanecem engajados politicamente em questões mais amplas, seja no próprio movimento dos sem-teto ou mesmo em outros movimentos (como no movimento sindical, por exemplo). Além disso, com a consolidação do Coletivo e de seu vínculo com o espaço ocupado, este passa a assumir boa parte (quando não inteiramente) das funções de articulação com as instituições mediadoras. Em suma, a organização territorial se modifica com a redistribuição dos papéis desempenhados pelos atores e com o estabelecimento de novas redes sociais.

Tendo explicitado a utilidade desta distinção diacrônica de dois momentos do processo de territorialização da ocupação para melhor compreender a transformação espaço-temporal de sua organização político-espacial – torna-se mister definir, também, as escalas de análise a serem adotadas para melhor compreender a dimensão sincrônica da referida organização em ambos os momentos.

1) “Território contínuo” – Escala dos “nanoterritórios”²³

Nesta escala, trabalharei com a espacialidade do poder no nível de sua “microfísica” (FOUCAULT, 2007b[1979]), ou seja, “a propósito das relações de poder que se exercem quotidianamente no seio da sociedade civil mesma” (SOUZA, 2006a, p. 316), e, portanto, tratarei de questões que ocorrem em escalas geográficas muito pequenas. Assim, a estrutura espacial da ocupação será considerada, especialmente, no que se refere à organização espacial no interior da ocupação, às práticas espaciais dos atores envolvidos (como, por exemplo, a refuncionalização e a reestruturação do espaço ocupado [Cf. SOUZA, 2010]), como também, aos conflitos territoriais protagonizados por membros do Coletivo (através do reconhecimento dos diferentes “campos políticos” existentes [Cf. SWARTZ, 1968; TEIXEIRA, 2009; GRANDI, 2010]) e os conflitos que ocorrem entre o Coletivo e o Apoio. Neste aspecto, o espaço na qualidade de “lugar” possui um papel importante, visto que pode atuar na amenização e/ou agravamento das disputas territoriais intra e extra-ocupação. Ainda com referência às disputas territoriais que se desdobram no interior da ocupação, busco compreender, também, o papel dos “mecanismos de organização coletiva” utilizados em sua configuração política interna, como estes atuam na mediação dos conflitos e como buscam eludir a formação de hierarquias formais.

Entretanto, se o estudo das relações de poder nesta “nanoescala” e suas projeções no espaço são importantes, entre outras coisas, para superar a “visão de sobrevôo” (Cf. SOUZA, 2006b; 2011) tão corrente nas análises geográficas; não se pode negligenciar a importância da influência dos elementos macroestruturais na dinâmica interna das ocupações. As políticas públicas, por exemplo, elaboradas pelo Estado no que se refere à habitação, podem causar tanto um efeito desarticulador na organização interna das ocupações, quanto um efeito mobilizador (no caso de gerar revolta, por exemplo). Além disso, o Estado demanda certos requisitos para avançar nas negociações, como a constituição formal de uma associação de moradores (com presidente e tesoureiro), o que entra em contradição com o modelo político no qual a referida ocupação se inspira.

²³ Souza (2006a) chama de “nanoterritórios” esses territórios diminutos como uma fábrica, um escritório ou, como no caso da presente pesquisa, um prédio ocupado: “Nos ‘nanoterritórios’, as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta” (SOUZA, 2006a, p. 317, 318).

2) “Território descontínuo” – Escala “local”²⁴

Nesta escala, o reconhecimento e a análise das redes formais e “submersas” que instauram os vínculos entre as ocupações da mesma variante, ganham destaque. Em momentos de “territorialização instável” (e se as redes estiverem bem articuladas), essas redes podem ter um papel especialmente importante por oferecer o suporte necessário à resistência contra as forças desterritorializadoras do Estado. Além disso, as relações que as ocupações estabelecem com as instituições mediadoras também receberão especial atenção nesta escala de análise. Neste sentido, o papel da “política de escalas” será ressaltado por permitir melhor compreender como as ocupações buscam expandir sua “rede de apoio” e ampliar suas esferas de influência ao sensibilizar atores, recrutar novos apoios e expandir audiências.

Serpa (2009) ressalta que, em relação às redes, deve-se trabalhar este conceito como instrumental para a seleção da amostragem dos entrevistados, partindo-se sempre das redes formais (com maior visibilidade). Segundo o autor, o passo seguinte deve ser a identificação das redes informais/submersas, como as redes de vizinhança e de amizade, procurando identificar os “porta-vozes” dos diferentes grupos identificados.

O estudo sobre ativismos e movimentos sociais, frequentemente, apresenta uma série de obstáculos e armadilhas que remetem, em grande parte, à dificuldade de inserção do pesquisador no movimento social devido ao ceticismo dos ativistas em relação às intenções do pesquisador. Contudo, como já foi explicitado, a minha inserção, antes de ser como pesquisador, foi como ativista, o que não somente facilitou enormemente a realização das entrevistas, como permitiu, com o convívio cotidiano, a coleta de um volume considerável de dados através de anotações de campo e de levantamentos realizados em parceria com outros pesquisadores do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD). Além disso, não posso deixar de ressaltar o ambiente de cooperação que se constituiu no núcleo do qual faço parte, que possibilitou o acesso a um acervo ainda maior de informações, visto que diversas entrevistas realizadas no âmbito de outras pesquisas foram generosamente oferecidas por pesquisadores do núcleo (prática raríssima na Academia, diga-se de passagem,

²⁴ Segundo SOUZA (2003:103 e seg; 2006a:317 e seg.), a escala local pode subdividir-se em microlocal, mesolocal e macrolocal. A escala microlocal inclui o quarteirão, o subbairro, o bairro e o setor geográfico. A escala mesolocal refere-se à cidade ou município e a escala macrolocal “equivale a uma espécie de ‘nível local ampliado’ e corresponde à situação típica das metrópoles” (SOUZA, 2003, p. 108).

visto que, com frequência, um clima de disputa e desconfiança acaba impossibilitando a união de esforços). Acredito, portanto, que essa relação de confiança que procurei nutrir com os moradores da ocupação estudada e com colegas de trabalho foram os principais elementos de viabilização da presente pesquisa.

Capítulo 2:

Ensaando um traçado antiburocrático: autonomia, territorialidade e a governamentalização do espaço

2.1 – Movimentos sociais urbanos: debilidade ou potencial?

A partir da década de 1960, com o surgimento de inúmeras experiências de lutas emancipatórias no mundo, a atenção de diversos pesquisadores voltou-se para o tema dos movimentos sociais, resultando em um esforço mais sistemático de pesquisa. Alain Touraine é, sem dúvida, um dos principais pesquisadores que trabalha com o tema dos movimentos sociais. Nos anos 60, Touraine dá ênfase ao estudo das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais, conferindo grande importância aos “atores” (sujeitos) na história como “agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção.” (GOHN, 2008, p. 143) Touraine afirma que “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte (TOURAINÉ, 1977, p. 13).” Mesmo tendo que reformular alguns elementos constitutivos dos movimentos sociais, Touraine nunca abandona a análise da sociedade e dos movimentos sociais em termos de classe, como afirma Gohn (2008). Assim, segundo Gohn, Touraine compreende os movimentos sociais como ações coletivas “que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade” (GOHN, 2008, p. 149).

Touraine dedicou grande parte de sua obra ao estudo dos movimentos sociais na América Latina. Segundo ele, “(n)as sociedades dependentes, a industrialização é introduzida e dirigida por uma burguesia estrangeira, seja direta ou indiretamente, isto é, através da dominação do sistema de intercâmbios internacionais.” (TOURAINÉ, 1977, p. 36) Para ele, um movimento social só existe se combinar três dimensões: classe, nação e modernização.

Nas sociedades industriais (dominantes) é a ação de classe que dá força ao movimento popular, enquanto que o sentimento nacional e a vontade modernizadora acabam desorganizando a consciência de classe. Já nas “sociedades dependentes” o movimento popular só pode ser definido por essas três dimensões, pois um movimento somente de classe não teria força.

“(…) no Terceiro Mundo, nas sociedades profundamente penetradas por uma burguesia estrangeira, as três dimensões estão levemente ligadas uma à outra e os movimentos populares, necessariamente complexos, são frágeis. Eles só podem se formar quando conseguem refazer suas orientações, torná-las complementares e manipular suas tensões” (TOURAINÉ, 1977, p. 43).

Touraine acaba por atribuir ao Estado um papel unificador nas “sociedades dependentes”, pois este, segundo ele, é o único agente capaz de aglutinar a sociedade cortada em dois pela burguesia estrangeira. Assim, o autor sustenta que, na América Latina, os chamados movimentos urbanos não são verdadeiros movimentos, pois não objetivam o controle e a transformação do sistema como um todo.

De fato, Touraine tem razão ao afirmar que a luta de classes não é capaz de mobilizar a população pobre da América Latina e que, aqui, encontramos uma variedade grande de movimentos dispersos que giram muito mais em torno das relações de reprodução da vida social (educação, saúde, moradia etc.) do que em torno das relações de produção como nos países centrais. Entretanto, Touraine não compreende esta diferença sem imprimir um juízo de valor com pinceladas de etnocentrismo. Para o referido autor, os movimentos sociais latino-americanos são movimentos de base ou mesmo sublevações, mas não são movimentos sociais, pois são fenômenos que não possuem a mesma natureza das lutas gerais entre adversários sociais (TOURAINÉ, 1989, p. 281). A obra de Touraine sobre os movimentos sociais foi extremamente influente nos trabalhos dos pesquisadores brasileiros e muitos continuaram a enxergar nos movimentos latino-americanos um caráter pouco abrangente, sem um projeto de transformação política integral, fragmentado e policlassista. José Álvaro Moisés concorda com Touraine em relação à fragilidade dos movimentos sociais latino-americanos que são produto da chamada “situação de dependência”.

“Como a vasta literatura mais recente tem observado, trata-se de movimentos sociais débeis, quando comparados com os exemplos ‘clássicos’, dos países europeus ou dos Estados Unidos (MOISÉS, 1985, p. 25)”.

Segundo ele, estes movimentos “emergem no contexto socioeconômico de mercados de trabalho extremamente fragmentados, nos quais somente encontra-se lugar para a ocorrência de classes subalternas marcadas pela heterogeneidade” (MOISÉS, 1985, p. 25). Ou seja, essa heterogeneidade de classes que se contrapõe a homogeneidade vista nos países centrais é um elemento de fraqueza e atraso dos movimentos latino-americanos, pois carecem da coesão social necessária para se alcançar transformações mais profundas. Além disso, o autor argumenta que são movimentos cuja unidade é encontrada no plano da política e não “a partir da solidariedade gerada no plano das empresas” (MOISÉS, 1985, p. 26), como nos casos ditos “clássicos”. Em outras palavras, de acordo com o referido autor, o caráter policlassista dos movimentos latino-americanos, associados a sua incapacidade de lidar diretamente com problemas que concernem à infraestrutura, especialmente aqueles referentes à economia e ao trabalho, reduzem seu potencial transformador.

Mesmo que Moisés reconheça a importância desses movimentos reivindicativos para o despertar de uma consciência política que valoriza a construção de “formas democráticas de participação de base” (MOISÉS, 1985, p. 29), faz-se mister ressaltar que as características que os autores procuram nos movimentos sociais, ou seja: estrutura, projeto (definição de objetivos), unidade de consciência e de ação e homogeneidade de classe – são critérios que se apóiam nas experiências europeias de movimentos operários. Touraine chega ao ponto de afirmar que a ideia de movimento social é mais apropriada aos países que tem experimentado o desenvolvimento capitalista genuíno. Portanto, segundo os autores acima citados, os países de Terceiro Mundo ou as “sociedades dependentes” estariam em um estágio de desenvolvimento do capitalismo anterior ao dos países centrais. Assim, acabam conferindo um caráter linear, evolutivo e teleológico à análise, como se os movimentos sociais da América Latina fossem uma expressão débil, confusa e ainda fragmentada da luta de classes e como se esses movimentos dependessem do desenvolvimento do próprio capitalismo para alcançarem seu verdadeiro papel histórico. Além disso, as características dos movimentos sociais dos países do “Primeiro Mundo” terminam por funcionar como pré-requisitos para a própria definição de movimentos sociais como categoria analítica. Em outras palavras, as particularidades do objeto de estudo são confundidas com formulações gerais de caracterização dos movimentos sociais como um todo e operam uma hierarquização das lutas sociais, na qual os movimentos operários funcionam como modelos a serem seguidos e, ao mesmo tempo, expressão máxima do potencial revolucionário da sociedade.

Mesmo assim, como aponta Eder Sader (1988), Touraine contribui com sua “sociologia da ação” para o estudo sobre os movimentos sociais ao ressaltar a importância de não reduzir a análise a fatores macroestruturais. O autor afirma que não se pode compreender o “ator” pela explicação do sistema e deve-se buscar

“(…) pelo contrário, em toda a situação, o resultado de relações entre os atores, definidos por suas orientações culturais como por seus conflitos sociais.” (TOURAINÉ Apud SADER, 1988, p. 38).

Manuel Castells é outro autor que teve grande influência nos estudos brasileiros sobre o tema e marcou os estudos sobre os movimentos sociais especialmente por sua gradual mudança de posição ao longo do tempo. Souza (1988a), no final dos anos 80, afirmava reconhecer três momentos de Castells no qual o autor reformula sua concepção sobre os movimentos sociais urbanos. Segundo Souza, em *A Questão Urbana*, o autor define movimentos sociais urbanos como

“(…) um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado (CASTELLS Apud SOUZA, 1988a, p. 98).

Já em *City, Class and Power*, Castells abandona o classismo e afirma que os movimentos sociais urbanos são

“(…) movimentos que, em torno do protesto concernente ao urbano e à ecologia, organizam e mobilizam populações, transformam relações de força entre classes, inovam modelos culturais e se tornam um dos eixos essenciais da mudança social (CASTELLS Apud SOUZA, 1988a, p. 99)”.

Segundo Souza, em *The City and the Grassroots*, Castells rompe com o marxismo e substitui a luta de classes por um “interclassismo ainda mais amorfo que o do eurocomunismo do ‘segundo’; submisso, na prática, às regras instituídas do jogo político” (SOUZA 1988a, p. 12). De acordo com Castells, somente quando as mobilizações populares (*grassroots mobilization*) resultam na transformação da estrutura urbana é que podemos chamá-los de movimentos sociais urbanos (CASTELLS, 1983). O referido autor afirma que todos os movimentos sociais urbanos compartilham de três características básicas: eles se autodenominam urbanos; são definidos territorialmente e; tendem a se mobilizar em torno de

três objetivos principais; consumo coletivo, identidade cultural e autogestão política (*political self-management*). Castells argumenta que os movimentos sociais urbanos possuem muito mais um caráter defensivo do que ofensivo e, por isso, não são capazes de transformar a sociedade.

Souza (1988a), assim como Touraine e Castells, reconhece a importância de não atribuir a qualquer ação coletiva a expressão “movimentos sociais”, e ressalta a importância de reservar a expressão para ações coletivas de caráter público, relativamente duradouras e particularmente ambiciosas. Contudo, esta preocupação é, talvez, o único ponto de acordo entre Souza e os autores supracitados. Souza opera uma diferenciação entre ativismos sociais e movimentos sociais. De acordo com o referido autor, todo movimento social é um ativismo social, mas nem todo o ativismo social é um movimento. O ativismo é uma categoria ampla que vai desde ações paroquiais que encarnam lutas pontuais e pouco ambiciosas, que logo se esvaziam assim que algumas demandas são atendidas, até mobilizações com um forte potencial transformador. Diferentemente de um ativismo social reivindicativo, os movimentos sociais contestam clara e explicitamente a ordem sócio-espacial hegemônica.

“(…) proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos de seus protagonistas, encarnam, a despeito da não-explicação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo*” (SOUZA, 1988a, p. 114).

A definição forjada por Souza é flexível no sentido de não subestimar movimentos que não apresentam uma lógica necessariamente instrumental (e, portanto, nem sempre explicitam objetivos claramente definidos) e de reconhecer as contradições político-ideológicas sem, com isso, desqualificar o movimento. Além disso, sua definição abarca também a dimensão afetiva (particularmente o sofrimento) que, apesar de ser um elemento essencial para mobilização dos sujeitos em torno de um objetivo comum e para a constituição de identidades coletivas, raramente é levada em conta pelos teóricos que pesquisam sobre o tema. Uma das exceções à regra, Félix Guattari, afirma que

“É a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade de sua luta. A unificação, aqui, não é antagônica à multiplicidade e à heterogeneidade dos desejos” (GUATTARI, 1987, p. 177).

Ainda com relação à literatura brasileira sobre o tema dos “novos movimentos sociais”, como foram chamados, vale destacar os balanços críticos realizados por Silva e

Ziccardi (1979), Jacobi (1980), Cardoso (1983), Silva e Ribeiro (1985), Souza (1988a) e Ribeiro (1991). Ribeiro identifica a existência de duas vertentes teóricas: a primeira dá ênfase à dimensão cultural dos movimentos sociais urbanos, especialmente à questão da formação das identidades coletivas e negligencia fatores estruturais; já a segunda valoriza a análise das estruturas de poder, em especial o protagonismo do Estado e do Capital, a influência dos movimentos na formulação de políticas públicas, e negligencia a dimensão cultural, a subjetividade e as práticas cotidianas. Ribeiro (1991) destaca, ainda, que o estudo do papel exercido pelos “mediadores” nos processos de reivindicação expressos pelos movimentos busca enfrentar os “dilemas e desafios presentes nas duas vertentes de estudos e interpretação dos movimentos sociais” (RIBEIRO, 1991, p. 108). A autora ressalta a importância do trabalho de Paulo Krischke (1987) sobre o papel dos mediadores nos movimentos e sobre as mediações como “campo de elaboração conceitual das relações entre sociedade e esfera política” (RIBEIRO, 1991, p. 108).

Paulo Krischke merece ser mencionado por suas leituras pertinentes sobre a atuação dos agentes externos nos movimentos sociais, apesar de seu relativo deslumbramento com a emergência da “democracia” representativa após o Regime Militar. Além de Krischke (1987), outros autores contribuíram para a compreensão do papel dos mediadores nos movimentos sociais brasileiros, especialmente durante os anos 80, como Santos (1981), Boschi e Valladares (1982), Jacobi (1989) e Sader (1988). Sublinha-se, contudo, a originalidade das contribuições deste último para a compreensão da influência dos mediadores nos movimentos sociais urbanos brasileiros. Sader opera uma análise das especificidades do contexto político brasileiro e aponta para uma reelaboração das matrizes discursivas a partir da década de 1970. Assim, Sader procura reconstituir essas três matrizes discursivas (a matriz da teologia da libertação, a matriz marxista e a matriz sindicalista) supondo que “o modo de organização social condiciona a constituição dos sujeitos da ação, as falas e seus significados” (SADER, 1988, p. 145). Nas três matrizes citadas por Sader, ocorre uma reformulação das estratégias de mobilização que apontam para uma maior aproximação com as “bases” e uma valorização da participação ativa e consciente da população a partir de formatos político-organizativos mais horizontais. Mesmo que isso tenha sido observado em maior grau na atuação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e em menor grau nas organizações sindicais, as mudanças de estratégia têm em comum uma crítica à distância entre os dirigentes e suas bases.

Nas CEBs, particularmente, a preocupação com a participação popular nas atividades chega a prevalecer em relação à avaliação do êxito das mesmas. A igreja passa a substituir a estratégia da caridade por outra da libertação, como aponta Leonardo Boff [citado por SADER, 1988]. As CEBs tiveram um grande impacto nos ativismos sociais nas três últimas décadas do século XX no Brasil e foram os iniciadores e principais mediadores de um grande número de mobilizações que deram origem a ativismos e movimentos sociais urbanos. Nas organizações de esquerda, onde a derrota do militarismo revelou o enorme distanciamento das “vanguardas revolucionárias” em relação às “massas trabalhadoras”, a autocrítica levou os ativistas a objetivar uma maior “ligação com o povo”. Contudo, Sader chama a atenção para o fato de que a crise da esquerda brasileira se deu num momento de profundo questionamento tanto das estratégias revolucionárias quanto da própria teoria marxista, levando a derrocada da participação nessas organizações.

“Será cada vez maior o número de militantes que – individualmente ou em grupos – começam a se desprender dessas organizações e a manter essas atividades junto aos trabalhadores já sem as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias (SADER, 1988, p. 173)”.

O “novo sindicalismo” constitui uma exceção, já que é o único que se desenvolveu no interior da institucionalidade dada. Contudo, a inovação do “sindicalismo autêntico” foi combater o esvaziamento dos sindicatos ao estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados, enfatizando, particularmente, o trabalho de base.

“[a] particularidade que marcou a corrente dos ‘autênticos’ foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical” (SADER, 1988, p. 182).

No capítulo 3, buscarei situar o Apoio das ocupações na discussão sobre os “mediadores”. Além disso, veremos que a constituição da FLP e, conseqüentemente, do Apoio das ocupações de sem-teto da variante “por coletivo” é, em parte, tributária de toda essa reelaboração discursiva apontada por Sader, visto que parte de seus iniciadores (tanto indivíduos do Apoio quanto do Coletivo) já possuíam um histórico de atuação política em uma ou mais dessas matrizes discursivas. A constituição de um Coletivo que ocorre concomitantemente à do Apoio, busca reforçar a autonomia dos moradores em relação aos agentes externos e dificultar a captura e a instrumentalização do movimento por partidos políticos, sindicatos e demais instituições mediadoras.

* * *

O declínio do interesse sobre o tema a partir dos anos 90, como observou Souza (2006a), acompanhou tanto as crises e o enfraquecimento dos ativismos quanto a crise do pensamento marxista, que servia de referencial teórico e ideológico de muitos pesquisadores. A ampliação do formato ONG e as perspectivas de se angariar verbas estatais, certamente tiveram um papel importante na cooptação e institucionalização de diversos movimentos. Além disso, o referencial teórico e ideológico dos pesquisadores dificilmente conseguia dar conta de elucidar a prática de movimentos que não se organizavam sob a forma de partidos ou sindicatos, com suas representações, programas e projetos.

“A atualização da cidade desafia as teorias urbanas construídas para o período de hegemonia incontestada do capital industrial. Mudanças na organização do capitalismo e na ação social impulsionam, atualmente, estudos dos valores culturais, de identidades sociais e da territorialidade, em articulação com a política e a dinâmica econômica. Transformações na acumulação capitalista trouxeram incerteza e insegurança ao cerne da experiência urbana, o que reduz a influência exercida por orientações teóricas apoiadas no estruturalismo.” (RIBEIRO, 2010, p. 150)

Por mais que se possa criticar o número excessivo de estudos empíricos e a escassez de teorização, como mostraram Silva e Ziccardi (1979), Silva e Ribeiro (1985) e Souza (1988a), essas discussões dos anos 70 e 80 levantam questões importantes sobre a relação entre os movimentos sociais e o Estado, sobre espontaneísmo, organização e institucionalização dos movimentos sociais, sobre o papel dos mediadores e sobre os formatos político-organizativos. Contudo, dedicarei especial atenção àqueles autores que buscaram novas formas de compreender os ativismos e movimentos que surgiam, sem prender-se às amarras de um edifício teórico que não mais dava conta de elucidar a realidade observada.

“A inadequação de uma concepção do mundo que, como diria Lyotard, para manter seus referenciais de ordem e racionalidade, é forçada à miopia para com grande parte da ‘desordem’ e da ‘irracionalidade’ contemporâneas (SOUZA, 1988a, p. 31).”

Estes autores enxergavam no suposto “espontaneísmo” um “algo mais” e operavam, já nos anos 80, análises que não se limitavam às macroestruturas e nem mesmo se viam restritas ao sujeito e à cultura. Castoriadis (1983, 2002, 2004, 2006, 2007[1975]), Guattari (1985), Deleuze e Guattari (s/d, 1997a, 1997b, 1997c, 1999, 2000), Guattari e Negri (1987), Sader (1988) e Souza (1988a) são alguns dos que perceberam que a derrocada do “socialismo real” e do marxismo que lhe servia de base teórica, longe de causar lamúrias saudosistas,

oferecia novas possibilidades e demandava alternativas organizacionais de um outro tipo, que fossem uma resposta às reificações e fragmentações;

“(…) não pela via da centralização organizativa e programática, via esta infecunda e heterônoma, mas pela via de recomposição de um pensar e de um fazer estratégicos com base na articulação autônoma dos diversos segmentos que, conquanto objetivamente irmanados por algum tipo de opressão, hoje ainda se acham distanciados por obstáculos ideológicos e dificuldades inerentes ao próprio ritmo da vida” (SOUZA, 1988a, p. 209).

Sobre o formato político-organizativo, Castoriadis, em 1959, já colocava o dilema de forma clara: “[C]omo agir sem se organizar? E como se organizar sem cair de novo na evolução que fez das organizações tradicionais as mais ferrenhas inimigas do fim que elas deviam realizar?” (CASTORIADIS, 1985[1959], p. 147) De fato, a revolução socialista na Rússia e nos países que a empreenderam subsequentemente, demonstraram um alto grau de burocratização e não conseguiram transformar as condições de existência do proletariado. O Partido Bolchevique que deveria representá-lo passara a constituir uma nova classe dominante, a qual Castoriadis denominou de “burocracia”.

Mas a pergunta se mantém: como organizar-se sem reproduzir a heteronomia estatal? O reconhecimento da necessidade de se superar as limitações que a forma-partido impõe, não exclui de forma alguma a necessidade e a importância da organização. Marcelo Lopes de Souza (que se inspira no legado político-filosófico autonomista de Castoriadis) destaca duas visões possíveis a partir da crítica à forma-partido: a “organizófoba” e a “antiburocrática”.

“A organizófoba sustenta que qualquer forma de organização articulada dos movimentos – traduzindo-se organização sempre como costuramento burocrático de problemáticas diferentes – deve ser repelida, deixando-se que os movimentos caminhem isolados, apostando-se na evolução das contradições objetivas e que, no momento da crise definitiva, a soma espontânea dos diversos movimentos bastará para dar xeque-mate na opressão. A antiburocrática, por seu turno, encara a organização e o costuramento como um pressuposto fundamental para vencer os corporativismos e ultrapassar a dispersão de esforços e de questionamentos – entendendo, entretanto, por organização, algo diferente do modelo burocrático (separação entre dirigentes e executantes, centralização programática)” (SOUZA, 1988a, p. 200).

Essa organização “diferente do modelo burocrático” é, sem dúvida, dificilmente visualizável em seus pormenores e só pode se mostrar no fazer histórico em si mesmo (como afirma Souza nas páginas seguintes à citação supracitada). Por isso, mesmo não havendo algo como um modelo formal de organização antiburocrática, podemos observar inúmeros exemplos de movimentos que buscam impedir a consolidação de cargos formais de direção separados do restante dos ativistas e que, mais do que isso, desenvolvem formatos político-

organizativos que escapam a própria lógica instrumental característica da forma-partido ou da forma-sindicato (que, aliás, no fundo, constituem a mesma “forma”).

2.2 – Pensando um contorno coletivo para além da forma-Estado/partido

2.2.1 – Forma-Estado e a espacialidade grega antiga

O jornalista e pensador uruguaio Raúl Zibechi (2006) se inspira nos trabalhos de Deleuze e Guattari para lembrar que o Estado existe em todos os espaços sociais como potência ou, pelo menos, como horizonte. Quando se fala em “poderes não-estatais”, trata-se, na verdade, da sua capacidade de dispersar o Estado e impedir que este se cristalize. Deleuze e Guattari, por sua vez, se inspiram na obra de Pierre Clastres e nas questões postas pelo autor, que recusa a ideia do Estado como um produto do desenvolvimento econômico, e indaga se as “sociedades primitivas” não teriam a preocupação de conjurar e prevenir o surgimento do Estado.

“Conjurar a formação de um aparelho de Estado, tornar impossível uma tal formação, tal seria o objeto de um certo número de mecanismos sociais primitivos, ainda que deles não se tenha uma consciência clara. (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 12)

Mesmo que se possa argumentar, corretamente, que no caso das “sociedades primitivas” não se trata propriamente de uma reflexão consciente sobre o perigo de se institucionalizar um poder heterônomo, e sim, da perpetuação de tradições ancestrais que constituem um “infrapoder”²⁵ (CASTORIADIS, 2006) que impede hierarquizações formais; fica explícito a diferença entre uma organização formalmente heterônoma (ou a “forma-Estado”) e este outro tipo de organização social que cria mecanismos para impedir tal cristalização de hierarquias.

“[O] Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar. Portanto, são necessárias instituições especiais para que um chefe possa tornar-se homem de

²⁵ “(...) num sentido, [o infrapoder] é o poder do próprio campo social-histórico, o poder de *outis*, de Ninguém. (...) A sociedade instituída nunca consegue exercer seu infrapoder de forma absoluta (...) sob o imaginário social estabelecido sempre corre o imaginário radical.” (CASTORIADIS, 2006, p. 127, 128 e 129). Segundo SOUZA (2006a), Castoriadis distingue entre poder explícito, que é o exercício do poder vinculado ao governo, e o infrapoder, que significa a “introjeção coletiva de valores (significações imaginárias sociais) que induzem comportamentos conformes a um certo *nomos*, a uma certa ‘ordem’ social” (SOUZA, 2006a, p. 333).

Estado, porém requer-se não menos mecanismos coletivos difusos para impedir que isso ocorra.” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 12)

Há, contudo, uma importante ressalva a ser feita: não se pode falar em uma organização autônoma no caso das “sociedades primitivas” pelo simples fato de se tratar de normas impostas por ancestrais ou divindades. Em outras palavras, eles não dão a si mesmos suas próprias leis (*autos nomos*), pois estas são atribuídas a uma instância extra-social. Assim, como nos lembra Castoriadis

“[a] ruptura da heteronomia mítica ou religiosa, a contestação das significações imaginárias instituídas, o reconhecimento do caráter historicamente *criado* da instituição – da lei, do *nomos* – é, num grau ofuscante, inseparável do nascimento da filosofia, da interrogação ilimitada e que não conhece *autoridade* nem intra nem extramundana – como o nascimento da filosofia é inconcebível fora da democracia” (CASTORIADIS, 1983, p. 14).

Mesmo assim, o que Pierre Clastres observa é a existência de mecanismos coletivos difusos que previnem o surgimento de tal formação heterônoma. Porém, esses mecanismos não estão presentes somente nas “sociedades primitivas”. Na Grécia Antiga, a *pólis* grega já se valia de alguns mecanismos para impedir a cristalização de poderes formais. A *boulé*, por exemplo, constituída por cidadãos com função de conselheiros, escolhia seus membros através de um sorteio e com um mandato de somente um ano. Assim, o sorteio e a rotatividade funcionavam, juntos, como um mecanismo que impedia a cristalização de indivíduos em funções de coordenação. Alguns desses mecanismos podem, inclusive, ser espaciais²⁶, como indica a valorização dos planos *hipodâmicos*²⁷ na Grécia Antiga, ou mesmo a própria organização espacial circular do *ekklesiasterion*, que situava o orador no centro, porém abaixo do restante dos *demótai*, deixando implícito que ninguém estava acima do corpo de cidadãos, nem mesmo o mais hábil orador (SOUZA, 2006a, p. 527).

“Transcorridos mais de dois milênios, a geometria circular mantém-se, em nossos dias, como símbolo de organização espacial democrática, sendo constantemente revivescida em reuniões as mais diversas: quando se deseja romper com uma organização hierárquica, a primeira coisa que se faz é ‘formar um círculo’, onde todos se vejam e em que não hajam um único centro ‘permanente’ de atenções” (SOUZA, 2006a, p. 526).

²⁶ Souza (2006a) fornece importantes contribuições para a compreensão de organizações políticas horizontais destacando a relevância da espacialidade na democracia direta na Grécia Antiga, na participação popular contemporânea e nos movimentos sociais emancipatórios.

²⁷ Os *planos hipodâmicos* são exemplos de como formas retilíneas podem servir à democracia. Estes caracterizam-se, principalmente, pelo traçado ortogonal, por amplas vias arteriais e pelo provimento abundante de espaço para usos públicos (cf. SOUZA 2006a, p. 530).

Diferentemente das chamadas “sociedades primitivas” de Pierre Clastres (1978), a sociedade grega antiga não instituiu uma sociedade democrática do dia para a noite e por graça de uma divindade ou ancestral. Muito pelo contrário, “o processo de diminuição dos resíduos de poder aristocráticos se foi dando paulatinamente” (SOUZA, 2006a, p. 38). Portanto, houve, na Grécia Antiga, um processo reflexivo, consciente e racional de criação de “mecanismos coletivos de inibição”, para utilizar a expressão cunhada por Deleuze e Guattari e inspirada em Pierre Clastres. A criação desses mecanismos é essencial para eludir a consolidação de centros de poder que, por sua vez, são produzidos e reproduzidos em todas as sociedades. Segundo Deleuze e Guattari,

“[e]xistem já nas sociedades primitivas tantos centros de poder quanto nas sociedades com Estado; ou, se preferimos, existem ainda nas sociedades com Estado tantos centros de poder quanto nas primitivas. Mas as sociedades com Estado se comportam como aparelhos de ressonância, elas organizam a ressonância, enquanto que as primitivas as inibem” (DELEUZE e GUATTAR, 1999, p. 57 [grifos dos autores]).

A questão não é impedir a formação dos centros de poder, mas sim, inibir a cristalização destes em organismos de captura e ressonância dos diversos outros centros de poder. Castoriadis também dedica atenção àquilo que ele denominou de “procedimentos democráticos”. Segundo ele, estes procedimentos não somente serviam para assegurar a horizontalidade das decisões políticas, como também, possuíam um caráter pedagógico. A rotatividade, o sorteio, a decisão após a deliberação de todo o corpo político, as eleições, os tribunais populares

*“(…) não se fundavam apenas em um postulado de igual capacidade de todos em assumir cargos públicos: eles eram peças de um processo político educativo, de uma *paideia* ativa, visando exercer e, portanto, desenvolver em todas as capacidades correspondentes, tornando assim tão próximo quanto possível da realidade efetiva o postulado da igualdade política” (CASTORIADIS, 2002, p. 271).*

A heteronomia e a autonomia, apesar de constituírem opostos, não são mutuamente excludentes e coexistem de diversas formas em todas as sociedades, em maior ou menor grau. A sociedade grega é testemunha dessa coexistência, já que enquanto no espaço da *ekklesia* as relações sóciopolíticas eram caracterizadas por um alto grau de horizontalidade, nos espaços privados reinava o poder heterônomo do chefe de família sobre a mulher e os escravos (ARENDDT, 2007[1958]). Por isso, Castoriadis insiste em ver a Grécia Antiga, não como um modelo “pronto” que necessita apenas ser transplantado para a sociedade moderna, mas como um germe. Um germe que demonstra a possibilidade de, mesmo em meio a uma

sociedade profundamente heterônoma, esmaecer essa heteronomia através de um processo reflexivo, buscando transformar as instituições da sociedade e, (poderíamos acrescentar) a organização espacial da cidade. Deleuze, em seu livro sobre François Châtelet, comenta sobre a sociedade grega antiga:

“As relações humanas começam por uma métrica, uma organização do espaço que sustenta a cidade. Uma arte de instaurar justas distâncias entre os homens, não hierárquicas, mas geométricas, e não ficar nem muito perto nem muito longe, a fim de evitar os ataques (...) Os gregos nos ensinaram, como bem o lembraram Gernet ou Vernant, a não nos fixarmos a um centro estabelecido, mas a de adquirirmos a capacidade de transportar um centro conosco a fim de organizar conjuntos de relações simétricas e reversíveis, efetuadas por homens livres” (DELEUZE, 1999, p. 33).

Rejeitar a heteronomia, rejeitar a sujeição e a alienação não significa adotar uma visão “organizófoba” (SOUZA, 1988a), mas sim, perceber que o Estado, como lembra Deleuze, não se reduz aos seus “aparelhos”, ele permeia o imaginário, ele é produzido e reproduzido no imaginário. A forma-Estado (mesma forma hierárquica presente em sindicatos e partidos políticos) está presente tanto nas estruturas quanto no pensamento ou nos processos de subjetivação. Por isso, essa produção de subjetividade precisa encontrar alternativas criativas, lançando mão de um “imaginário radical” (CASTORIADIS, 2007[1975]) que seja capaz de criar outras estruturas.

Além disso, o espaço social é, sem dúvida, uma dimensão importante para se pensar a transformação da sociedade. Mesmo Castoriadis, que pouco se dedicou a esta dimensão da sociedade, oferece instrumentos interessantes para pensarmos a relação entre o espaço e a política. Ao distinguir as três esferas que compunham a democracia ateniense, Castoriadis (2002) afirma que a instituição global da sociedade simultaneamente separa e articula a *oikos* (esfera privada), a *ágora* (esfera privada/pública) e a *ekklesia* (esfera formalmente pública). Diferentes regimes políticos apresentam maneiras distintas de organizar essas esferas. Segundo ele, os regimes totalitários transformam tudo em esfera pública, mas, ao mesmo tempo, essa não é realmente pública e, sim, “propriedade privada do aparelho totalitário que detém e exerce o poder” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Da mesma forma, o espaço político de decisão na “democracia” representativa não corresponde ao “devir realmente público do domínio público/público” (como entendido no ápice da democracia da Grécia Antiga, onde a *ekklesia*, ou seja, o corpo de cidadãos constituía diretamente a esfera [e o espaço] pública/pública). Como em outros regimes autocráticos, em uma sociedade organizada de forma heterônoma, esse domínio “é efetivamente mais ou menos privado” (CASTORIADIS,

2004, p. 208). Assim, para Castoriadis, essas três esferas só se encontram nitidamente distintas e articuladas nos espaços verdadeiramente democráticos, pois a democracia (entendida no seu sentido forte) é “o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente pública – pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Souza (2008) ressalta que Castoriadis, mesmo que de modo não discutido, explicita um paralelismo entre a esfera pública e o espaço público em seu sentido “geográfico”.

“Em dois desses casos o símbolo é um tipo de espaço concreto: o *oikos*, a casa (o espaço doméstico), e a *ágora*, misto de praça de mercado e local de reunião, onde se desenrolava a cena pública. Apenas no caso da esfera pública em sentido estrito e formal, a esfera do poder legiferante e deliberante, preferiu Castoriadis como símbolo a *ekklesia* (que era o corpo de cidadãos) ao *ekklesiasterion* (a construção que abrigava as assembleias de cidadãos). Seja como for, saltam aos olhos o forte simbolismo espacial e o paralelismo entre esferas e tipos espaciais” (SOUZA, 2008, p. 83-84).

2.2.2 – A “lógica comunitária” e a sua espacialidade

Diversos movimentos sociais na América Latina buscam formas de inibir a forma-Estado/partido²⁸ e a consequente burocratização de suas atividades através da elaboração e utilização de “mecanismos coletivos de inibição” (DELEUZE e GUATTARI, 1997c). Apesar disso, a burocracia não deixa de estar presente no interior destes movimentos, como por exemplo, no ideário de “campos políticos” (SWARTZ, 1968) menos comprometidos com a organização coletiva (como no caso estudado por GRANDI [2010] no âmbito do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro) ou na própria organização do espaço familiar.

Recentemente, Raúl Zibechi (2006) (dentre outros), vêm se dedicando ao estudo dessas “outras” formas de organização que são observadas, predominantemente, nos movimentos sociais da América Latina no final do século XX e início do XXI. Segundo o referido autor, as análises que buscam nos movimentos sociais uma estrutura de organização separada da sociedade, coesão interna e objetivos estratégicos, acabam conferindo aos movimentos sociais latino-americanos o adjetivo de “espontâneo”, por se oporem à racionalidade estratégica e instrumental dos partidos políticos. Assim, concluem que os movimentos dos oprimidos, por si só, não possuem a capacidade de criar um mundo novo, e

²⁸ A forma-Estado (no sentido empregado por Deleuze e Guattari) e a forma-partido são, em última análise, a mesma “forma”, visto que são os partidos que asseguram a ligação entre sociedade e Estado através de seus canais de representação.

que este só pode ser alcançado através do Estado e da racionalidade ocidental (ZIBECHI, 2006, p. 127). Porém, Zibechi se pergunta:

“Por acaso não foi a unificação e a centralização dos movimentos do passado que permitiu ao Estado e ao Capital neutralizá-los e domesticá-los? Por outro lado, como se explicam as rebeliões populares na América Latina, pelo menos desde o Caracazo²⁹ de 1989, que conquistaram vitórias importantíssimas, sem que estivessem convocadas por articulações ou estruturas formais estabelecidas? (ZIBECHI, 2006, p. 130 [tradução livre])”

Zibechi chama a atenção para o problema de não estarmos dispostos a considerar que na vida cotidiana, as relações de vizinhança, de amizade, de companheirismo, de família, são organizações da mesma importância que o sindicato, o partido e até que o próprio Estado. Segundo o autor, o imaginário dominante entende por organização apenas aquilo que é instituído, ou as relações de caráter hierárquico, visíveis e claramente identificáveis. Contudo, as relações de caráter comunitário têm uma enorme força, e é no bojo dessas relações que se formam os movimentos sociais (ZIBECHI 2006, p. 37).

A crítica de Zibechi é muito pertinente, pois coloca em xeque não somente o formato político-organizativo que se julga ser ideal para desencadear uma transformação social profunda (formato este geralmente inspirado naquelas mesmas organizações que se pretende combater), como também, a perspectiva de que as relações sociais cotidianas pertencem ao domínio do não-político e, por isso, não são tão importantes para o estudo dos movimentos sociais.

Segundo Zibechi (2006), a forma habitual que assume o movimento social na América Latina supõe a construção de poderes separados dos coletivos que representam. Esta separação, entre representantes e representados, assume a “forma-Estado”. Contudo, os movimentos sociais costumam construir suas “estruturas organizativas” de forma simétrica ao capital, aos Estados, aos exércitos e outras instituições deste mesmo sistema ao qual buscam se opor. Mesmo que haja, de fato, inúmeras organizações que surgiram na classe operária, nos setores populares e no campesinato (e que provêm de necessidades estreitamente vinculadas à vida cotidiana), a esquerda política e muitos movimentos sociais preferiram construir estruturas separadas dessa cotidianidade. Ao fazer isso, não apenas consideram que essas organizações possuem pouca utilidade para a revolução, como também

²⁹ O *Caracazo* foi uma onda de protestos avassaladora que tomou conta de diversas cidades na Venezuela (tendo, contudo, seu epicentro em Caracas) em fevereiro de 1989, contra o pacote de medidas neoliberais implementado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez, que resultou em centenas de pessoas mortas pelo exército venezuelano.

terminam por suplantam as formas de organização dos oprimidos para substituí-las por outras calcadas na forma de organização dos opressores (ZIBECHI, 2006, p. 75).

“(…) o que me parece importante é destacar que na base da sociedade já existe o não-capitalismo (…) creio que não se trata de superá-lo, mas de estar aí, com a maior força possível, e quando o sistema começar a cair, não sozinho mas por nossa própria resistência, ter à mão, digamos, um modo de produção alternativo (…)” (ZIBECHI, 2008, p. 41)³⁰.

Assim, Zibechi destaca que, para além da face combativa do movimento social, ou seja, aquela que articula a resistência direta e explícita contra o aparelho estatal ou a burguesia, por exemplo; há, também, a constituição de práticas cotidianas anti-hegemônicas, anticapitalistas e antiestatais que representam o germe de uma “outra” sociedade. Olhar os movimentos sociais apenas em sua “face combativa” (ou aquilo que Sidney Tarrow denominou de “ação coletiva de confronto” [TARROW, 2009]), significa negligenciar aquilo que eles possuem de mais original: a resistência cotidiana aos modos de subjetivação e encodificação capitalísticos (GUATTARI e ROLNIK, 2005). A transformação da sociedade não depende somente da “tomada de consciência” do proletariado, ela depende da produção de subjetividades, depende da criação e recriação perpétua do ser e do estar no mundo. Isso não significa recair em um subjetivismo humanista ou em um culturalismo acrítico, trata-se de buscar descortinar essa rede interconectada de práticas contingentes que produzem tanto sujeitos quanto estruturas.

“A autonomia não é a clausura, mas a abertura: abertura ontológica, possibilidade de ultrapassar o enclausuramento informacional, cognitivo e organizacional que caracteriza os seres autoconstituíntes porém *heterônomos*. Abertura ontológica, pois ultrapassar essa clausura significa alterar o ‘sistema’ cognitivo e organizacional já existente, portanto, constituir seu mundo e a si próprio segundo *diferentes* leis, e, portanto, criar um novo *eidos* ontológico, um si mesmo diferente em um mundo diferente.” (CASTORIADIS, 1987, p. 420)

“A democracia talvez se expresse em nível das grandes organizações políticas e sociais; mas ela só se consolida, só ganha consistência, se existir no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 157)”.

O espaço é gerido, na heteronomia, de maneira a reprimir, isolar e esmagar manifestações singulares de desejo pelas formas dominantes de expressão e de representação.

³⁰ “(…) lo que me parece importante es destacar que en la base de la sociedad existe ya el no capitalismo (…) creo que no se trata de superarlo, sino de estar ahí, con el mayor grado de fortaleza posible, y cuando el sistema se empieza a caer, no solito sino por nuestra resistencia, tener a mano, digamos, un modo de producción alternativo (…)” (ZIBECHI, 2008, p. 41).

Neste sentido, há uma unificação que suplanta a multiplicidade e heterogeneidade dos desejos, o que não ocorre apenas na gestão de uma nação, mas, também, na gestão de um partido político ou de um movimento social, por exemplo. Assim, é preciso compreender que tanto a heteronomia quanto a autonomia remetem, também, ao poder que é exercido no “lugar”, pois “as relações de poder são transformadas no espaço, no local como estão, ao contrário de serem transmitidas intactas de um local a outro” (ALLEN, 2005, p. 203 [tradução livre]).³¹

A heteronomia não é instituída apenas de cima para baixo, ela é exercida no “lugar”, no cotidiano e se apóia nos dominados. Se a autogestão implica uma transformação da vida cotidiana, é de se esperar que o espaço autogerido apresente uma dinâmica espacial diferente do espaço heterogerido, pois opera em outro conjunto de significações, mecanismos, instrumentos e funcionamentos que permitem a reprodução das relações de poder.

Zibechi, em seu livro intitulado *Dispersar el Poder: los movimientos como poderes antiestatales*, estuda os movimentos sociais bolivianos, em particular os movimentos *aymara* (dos *ayllus*³² *rurales*) e das *juntas vecinales* de El Alto. O autor destaca que, em ambos os casos, a deliberação coletiva, a rotatividade dos representantes e o que ele chama de “transbordamento por debaixo das instituições” (tanto estatais, quanto do próprio movimento social), são mecanismos que impedem a formação de um corpo dirigente separado da sociedade. El Alto é uma cidade, próxima a capital La Paz, que abriga os recém-chegados das áreas rurais. Zibechi relata que entre 1988 e 2004 a população da cidade aumentou de 360 mil para 750 mil aproximadamente, enquanto isso, o número de conselhos de bairro (*juntas vecinales*) aumentou de 180 (média de 1 conselho para cada 2 mil habitantes) para 540 (média de 1300 a 1400 habitantes por conselho). Assim, com o aumento da densidade demográfica, a população multiplicou os conselhos tornando-os unidades territoriais menores para facilitar “o controle cara a cara, impedindo, assim, que se formem burocracias separadas do conjunto do bairro” (ZIBECHI, 2006, p. 46 [tradução livre]).

O autor ressalta que, segundo o sociólogo Pablo Mamani, os conselhos de bairro têm um sistema de organização parecido com os *ayllus*. Segundo ele, quando os imigrantes chegam à cidade – com alguma experiência organizativa de suas comunidades e sindicatos

³¹ “(...) *power relationships are transformed in space, on site as it were, as opposed to being transmitted intact from one site to the next.*”(ALLEN, 2005, p. 203)

³² Os *ayllus* são estruturas de organização territorial pré-hispânicas, encontradas até hoje nas áreas rurais da Bolívia.

agrários ou mineiros – eles buscam constituir um espaço de decisões para lidar com as carências do meio urbano e protegê-los da violência e, por isso, fundam os conselhos. Como resultado disso, a população se encontra bem distribuída no espaço urbano. Segundo Zibechi, essa dispersão é mal vista por instituições estatais, pois dificulta o controle social e impede a criação de um panóptico urbano.

“Unidades territoriais maiores darão lugar a organizações sociais massivas que, necessariamente, não podem funcionar na base da democracia direta assentada em unidades familiares” (Ibidem, p. 65).

Além de constituírem espaços de deliberação coletiva, os conselhos de bairro também são responsáveis pela resolução de conflitos entre vizinhos. Não existe a possibilidade de recorrer à polícia ou à justiça estatal. O conselho, além de arena política é, também, tribunal de justiça comunitária, no qual seus integrantes fazem o papel de testemunhas de acusação e de defesa. Em El Alto os comerciantes não são proprietários de seus pontos de venda, mas apenas posseiros, já que é a coletividade que possui a propriedade das vendas. Trata-se de uma propriedade coletiva com usufruto privado. Além disso, há um controle da participação dos habitantes em assembleias e manifestações, sendo que ausências consecutivas podem acarretar em sanções como multas ou a impossibilidade de matricular os filhos na escola (ibidem, p. 56). Zibechi destaca que Felix Patzi, ex-ministro da Educação do governo Morales, sustenta haver um “*ethos* comunal”, que se organiza através de assembleias por zona ou por rua, e que substituiu o “*ethos* sindical”, marcado pela autoridade representativa. Assim, a comunidade seria mais do que uma designação genérica de um grupo, mas comportaria uma lógica própria, dispersadora do poder, que combina autonomia e cooperação na construção de dinâmicas de produção econômica, sócioespacial, política e subjetiva.

“A comunidade é o nome de um código político e organizativo determinado como tecnologia social singular. (...) A comunidade merece, então, uma nova atenção. Já não como excentricidade de um passado que resiste em morrer, mas como uma dinâmica de associação e produção comum, com vigor político mais do que suficiente que, no entanto, é cheia de ambivalências, o que é vital (SITUACIONES, 2006, p. 213 [grifos nossos] [tradução livre])

2.2.3 – A “revolução molecular” e seus contornos

Guattari separa dois tipos de conflitualidade nos espaços capitalistas: o primeiro se refere às lutas de interesses, lutas econômicas, lutas sindicais etc. (molares); já o segundo refere-se às lutas relativas às liberdades, novos questionamentos da vida cotidiana, do ambiente do desejo etc., que ele reúne sob o registro de “revolução molecular”³³. Como mostra Guattari (1985, p. 219), por um lado, vivenciamos o declínio das lutas no nível molar (lutas contra o Estado, contra o capitalismo etc.), sendo que os principais aparelhos de luta desenvolvidos nos séculos XIX e XX, como os sindicatos e os partidos revolucionários, encontram-se, atualmente, ora cooptados, e ora anêmicos, com baixíssima participação. Assim, creditar a eles, na atual conjuntura, uma função de liderar a transformação da sociedade é algo, no mínimo, pouco provável. Contudo, seus papéis foram importantes durante o período que Castoriadis denominou de “época crítica” (entre 1750 e 1950). Sindicatos e partidos políticos ajudaram a impulsionar grandes transformações sociais, mas não sem o auxílio de algum tipo de força “espontânea” das massas. Até certo ponto, durante essa “época crítica”, eles constituíram uma espécie de contorno coletivo capaz de agenciar a multiplicidade e engajá-la ativamente em processos políticos. Contudo, quanto mais próximos estão dos equipamentos de poder, mais o contorno coletivo torna-se cristalizado, num movimento de fora para dentro, fazendo com que esta cristalização, que impõe todo tipo de determinação externa, suprima a diferença e não mais consiga abarcar essa multiplicidade. Afinal, por que as lutas que surgiram ou se intensificaram nos anos 60 de minorias, mulheres, estudantes, homossexuais e jovens ou não se integraram ou pouco se integraram ao aparelho sindical ou partidário? Porque são aparelhos que secundarizam as suas lutas. Não há lugar para novas expressões singulares do desejo nos antigos aparelhos de luta.

“A atitude da classe política e da maioria dos militantes profissionais (...) embora reconheçam a importância desses novos domínios de contestação, geralmente consiste em declarar que nada de positivo se deve esperar de imediato: ‘Primeiro, é preciso que tenhamos alcançado nossos objetivos no plano político antes de poder intervir nessas questões de vida cotidiana, escola, relação entre grupos, convívio, ecologia, etc...’. Quase todas as correntes da esquerda, da extrema esquerda, da autonomia, etc. (situação manifesta na Itália no período de 77) se encontram nessa posição. (...) *As organizações políticas atuais aos poucos foram se tornando assimiláveis aos equipamentos de poder. Independente do fato de aqueles que participam delas se declararem de esquerda ou de direita, elas funcionam de acordo com o conformismo geral: trabalham para que os processos moleculares entrem em*

³³ Vale lembrar que Souza, em 1988(a e b), foi o primeiro a discutir a proposta de Guattari na Geografia brasileira. Em 2009, o autor retomou o tema no âmbito do Encontro Nacional da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa Geográfica), publicado em SOUZA, 2009b).

conformidade com as estratificações molares.” (GUATTARI, 1985, p. 221 [grifos nossos]).

Portanto, sem um contorno coletivo capaz de reunir sob suas fronteiras difusas essa multiplicidade de expressões singulares, elas terminam se dispersando, se isolando e se enfraquecendo. Mesmo assim, elas não param de se multiplicar. Guattari ressalta que se olharmos sob o foco das lutas molares (estas de maior abrangência), o contexto atual apresentaria um corte de 90% de um lado, formado por uma massa conservadora, e 10% de outro, constituído por grupos minoritários mais ou menos refratários. No entanto, afirma Guattari (1985), se lançarmos um olhar sobre as lutas moleculares, veremos uma

“espécie de guerra social bacteriológica, algo que não se afirma mais segundo frentes claramente delimitadas (frentes de classe, lutas reivindicatórias), mas sob uma forma de perturbação molecular difícil de apreender” (GUATTARI, 1985, p. 220).

Deste modo, se, por um lado, vivemos na “época do conformismo generalizado” (CASTORIADIS, 2006) no que se refere às lutas molares, por outro, vivemos também, em parte, numa época de “inconformismo restrito”, percebido através de pequenos atos de resistência como a recusa ao trabalho em sua forma atual ou o questionamento da vida cotidiana, mas também na organização de inúmeros ativismos sociais. Se é verdade que grande parte destes ativismos não chega a formar movimentos sociais (no sentido empregado por SOUZA, 1988a); também não podemos negar seu impacto na produção do espaço e na vida política. A falta de um contorno coletivo que, de fato, agencie todas essas expressões singulares do desejo e as tornem visíveis, faz com que o período atual seja apreendido como um período de “glorificação do ecletismo” (CASTORIADIS, 2006, p. 25), quando, na verdade, trata-se de um período de reformulação e reconstituição de um contorno coletivo que não suprima as singularidades, mas as agencie. O problema não é como vamos derrubar o Estado, mas como agenciar todas essas forças heterogêneas. Donald Barthelme (citado por Castoriadis, 2006) afirma que “a colagem é o princípio central de toda arte no século XX” (ibidem, p. 23). Castoriadis concorda com ele, porém acredita que ele tenha se enganado nas datas, sendo a afirmação mais precisa para a segunda metade do século XX. No âmbito dos movimentos sociais, como foi explicitado no início do capítulo, diversos autores concluíram haver, principalmente a partir dos anos 60, uma fragmentação das lutas sociais. Contudo, fala-se em fragmentação quando o que se tem em mente é a unificação. Quando o modelo remete a organizações do tipo Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou Partido Bolchevique, a multiplicação de ativismos e movimentos é a algo negativo que fragmenta e

enfraquece a luta da classe trabalhadora, contudo, essa diversidade não significa, necessariamente, fragmentação. A experiência boliviana demonstra exatamente o contrário, que a multiplicação de organizações (que no caso boliviano se expressa em unidades territoriais autogovernadas) permite, através da cooperação, preservar a autonomia dessas unidades e efetuar, ao mesmo tempo, conexões transversais entre elas. A colagem não precisa ser uma evidência do ecletismo, mas a tentativa de estabelecer novos contornos coletivos, respeitando a autonomia de cada componente e permitindo, incentivando e viabilizando a ação conjunta.

Podemos ver isso claramente na música das duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI. O que há em comum entre o *hip-hop*, o *rap*, e a música eletrônica (*drum n' bass*, *techno*, *trance* etc.)? Todos são colagens, montagens de trechos de outras músicas, frações de sons, representações eletrônicas de instrumentos reais; enfim, são como um conjunto de fragmentos, exceto que eles não formam um conjunto, formam algo diferente dos fragmentos que o compõem, formam algo novo. Nos anos 80 e 90, *rappers* e DJs (*Disk Jockeys*) precisaram travar grandes batalhas judiciais contra gravadoras que demandavam o pagamento de direitos autorais, devido ao uso de músicas alheias. Em resposta, *rappers* e DJs argumentavam que não estavam plagiando absolutamente nada, pois o resultado era algo totalmente novo e original. Recentemente, um artista israelense chamado Kutiman lançou um “disco” no *Youtube* no qual ele reúne fragmentos de vídeos postados por pessoas do mundo todo – músicos amadores, mães cantando para seus filhos, jovens se divertindo com seus instrumentos, pessoas que cantam para suas *webcams* em inglês, turco etc. – e compôs sete músicas a partir deles. Basicamente, o que ele fez foi um criativo trabalho de montagem dos vídeos que, organizados em uma determinada ordem (arbitrariamente escolhida pelo artista), concatenavam-se perfeitamente e formavam uma nova canção. Desta vez, a resposta dos autores de cada fragmento foi outra: todos postaram mensagens de agradecimento. Kutiman também postou um vídeo intitulado *About*³⁴ (que é o oitavo arquivo do “disco” postado por ele na internet) no qual explica o processo de construção do “disco”. Nele, o artista ressalta que: “foi impressionante ver a frequência com a qual os diferentes filmes combinavam sem que eu tivesse que tocar neles”³⁵. Assim, esses novos artistas que, diga-se de passagem, não

³⁴ Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Kz0gYbqOZXQ>. Acessado em: 4 de março de 2011

³⁵ “It was really amazing to see how often the different movies match together without me even touching it” (Cf. video acima).

raro são rejeitados pelos sindicatos de músicos, buscam precisamente, em meio à diversidade e o ecletismo, um contorno coletivo.

No início deste capítulo apresentei interpretações sobre os movimentos sociais latino-americanos que destacavam o caráter policlassista, fragmentado e heterogêneo dos mesmos. Busquei argumentar que essas características são, de fato, encontradas naquilo que foi batizado de “novos movimentos sociais”, mas que, de forma alguma, são características necessariamente negativas, pois expressam o momento atual de busca por novas configurações políticas capazes de concatenar toda a diversidade de expressões singulares da ordem do desejo e fazer frente ao sistema político, econômico e cultural capitalista. Sistema este que não possui um centro de poder único, e sim, centros de decisão espalhados por todo o planeta, localizados em todos os níveis da pirâmide social (GUATTARI, 1985). Do empresário ao pai de família. Sistema que não impõe necessariamente uma decisão que corresponda aos seus interesses imediatos, pois consulta o conjunto das esferas econômicas e dos segmentos sociais e faz composições. Contudo, este é, sem dúvida, um momento de crise que se expressa, não no ecletismo ou na glorificação do “pensamento fraco”, como coloca Castoriadis (2006), mas na dificuldade de encontrar maneiras de agenciar essa multiplicidade de resistências e expressões singulares.

Entretanto, como ressalta Guattari, as mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos que se desenrolam no viver cotidiano, precisam se articular com as lutas de interesse político e social, pois só assim poderão “engatar transformações sociais e econômicas liberadoras em grande escala” (GUATTARI, 1985, p. 221). A “revolução molecular”, como lembra Guattari, nem sempre desemboca em revolução social. Afinal, “[n]ão foi uma revolução molecular que precedeu o advento do Nacional-socialismo na Alemanha?” (Ibidem, p. 220).

Contudo, o que parece mais importante ressaltar, ainda na linha de Guattari, é que as contradições, incoerências, antagonismos e conflitos encontrados no interior dos movimentos sociais (e apontados com tanta frequência como fraquezas), não devem ser “‘resolvidos’ nem por uma dialética constrangedora, nem por aparelhos de direção que os dominem e os oprimam” (Ibidem, p. 222). Portanto, esse contorno coletivo deve efetuar uma convergência, permitindo tanto a expressão dessas singularidades, quanto o conflito interno entre elas. Assim, faria com que a diversidade interna, ou seja, a manifestação de singularidades, não resulte num movimento de dispersão que promoveria o isolamento de cada componente. Ao contrário, permitiria, então, a unidade da diversidade, sem condenar a singularidade a uma

redução modelizadora que a atiraria de volta ao fluxo hegemônico. Deste modo, faz-se mister dedicar maior atenção aos instrumentos de luta desenvolvidos pelos movimentos sociais que não adotam a forma-Estado, pois enquanto “laboratórios de autonomia” (SOUZA, 2006a), neles serão gestados mecanismos de organização coletiva capazes de viabilizar a constituição de novos contornos coletivos que respeitem a autonomia e a singularidade de cada componente em meio a sua diversidade interna.

“Na medida em que a primeira preocupação de um movimento revolucionário fosse uma autêntica união entre as lutas molares e os investimentos moleculares, a questão da criação de instrumentos não só de informação, mas também de decisão e de organização, se colocaria de uma nova forma. (Em escala microssocial, local, nacional, internacional.) Com tudo o que isso possa eventualmente implicar de rigor e de disciplina de ação, em certas situações, mas segundo métodos radicalmente diferentes dos métodos social-democratas e dos bolcheviques. *Não programáticos, mas diagramáticos*, isto é, que não invalidem as realidades contingentes e as singularidades da ordem do desejo (GUATTARI, 1985, p. 223 [grifos do autor]).

Na próxima seção, veremos de que maneira a formação de redes formais e submersas e de “campos” e “arenas” políticas (SWARTZ, 1968) ajudam a compreender a dinâmica política presente em espaços que se organizam com reduzidos traços de hierarquia. Mais à frente (no capítulo 3), veremos também, como estes conceitos nos ajudam a compreender melhor o processo de territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras, tanto em seu movimento centrípeto de organização/diferenciação interna, quanto em seu movimento centrífugo de articulação ou conflito com aquilo que é exterior ao território.

2.3 – A dinâmica dos “campos” e “arenas” políticas e o papel das “redes submersas”: instrumentos de análise para organizações antiburocráticas

2.3.1 – Os conceitos de “campo” e “arena” em Marc Swartz

Os conceitos de “campo” e “arena”, trazidos da Antropologia Social (mais especificamente dos trabalhos de Marc Swartz [1966; 1968]), são ferramentas importantes para a compreensão da dinâmica e do funcionamento das relações de poder no interior da ocupação de sem-teto estudada, por tratar-se de um contexto no qual os indivíduos e grupos não dominam uns aos outros, e sim, influenciam uns aos outros na base da persuasão. Contudo, mesmo que contrariamente ao que afirma Swartz, isto não quer dizer que não haja poder sendo exercido, pois o poder emana da própria coletividade.

Segundo Swartz, o “campo político” é

“(…) composto pelos atores diretamente envolvidos no processo em estudo. Seu escopo social e territorial e as esferas de comportamento que ele compreende se modificam quando atores adicionais se inserem nos processos ou quando certos participantes se retiram, e quando eles trazem novos tipos de atividades para a interação [com os demais atores] e/ou se desfazem de tipos mais antigos. Como isso indica, os processos se desenvolvem através do tempo com ou sem expansão ou contração, e nenhum estado em particular pode ser suposto como sendo mais duradouro ou ‘normal’ do que qualquer outro. (...) “Campo” é um conceito que permite tanto a continuidade quanto a mudança nas relações entre os participantes na política, e ele ainda tem a vantagem de não possuir a rígida qualidade trazida por termos bem mais comuns, como ‘sistema político’ ou ‘estrutura política’” (SWARTZ, 1968, p. 6 [tradução livre]).

O referido autor argumenta que o “campo” é definido pelos interesses e o envolvimento dos participantes no processo político e o seu conteúdo inclui os valores, significados, recursos e relações empregadas pelos participantes do processo. Contudo, ele ressalta a utilidade de um segundo conceito, a “arena”, que abarcaria aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes dos “campos”, porém, não se encontram diretamente envolvidos com os processos que definem o “campo”. Assim,

“[o] campo está incluído na arena de modo que os participantes do campo operam em, pelo menos, dois conjuntos de relações: com indivíduos, grupos, e com recursos, regras e valores conectados a cada conjunto” (SWARTZ, 1968, p. 12).

Swartz busca expandir a noção de política para além de sua vinculação com as estruturas sociais. O autor critica os trabalhos de Antropologia que reduzem a política “àquilo

que fazem os governos” ou como algo que está “conectado ao ‘governo’, de uma forma ou de outra” (SWARTZ, 1968, p. 2).

“A definição de ‘política’ que procuro desenvolver, não atribui um significado especial para o governo ou qualquer outro tipo particular de estrutura. Onde quer que haja atividades relacionadas à formulação e implementação de objetivos públicos e/ou eventos associados à distribuição e/ou uso de poder público, essas atividades e eventos serão consideradas políticas, mesmo que tenham ou não ocorrido no interior ou tendo ou não relevância para qualquer tipo de estrutura governamental (SWARTZ, 1968, p. 2 [tradução livre])

Swartz tem o cuidado e enfatizar que não se trata de negligenciar o papel das estruturas no estudo da política, mas de reconhecer que a presença do governo ou de quaisquer outras estruturas, não é “um atributo definidor da política” (SWARTZ, 1968, p. 2). Assim, Swartz argumenta que, para identificar a atividade política, o pesquisador deve revelar os “objetivos comuns” de indivíduos ou grupos.

Contudo, o referido autor (que concebe o poder, exclusivamente, como uma relação assimétrica) ressalta que embora o uso do poder esteja presente na maioria dos casos que envolvem processos centrados em “objetivos comuns”, esse não se constitui em uma exigência definidora destes objetivos. Segundo o autor,

“Mesmo quando o poder público não é um objetivo explícito, os processos centrados ao redor de sua distribuição e uso são políticos. Apesar disso, a política tal como se encontra aqui definida, não envolve o poder necessariamente” (SWARTZ, 1968, p. 4 [tradução livre]).

As linhas que se seguem à citação supracitada, no texto de Swartz, buscam explicitar um exemplo concreto no qual uma aldeia (*village*), mesmo imersa em disputas internas, se unifica em torno de um objetivo comum: a continuação de sua própria existência face à interferência externa que ameaça os seus modos de vida tradicionais. O autor utiliza esse exemplo para argumentar que não há exercício de poder envolvido na busca dos habitantes da aldeia pela manutenção de sua existência, pois todos os envolvidos desejam o mesmo objetivo e “ninguém parece utilizar-se de relações assimétricas com outros para alcançá-lo” (SWARTZ, 1968, p. 4).

“O objetivo de fazermos referência à aldeia de Spiro [autor citado por Swartz] é enfatizar a possibilidade de haver objetivos públicos que não envolvem, necessariamente, o conflito ou outros tipos de disputa, que objetivos públicos podem estar presentes sem que o poder esteja envolvido no processo associado a esses objetivos, e que esses objetivos podem ser fundamentais apesar da ausência de poder e de disputa” (SWARTZ, 1968, p. 5 [tradução livre]).

Portanto, como demonstram as citações acima, a concepção de poder de Swartz continua restrita ao poder heterônomo e, por isso, o autor não identifica relações de poder no exemplo retirado de Spiro. Contudo, o autor afirma que mesmo na ausência do poder, as relações sociais observadas na aldeia continuam sendo relações políticas, pois envolvem a obtenção de objetivos comuns. O autor (concordando com Tinker) afirma que, antes de Maquiavel, “uma parte considerável dos estudos sobre política preocupava-se, essencialmente, com a harmonia, a concordância e o comprometimento” e que a obra de Maquiavel “modificou a ênfase da investigação para questões centradas em grupos e indivíduos e sua busca por objetivos em oposição a outros” (SWARTZ, 1968, p. 5). Assim, mesmo compreendendo o poder como algo exclusivamente heterônomo, ele desassocia a concepção de política das amarras da heteronomia e admite a possibilidade de uma política que não gire em torno de relações hierárquicas.

O fato de Swartz ter restringido a política à obtenção de objetivos comuns, não reduz seu mérito em reconhecer que estes objetivos podem ser perseguidos em comum acordo. Além disso, os conceitos de campo e arena que o autor propõe, têm a validade de serem úteis para análises sobre a distribuição e dinâmica do poder em organizações burocráticas (como o Estado ou partidos políticos), para aquelas que envolvem a “política a nível local” (ou seja, aquelas que não envolvem as estruturas diretamente), incluindo aquelas que implicam a existência de poder (heterônomo) e, também, para aquelas que **não** se desenvolvem a partir de relações hierárquicas. Segundo ele, “[é] ao menos concebível que existam objetivos públicos sobre os quais há um acordo universal” (SWARTZ, 1968, p. 4).

Em suma, os conceitos de Swartz são importantes, pois ajudam a compreender as relações de poder que ocorrem no interior da ocupação estudada, por constituírem conceitos fluidos o suficiente para permitir a análise de modelos político-organizativos que buscam relações mais horizontalizadas. Além disso, apesar dos conceitos de Swartz constituírem metáforas espaciais, o autor dedica-se pouco a sua espacialização. Mesmo assim, tendo em vista que a territorialidade é imanente ao poder e expressa uma determinada organização societária que, por sua vez, funda relações de poder; os conceitos de Swartz permitem melhor captar as transformações das conjunturas políticas no interior da ocupação, sendo que estas transformações são também percebidas no espaço. A presença de “campos políticos” distintos no interior de uma ocupação de sem-teto resulta em uma disputa sobre a territorialidade, tanto no que concerne a divisão dos espaços internos, a interdição e o

controle do acesso a certos espaços, quanto no que se refere ao *nomos* adotado que, por sua vez, incide no comportamento e nas práticas espaciais dos ocupantes.

2.3.2 – O conceito de “partido” em Weber e a sua incompatibilidade com formações antiburocráticas

O conceito de “partido”, para Weber, que não se restringe ao formato dos partidos políticos na “democracia” representativa, possui características similares, sendo, contudo, mais rígido do que o conceito de “campo” de Swartz. Para Weber, trata-se, na verdade, de compreender o fenômeno da distribuição do poder dentro de uma comunidade que, segundo o referido autor, pode ocorrer a partir das classes, de estamentos e de partidos, que são os grandes portadores da ação social.

“Enquanto as "classes" têm seu verdadeiro lar na "ordem económica", e os "estamentos" na "ordem social", isto é, na esfera de distribuição da "honra", exercendo a partir dali influência uns sobre os outros e ambos sobre a ordem jurídica, além de também serem influenciados por esta, os "partidos" têm seu lar na esfera do "poder". Sua ação dirige-se ao exercício de "poder" social, e isto significa: influência sobre uma ação social, de conteúdo qualquer: pode haver partidos, em princípio, tanto num "clube" social quanto num "Estado". A ação social típica dos "partidos", em oposição àquela das "classes" e dos "estamentos" que não apresentam necessariamente este aspecto, implica sempre a existência de uma relação associativa, pois pretende alcançar, de maneira planejada, determinado fim seja este de natureza "objetiva": imposição de um programa por motivos ideais ou materiais, seja de natureza "pessoal": prebendas, poder e, como consequência deste, honra para seus líderes e partidários, ou, o que é o normal, pretende conseguir tudo isto em conjunto (WEBER, 1999, p. 185 e 186)”.

Segundo Weber, os partidos existem sempre no interior de um grupo corporativo e apenas quando há uma luta pelo controle do grupo principal, podendo haver, inclusive, no interior dos partidos, “subpartidos” como estruturas mais efêmeras que disputam a sua liderança. Weber destaca que os partidos não são produtos de formas de dominação especificamente modernas e reserva esta denominação também para os partidos da Antiguidade e da Idade Média, assim como partidos organizados em torno de questões religiosas e associações de vizinhos.

“(…) partidos somente são possíveis dentro de comunidades que, por sua vez, constituem, de alguma forma, uma relação associativa, isto é, que possuem alguma ordem racional e um aparato de pessoas dispostas a pô-la em prática, pois o objetivo

dos partidos é influenciar precisamente este aparato e, se possível, compô-lo com seus adeptos (WEBER, 1999, p. 185)”.

Entretanto, Weber ressalta o caráter hierárquico de toda formação partidária, pois segundo ele,

“(…) todo partido autêntico é um complexo que luta pela *dominação* em seu sentido específico e, portanto, tem a tendência por mais oculta que seja - de assumir uma estrutura claramente hierárquica (WEBER, 1999, p. 195)”.

“(…) apesar de toda publicidade ostensiva das assembleias católicas e dos congressos de partido, há uma burocratização progressiva das atividades de partido (WEBER, 1999, p. 226)”.

Como vemos, o “partido” weberiano implica sempre a existência de uma relação associativa que busca atingir determinados objetivos específicos no interior de uma comunidade ou, se possível, dominá-la politicamente a partir de uma estrutura hierárquica. Além disso, Weber ressalta que há sempre uma tendência à burocratização das atividades dos “partidos” devido à necessidade de expandir sua capacidade de influência sobre a sociedade e esconder informações importantes, como no chamado “segredo oficial” ou “segredo de Estado”. Assim, mesmo que o conceito de “partido” abarque organizações políticas surgidas no bojo da sociedade e não somente aquelas criadas mediante regulamento estatal, e mesmo que sua forma e seu conteúdo sejam diversos e dinâmicos – o conceito weberiano deve, ainda assim, ser reservado para formações políticas heterônomas e, por isso, não nos serve como ferramenta para a análise da dimensão política da ocupação estudada.

Já os campos políticos são arranjos políticos mais fluidos e efêmeros, formados, segundo Swartz, por indivíduos que possuem um objetivo comum. Contudo, seus integrantes podem pertencer a grupos políticos distintos, podendo, inclusive, possuir objetivos estratégicos diferentes (e até divergentes), mas, ao mesmo tempo, concordar com um mesmo objetivo tático. Assim, seria esta concordância tática que conformaria o campo político. Isso não significa dizer que campos políticos não possam ser conformados também por objetivos estratégicos, mas sim, que diferentemente dos “partidos” – que são formados a partir de objetivos estratégicos (vinculados a uma ideologia ou a um programa) – a convergência tática é suficiente para criar campos políticos que podem se constituir em diferentes escalas, tendo uma abrangência variável. Além disso, os vínculos formados entre o “partido” e seus integrantes são vínculos formais que demandam fidelidade, enquanto os vínculos entre indivíduos e seu campo político são informais, fazendo com que um mesmo indivíduo possa

transitar mais facilmente entre os campos e as arenas políticas sem que isso se constitua em um rompimento definitivo, pois não há um compromisso de fidelidade exclusiva.

Quando os indivíduos encontram-se em uma arena, e considerando que não possuem vínculos pré-estabelecidos, a interação na arena e os posicionamentos políticos tomados nas assembleias, bem como as conversas informais que ocorrem nos espaços coletivos ou privados, promovem ligações mais ou menos confiáveis e sedimentam relações de proximidade. Essas relações podem formar um campo quando os indivíduos procuram alinhar-se politicamente na defesa de interesses comuns sobre temas específicos.

Contudo, reduzir a formação de campos políticos a objetivos comuns como faz Swartz (ou mesmo a “projetos políticos”) significa negligenciar a relevância de temas específicos que são de enorme importância para uma coletividade dada, temas estes que podem mobilizar conexões pré-existentes, assentadas em elementos identitários, familiares e afetivos, por exemplo. Assim, deve-se levar em conta, também, vínculos afetivos e de solidariedade na conformação dos campos, pois constituem conexões importantes na configuração de “redes submersas” (VILLASANTE, 1996; ZIBECHI, 1997) que, por sua vez, conectam os indivíduos entre si.

2.3.3 – A produção rizomática das “redes submersas” e seu papel na conformação dos “campos” políticos

Scherer-Warren (2009) destaca que as redes sociais se apresentam como um nível de análise cada vez mais importante nos estudos sobre os novos movimentos sociais. A autora reconhece duas vertentes principais que deram origem aos estudos sobre o tema: a primeira, representada por Radcliffe-Brown, buscava uma “explicação da estrutura social” (ibidem, p. 29) e a segunda, representada por Barnes e outros, utilizava a noção de rede para compreender as relações primárias do cotidiano. Segundo a autora, as duas perspectivas encontram-se combinadas “num enfoque denominado de análise de redes sociais” (ibidem, p. 30). Scherer-Warren ressalta que o grande desafio desta abordagem tem sido combinar as abordagens macro e microssociológicas para o entendimento das relações sociais. Segundo Zibechi (1997), uma parte importante dos esforços para buscar uma síntese das duas abordagens (uma que ele denomina estruturalista e outra denominada de “sociopsicológica”) tem se concentrado em um terceiro nível intermediário entre o indivíduo e os amplos macrocontextos nos quais eles se encontram inseridos.

Assim, para além das redes constituídas por vínculos formais mais visíveis (como as relações de parentesco, por exemplo), há aquelas que permanecem “submersas”, tecidas por relações cotidianas, informais, mas que arquivam uma malha densa, na qual conexões são acionadas quando necessário. Deste modo, as redes “submersas” são caracterizadas por conexões horizontais que atravessam em todas as direções, sem que haja o controle de um centro. Elas instauram um espaço transitivo de intercomunicação, onde as expectativas das redes podem convergir (ZIBECHI, 1997, p. 61).

“As redes submersas exigem comprometimento pessoal e solidariedade efetiva, mas como contrapartida ocupam somente uma parte do tempo das pessoas e lhes permite pertencer a vários grupos de forma simultânea [tradução livre] (ZIBECHI, 1997, p. 52)”.

Portanto, redes “submersas” estabelecem conexões de todo o tipo, servindo de suporte aos “campos” políticos. Sua abrangência denota a capacidade destes de mobilizar opiniões convergentes na arena na qual disputam com outros campos um determinado posicionamento. Assim, redes “submersas” conformam “campos” políticos ao estabelecer vínculos que podem ser suspensos sem que haja um rompimento formal permanente. Deste modo, as redes “submersas” são produzidas por um modo de realização rizomático que permite estabelecer uma multiplicidade de conexões horizontais entre quaisquer pontos. Assim, o rizoma permite a conexão sem hierarquização, pois opera em um plano horizontal.

“O rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 12).

Diferentemente do rizoma, os sistemas arborescentes são hierárquicos e “comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas” (ibidem, p. 19). Contudo, os autores ressaltam que a “árvore-raiz” e o “rizoma-canal” não se opõem como dois modelos, pois o “rizoma” pode ser arborificado, “estruturalizado” e, na árvore, pode se constituir um rizoma.

“Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem começar a brotar em rizoma (...) No coração de uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar. Ou então é um elemento microscópico da árvore-raiz, uma radícula, que incita a produção de um rizoma” (Ibidem, 18).

Portanto, na produção das redes, assim como na produção dos campos, há um modo de realização rizomático que pode ser capturado por processos de totalização, unificação,

formalização e hierarquização e que, por sua vez, podem transformar essa produção rizomática em algo “arborificado”, ou seja, estruturado, definido e organizado. Assim, os campos políticos e as “redes submersas” que os sustentam, possuem um caráter flexível que admite a suspensão e posterior rearticulação em momentos mais propícios, permitindo que indivíduos façam parte de campos políticos distintos mesmo no interior de um mesmo grupo social. Vale ressaltar que existem campos mais e menos coesos. Há aqueles que estabelecem um compromisso recíproco em relação aos posicionamentos de seus integrantes e, por isso, assumem um caráter intertemático estruturado (mais próximos do “partido” weberiano); e existem aqueles que se constituem a partir de temas específicos e, portanto, são mais instáveis; estabelecem vínculos menos rígidos.

Grandi e Teixeira (2010) analisaram os campos e as arenas políticas na Ocupação Chiquinha Gonzaga e identificaram dois campos concorrentes: um mais comprometido com a forma de organização “por coletivo” (ou seja, fortemente inspirada nos princípios da autogestão) e outro menos comprometido com essa mesma forma de organização. Os referidos autores destacam a inexistência de uma homogeneidade interna e ressaltam as diferenças encontradas em cada campo político. Contudo, mesmo no exemplo da ocupação citada, onde a existência dos dois campos é reconhecida pelos moradores, indivíduos claramente associados a um campo político podem votar, em especial nos temas menos polêmicos, contrariamente à posição majoritária do campo do qual faz parte sem, necessariamente, precisar romper com seu campo, pois não há nenhum compromisso formal que impeça as divergências internas de aflorarem nos espaços de deliberação coletiva. Assim, os indivíduos que conformam os dois campos políticos identificados no referido artigo mantêm-se, até certo ponto, permeáveis aos argumentos que se situam externamente ao campo no qual estão inseridos.

Diversos fatores contribuem para o estabelecimento das redes que conformam os campos políticos, como vínculos referentes à identidade, ao parentesco, à convicção política, à afinidade etc. Contudo, nenhum deles determina, por si só, a conformação do campo. Os fatores supracitados são áreas de possíveis convergências, trilhas prováveis tanto para a constituição das redes que conformam os campos, quanto para aquelas constituídas pelos próprios campos em sua arena.

Redes formais formadas por vínculos de parentesco, por exemplo, geralmente levam indivíduos a defender a permanência de um membro da família contra a rejeição do grupo social no qual estão inseridos, podendo, inclusive, formar verdadeiros *partidos* que buscam o

domínio do grupo. No decorrer da pesquisa, observamos em reuniões de organização de novas ocupações de sem-teto da variante “por coletivo”, um esforço – por vezes explicitado verbalmente e, por vezes, concretizado em norma formal do Coletivo – para evitar o acúmulo de unidades de moradia por uma mesma família. O motivo seria o receio de provocar um desequilíbrio nas relações de poder internas, colocando em risco a autogestão da ocupação, pois seus integrantes deteriam muitos votos nas assembleias.

15 – Da coabitação de famílias: Não pode haver mais de duas moradias com pessoas da mesma família dentro da ocupação.” (Regimento interno da ocupação Machado de Assis [anexo 1]).

No caso da ocupação estudada, os campos formados não disputam o domínio da ocupação, eles disputam posicionamentos e propostas na base da persuasão, pois não há uma estrutura hierárquica a ser conquistada. Mesmo assim, trata-se de uma disputa que gira em torno do poder que emana de maneira legítima da própria coletividade. Assim, as práticas políticas e sócio-espaciais observadas na ocupação Quilombo das Guerreiras buscam distribuir e organizar as relações de poder de uma forma mais autônoma, sem que haja uma necessidade de conformar-se a um sistema comum. Mesmo havendo regras formais comumente acordadas e um conjunto de “moralidades”³⁶ (VIANNA, 2002) que incida nos comportamentos individuais e nas relações sociais, as práticas dos sem-teto “residem e se equilibram justamente entre, de um lado o ‘formal’, o ‘institucional’, o ‘moralmente aceito’ e, do outro, aquilo que é necessário, justo, viável, possível, para a sobrevivência na cidade, nas lutas cotidianas” (RAMOS, 2010). Além disso, as ocupações da variante “por coletivo”, diferentemente das pertencentes à variante “por coordenação”, não são identificadas pelo nome da organização que lhe deu origem, mas sim, pelo nome da ocupação em si que, por sua vez, não pertence à organização alguma, mesmo que estabeleça vínculos mais ou menos fortes com organizações do movimento social. Assim, não há um organismo centralizador que agrupe, articule ou defina objetivos comuns para todas as ocupações dessa variante. Cada ocupação é livre para formar suas próprias redes de apoio de acordo com os interesses de cada uma.

Segundo Foucault (2007b[1979]),

³⁶ Adriana Vianna, em sua tese de doutorado, argumenta que, entendendo a moral como um conjunto de percepções e atitudes que implicam produção, veiculação e embate de significados, as *moralidades* seriam os “campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas” (VIANNA, 2002, p. 194).

“o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 183).

Deste modo, veremos no capítulo três um pouco sobre como os campos e as redes se formam e se transformam no interior da ocupação sem, com isso, constituir uma estrutura heterônoma. Assim, veremos como essa dinâmica política dos campos e arenas revela um pouco sobre o esforço de coibir cristalizações hierárquicas, dispersar e concentrar o poder decisório e expandir sua rede de apoio que, por sua vez, dá suporte político à territorialização do grupo. A expansão desta rede produz caminhos arbóreos e rizomáticos, alguns programados e outros surpreendentes.

“Vê só. Em primeiro lugar, isso [a autogestão] torna cada família participante, cada família cúmplice mesmo da ocupação e da manutenção. Quando a gente começa a ocupação é que a gente começa a perceber o alcance disso. Começam a aparecer alianças e recursos de onde a gente não imaginava. E a gente começa a ver que a capacidade de auto-sustentação das pessoas é muito maior do que a gente imagina, mesmo em situação mais miserável.”³⁷

³⁷ Entrevista realizada em 22/01/2010 com ex-membro da FLP e do “apoio”, em parceria com Matheus da Silveira Grandi.

2.4 – A abordagem relacional do território: territorialidade e estratégias territoriais

“De modo genérico, com algumas raras exceções, a Geografia Política no século XX foi uma Geografia do Estado. Em certo sentido, uma Geografia Política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 22).

O foco prioritário dado ao Estado na geografia política reduziu enormemente a capacidade analítica da mesma. Contudo, mais recentemente, o conceito de território libertou-se da vinculação estreita com o Estado-nação, adquirindo novas tipologias e, a Geografia, novas formas de compreender a espacialidade das relações de poder. No cenário internacional (além de Raffestin), Robert Sack (1986) contribuiu enormemente para o entendimento da territorialidade humana como estratégia espacial. Haesbaert (1997; 2007a; 2009) e Souza (2007[1995]; 2003; 2006a; 2008a; 2009a) se destacam no cenário nacional e nos brindam com diversas tipologias que expandem o potencial analítico do conceito. Assim, explicitaremos, brevemente, algumas diferenças e semelhanças entre os autores para melhor esclarecer o que entendemos por território e territorialidade.

Segundo Robert Sack, a territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações. Ela é um recurso estratégico para afetar, influenciar e controlar. Em outras palavras, a territorialidade é uma forma de “comportamento espacial” (*spatial behavior*). Segundo o referido autor, ela está intimamente ligada à forma pela qual utilizamos o solo (seja ele urbano ou rural), a forma como nos organizamos no espaço e a forma como atribuímos significados ao “lugar”. Assim, a territorialidade não existe a não ser que haja uma tentativa de indivíduos ou grupos de afetar as interações de outros. Sack critica a Geografia positivista que vinha tratando da distância como se fosse uma variável de análise da sociedade. Segundo o referido autor, a distância não é uma construção social, ela não diz nada sobre os contextos sociais, mas as relações territoriais, sim. Por isso, as relações territoriais são importantes para analisar como se dão as relações sociais e as relações de poder.

“A territorialidade é uma expressão geográfica do poder social. Ela é o meio pelo qual o espaço e a sociedade se interrelacionam. As funções cambiantes da territorialidade ajudam a compreender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo” (SACK, 1986, p. 5 [tradução livre]).

Contudo, para o autor, nem todo espaço socialmente apropriado é um território, pois este somente se constitui quando suas fronteiras são utilizadas para influenciar o comportamento através do controle do acesso. Assim, haveria níveis de territorialidade que dependeriam dos graus de acesso ao espaço em questão. Segundo ele, uma cela de segurança máxima é mais territorial do que uma cela em uma cidade pequena. Ou uma sala de aula fechada com suas cadeiras ancoradas no chão e crianças sentadas durante todo o dia na mesma posição, é mais territorial do que uma sala de aula aberta onde não existem assentos fixados para cada criança, permitindo que as crianças se desloquem de uma atividade a outra.

Sack busca afastar o conceito de territorialidade de interpretações naturalistas ao torná-lo uma estratégia e, portanto, estreitamente vinculado ao contexto das motivações e objetivos humanos. Segundo ele, a territorialidade sempre envolve uma forma de classificação por área e isso se torna visível quando uma pessoa ou grupo restringe o acesso a coisas, recursos e relações em um espaço determinado, ou seja, quando se estabelece quem são os *insiders* e os *outsiders* de uma área específica. A territorialidade também deve conter uma forma de comunicação através do uso de suas fronteiras. Essas fronteiras podem ser comunicadas, por exemplo, através de um gesto, sem necessitar de uma delimitação demarcada no substrato. Sack destaca que a fronteira é, provavelmente, a única forma simbólica que combina uma proposição sobre a direção no espaço e outra sobre posse ou exclusão (SACK, 1986, p. 21). Além disso, a territorialidade envolve a tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e as coisas que nela estão contidas. Assim, qualquer transgressão da territorialidade deverá ser punida para que o território não seja ameaçado.

Para o autor, por mais que a territorialidade tenha um papel importante em muitos aspectos das relações sociais, ele destaca como seus usos mais frequentes: o estabelecimento de jurisdição política e a delimitação da propriedade privada da terra. Ele mesmo ressalta a relação entre a burocracia e a territorialidade, alegando que a dinâmica da burocracia acaba sendo espelhada na lógica da territorialidade, visto que tanto as organizações tradicionais quanto as modernas³⁸ tem empregado a territorialidade como uma parte integral de suas

³⁸ Segundo Sack, Weber se refere a três tipos ideais de organização: a carismática, a tradicional e a burocrática. A carismática é uma organização mais flexível e gira em torno de um líder. Quando o carisma se torna rotinizado, ele começa a abrir espaço para as outras duas formas de organização: a tradicional e a burocrática. Na organização tradicional a justificação da autoridade é a base do costume. A hierarquia pode ser desenvolvida e complexa, mas a habilidade pessoal pode mudar o poder e o escopo do poder. A legitimidade da autoridade não pode ser retirada de posições formadas em um escritório, mas por estar conectada as posições tradicionais de liderança. Por fim, a organização burocrática é um termo reservado por Weber para as sociedades modernas, o que inclui as sociedades capitalistas e socialistas. Para ele, as burocracias são formadas por linhas formais de comunicação, uma hierarquia clara, definições de autoridades, e relações impessoais.

estruturas. O referido autor, concordando com Weber, aponta cinco características gerais das organizações burocráticas: a especialização, que se refere à divisão do trabalho; a padronização, ou seja, a extensão da regularidade procedimental na organização; a formalização, como o uso de documentação para a definição e comunicação do trabalho; a centralização, ou a constituição do *locus* da autoridade na organização; e a configuração, que se refere a forma da autoridade e da hierarquia e pode ser resumida, segundo ele, pela expressão “abrangência do controle”.

Sack afirma que, para Marx, a burocracia é uma instituição a ser manipulada pelo poder de classe. Assim, a divisão social do trabalho – manifestada em hierarquias, especializações e tarefas – seria determinada pela divisão econômica do trabalho. Segundo Sack, Marx (em sua crítica à Hegel) vê o socialismo como algo que simplificaria a burocracia estatal. Sack argumenta que Marx limitou o problema da burocracia à administração do Estado, acreditando que a produção, o consumo, ou a própria vida cotidiana seriam questões externas à burocracia. Assim, terminou não percebendo que a burocracia sobreviveria à abolição da propriedade privada dos meios de produção e, mais do que sobreviver, se intensificaria, estendendo ainda mais seus tentáculos sobre a sociedade. Sack ressalta que os marxistas têm reconhecido essa burocratização nos países socialistas e que essas tendências oligárquicas do governo burocrático, por exemplo, podem criar o equivalente a uma estrutura de classes e de interesses, podendo ter grande influência no contexto social-histórico.

Assim, Sack (inspirado em Weber) conclui que nas sociedades tradicionais e modernas, a territorialidade pode aumentar a eficiência da organização, da centralização e da abrangência do controle. Além disso, a característica da territorialidade em prover e facilitar a classificação, a comunicação e o controle, pode também gerar um aumento da especialização, da padronização e da formalização até um determinado ponto. Sack ressalta que nas modernas organizações burocráticas centralizadas, como o exército, a escola e a fábrica – encontram-se relações específicas quantitativas que possuem diferentes graus de territorialidade, de abrangência do controle, de hierarquia, de complexidade e de tecnologia (SACK, 1986, p. 46).

Deste modo, ele constrói a sua “teoria da territorialidade” tendo como referência o espaço característico das burocracias modernas. As sociedades burocráticas ocidentais (capitalista e socialista) seriam, então, aquelas que mais implementaram a territorialidade como estratégia espacial. Por isso, no exemplo citado anteriormente, ele atribui um nível mais elevado à territorialidade de uma prisão de segurança máxima e a organização da sala

de aula em uma escola rígida tradicional. Por este mesmo motivo, Sack chega a considerar a possibilidade de algumas “comunidades primitivas” não apresentarem territorialidade alguma. Mesmo reconhecendo que o grupo de ameríndios Chippewa (que não se organizava de forma centralizada) utilizava a territorialidade para promover união e não para classificar e separar pessoas de seus lugares, ele insiste em afirmar que o referido grupo não fazia tanto uso da territorialidade quanto as sociedades modernas (sociedades altamente hierarquizadas). Portanto, Sack sempre atribui um maior grau de territorialidade às sociedades que a utilizam como um recurso estratégico para a dominação. A territorialidade seria, então, a projeção espacial das relações de dominação, necessária para a constituição de sociedades hierarquizadas. Assim, as sociedades cujas relações de poder fossem organizadas de maneira horizontal seriam, ao contrário, caracterizadas pelo baixo grau de territorialidade, visto que não haveria a necessidade de separação, classificação e restrição do acesso. Faz-se mister ressaltar que a perspectiva de Sack, apesar de muito contribuir para a elucidação da territorialidade como conceito (e especialmente da territorialidade burocrática), negligencia a possibilidade de utilização de estratégias territoriais para eludir a formação de hierarquias.

Antes de expormos a perspectiva de outro grande geógrafo que muito contribuiu para a abordagem relacional do território, vale destacar alguns aspectos importantes do livro de Robert Sack. Em primeiro lugar, Sack amplia o conceito de território para abarcar a forma pela qual o espaço serve como instrumento e mediador das relações de poder. Em segundo lugar, o autor afirma que a dinâmica da burocracia é espelhada (*mirrored*) na lógica da territorialidade e destaca que o desenvolvimento deste tipo de organização mobiliza recursos estratégicos de caráter espacial com o objetivo de potencializar sua atuação. Além disso, esses recursos estratégicos não são encontrados na burocracia estatal somente, mas também no exército, nas prisões e nas escolas. Portanto, Sack destaca que a circunscrição hierárquica, a impessoalidade das relações sociais e os canais rígidos de comunicação são características da burocracia que, por sua vez, se serve da territorialidade para segmentar, hierarquizar e classificar. Deste modo, poderíamos dizer que, se governar significa implementar mecanismos e procedimentos que permitam conduzir os homens (como explicitaremos na seção subsequente, tendo como referência o filósofo Michel Foucault), as estratégias territoriais apontadas por Sack (e que ele chama de territorialidade) seriam ferramentas importantes para a organização e conformação de um conjunto de mecanismos, instrumentos e funcionamentos que permitam a reprodução das relações sociais e de poder instituídas. A classificação, a comunicação, a especialização, a padronização e a formalização, são não

somente características da burocracia como organização social, mas também, de uma territorialidade burocrática que distribui de maneira hierárquica, procedimental e funcional os fluxos da atividade social no espaço. Em suma, mesmo sem citar Foucault, encontramos na territorialidade definida por Sack (e nas tendências que ele destaca), as características apontadas por Foucault a respeito do espaço disciplinar, especialmente no que se refere a segmentarização, a classificação e hierarquização dos espaços. Veremos mais sobre isso na seção seguinte. Por hora, seguimos com a revisão sobre os conceitos de território e territorialidade, não apenas para “não perder o fio da meada”, mas porque até agora, a territorialidade de Sack é apenas um recurso estratégico para o exercício do poder.

* * *

Raffestin, que se inspira na obra de Michel Foucault, argumenta que toda sociedade necessita organizar o “campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 150). Assim, do Estado ao indivíduo, de organizações sociais grandes a organizações de pequeno porte, “encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 152).

“Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 150).

Segundo o autor, os indivíduos ocupam pontos no espaço e distribuem-se a partir de modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados e que, por sua vez, constituem, pelo menos em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao fator acessibilidade. Deste modo, essas interações políticas, econômicas, sociais e culturais conduzem à formação de sistemas de malhas (*maille*)³⁹, de nós e redes que se imprimem no espaço constituindo territórios.

Assim, esses sistemas de tessituras, nós e redes organizadas de forma hierárquica asseguram o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Ele diferencia a “tessitura desejada”, que é aquela que busca otimizar o campo operatório do grupo e a “tessitura suportada”, que busca maximizar o controle do grupo. Para Raffestin, a tessitura é a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, relativamente funcionalizadas, ela é um enquadramento do poder e exprime a área de exercício dos poderes. As tessituras

³⁹ Raffestin utiliza o termo “malha” para se referir à divisão territorial.

podem se sobrepor, se cortarem e se recortarem sem cessar. Assim, “todo projeto de um ator sintagmático se realiza em várias malhas ao mesmo tempo, mesmo quando ele nem suspeita disso” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 154).

Raffestin possui uma visão ampla de poder que, segundo Haesbaert (2007a), apreende, pelo menos de forma indireta, a concepção de “poder simbólico” na visão de Bourdieu. Esta relação indireta entre um poder material e um poder simbólico envolve a chamada “semiosfera” (esfera da produção de significados), pois para Raffestin, a materialidade não é neutra, mas “mergulhada em nossos sistemas de significação” (HAESBAERT, 2007, p. 90).

Segundo Raffestin, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, pois ela é, de certa forma, “a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993[1980], p. 162). Assim, cada sociedade conformaria sua própria territorialidade através das tessituras, nodosidades e redes, que criam vizinhanças, acessos e convergências, como também, disjunções, rupturas e distanciamentos.

Souza (2006c[1995]) tece algumas importantes críticas a Raffestin. Em primeiro lugar, ele argumenta que o autor reduz espaço ao espaço natural, tornando o território praticamente um sinônimo de espaço social, o que empobrece o arsenal conceitual à disposição da Geografia. Em segundo lugar, Souza afirma que tanto Sack quanto Raffestin compreendem a territorialidade como um comportamento espaço-territorial de um grupo social sem levar em conta os demais conceitos e expressões que apontam para este tipo de relação material ou cognitiva homem/meio (como, por exemplo, o conceito lefebvriano de “produção do espaço” ou de “topofilia” de Yi-Fu Tuan). Assim, no que concerne o aspecto de controle territorial destacado pelos autores e vinculado à territorialidade, Souza propõe que se utilize o termo “territorialismo”, ressaltando seu caráter humano-social que, “longe de ser uma simples questão de instinto, é também uma estratégia” (SOUZA, 2007[1995], p. 99, nota 12).

Além disso, ainda segundo Souza, Raffestin reifica o território ao incorporar ao conceito o próprio substrato material, mesmo rompendo com a vinculação do território ao “solo pátrio”. Segundo Souza,

“Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 2007[1995], p. 97)”.

“(…) se territórios podem ser criados e se desfazer ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem – então, intelectualmente, é preciso

admitir que o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem substrato), não são, só por isso, sinônimos” (SOUZA, 2009a, p. 65).

Souza vislumbra, ainda, a possibilidade da construção de uma “territorialidade autônoma” que remete a “uma condição de concretização da autonomia, em diferentes escalas e em graus variáveis” (SOUZA, 2006a, p. 362). O “território autônomo” não remete a um ou outro território real, mas a um horizonte e a um projeto. Mesmo não havendo exemplos empíricos de “territórios autônomos”, o projeto da autonomia (juntamente com uma territorialidade que a acolha devidamente) deve ajudar a iluminar a caminhada, não na direção de um fim pré-estabelecido, mas na direção de um processo contínuo, aberto e, principalmente, auto-instituinte.

* * *

Haesbaert concebe o território a partir de uma perspectiva híbrida do espaço, “híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2007a, p. 79). Para o referido autor, o território é imanente às relações de poder e deve ser concebido a partir da “imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2007a, p. 79).

“Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico” (HAESBAERT, 2007a, p. 93).

Segundo o autor, o território envolve sempre e concomitantemente, um “controle simbólico” sobre o espaço e uma dimensão mais concreta, político-disciplinar, ou seja, “a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT Apud HAESBAERT, 2007a, p. 94). Assim, o autor distingue dois “tipos ideais”: um de dominância funcional e outro de dominância simbólica (HAESBAERT, 2007b, p. 23). Contudo, ele ressalta que

“eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça” (HAESBAERT, 2007b, p. 23).

Haesbaert propõe que o conceito de territorialidade remeta a dimensão imaterial do território, ou seja, como “imagem” ou símbolo de um território. Portanto, a territorialidade pode servir como estratégia político-cultural, mesmo não havendo um território manifestado. Haesbaert (2007b) dá o exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, pois havia uma imagem ou símbolo desta, mesmo anteriormente à concretização de um território correspondente. Para o referido autor, a territorialidade deve ser apreendida em um sentido mais amplo do que território, mas sempre tendo o cuidado de especificar se trata-se da “territorialidade como condição genérica para a existência de um território, tenha ele existência efetiva ou não” (HAESBAERT, 2007b, p. 27) ou se trata-se da dimensão simbólica ou ‘vívda’ do território. Segundo ele, a abordagem que remete a territorialidade à “qualidade inerente à existência, efetiva, do território, condição de sua existência” (HAESBAERT, 2007b, p. 26) tende a tratar território e territorialidade quase como sinônimos.

Contudo, torna-se mister ressaltar que as propriedades gerais necessárias à existência do território, ou seja, “aquilo que faz de qualquer território, um território” (SOUZA, 2007[1995], p. 99), não podem se confundir com aquilo que elas mesmas conformam. Souza prefere encarar a territorialidade à semelhança de substantivos como brasilidade e sexualidade. Segundo ele:

“A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é (...), relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc.” (SOUZA, 2007[1995], p. 99).

Vejamos o substantivo brasilidade (mencionado por Souza [2007[1995], p. 99]): no Dicionário Houaiss, a brasilidade é definida de duas formas:

- 1) Como “caráter ou qualidade peculiar, individualizadora, do que ou de quem é brasileiro” (HOUAISS, 2001); e
- 2) Como “sentimento de afinidade ou de amor pelo Brasil; brasileirismo, brasilianismo, brasilismo” (Ibidem)

Embora o sentimento de pertencimento ao território possa constituir “topofilias”⁴⁰, não é essa dimensão cultural e afetiva que está sendo enfatizada por Souza, mas aquela referente à primeira definição, pois aquilo que faz de um determinado território, um território, são suas características particulares, seus elementos de funcionamento, que o conformam e

⁴⁰ “A palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107).

sustentam. A brasilidade não é uma noção abstrata, pois remete as características reconhecidas como tipicamente brasileiras. Portanto, a territorialidade como conceito remete a algo abstrato, mas a territorialidade observada em um território específico não tem nada de abstrata. A territorialidade é mais do que um mapa das relações de poder circunscritas no território, mas também, os mecanismos, as propriedades e funções espaciais que organizam (ou pelo menos incidem na organização) (d)as relações de poder na sociedade. A territorialidade não localiza o poder, mas sim, distribui os fluxos da atividade social no espaço. Por isso, se falamos em território, precisamos explicitar sobre quais relações sociais estamos nos referindo, visto que “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2009a, p. 65). O território demarca um espaço no qual certas relações de poder se constituem. Enquanto o poder é “uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais)”, o território é “a expressão espacial disso” (SOUZA, 2009a, p. 66). Portanto, se é evidente que cada território possui sua territorialidade própria, talvez seja menos evidente que cada territorialidade é, também, formada por diferentes territórios. Os territórios não apenas se justapõem contiguamente, como também, se superpõem.

“Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes” (SOUZA, 2007[1995], p. 94).

Os processos de territorialização e demarcação de territórios requerem, portanto, a organização do espaço e das relações sociais em seu interior. Produz-se um território a partir de um traçado que delimita aquilo que está dentro e o que está fora. As forças externas do meio são mantidas no exterior tanto quanto possível, mas o território é, também, permeável a indeterminações externas. Há um “fechamento relativo” do território (SOUZA, 2006a, p. 554), um movimento de “contenção territorial” (HAESBAERT, 2009, p. 115), um “efeito-barragem que cria através das tentativas de contenção dos fluxos – que contidos por um lado, acabam por encontrar um ‘vertedouro’ por onde possam fluir” (Ibidem, p. 115). Assim, se os territórios são mais como campos de força que se sobrepõem e cujas relações de fronteira são sempre mais ou menos tensas e conflituosas; *a territorialidade revela as formas pelas quais as relações de poder se organizam/diferenciam, se dispersam, se concentram, se alocam no espaço geográfico, e o transformam*. O território não remete, em primeiro plano, à apropriação de um substrato, mas à organização e produção reticular que estrutura e conforma um campo de ação sobre os outros. O território produz um espaço no qual um dado

número de relações de poder podem se reproduzir. Ele se distingue da multiplicidade exterior através da delimitação de fronteiras e da “contenção territorial” (HAESBAERT, 2007), mas mantém sempre uma certa tensão com o exterior.

“O território, portanto, pode ser visto como o produto ‘agenciado’ de um determinado movimento em que predominam os ‘campos de interioridade’ sobre as ‘linhas de fuga’, ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo” (HAESBAERT, 2007, p. 123).

Quanto ao simbolismo presente e atuante no território, concordamos que a dimensão do poder não prescinde da produção de símbolos. A rede simbólica do mundo se faz imersa em um “magma de significações imaginárias sociais” (CASTORIADIS, 2007[1975]), mas como nos alerta Castoriadis, o sentido do sistema de símbolos não resulta de uma combinação específica deste, mas de diversas combinações possíveis. É a “criação imaginária” – ou seja, aquela que impulsiona diferentes combinações de símbolos para um sentido comum – que age sobre o comportamento humano e sobre as relações sociais, e não o símbolo em si. O poder mobiliza, captura ou produz símbolos para se exercer sobre as ações dos indivíduos. Alguns, como as sinalizações de trânsito ou as fronteiras de um território, são símbolos que existem com a função explícita de conduzir condutas, evitar ou permitir comportamentos; outros atuam indiretamente de forma mais insidiosa, como, por exemplo, aqueles utilizados para incentivar o consumo, mas todos podem ser reapropriados, ressignificados e utilizados com outro sentido.

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que *o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’* em forma de uma ‘illocutionary force’ [força ilocucionária] mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, 2007[1989], p. 14 [grifo nosso]).

O simbolismo presente na esfera da produção de significados pode direta ou indiretamente exercer poder sobre o regime de práticas de indivíduos ou grupos sociais. Símbolos são elementos importantes para compreender como o poder se exerce e para elucidar como ele se organiza e se distribui. Contudo, símbolos são igualmente importantes nos processos de subjetivação, ou seja, na própria construção social dos sujeitos e na forma como o espaço os atualiza e os integra. O resultado dessas mediações pode quase sempre ser “lido” sob uma ótica política (pois está imerso numa multiplicidade de operações de poder),

contudo, ao mesmo tempo, ele pode e deve ser apreendido a partir da esfera cultural das relações sociais. Por mais inseparáveis que sejam, sem dúvida, essas duas esferas são, ainda assim, discerníveis. A cultura é construída em meio às relações de poder, ela condiciona o exercício do poder e é por ele condicionada. Não há cultura sem poder ou poder sem cultura. Assim, símbolos devem ser compreendidos a partir do que eles produzem. Não se trata de reservar ao “lugar” ou ao “território” exclusividade sobre a análise da dimensão simbólica da sociedade, mas de apreender o símbolo como um recurso produzido e produtor de subjetividade, cultura e de poder.

Souza (1988b; 2006a) destaca que a cultura tem sido vítima da Epistemologia positivista “que dilacera o Social e o esquarteja, dando origem às ‘estruturas’ ou ‘(sub)sistemas’ relativamente independentes” (Ibidem, p. 366). Assim, a cultura é “encarada como algo distinto da economia e da política” (Ibidem, p. 366).

“Uma vez mais ou menos descolada da economia e da política, a cultura presta-se, assim, a ser ‘isolada’. Ao contrário do imaginário, que em sua versão castoriadiana nada tem de secundário, sendo, na verdade, o núcleo que dá sentido ao conjunto da vida social” (SOUZA, 2006a, p. 367).

O sujeito se posiciona em meio às tessituras que constituem a territorialidade, e ele a atualiza ao integrá-la. Há uma dimensão subjetiva, afetiva e simbólica do território, mas ela é observada no território a partir do momento em que é mobilizada para agir sobre a ação de outros, como, por exemplo, na conformação dos campos políticos, ou na defesa de um território a partir de um argumento de identidade, como no caso dos quilombolas.

“(…) se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de “lugar” o seu papel nas lutas e nos conflitos pode ser menos aparente, mas não deixa de ser fundamental” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 35).

Além da dimensão simbólica do território, há também uma outra estratégica (aquilo que Souza prefere denominar de “territorialismo”). Como vimos anteriormente, Sack compreende a territorialidade como uma estratégia territorial a serviço das relações de poder. Contudo, esses “territorialismos” ou estratégias territoriais são ações empreendidas por indivíduos ou grupos que visam atuar sobre as ações de outros a partir da relação destes com o espaço, ou seja, a partir da qualidade do espaço de um condicionante-condicionado das relações sociais. A relação do território com o espaço é uma relação de imanência, mas há uma produção social tecnológica – em parte, já incrustada no imaginário social – de mecanismos territoriais capazes de incidir na conduta dos indivíduos, seja de uma forma explícita ou proibitiva (como a restrição do acesso), ou de maneira mais velada, através do

chamado “poder simbólico”. Enquanto a primeira cria territórios ao demarcar fronteiras e relações pertencentes ou não a determinada área demarcada, a segunda direciona e captura fluxos de atividade social. Ela atua nas redes que conformam e sustentam o território, no emaranhado das tessituras, não para realinhar todos os fluxos desviantes, mas para desviá-los novamente, seja na direção dos fluxos hegemônicos ou, ao contrário, com o intuito de isolá-los.

“A territorialidade, como componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p.219).

O território, portanto, não é uma relação entre o indivíduo e o espaço, ele é uma relação entre indivíduos ou grupos *mediatizada* pelo espaço (SOUZA, 2009a). Se o território é imanente ao espaço e às relações de poder, mais importante do que indicar quem o detém, é compreender como, através dele, o poder encontra e atravessa os sujeitos, como ele se exerce e em que direção. A questão poderia ser formulada da seguinte maneira: De que forma as relações de poder – que encontram no território um espaço no qual podem se reproduzir – se organizam de forma a criar mecanismos e procedimentos para incidir no comportamento dos indivíduos e, de certa forma, administrar toda essa multiplicidade? Em outras palavras, como o “governo” (entendido em sentido amplo, abarcando, também, relações micropolíticas do cotidiano) de tudo aquilo que é aleatório, dinâmico e contingente, se distribui, se concentra e se aloca no espaço geográfico? Contudo, se a perspectiva relacional do território liberta o conceito das amarras do Estado e da heteronomia (Cf. SOUZA, 2006a), cabe explicitar melhor o que entendemos por poder e por governo para melhor elucidar a abordagem adotada para lidar com os conceitos de território e territorialidade que, por sua vez, constituirão o vetor principal de análise deste estudo de caso.

2.5 – Espaço, poder e governamentalidade: Organizando o campo de ação das relações de poder

2.5.1 – A espacialidade da heteronomia segundo Michel Foucault

Foucault (1993), em seu livro *A história da sexualidade*, justifica a necessidade de esclarecer possíveis mal-entendidos a respeito da identidade, forma e unidade do termo “poder”. A necessidade de tal esclarecimento decorre da associação usual entre o poder e o Estado. O “Poder” (com letra maiúscula), entendido como “o conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra” (FOUCAULT, 1993, p. 102), não é mais do que a resultante ou o “efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las” (FOUCAULT, 1993, p. 103). Assim, o poder seria, antes, a

“(…) multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si (...)” (FOUCAULT, 1993, p. 102 e 103).

No final dos anos 70, Foucault abandona um vocabulário de batalha presente em seus escritos anteriores (do início dos anos 70) e passa a conceber guerra e política como duas estratégias distintas, pois, segundo ele, um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais era ter investido, pouco a pouco, na ordem do poder político como alternativa à guerra. Para o autor, não se trata de compreender a relação entre dominantes e dominados ou governantes e governados, mas de compreender as múltiplas formas de dominação que se exercem no interior da sociedade.

“[N]ão, portanto, o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social” (FOUCAULT, 2005, p. 32).

Assim, ao invés de partir de noções universais como a soberania, o Estado, os súditos ou a sociedade civil etc., para, então, compreender as práticas concretas e o comportamento da sociedade, Foucault prefere iniciar suas análises pelas práticas em si, tais como estão dadas e tais como são refletidas e racionalizadas, para só então compreender como essas noções universais foram constituídas socialmente.

“Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer” (FOUCAULT, 2008b, p. 5 e 6).

Para Foucault, o que define a relação de poder não é que ela age diretamente e imediatamente sobre as pessoas, mas que ela age sobre suas ações: é um conjunto de ações que age sobre as ações de outros. Deste modo, o Estado não seria o *locus* do poder. O poder não existe como privilégio de uma classe dominante, mas como “o conjunto de suas posições estratégicas” (FOUCAULT, 2007a[1975], p. 26). As instituições que supostamente centralizariam o poder procuram adaptar e converter as linhas fluidas da atividade social em segmentos institucionais mais estabilizados (ALLEN, 2005). Deleuze, em seu livro dedicado a Michel Foucault, contribui para a elucidação dessa relação entre Estado e poder:

“Se a forma-Estado, em nossas formações históricas, capturou tantas relações de poder, não é porque estas derivem daquela; ao contrário, é porque uma operação de ‘estatização contínua’, por sinal bastante variável de caso em caso, produziu-se na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar, sexual, visando a uma integração global. Em todo o caso, o Estado supõe as relações de poder, longe de ser sua fonte.” (DELEUZE, 2006, p. 83 e 84).

Ao estudar as estratégias gerais do poder do século XVI ao XX na Europa, Foucault – tendo identificado três estratégias principais, a saber: a soberania, a disciplina e a segurança – reconhece nas três, características espaciais que as diferem entre si. Essas características não remetem somente à organização espacial da sociedade, mas à maneira pela qual ela encara o espaço social no qual ela mesma está inserida. Assim, esta seção será dedicada, primeiramente, a explicitação das diferenças entre o espaço da soberania, o espaço disciplinar e o espaço de segurança. Posteriormente, procuraremos desenvolver algumas das questões sobre a noção de governamentalidade, além de questões colocadas anteriormente sobre a “territorialidade burocrática” e o horizonte de uma “territorialidade autônoma” que, necessariamente, precisa ser, por princípio, antiburocrática.

Foucault utiliza um texto de meados do século XVII, escrito por Alexandre Le Maître, intitulado *La Métropolitée*, no qual o autor se coloca a seguinte questão: deve haver uma capital num país e em que essa capital deve consistir? Le Maître afirma que o Estado é composto por três elementos: os camponeses, os artesãos e o “terceiro estado”, ou seja, o soberano e os oficiais a seu serviço. Ele compara o Estado a um edifício, no qual os camponeses seriam as fundações que, apesar de quase invisíveis, assumiriam um papel importante na sustentação do edifício. As partes de serviço ou áreas comuns do edifício seriam os artesãos, e as partes de habitação e recepção seriam o “terceiro estado”. Le Maître

utiliza essa metáfora arquitetônica para ilustrar a forma como o território do soberano se organizava espacialmente. O território deveria manter os camponeses no campo, cultivando a terra e fornecendo os alimentos necessários; os artesãos deveriam viver nas pequenas cidades; e, na capital, viveriam o soberano e seus oficiais (além de alguns artesãos e comerciantes indispensáveis para o bom funcionamento da corte).

Le Maître, segundo Foucault, argumenta que a capital deve estar no centro de um círculo, representando o restante do território. A capital seria o símbolo máximo do território. Deveria haver um movimento centrípeto de concentração, não somente do luxo e das riquezas, como do conhecimento das ciências (incluindo as sedes das academias), das melhores mercadorias do estrangeiro e dos melhores oradores sacros. Ao mesmo tempo, haveria um movimento centrípeto de difusão da “verdade” da ciência, das leis e decretos do soberano e de um número de produtos manufaturados.

“Em suma, o problema de Le Maître é o seguinte: como assegurar um Estado bem capitalizado, isto é, bem organizado em torno de uma capital, sede da soberania e ponto central de circulação política e comercial” (FOUCAULT, 2008a, p. 20).

Para Foucault, o problema da soberania era o de conquistar novos territórios e de manter o território conquistado. Assim, segundo ele, a organização da cidade, na soberania, era pensada dentro da categoria mais global de território, entendido aqui como território do Estado. A soberania divide, exclui e exila: campo, cidade e capital – cada um com a sua função na sustentação do território-Estado, separados e articulados; e todos satisfeitos com a parte que lhe cabe. A individualização é ascendente: “quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 160). Nota-se, também, que o território da soberania funciona a partir de um centro claro e localizável: a sua capital.

Foucault diferencia o modelo da “lepra” do modelo da “peste”. Segundo ele, o leproso era rejeitado com a prática do “exílio-cerca”, suscitando modelos de exclusão a partir de um grande fechamento. Já o modelo da “peste” requer o esquadrinhamento da cidade e um policiamento espacial estrito. Diferentemente do modelo da lepra, não há uma divisão dos espaços, mas um recorte e um acompanhamento contínuo e minucioso. Assim, os dois modelos servem de exemplos das diferenças entre uma tecnologia de poder soberana e outra disciplinar. Deleuze, em seu livro sobre Foucault, lembra que:

“[S]e considerarmos as antigas sociedades (de soberania), (...) também nelas uma força se exerce sobre outras forças – mais para realizar um levantamento prévio do

que para combinar e compor; mais para dividir as massas do que para recortar os detalhes; mais para exilar do que para enquadrar (é o modelo da “lepra”)” (DELEUZE, 2006, p. 44).

Para contrapor o modelo defendido por Le Maître em *La Métropolitée*, Foucault destaca o exemplo da cidade francesa de Richelieu, pois foi uma cidade construída a partir de nada: “Onde não havia nada, construiu-se uma cidade” (FOUCAULT, 2008a, p. 21). A cidade foi construída a partir de um modelo muito particular: o acampamento militar.

“O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas” (FOUCAULT, 2007a[1975], p. 144).

A individualização no espaço disciplinar é descendente. Cada preso, cada soldado, cada doente, cada aluno e cada cidadão é fichado e classificado. Há um acompanhamento no nível do indivíduo para que o menor desvio de conduta possa ser, imediatamente, corrigido. Ao invés de contar com alguns pontos de apoio no território, recolhendo e torturando infratores publicamente para servir de exemplo; a tecnologia do poder disciplinar segmenta tudo, individualiza tudo, sabe e vê tudo. Seus mecanismos não funcionam a partir de uma única escala de análise (que no caso da soberania era o território-Estado), pelo contrário, ele constrói uma grade sobre outra grade e esquadrinha tudo até o último detalhe, até o gesto mais comum e inofensivo.

“[O] Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 170).

Deleuze ressalta que a fórmula abstrata do panoptismo não é mais, então, “ver sem ser visto”, mas “impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer” (DELEUZE, 2006, p. 43). Essa multiplicidade deve ser reduzida e tomada num espaço restrito no qual a imposição de uma conduta se faz através da repartição do espaço-tempo (DELEUZE, 2006, p. 43). Então, o panóptico não pode ser definido apenas como um “sistema arquitetural e óptico”, por isso, Foucault invoca a noção de diagrama. E o que é o diagrama? O diagrama é um funcionamento que se abstrai de qualquer uso específico (vide citação acima). Deleuze (2006) destaca que o diagrama não é mais o arquivo auditivo ou visual, mas o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o corpo social. O diagrama é instável e fluido, ele mistura matérias e funções em meio a sua mutabilidade. Diferentemente da

estrutura, o diagrama tece uma rede flexível e transversal, perpendicular à estrutura vertical. Ele é a exposição das relações de força que constituem o poder. “O dispositivo panóptico é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 171). Segundo Deleuze, o diagrama é o mapa das relações de força que procede por ligações primárias não-localizáveis. “Todo diagrama é interssocial, e em devir” (DELEUZE, 2006, p. 45), mas é também uma tecnologia social, antes de ser técnica.

“[S]e as técnicas, no sentido estrito da palavra, são tomadas nos agenciamentos, é porque os próprios agenciamentos, como suas técnicas, são selecionados pelo diagrama: por exemplo, a prisão pode ter existência apenas marginal na sociedade de soberania (as *lettres de cachet*), ela só existe como dispositivo quando um novo diagrama, o diagrama disciplinar, a faz ultrapassar ‘o limiar tecnológico’” (DELEUZE, 2006, p. 49).

Contrastando com o espaço esquadrihado, hierarquizado e fechado da cidade de Richelieu, Foucault utiliza como exemplo a cidade de Nantes, em particular um projeto apresentado por Vigné de Vigny, para solucionar alguns problemas de espaço comuns a diversas cidades da França no século XVIII. Trata-se, primeiramente, de um problema de circulação. Circulação do ar, abrindo eixos que atravessam a cidade para eliminar os miasmas e assegurar a higiene; circulação no interior das cidades com ruas largas dispostas de forma racional; circulação de mercadorias para que estas pudessem ser exportadas e importadas; e circulação de pessoas, visto que, sem as muralhas, era difícil controlar o afluxo de populações flutuantes (como mendigos, delinquentes, ladrões etc.).

“[T]ratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação e diminuir a má (FOUCAULT, 2008a, p. 24).

Mas o que aparecia de novo, segundo Foucault, era a seguinte pergunta: “como integrar a um projeto atual as possibilidades de desenvolvimento da cidade? (...) O que se deve fazer para enfrentar antecipadamente aquilo que não se conhece com exatidão?” (FOUCAULT, 2008a, p. 25). Assim, a questão não mais gira em torno de um espaço artificial, vazio, construído do zero, mas sim, de um espaço que já possui uma dinâmica própria. A cidade não é apreendida e planejada a partir de uma percepção estática, mas leva em conta um futuro incerto e imensurável. Em suma, é preciso levar em conta o que pode acontecer. Assim, diferentemente da tecnologia de poder disciplinar, que corrige e examina constantemente, a segurança permite o desvio e produz a partir dele, evitando (sem impedir totalmente) os fluxos negativos e incentivando os fluxos positivos.

“O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório que vai ser necessário num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio (...) O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É portanto o problema da circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio (...) O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos que ali residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. (FOUCAULT, 2008a, p. 24 e 25).

Enquanto o espaço da disciplina promove um movimento centrípeto de segmentarização, fechamento e circunscrição de um espaço no qual seus mecanismos de poder funcionam plenamente; um espaço minuciosamente regulamentado e arquitetado no sentido de distribuir seus elementos de forma funcional e hierárquica – o espaço de segurança faz um movimento centrífugo no qual novos elementos são integrados o tempo todo a um “meio”. A tecnologia da segurança não constrói uma realidade, ela responde a realidade de forma a anular, limitar, frear ou regular seus componentes. Permite-se que os preços dos cereais subam e permite-se que pessoas morram de fome, para não permitir que a escassez geral de alimentos se instale. A soberania divide o território, proíbe e pune; a disciplina prescreve, recorta e enquadra até o mínimo detalhe e a segurança desvia, retém e impulsiona com base em conjecturas e probabilidades. Ela não prevê, mas analisa as tendências a partir da utilização da Estatística. Não é mais um mecanismo de poder que age sobre um espaço arquitetural, mas sim, que age diretamente sobre a materialidade, age a partir da disposição real no espaço.

Enquanto na soberania os comportamentos desviantes passam, na maioria dos casos, impunes, e na disciplina a vigilância é constante e detalhada – na segurança os desvios são permitidos, pois se produz outra coisa a partir dos fluxos já existentes, sejam desviantes em relação aos fluxos hegemônicos ou não. O foco da preocupação não é mais o território-Estado ou o indivíduo, mas a população. Assim, é a partir da combinação entre as tecnologias de poder disciplinar e as tecnologias de segurança (biopolítica) que Foucault forja a noção de “biopoder”, que é um tipo específico de poder que investe sobre a vida humana – como corpo e como espécie.

2.5.2 – O espaço da biopolítica: a liberdade inscrita

A biopolítica impõe algumas questões preocupantes para a possibilidade de “contracondutas” e, portanto, para a atuação dos movimentos sociais em sentido forte, ou seja, aqueles que representam, de fato, uma afronta ao *status quo*. Se no espaço disciplinar, a constituição de resistências é observada a partir da subversão ou manipulação do regulamento imposto, com o advento do biopoder, essas resistências têm seu potencial transformador ameaçado, visto que seus mecanismos agem diretamente sobre a materialidade. Deste modo, é uma tecnologia de poder que age diretamente sobre as contingências não previstas. Assim, essas práticas dissidentes seriam as próprias contingências que serão, por sua vez, objeto desses dispositivos de segurança. Nesse aspecto, elas não seriam tão resistentes assim. O biopoder não prevê os desvios, ele age sobre aquilo que vai sendo produzido no mundo, sobre aquilo que aparece como contingência. Portanto, a questão que se coloca é a seguinte: não seria talvez o caso de pensar as condições próprias da resistência aos mecanismos de segurança, sem ser simplesmente uma extensão daquilo que é pensado sobre os mecanismos disciplinares uma vez que eles são qualitativamente diferentes⁴¹?

A própria palavra liberdade – que possui um sentido claramente dissidente se nos referirmos ao espaço disciplinar (já que o seu objetivo é obter obediência) – toma outro sentido no caso da biopolítica, pois a liberdade é uma condição para a implementação dos mecanismos de segurança. Ao transformar o comportamento humano “livre” em cálculos e tendências estatísticas, a biopolítica captura as linhas fluidas da atividade social e age a partir delas, sobre elas e com elas. Assim, há uma condução de condutas a partir desses comportamentos “livres”, tornando o poder ainda mais insidioso. É interessante notar a importância capital da Economia, não somente como uma dimensão de análise da realidade, mas como um campo de intervenção para o governo e para a constituição e operacionalização da biopolítica, visto que ela oferece um domínio de intervenções possíveis que partem de fenômenos considerados como intrínsecos ao comportamento humano, a partir de uma análise que reduz a multiplicidade humana ao *homo oeconomicus*.

“(…) o indivíduo só vai se tornar governamentalizável, (...) só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*. Ou seja, a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie

⁴¹ Esta questão foi levantada pela Professora Letícia Parente Ribeiro no âmbito da disciplina “O espaço no pensamento filosófico”, ministrada pelo Professor Marcelo Lopes de Souza no ano de 2010.

de grade do *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. E isso não quer dizer de forma alguma que todo indivíduo, todo sujeito, é um homem econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 345 e 346).

Foucault diferencia a “via axiomática revolucionária”, que parte dos direitos fundamentais do Homem (e não da necessária limitação do governo) para chegar à delimitação da governamentalidade; da “via radical utilitarista”, na qual “a lei será concebida como efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera de intervenção do poder público e, de outro, a esfera da independência dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p. 57). Nesta segunda via, a liberdade será percebida como a independência dos governados em relação aos seus governantes. Assim, a liberdade não é concebida como direito dos indivíduos que, legitimamente, se opõem ao Estado, mas como um elemento indispensável à própria governamentalidade.

“Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo” (FOUCAULT, 2008a, p. 475).

Portanto, a governamentalidade liberal impõe enormes dificuldades para os movimentos sociais, visto que a noção de liberdade, tão cara a estes, é capturada e utilizada como fundamento e justificação para o exercício de um poder heterônomo. Ela estipula o “campo estratégico das relações de poder” (SEHELLART, 2008), risca traçados diagramáticos que se superpõem e que combinam intervenções regulamentares de natureza disciplinar com intervenções não-regulamentares no nível da população e que, por sua vez, atuam de forma altamente descentralizada. É preciso que os movimentos sociais levem isso em conta ao constituir suas práticas, táticas e estratégias.

Além disso, essas estratégias gerais das quais fala Foucault (soberania, disciplina e segurança), não são excludentes entre si, podendo coexistir ou mesmo efetuar conexões e combinações. A propriedade privada individual, por exemplo, é, ao mesmo tempo, um elemento importante do poder disciplinar, visto que ela oferece um meio de segmentar a sociedade no espaço e imprimir uma maior vigilância sobre os indivíduos; como é, também, útil à biopolítica. Rose-Redwood (2006), geógrafo anglo-saxônico, argumenta que a história da enumeração das casas é inseparável do estabelecimento e consolidação das relações de propriedade privada, pois a identificação da propriedade torna a circulação de pessoas e mercadorias mais fluida. Segundo o referido autor, o estímulo inicial para a construção de um

sistema de numeração das casas estadunidenses no século XIX, frequentemente provinha da burguesia, ao invés de prover da burocracia estatal. Mesmo assim, a enumeração das casas e a divisão territorial da propriedade privada são de grande importância para o Estado, pois tornam o espaço inteligível para as instituições burocráticas ao constituir uma “grade de coordenadas” (ROSE-REDWOOD, 2006) que viabiliza intervenções precisas e estruturam o espaço de acordo com uma ordem disciplinar.

Miller e Rose (2008) propõem que se utilize a noção de “dispositivos de inscrição” (*inscription devices*) de Bruno Latour para caracterizar as condições materiais que permitem que o pensamento atue sobre um objeto, pois o governo inspira e depende de um enorme número de inscrições que constroem a realidade sob uma forma calculável. Assim, através da inscrição, a realidade é tornada estável, móvel e comparável. Neste sentido, a informação (proveniente do processamento de inúmeros dados) não é o resultado de uma catalogação neutra, mas sim, o meio através do qual se age sobre o real no sentido de torná-lo suscetível ao cálculo, à avaliação e, conseqüentemente, à intervenção. Deste modo, os eventos podem ser reunidos e identificados no espaço e no tempo e as avaliações e intervenções adquirem uma solidez que as fazem parecer um resultado dos próprios fenômenos (MILLER e ROSE, 2008, p. 66).

“A inscrição pode ser uma forma de ação à distância. Instalar uma tecnologia de cálculo na empresa, no hospital, na escola ou na família, instrui aqueles conformados nestes locais a reconhecer ‘onde estão’, calibrar-se em relação a ‘onde deveriam estar’ e a formular meios de passar de um estado a outro” (MILLER e ROSE, 2008, p. 67 [tradução livre])⁴².

Segundo Nikolas Rose (2007[1999]), para governar é preciso tornar visível o espaço sobre o qual o governo será exercido. É preciso constituir um espaço mensurável e direcionado, no qual os fluxos da atividade social possam ser regulados e sobre o qual se pode agir de forma calculada. Rose-Redwood (2006) forja o termo “regime espacial de inscrições” com o intuito de reunir a noção foucauldiana de “regime de verdade” com a discussão de Latour sobre as “inscrições”. O autor argumenta que o sistema cartesiano de coordenadas é aplicado tanto ao ordenamento espacial da prática científica (como, por exemplo, no sítio arqueológico), quanto no ordenamento social do poder disciplinar e que pode ser observado atuando concretamente na sala de aula, no hospital e na cidade.

⁴² “*Inscription itself can be a form of action at a distance. Installing a calculative technology in the enterprise, in the hospital, in the school or the family enjoins those within these locales to work out ‘where they are’, calibrate themselves in relation to ‘where they should be’, and devise ways of getting from one state to the other*” (MILLER e ROSE, 2008, p. 67).

“O pensamento se materializa ao construir espaços nos quais uma epistemologia é literalmente inscrita (...) A produção de um espaço epistêmico cartesiano estabelece um regime espacial de inscrições, que consiste num ‘sistema’ coordenado de identificadores numéricos ou alfabéticos que foram fisicamente marcados em uma determinada paisagem. Tanto na prática científica quanto na vida cotidiana, o regime espacial de inscrições cartesiano oferece uma fundação epistemológica para a racionalidade administrativa baseada na grade de coordenadas como uma tecnologia de governo” (RED-REDWOOD, 2006, p. 84 [tradução livre])⁴³.

Sem dúvida, essa “grade cartesiana” (ROSE-REDWOOD, 2006) tem servido como um diagrama tanto para garantir a livre circulação de riquezas e mercadorias para o sistema capitalista, quanto para tornar a cidade inteligível à burocracia estatal e suscetível a intervenções de caráter disciplinar. Assim, a consolidação da propriedade privada individual faz do território familiar uma empresa, levando o indivíduo a priorizar cálculos de perda e ganho em detrimento de sentimentos de “lugar”, por exemplo. Em outras palavras, a propriedade privada segmentariza o espaço e submete sua territorialização ao seu valor de troca, reduzindo as complexas relações de poder que conformam o território a uma relação econômica e jurídica. No entanto, se o acesso à propriedade privada no Brasil é significativamente limitado a um segmento da população, na Alemanha do século XX, a governamentalidade neoliberal pregava que, na medida do possível, todos deveriam ter acesso à propriedade privada, pois, como afirma Foucault, trata-se de obter uma sociedade indexada na multiplicidade e na diferenciação das empresas.

“(...) o que é a propriedade privada senão uma empresa? O que é uma casa individual, senão uma empresa? O que é a gestão dessas pequenas comunidades de vizinhança senão outras formas de empresa? Em outras palavras trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas ‘empresa’ que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (FOUCAULT, 2008b, p. 203).

Assim, a política social alemã, como aponta Foucault, é uma política que tem como instrumento a propriedade privada, pois permite uma individualização pela política social, já que

⁴³ “Thought becomes materialized by constructing spaces within which an epistemology is literally inscribed (...) The production of Cartesian epistemic space establishes a spatial regime of inscriptions, which consists of a coordinated ‘system’ of numerical or alphabetical identifiers that have been physically marked into a given landscape. In both scientific practice and everyday life, the Cartesian spatial regime of inscriptions provides an epistemological foundation for an administrative rationality based upon the coordinate grid as a technology of government” (RED-REDWOOD, 2006, p. 84).

“não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar riscos” (FOUCAULT, 2008b, 198).

Foucault afirma que o *homo economicus* é o sujeito governamentalizável por ser aquele que permite que uma arte de governar se regule de acordo com o princípio da economia. A biopolítica, portanto, calcula e age sobre as tendências de comportamento do *homo economicus*. Por outro lado, a governamentalidade liberal e neoliberal também incidem nos processos de subjetivação no sentido de produzir e propagar o *homo economicus*, ou seja, elas estimulam que os governados tornem-se indivíduos calculistas que agem segundo uma lógica puramente instrumental. O “regime espacial de inscrições” cartesiano (ROSE-REDWOOD, 2006) não é apenas um instrumento do exercício do poder heterônomo, mas é, também, utilizado pelos indivíduos cotidianamente. Assim, além de inscrever-se no espaço, inscreve-se, também, no “imaginário instituinte” (CASTORIADIS, 2007[1975]), atuando diretamente sobre as práticas sociais e sobre as “maneiras de fazer” dos indivíduos. Portanto, não se trata apenas de reduzir o ser humano ao *homo economicus* nas análises estatísticas (e estatais) para fins intervencionistas, mas de imprimir o cálculo no espírito dos governados⁴⁴.

É interessante notar a atuação do Estado sobre as favelas cariocas em áreas valorizadas, pois fornece um bom exemplo do exercício do biopoder. Se a remoção foi, durante muito tempo, a tática empregada pelo Estado para impedir a expansão das favelas (principalmente em áreas mais valorizadas), a segunda metade do século XX – marcada pela luta dos moradores destes espaços contra tal ato de violência do Estado – fez com que este desenvolvesse novas táticas. Já no final do século XX, o Estado promovia a regularização fundiária e a urbanização de favelas sob a insígnia do Programa Favela-Bairro que acabou não obtendo o sucesso esperado, encontrando grandes dificuldades, principalmente, devido à ação do tráfico de drogas que, sistematicamente, interferia no andamento das obras. Recentemente, uma nova empreitada foi inaugurada pelo governador Sérgio Cabral que busca uma solução para esse problema. Agora, primeiro se instala a polícia, e depois se

⁴⁴ Similarmente, Guattari propõe que as noções de empreendimento capitalista e de posto de trabalho assalariado sejam concebidas como inseparáveis do conjunto do tecido social. Assim, enquanto a noção de empresa capitalista se estenderia aos equipamentos coletivos, a noção de trabalho assalariado se estenderia à maioria das atividades não-assalariadas. “De certa maneira, a Dona de Casa ocupa um posto de trabalho em seu domicílio; a criança ocupa um posto de trabalho na escola; o consumidor no supermercado; o telespectador diante de seu vídeo...” (GUATTARI, 1985, p. 199).

iniciam as obras e a regularização fundiária e de todos os serviços: são as Unidades de Polícia Pacificadora ou as, já famosas, UPPs.

Contudo, a partir do momento em que o Estado concede o título de propriedade àquele em exercício da posse, e investe em melhoramentos nas áreas em questão, o custo de vida tende a subir (especialmente se acompanhado da formalização dos serviços). Além disso, pequenos comércios e serviços informais, como padarias, cabeleleiro, mototaxi etc., são fechados ou obrigados a pagar tributação, tornando-os financeiramente inviáveis para os seus proprietários. Isso sem contar com o aumento do aluguel que atinge grande parte da população das favelas. Com um custo de vida inflacionado e uma propriedade valorizada, é provável que muitos moradores (dentre aqueles que detêm a propriedade) decidam vender suas casas e mudar para uma área menos valorizada. É a chamada “expulsão branca”. Com este tipo de tática, o Estado não remove ninguém à força. Ao invés de aplicar uma sanção em resposta a um desvio de norma, visto que trata-se de uma ocupação irregular, o Estado reconhece formalmente a sua propriedade e, além disso, promove melhoramentos urbanísticos. Essa aparente generosidade, é claro, não vem desprovida de revés para os referidos moradores, pois estes terão que morar de aluguel em áreas próximas ao mercado de trabalho, ou se deslocar para a periferia urbana, agravando, ainda mais, a segregação sócio-espacial da cidade.

Se considerarmos que a intenção é retirar os moradores de uma área de muito interesse para o capital imobiliário, promovendo, além disso, uma valorização em seu entorno imediato; sem dúvida, a remoção das comunidades representaria uma solução imediata e efetiva. Contudo, talvez o argumento da ilegalidade da ocupação não fosse capaz, sozinho, de justificar uma ação violenta como essa perante a opinião pública, ou talvez represente um risco desnecessário sob um ponto de vista eleitoral. Seja como for, a introdução de elementos no sistema econômico local pode ter efeitos similares aos da remoção, pois mesmo sem retirar todos os moradores, ela acaba gerando a saída daqueles mais pobres que, por sua vez, são substituídos por uma população economicamente superior, promovendo a chamada “gentrificação”. Portanto, a “gentrificação” é uma solução biopolítica, resultado de políticas públicas utilizadas para operacionalizar a valorização de áreas degradadas, atraindo assim, investimentos do capital imobiliário sem que seja preciso empreender grandes batalhas contra a população pobre que será prejudicada. A “gentrificação” não é um processo abrupto e ostensivamente autoritário, e sim, um processo

lento e contínuo que insere elementos num “meio” e aguarda o seu desdobramento “natural” e “espontâneo”.

Mesmo assim, isso não significa que remoções arbitrárias e violentas deixem de existir. No caso do Rio de Janeiro, estas são justificadas não pela ilegalidade na qual se encontram, mas pelo conhecido argumento das “áreas de risco”. Assim, a remoção não se configura como uma punição aos infratores, mas como uma ação paternalista do Estado no sentido de “proteger” seus cidadãos. Tudo isso cria, ainda, um contexto no qual as remoções que não se inserem nessa justificativa, possam ser efetuadas e “varridas para debaixo do tapete”. É notável que as ações mais autoritárias do Estado (especialmente do atual Estado brasileiro, fluminense e carioca), aquelas que não podem ser justificadas com um discurso liberal, sejam executadas com a melhor das intenções biopolíticas.

2.5.3 – Governamentalidade: um conceito preso ao Estado?

A noção de “governo” (talvez mais ainda do que a de poder) tem sido associada ao Estado a tal ponto que se tornou, em muitos idiomas, um sinônimo deste, não no sentido de “estrutura” ou aparelho estatal, mas num sentido mais conjuntural, se referindo ao regime de um determinado grupo de dirigentes. Foucault vai, progressivamente, dando maior ênfase à noção de “governo” em detrimento da de “poder”, na medida em que o “governo” deixa de ser associado à autoridade pública e passa a ser compreendido como a arte de exercer poder na forma de economia. Senellart (2006) ressalta que:

“Historicamente – no plano das representações que modelaram o pensamento político – o governo precedeu o Estado. O ato de reger, em outros termos, foi definido, analisando e codificando antes que fosse concebível uma *res publica* compreendida nos limites de um território. Por isso é essencial não ligar tão intimamente a problematização da atividade governamental à existência de uma estrutura estatal” (SENELLART, 2006, p. 23 e 24).

Senellart (2008, p. 517) ressalta que o conhecido triângulo segurança-território-população, que servia de marco inicial para a pesquisa de Foucault no início do curso de 1978, foi substituído pela série sistemática segurança-população-governo. Assim, a partir do final da década de 1970, notadamente nos cursos de 1978 e 1979⁴⁵, Foucault opera um deslocamento da noção de poder para uma análise do “governo”, entendido não como uma instância suprema de decisões executivas e administrativas, mas em um sentido muito mais

⁴⁵ Os cursos aos quais faço referência são: “Segurança, Território e População” e “O Nascimento da Biopolítica”, respectivamente.

amplo de “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 283).

“Ela [a governamentalidade] é, assim, a *racionalidade imanente aos micropoderes, qualquer que seja o nível de análise considerado* (...) Se ela é ‘um acontecimento’ não é mais como sequência histórica determinada, como no curso de 1978, mas na medida em *que toda relação de poder decorre de uma análise estratégica*” (SENNEART, 2008, p. 533 [grifos nossos]).

A aula de 1978 no *Collège de France* que ficou conhecida como “Governamentalidade”, influenciou teóricos de diversas áreas, principalmente a partir da publicação do livro *The Foucault Effect* na língua inglesa em 1991⁴⁶. É notável que esta única aula tenha suscitado tanto debate, inclusive no âmbito da Geografia⁴⁷. Contudo, Sennelart ressalta que entre os cursos de 1978 e 1979, “o conceito de ‘governamentalidade’ desliza progressivamente de um sentido preciso, historicamente determinado, para um significado mais geral e abstrato” (SENNEART, 2008, p. 531). Assim, a governamentalidade que havia sido utilizada no curso de 1978 para designar o regime de poder instaurado no século XVIII e, mais precisamente, as técnicas de governo subjacentes à formação do Estado moderno; passa a ser encarada como “a maneira como se conduz a conduta dos homens, servindo, assim, como grade de análise para as relações de poder em geral” (Ibidem, p. 532). Portanto, muitos trabalhos baseados na aula de 1 de fevereiro de 1978 compreenderam a governamentalidade como um conceito vinculado ao Estado, no sentido de uma “Razão de Estado” ou “mentalidade de governo” (*Regierungsmentalität*).

Segundo Rose-Redwood, (2006), os geógrafos políticos foram os primeiros a se dedicar aos “estudos em governamentalidade”, como Timothy Luke (1996) e Murdoch e Ward (1997). Contudo, como a íntegra dos cursos de 1978 e 1979 foram publicados em inglês somente em 2004, estes autores utilizam a governamentalidade como uma técnica do poder de Estado. Segundo Murdoch e Ward (1997),

“A governamentalidade se refere aos métodos empregados na medida em que o Estado representa e interfere nos domínios sobre os quais deseja governar, e como a integração territorial é, assim, alcançada” (MURDOCH e WARD, 1997, p. 308 [tradução livre]).

Timothy Luke (1996) forja a noção de “contragovernamentalidade” como instrumento para a compreensão das origens e efeitos da “desordem global após o fim da

⁴⁶ Na verdade, esta aula já havia sido publicada pela primeira vez em inglês em 1979 na revista “Ideology and Consciousness”. Em português, a referida aula foi publicada no livro “A microfísica do poder” em 1979.

⁴⁷ Cf. MURDOCH e WARD (1997), LUKE (1996), ROSE-REDWOOD (2006), ELDEN (2007)

Guerra Fria” (ibidem, p. 491). Mais precisamente, ele busca, através dessa noção, melhor avaliar “como e por que novas forças sociais antiestatais, transnacionais e extraterritoriais começam a se proliferar após a Guerra Fria” (ibidem, p. 492). Basicamente, Luke compreende que as forças que questionavam os Estados assim como estavam instituídos, atacavam a ordem estatal e, por conseguinte, suas técnicas de poder. Luke cita vários exemplos para ilustrar seu ponto de vista, exemplos que vão desde a guerra civil em Serra Leoa e na Argélia, passando pelo partido Republicano e seus constantes ataques às burocracias federais de Washington e à nova divisão territorial na antiga Iugoslávia; até o *Unabomber*, os traficantes colombianos e o ataque à bomba no Edifício Federal da cidade de Oklahoma. Luke forja a noção de “contragovernamentalidade” como aquilo que se opõe à governamentalidade, vinculando esta à ordem estatal, e aquela à desordem “anárquica” (segundo suas próprias palavras). Na realidade, trata-se mais de uma “antigovernamentalidade”, pois não busca instituir uma nova racionalidade de governo que, para ele, é um mero sinônimo para racionalidade do Estado.

É interessante notar que Foucault não confere uma governamentalidade própria ao socialismo. Para ele, este possui uma racionalidade histórica, propõe uma racionalidade econômica e implementou uma racionalidade administrativa (em áreas como a saúde, a seguridade social etc.). Contudo, Foucault argumenta que o socialismo real não constituiu uma racionalidade governamental, ele é posto em prática se vinculando a diversos tipos de governamentalidade. Dentre elas, Foucault destaca a governamentalidade do Estado de polícia, ou seja, um Estado hiperadministrativo no qual se pode observar, entre governamentalidade e administração, uma fusão, uma continuidade, uma espécie de bloco maciço. Assim, nessa governamentalidade de Estado de polícia, “o socialismo funciona como a lógica interna ao aparelho administrativo” (FOUCAULT, 2008b, p. 124).

“Em todo caso, saibamos apenas que, se há uma governamentalidade efetivamente socialista, ela não está oculta no interior do socialismo e dos seus textos. Não se pode deduzi-la deles. É preciso inventá-la” (FOUCAULT, 2008b, p. 126).

Portanto, entendemos a noção de governamentalidade, assim como Senellart, como o campo estratégico das relações de poder e que, portanto, não se restringe à Razão de Estado, mas percorre e atravessa todas as esferas da vida social, do território nacional ao “nanoterritório” (SOUZA, 2006a). Assim, o governo é compreendido como a capacidade de *conduire des conduites* e, portanto, articula tanto o “governo de si” como as “tecnologias de

governo do outro”, englobando processos de subjetivação e formas de exercício do poder (LANZ, 2009).

Os estudos em governamentalidade se focam, predominantemente, segundo DEAN (2010), em como o pensamento opera no interior de nossas formas organizadas de fazer as coisas, ou seja, no nosso “regime de práticas”, como também, em suas ambições e efeitos (DEAN, 2010, p. 27). Mitchell Dean afirma que a noção de “governo” se expande para abarcar não somente como nós exercemos autoridade sobre outros, ou como nós governamos entidades abstratas, mas, também, como governamos a nós mesmos. Assim, enquanto a governamentalidade é definida como “campo estratégico das relações de poder”, o governo seria o próprio jogo das relações de poder, ou seja, os tipos de conduta ou de “condução de condutas” que o caracterizam. Com isso, esse campo estratégico deixa de ser pensado como negatividade e o sujeito deixa de ser apenas o efeito de sujeição para ser também o resultado de um exercício de si sobre si mesmo. O sujeito passa a ser o foco irredutível da resistência. Entretanto, vale ressaltar que Foucault surge no cenário intelectual mundial como um pensador atento para os condicionamentos estruturais, que se contrapõe ao existencialismo sartreano. Logo, de forma alguma a perspectiva de Foucault se assemelha ao pensamento humanista. Para ele, o desafio está em compreender aquilo que atravessa tanto os sujeitos quanto as estruturas.

Portanto, o governo percorre, conecta e revela uma estreita relação entre aquilo que Castoriadis denominou de “poder explícito”⁴⁸ e o “infrapoder”, assim como entre as “tecnologias de governo do outro” e as “tecnologias do governo de si”. Neste sentido, as reflexões de Castoriadis a respeito do “infrapoder” podem ser relacionadas à noção de “governo de si”, pois remetem ao poder do próprio campo social-histórico que condiciona ou induz comportamentos conformes a uma certa “ordem” social.

O “governo” pode, então, ser entendido como “o ponto de contato, no qual a forma de condução dos indivíduos pelo outro está amarrada ao governo de si”⁴⁹ (LEMKE et al., 2000, p. 29 [tradução livre]). Assim, “governar” não é uma ação promovida apenas pelo Estado e significa “cortar experiências em maneiras específicas, distribuir atrações e repulsões, paixões e medos para criar novas facetas e forças, novas intensidades e relações”

⁴⁸ Não se pode confundir “poder explícito” com Estado. Para Castoriadis, o “poder explícito” se refere às instâncias que podem emitir injunções sancionáveis, instâncias estas que podem emanar da própria coletividade. Já o Estado é uma “instância separada da coletividade e instituído de modo a assegurar constantemente essa separação” (CASTORIADIS, 2006, p. 133).

⁴⁹ “*Der Kontaktpunkt, an dem die Form der Lenkung der Individuen durch andere mit der Weise ihrer Selbstführung verknüpft ist*” (LEMKE et al., 2000, p. 29).

(ROSE, 2007[1999], p. 31 [tradução livre])⁵⁰. O governo organiza o exercício do poder de maneira formal e explícita, mas incide também no comportamento humano a partir de valores e crenças, de tecnologias do governo de si que operam através e a partir do “infrapoder”.

As questões trazidas pelos *Governmentality Studies* são caras a presente pesquisa, visto que procuro compreender a forma como os sem-teto se organizam politicamente, organizam o espaço da ocupação e suas próprias práticas espaciais. Em outras palavras, busco lançar luz sobre o processo de territorialização dos sem-teto a partir de um entendimento sobre o conjunto de mecanismos e funcionamentos que produzem e reproduzem as relações de poder e que, por sua vez, projetam-se no espaço. Assim, não podemos negligenciar o fato de que essa organização político-espacial dos sem-teto pressupõe e visa a uma adequação dos padrões de conduta e das práticas dos indivíduos envolvidos. O poder é imanente ao espaço social e configura territorialidades que, por sua vez, organizam o espaço e condicionam as práticas sociais. A territorialidade é, portanto, resultado da projeção espacial das relações de poder, ao mesmo tempo em que é, também, seu condicionante. Assim, o território está sempre em processo de fazer-se, em movimento, em devir. Segundo Deleuze: “[o]s devires são Geografia, são orientações, direções, entradas e saídas” (DELEUZE e PARNET, 2004, p. 12).

A possibilidade de desvinculação de todas essas noções e conceitos da noção de Estado permite vislumbrar as relações sociais e o espaço social, não como essencialmente e/ou exclusivamente heterônomos, mas também, a partir de uma perspectiva que abrange a possibilidade de se instituir relações de poder autônomas. Deste modo, as reflexões de Castoriadis são importantes, especialmente a vinculação de sua compreensão de poder à possibilidade efetiva de um “autogoverno”, ou seja, da autoinstituição explícita da sociedade, na qual o poder é exercido efetivamente pela própria coletividade sobre si mesma.

Os movimentos sociais, entendidos como a manifestação de um “contrapoder” (que, como salienta Souza [2011], não pode ser confundida com a negação pura e simples do poder), abrangem tanto a resistência a um poder preexistente, quanto a insurreição e a constituição de um novo poder (NEGRI, 2003). Segundo Negri, a resistência é percebida na vida cotidiana dos sujeitos sociais que a exercem (nas atividades produtivas, na reprodução social e na comunicação social). A insurreição remete, mais especificamente, a um acontecimento. Ela faz confluir as diferentes formas de resistência em um único nódulo e

⁵⁰ “to cut experiences in certain ways, to distribute attractions and repulsions, passions and fears across it, to bring new facets and forces, new intensities and relations into being” (ROSE, 2007[1999], p. 31).

dispõe dessas resistências “como uma flecha que atravessa na forma original o limite da organização social estabelecida, do poder constituído” (NEGRI, 2003, p. 84). Já o “poder constituinte”

“(…) é a potência de dar forma a inovação que a resistência e a insurreição produziram (…) se a insurreição empurra a resistência a transformar-se em inovação (...), o poder constituinte dá forma a esta expressão (...) E se a insurreição é uma arma que destrói as formas de vida do inimigo, o poder constituinte é a força que organiza positivamente novas formas de vida (...)” (NEGRI, 2003, p. 84 [tradução livre]).

Portanto, os movimentos sociais – enquanto “contrapoderes” – não somente reorganizam a vida social cotidiana, produzindo novas subjetividades, mas também, podem instituir um novo regime de “poder explícito”, já que

“(…) haverá sempre a necessidade de leis, de limitações coletivamente decididas do agir humano, que podem sem dúvida ser interiorizadas pelo indivíduo em curso de socialização, mas jamais poderão ser integralmente interiorizadas a ponto de se tornarem intransgressíveis, pois não teríamos uma sociedade de indivíduos autônomos, mas uma sociedade de autômatos” (CASTORIADIS, 2004, p. 153).

As reflexões de Castoriadis sobre o “poder instituinte”, além de anteriores as de Negri, tratam sobre a questão da instituição da sociedade com maior profundidade. Para Castoriadis, a maneira de ser sob a qual se constitui a instituição é o simbólico. Segundo ele, qualquer organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião, “existem como sistemas simbólicos sancionados” (CASTORIADIS, 2007[1975], p. 142). Um título de propriedade, por exemplo, é um símbolo do direito, socialmente sancionado, e que permite ao proprietário proceder a um número de operações sobre o objeto de sua propriedade. Assim, segundo Castoriadis,

“As ‘relações sociais reais’ de que se trata são sempre *instituídas*, não porque tenham uma vestimenta jurídica (elas podem muito bem não tê-las em certos casos), mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas (ibidem, p. 151)”.

Há, portanto, uma utilização imediata do simbólico que submete a sociedade a certas “maneiras de fazer”. Contudo, o autor salienta que existe, também, a possibilidade de utilização lúcida ou refletida do simbólico. Assim, a construção de uma outra sociedade pressupõe a criação de um novo simbolismo institucional.

Entretanto, Castoriadis ressalta que não se pode compreender as instituições como uma rede simbólica, pois, apesar destas formarem uma rede simbólica, esta rede não remete, exclusivamente, ao simbolismo. É preciso compreender o porquê de tal ou qual sistema de

símbolos e não outros, e quais significações são efetivamente veiculadas pelos símbolos, ou seja, “os sistemas de significados ao qual remete o sistema de significantes” (ibidem, p. 166). O sentido não resulta de uma combinação específica de símbolos, mas pode ser expresso através de diversas combinações e através de diferentes sistemas de símbolos. Castoriadis afirma que, por trás dessa rede simbólica, há uma “criação imaginária” que não pode ser compreendida somente pelas leis do simbolismo e nem mesmo pela racionalidade, e que sequer necessita ser explicitada nos conceitos ou nas representações para existir. Essa “criação imaginária” age como organizador do comportamento humano e das relações sociais, mesmo que não seja percebida ou identificada pela sociedade na qual ela atua.

“Este elemento, que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez no sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individuais ou coletivos – este elemento nada mais é do que o *imaginário* da sociedade ou da época considerada (ibidem, p. 175)”.

O imaginário, portanto, organiza e direciona tanto o “infrapoder” quanto o “poder explícito” e percorre sujeitos e instituições, pois estas encarnam as significações imaginárias criadas pela sociedade. Castoriadis, portanto, identifica o imaginário social como algo que varia de sociedade para sociedade e que age sobre a forma como governamos nós mesmos (infrapoder) e como governamos os outros (poder explícito).

“Essa criação [das significações imaginárias] não pode ser pensada como obra de um ou de alguns indivíduos definidos, mas como obra do imaginário instituinte, ao qual daremos aqui o nome de poder instituinte. Poder que não é jamais plenamente explicitável (..) Contudo, ao mesmo tempo, toda sociedade institui, e não pode viver sem instituir, um poder explícito, ao qual ligo a noção do político; em outras palavras, ela constitui instâncias que podem emitir injunções sancionáveis explícita e efetivamente. (CASTORIADIS, 2002, p. 186)”.

Assim, será que não poderíamos afirmar que existe algo como uma complementaridade entre a noção de governamentalidade de Foucault e a noção de imaginário de Castoriadis? O imaginário instituinte estabelece um “regime de verdade” (FOUCAULT, 2007c[1980]) sobre o qual se funda a criação de mecanismos, instrumentos e dispositivos voltados à condução das condutas. A governamentalidade conecta o governo de si ao governo do outro e define práticas sociais correspondentes. De certa forma, a governamentalidade racionaliza e operacionaliza as significações presentes no imaginário,

constituindo um campo no qual essas significações podem se transformar em *impulsos de ordenamento das práticas sociais*.

O reconhecimento de que a instituição da sociedade não escapa ao agir dos seres humanos – e que, portanto, não provém de uma instância extra-social como Deus, a Natureza ou a Razão, por exemplo – é necessário para compreender que o *poder instituído* é obra da *sociedade instituinte* que, por sua vez, organiza o campo estratégico no qual as relações de poder atuam. A explicitação reflexiva (mesmo que parcial) do *poder instituinte* é uma condição fundamental para a autonomia, pois visa à criação da *política* – definida por Castoriadis como “o questionamento explícito da instituição estabelecida da sociedade” (CASTORIADIS, 2006, p. 135) – e que deve, além disso, absorver o *político*, ou seja, a dimensão do “poder explícito”. Neste sentido, o surgimento do “poder instituinte” não visa somente à constituição de um novo poder instituído, mas sim, a explicitação do processo de autoinstituição da sociedade e a construção de instituições abertas ao questionamento e à transformação.

Contudo, o “poder instituinte” precisa ser operacionalizado para se constituir e se propagar. Afinal de contas, como é possível absorver o político (a dimensão do poder explícito) sem recair na formação de um Estado heterônomo? Não seria preciso desenvolver uma racionalidade própria ao autogoverno, racionalidade esta munida de instrumentos, mecanismos e dispositivos que coíbam a hierarquização e garantam a operacionalização de relações de poder horizontais? Se este for o caso, poderíamos contemplar a existência de uma “contragovernamentalidade” (que seria bem diferente da proposta de Luke [1996]) ou uma “governamentalidade instituinte”, no sentido de uma governamentalidade que desenvolve uma racionalidade própria que busca coibir os impulsos instrumentais do *homo economicus* – ou seja, aqueles movidos prioritariamente por uma lógica instrumental – a partir de tecnologias do governo de si; e inibir a disciplinarização do espaço através de uma “territorialidade antiburocrática”.

“No dia em que a sociedade civil puder se emancipar das injunções e das tutelas do Estado, quando o poder de Estado puder enfim ser absorvido por essa sociedade civil (...) o tempo do Estado terminará. Escatologia revolucionária que não parou de atormentar os séculos XIX e XX. Primeira forma de contraconduta: a afirmação de uma escatologia em que a sociedade civil prevalecerá sobre o Estado (...) *deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é a lei das*

minhas necessidades fundamentais que deve substituir essas regras de obediência” (FOUCAULT, 2008a, p. 478 e 479 [grifos nossos]).

Neste sentido, o autogoverno não prescinde de uma governamentalidade adequada, ou seja, não prescinde da organização e conformação de um campo estratégico no qual relações de poder mais autônomas se produzam e reproduzam. Assim como na noção de governo, o conceito de governamentalidade não precisa permanecer refém do Estado ou mesmo da heteronomia, pois ele nos oferece a possibilidade de pensar mecanismos, dispositivos e instrumentos de poder que, ao invés de perpetuar a dominação de poucos sobre muitos, funcione no sentido oposto de coibir a formação hierárquica desde a dimensão da microfísica do poder (incluindo o infrapoder presente na produção subjetiva dos indivíduos), até a dimensão do poder explícito. Portanto, a “governamentalidade instituinte” é *aquela cujos meios de exercer poder, e atuar sobre as condutas de uma coletividade dada, são formulados e reformulados, adaptados ou rejeitados por aqueles que serão objeto de seu exercício.*

Portanto, operacionalizar o autogoverno, no sentido de torná-lo não apenas praticável, mas eficiente, é um grande desafio para a construção de uma sociedade igualitária e, de fato, autoinstituinte, sem perder de vista que essa governamentalidade instituinte deve ser essencialmente procedural, permitindo e estimulando (formalmente inclusive) o seu questionamento e transformação.

“Em sua verdadeira significação, a democracia consiste no fato de que a sociedade não pára numa concepção do que é justo, igual ou livre, dada uma vez por todas, mas se institui de tal maneira que as questões da liberdade, da justiça, da equidade e da igualdade possam sempre ser colocadas no quadro do funcionamento “normal” da sociedade (CASTORIADIS, 2002, p. 187)”.

Assim, todo o poder, para continuar se propagando e se reproduzindo, necessita ser operacionalizado, ou seja, necessita desenvolver mecanismos de ordenamento da atividade social. Portanto, explorar as múltiplas formas pelas quais os movimentos sociais criam e utilizam tecnologias de governo (compreendido em seu sentido amplo), e a forma pela qual o espaço incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos; torna-se não apenas relevante, mas essencial para pensar as ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais. Isso não significa dizer que movimentos sociais não se utilizem de “governamentalidades autoritárias” (DEAN, 2010), ou mesmo que constituam, via de regra, “contragovernamentalidades”. É preciso ver caso a caso e buscar revelar, a partir das relações micropolíticas, como o governo de si, que por sua vez se referencia sobre conjuntos de

“moralidades”⁵¹ (VIANNA, 2002), se conecta com o governo do outro, ou seja, com a dimensão do poder explícito e da autoridade.

2.6 – A ágora como imagem da autonomia

Antes de terminar este capítulo, gostaria de destacar alguns aspectos de um livro em particular que já foi bastante citado nas linhas acima e que, podemos dizer, exerceu grande influência nesta dissertação, a saber: o livro *A prisão e a ágora* de Marcelo Lopes de Souza. Se, por um lado, Foucault desvenda as tecnologias de poder que atuam no nível de sua microfísica, por outro, ele se restringe ao exercício do poder heterônomo. Assim, a obra de Foucault nos ajuda a pensar as estratégias de resistência na medida em que dissecam mecanismos e funcionamentos através dos quais o poder heterônomo se exerce. Souza, contudo, se foca nas possibilidades de constituição do “poder instituinte”, e encontra em diferentes épocas e locais, elementos espaciais que suscitam o esmaecimento da heteronomia.

“[A] criação de institucionalidades e rotinas que favoreçam a participação popular, uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida exige uma ‘espacialização’ adequada, em matéria de malha territorial, de formas espaciais (locais de assembleias e reuniões, por exemplo), de incorporação e valorização de elementos de lugar, de eliminação de signos opressores (racistas, sexistas, de classe) inscritos na paisagem...” (SOUZA, 2006a, p. 112).

Vimos que a prisão, mais precisamente o panóptico, é o diagrama da disciplina que se difundiu para todas as esferas da vida social. Foucault se dedica a compreender três espaços distintos: o espaço da soberania (Território-Estado), o espaço disciplinar e o espaço de segurança. Todos os três tratam de um poder heterônomo que desenvolve diferentes tecnologias do governo de si e do governo do outro, sempre com o objetivo de reproduzir relações de poder heterônomas. Foucault diz que para entender o funcionamento do poder, devemos partir dos seus pontos de resistência. Mas que tipo de resistência seria essa? Resistência ao exercício do poder, ou seja, àquilo que o poder deseja impor? Mas e a resistência à forma na qual o poder se exerce? Quero dizer, a resistência ao próprio poder heterônomo? Afinal de contas, uma coisa é resistir aos efeitos, às resultantes do poder

⁵¹ Adriana Vianna, em sua tese de doutorado, argumenta que, entendendo a moral como um conjunto de percepções e atitudes que implicam produção, veiculação e embate de significados, as *moralidades* seriam os “campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas” (VIANNA, 2002, p. 194).

heterônomo e às suas tecnologias de exercício do poder, e outra, bem diferente, é constituir uma alternativa à heteronomia. Por isso, o estudo dessas experiências mais horizontais, menos disciplinadoras e mais emancipatórias são tão interessantes e reveladoras, pois propõem alternativas, em termos de organização, à burocracia.

Vimos que o panóptico de Bentham, resgatado por Foucault, revela mais do que o formato organizativo fortemente espacial utilizado nas prisões, ele revela uma tecnologia de poder que se propõe a resolver os problemas da vigilância, num momento histórico no qual há um processo corrente e contínuo de acumulação dos homens com o crescimento das cidades e a expansão da urbanização na Europa. O Estado monárquico, como explicita Foucault, era capaz de exercer seu poder somente sobre alguns grupos solidários e através do método do exemplo (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 214). Foucault afirma que o poder monárquico era lacunar, aleatório e global. Assim, o panóptico (como uma tecnologia de poder que garantia a individualização e a vigilância) pôde ser aplicado aos hospitais, às escolas e ao exército, além das prisões. Ele foi uma solução para coibir resistências e garantir a propagação do poder heterônomo. Os princípios que norteiam o panóptico foram largamente aplicados e, sem dúvida, a compreensão sobre como este poder se exerce é essencial para saber como combatê-lo. Souza dialoga com Foucault, e elege a prisão como a imagem da sociedade moderna. Prisão não no sentido de se restringir o ir e vir (em certo sentido ele também é restringido), mas de exercer poder sobre cada corpo individualmente e continuamente, através da indexação dos indivíduos a espaços residenciais fragmentados entre si. Segundo Souza, a “cidade-prisão” não é apenas resultado da segregação residencial, mas sim, de uma “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” (SOUZA, 2006a) que, por sua vez, agrava o esvaziamento do espaço público através da autosegregação, da segregação induzida e da constituição de um ambiente no qual as relações sociais se encontram restringidas pelo medo, fazendo da “cidade maravilhosa”, por exemplo, uma verdadeira “fobópole” (SOUZA, 2008).

Neste sentido, a dimensão espacial (como já foi ressaltado) revela formas e mecanismos de exercício do poder, pois muitos destes são, também, técnicas espaciais. O espaço disciplinar estudado por Foucault é um excelente exemplo disso. Desde que o termo burocracia foi empregado pela primeira vez no século XVII por um economista chamado Vincent de Gournay (GIRGILIOLI, 1998) para se referir ao corpo de funcionários e empregados da administração estatal, a burocracia extrapolou tal esfera governamental e sua forma de organização penetrou todo o tecido social. A tecnologia de poder disciplinar

apontada por Foucault é uma tecnologia burocrática, que constitui um *diagrama* aplicável nas mais diversas esferas da vida social. Deste modo, o espaço disciplinar (que segmenta, classifica e controla) constitui uma territorialidade que torna o espaço inteligível para as instituições burocráticas, viabilizando intervenções precisas que, por sua vez, estruturam o espaço de acordo com uma ordem disciplinar. Segundo o próprio Foucault, “[a] disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço” (FOUCAULT, 2007b[1979], p. 106).

Por isso,

“[c]onquistar uma territorialidade menos heterônoma, aqui e agora, corresponde a ancorar espacialmente ganhos de autonomia, a dar expressão espacial à conquista de novos direitos e liberdades para o maior número possível de pessoas, facilitando a mobilidade, questionando e eliminando símbolos que induzam ao preconceito e extinguindo fronteiras e barreiras ilegitimamente excludentes (SOUZA, 2006a, p. 363)”.

Portanto, precisamos nos perguntar se existem tecnologias de poder capazes de assegurar a não-dominação. Como organizar a sociedade e, portanto, o espaço social sem submeter uma enorme maioria a uma minoria? Afinal, se a organização do espaço foi utilizada para alcançar objetivos econômico-políticos como no caso do panóptico de Bentham, por que não buscar tecnologias de poder e, conseqüentemente, uma organização espacial com outros objetivos econômico-políticos? Qual seria a imagem espacial da autonomia, ou seja, da superação do poder heterônomo e da constituição do “poder instituinte”? Pois bem, Souza propõe que seja a *ágora*. Trata-se, portanto, de combater a prisão e suscitar o surgimento da *ágora*.

“Essa é a esperança de ‘vivificação’ do que Castoriadis, certa vez, qualificou de esfera privada/pública [a *ágora*], ou seja, a esfera das interações coletivas mais ou menos espontâneas (em contraposição à esfera estritamente privada e em contraste com a administração dos negócios coletivos em sentido próprio), e, por tabela, dos espaços públicos, em meio a um ‘ambiente político-cultural’ denso de mobilização, debates e atividades. Esse é, no fundo, o tema da possível nova *paideia*, na esteira da formação de um ambiente político-cultural denso e do revigoreamento da vida pública e dos espaços públicos. (SOUZA, 2006a, p. 588).

Souza analisa diversas experiências como a do Orçamento Participativo de Porto Alegre, do espaço da Grécia Antiga, da Espanha de 1936, de “territórios dissidentes” constituídos por movimentos sociais etc., além de identificar estratégias, instrumentos, técnicas e contextos institucionais da participação popular no planejamento e na gestão urbanos, demonstrando que estes não são suficientes para superar a heteronomia e instituir um espaço verdadeiramente democrático. Segundo o autor, é preciso desmistificar o

planejamento e a gestão, e popularizá-los, para que todos possam ter acesso às informações necessárias para opinar e decidir com conhecimento de causa.

Souza contrapõe a *ágora* à “cidade-prisão” partindo de experiências concretas. Isso é importante porque estas experiências, frente à demanda de uma espacialidade adequada para a horizontalização das relações de poder, revelam estratégias territoriais que ajudam a esmaecer a heteronomia instituída e a conformar territorialidades que se opõem à forma-Estado. Enquanto Foucault deixa “valer como um fato, tanto em segredo como em sua brutalidade, a dominação” (FOUCAULT, 2005, p. 31), e investe em uma análise do poder que parte dos mecanismos infinitesimais para depois ver como esses mecanismos de poder foram e ainda são investidos por mecanismos gerais e por formas de dominação global (ibidem, p. 36); Souza busca compreender a cidade como um ambiente de gestação de alternativas através do estudo do papel do espaço nos processos de mudança social. Em outras palavras, enquanto Foucault assume previamente a condição de dominação para sua “análise do poder” (que no final dos anos 70 torna-se mais uma “análise do governo”), Souza não compreende a dominação como um *a priori* e busca no interior da sociedade, a constituição de experiências que eludem a organização heterônoma do poder. Portanto, para Souza, a dominação não é, como em Foucault, *taken-for-granted*.

Além disso, Souza argumenta que tais experiências, que apresentam menores traços de hierarquia, podem revelar alguns dos inúmeros caminhos para o desenvolvimento da sociedade, entendendo este não como uma trajetória linear com objetivos e fins predeterminados, mas sim, como um “ponto de referência consciente de sua própria incompletude” (SOUZA, 2006a, p. 113). Ou seja, como “desenvolvimento sócio-espacial”⁵², que constitui um esforço coletivo de mudança para melhor empreendido pelos próprios protagonistas e de acordo com suas peculiaridades – ou seja, algo diametralmente oposto à ideologia do “desenvolvimento econômico” capitalista. Tendo a autonomia como “um horizonte estratégico de pensamento e ação” (ibidem, p. 112) e como princípio e parâmetro básico para se pensar a mudança sócio-espacial, Souza qualifica a teorização sobre o “desenvolvimento sócio-espacial” como uma tentativa de construção de uma “macroteoria aberta”, por ser essencialmente procedural e não substantiva. Assim, ele refina e radicaliza a proposta de Roland Koch de se investir em um conceito *reflexivo* e não *transitivo* de desenvolvimento.

⁵² Cf. SOUZA, 1996, 1997, 2002, 2006a

“(…) em vez de imaginar que algo deva ou possa ser ‘desenvolvido’ por alguém, por tutela ou na base do mimetismo, enfatiza-se um ‘desenvolver-se’, de acordo com as próprias peculiaridades – *autonomamente*, cabe aqui precisar (Ibidem, 113)”.

Portanto, entendendo o espaço social como uma “dimensão da sociedade concreta” (ibidem, 111), Souza ressalta a necessidade de se compreender o espaço social em suas diversas facetas no âmbito das preocupações com o desenvolvimento e de espacializar a reflexão sobre mudança social e suas condições, com o objetivo de conceder-lhe maior eficácia e concretude (cf. SOUZA, 1997; 2006a). Neste sentido, a Geografia, com seu arsenal conceitual, pode colaborar para lançar luz sobre formas de organização antiburocráticas, pois “[c]onquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem de novas relações em uma espacialidade que a estimule e agasalhe” (SOUZA, 2006a, 112).

A autonomia não tem a ver com algo fechado, com a construção de um mundo perfeito, sem injustiças, sem violência, sem conflitos. A autonomia é parte do processo de emancipação e significa conquistar a liberdade de errar por si mesmo, de arcar com os erros de suas próprias decisões e não estar sujeito às determinações de agentes externos à coletividade na qual se vive. A noção de “heterotopias emancipatórias” (SOUZA, 2010) que conforma “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006a), tem a ver com parâmetros, que nos ajudam a avaliar os avanços e/ou retrocessos. Entretanto, precisamos situar os questionamentos de maneira não-racionalista, apontando para um horizonte que, embora sempre fugidivo, ajude a iluminar um caminho.

“A autonomia, então, mais que doutrina, está viva quando aparece como tendência prática, inscrita na pluralidade, como orientação para desdobramentos específicos que partem das próprias potências, e da decisão fundamental de não deixar-se arrastar pelas exigências mediadoras-expropriadoras do Estado e do capital. (...) Seus riscos são o congelamento e o dogmatismo. Assim, é possível dizer que a autonomia tende a *totalizar-se* como movimento de abertura e não a fechar-se numa ‘totalidade dada’” (SITUACIONES, 2006, p. 216 [tradução livre]).

Capítulo 3:

O processo de territorialização da dissidência

3.1 – Delineando sobre o desconhecido: Rascunhos de um território

3.1.1 – A variante “por coletivo” e a opção pela autogestão

Como já foi exposto, esta dissertação trata de um caso específico: a ocupação Quilombo das Guerreiras. Contudo, não é possível compreender a “Quilombo” (como é apelidada) como um evento único, é preciso apreendê-la como parte de um processo que teve início no ano 2000 e realizou uma série de ocupações, inaugurando uma nova fase do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Falar da Quilombo (2006) é falar de suas “irmãs” mais velhas e mais novas: as ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005) e Machado de Assis (2008). De certo modo, cada uma dessas ocupações (e seus Coletivos) passou por um processo de incubação que se originou e se desenvolveu, em parte, nas entranhas de suas “irmãs” (como são chamadas pelos próprios sem-teto). Uma vez por semana, cada uma delas abrigou e acolheu Coletivos em formação. A sala de reuniões, desterritorializada temporariamente, tornou-se o território onde o aglomerado de sem-teto constituiu-se em grupo e de grupo tornou-se Coletivo. Talvez o leitor se pergunte se a metáfora mais apropriada não seria, então, a de mãe e filha, mas lembro que tal variante do movimento dedica uma atenção especial à formação de hierarquias. Entre as irmãs, são todas iguais. Cada “irmã”, sem pai nem mãe, emancipada, vinculadas entre si por suas origens, segue seu próprio rumo e é dona de seu nariz.

Mesmo que, por questões de segurança, nem sempre as reuniões de preparação ocorram sob o teto de uma ocupação “irmã”, há sempre grande participação de seus moradores. A construção do Coletivo, que estabelece um centro móvel e efêmero, faz da rua, de salas de sindicatos e outras organizações, sua “barriga de aluguel”. Atualmente, a Chiquinha vive seus conflitos internos, mas já se encontra em processo de regularização fundiária, a Zumbi já não existe mais, escolheu aceitar a indenização oferecida pela Prefeitura, a Machado se rebelou contra a “família” e vive seu próprio processo, com suas próprias lutas e dificuldades, e a Quilombo, foco principal do trabalho, a irmã mais disciplinada das quatro, briga contra forças poderosas para permanecer onde está, mas já se

lança sobre o espaço urbano, pronta para reterritorializar-se, caso a promessa de despejo se confirme.

Assim, começarei o terceiro capítulo com uma breve retrospectiva sobre experiências do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, pouco antes de surgir a variante “por coletivo”, que serviram para aprender o que fazer e o que não fazer. Além disso, a retrospectiva serve, também, para compreendermos melhor as origens da organização que iniciou uma série de ocupações desta variante e alguns de seus conflitos internos. No Rio de Janeiro, o movimento dos sem-teto efetuou, em pouco tempo, uma série de ocupações em prédios ociosos, promovendo uma verdadeira revitalização do espaço urbano. Dentre as muitas organizações existentes que se dedicam ao movimento de ocupações, uma frente conseguiu reunir diversas organizações e ocupou, entre 2004 e 2008, quatro prédios ociosos há décadas: a Frente de Luta Popular (FLP). Junto à FLP, a CMP (Central de Movimentos Populares) também teve (e ainda tem) um papel importante para os processos das ocupações dessa variante. A FLP surgiu em 2000 no Rio de Janeiro reunindo movimentos de favelas, sem-teto e militantes da educação popular, entre outros, propondo-se a “impulsionar a luta contra a violência, por moradia, cultura e trabalho, construindo a organização independente do povo na perspectiva do Poder Popular” (Folheto distribuído por ativistas da FLP em agosto de 2007). A FLP foi organizada, em parte, por militantes de uma matriz socialista marxista formada por egressos do Coletivo Gregório Bezerra, dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, posteriormente, veio a compor o PLP (Partido da Libertação Proletária).

O Coletivo Gregório Bezerra foi organizado a partir da luta interna instaurada no PCB em fins dos anos 70, com o retorno da Direção Nacional do partido que estava exilada em países da Europa. Na época, diversos ativistas discordavam de posicionamentos do Comitê Central do PCB que pregavam o não-acirramento de tensões com o regime militar e condenavam a greve dos operários do ABC paulista, acusando-a de provocar o fechamento do regime. No início dos anos 80, Luiz Carlos Prestes lançou sua “Carta aos comunistas”, na qual fazia um apelo para as bases para que tomassem o partido em suas mãos, acusando o PCB de estar dominado por oportunistas, pelo carreirismo e de estar a reboque da burguesia.

“O oportunismo, o carreirismo e compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento da direção, os métodos errados de condução da luta interna, que é transformada em encarniçada luta pessoal, em que as intrigas e calúnias passam a ser prática corrente da vida partidária adquiriram tais proporções, que me obrigam a denunciar tal situação a todos os comunistas. Não posso admitir que meu nome

continue a ser usado para dar cobertura a uma falsa unidade, há muito inexistente. Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos (PRESTES, 2011[1980])”⁵³.

O Comitê Central do PCB logo tratou de proibir a discussão da carta, ameaçando de expulsão aqueles que não obedecessem. A resposta dos ativistas foi construir diversas Comissões Provisórias de Reconstrução do partido em vários estados. Ainda em 1980, no Rio de Janeiro, um grupo dissidente resolveu romper de vez com o PCB, rejeitando a política de conciliação nacional do partido. Em abril de 1983, este mesmo grupo realizou a Primeira Conferência Estadual, apontando para a necessidade de construção de uma organização nacional que tivesse como horizonte a formação de um Partido Revolucionário, assim, constituíram, ao final da mesma, o Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista (CFCPC) que atuava em diferentes frentes como nas Associações de Moradores (criando uma oposição à FAMERJ), no movimento estudantil (se colocando como alternativa ao PCB, PCdoB e MR-8) e no movimento sindical no sentido de fortalecer a CUT/RJ. Na segunda Conferência estadual do CFCPC, em 1986, os delegados presentes resolvem se unir aos coletivos de outros estados e acabam mudando o nome para Coletivo Gregório Bezerra/RJ⁵⁴.

Em entrevista, o ativista e engenheiro Maurício Campos – que foi a principal liderança da Frente de Luta Popular (e ex-integrante do Coletivo Gregório Bezerra) – nos contou um pouco sobre sua trajetória política, que é ilustrativa no sentido de relatar um movimento de aproximação de ativistas dissidentes da esquerda partidária com a população pobre das comunidades (tão bem analisada por SADER, 1988). Além disso, foi ainda no âmbito da CGB/RJ que houve a primeira aproximação de alguns ativistas destacados do que futuramente seria a FLP, com o movimento dos sem-teto:

Eu comecei a militar bem cedo, ainda no segundo grau. Por volta de 78, que era uma época ainda muito movimentada. Era a época da luta pela anistia, das primeiras grandes greves, logo depois do período da Ditadura e era muito comum as pessoas se engajarem. Eu fui daquela geração, aquela geração que se engajou na luta naquele período. Não tinha tradição nenhuma na minha família de militância e foi o ambiente mesmo que me levou a isso. Então a minha militância começou naquela época, mesmo antes de entrar na Universidade, eu participei da luta pela Anistia, comitês de apoio a greve, pois começaram a ter as greves aqui no Rio também, e, a partir daí,

⁵³ <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm> (Acesso em 15/02/2011)

⁵⁴ <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj-arquivos-COLETIVO%20GREGORIO%20BEZERRA> (Acesso em 15/02/2011)

comecei a militar em movimento estudantil até meados dos anos 80 e, em meados dos anos 80, já fazia parte de uma organização clandestina na época. Tinham várias organizações clandestinas na época, clandestinas ou semi-clandestinas e a que eu participava se chamava Coletivo Gregório Bezerra, e em meados dos anos 80 eu saí do movimento estudantil, até porque acabou o meu curso, né? E passei a me dedicar, através da organização, mais na área operária mesmo e na área de comunidades. Niterói numa época, e depois aqui no Rio também. Em meados dos anos 90 eu fiquei mais focado mesmo em comunidades, inicialmente fiz um trabalho cultural, mas cultural em vários aspectos como pré-vestibular comunitário, atividades culturais, trabalho junto ao movimento hip-hop nos anos 90 e, com isso, uma coisa puxa a outra, e eu comecei a me envolver com movimentos comunitários e... ocupações, mas ocupações vem desde antes. A organização que eu fazia parte [CGB/RJ] organizou em 1987 uma ocupação que marcou época no Rio de Janeiro. Era a ocupação do Jardim Nossa Senhora das Graças que foi a primeira grande ocupação mais militante, organizada no Rio de Janeiro. E teve uma repercussão grande, não só na zona oeste, mas em todo o estado. Eu não participei diretamente, nessa época eu estava em Niterói, mas como a organização toda ficou muito envolvida nisso, várias vezes a gente ia lá. Foi a primeira experiência em ocupação urbana que eu tive.⁵⁵

A ocupação Jardim Nossa Senhora das Graças, em Campo Grande, foi a primeira grande ocupação organizada no Rio, e dela nasceu o bairro da Carobinha que abriga, hoje em dia, mais de 30 mil residentes. A CGB-RJ era uma organização assumidamente leninista que vivia ainda um período de semi-clandestinidade e a referida ocupação foi caracterizada por um formato político-organizativo altamente centralizado. A ocupação Nossa Senhora das Graças permitiu que alguns militantes – que, mais tarde, organizariam a primeira ocupação da variante “por coletivo” (a ocupação Chiquinha Gonzaga) – tivessem sua primeira experiência em ocupações urbanas. A década de 1990 ainda assistiu à entrada do MTST no Rio de Janeiro que organizou algumas ocupações em zonas periurbanas da cidade, principalmente ao longo da Avenida Brasil. Contudo, já no início do ano 2000, a referida organização sofria com sua desestruturação, o que culminou com a saída da organização da cidade.

Na época que a FLP se formou, o MTST aqui no Rio ainda era bem estruturado. Na verdade, estava na fase final de existência do MTST aqui, o MTST aqui começou a se estruturar em 1997, fez grandes ocupações, o governo Garotinho correspondeu a essas ocupações – antecipando até algumas coisas que o governo Lula iria fazer – respondeu com uma política muito mais de cooptação, construiu dois grandes conjuntos habitacionais, levou as famílias dessas ocupações para esses dois grandes conjuntos e, com isso, cooptou lideranças e conseguiu desarticular o movimento. Mas nessa época a gente participou apoiando as últimas ocupações do MTST no Rio. Eu lembro que eu fui pessoalmente em uma dessas ocupações na Avenida Brasil, que durou muito pouco tempo, pois foi logo transferida.⁵⁶

Em 1997, o MNLM (Movimento Nacional de Luta Pela Moradia) realizou uma ocupação na Rua Riachuelo (Zona Portuária do Rio de Janeiro) que seria despejada em 2001.

⁵⁵ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

⁵⁶ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

A referida ocupação, segundo os relatos, chegou a apresentar, mesmo que brevemente, um alto grau de organização. Contudo, os conflitos internos se acirraram, ao que parece, devido às discordâncias de moradores com seu suposto líder e devido a expulsões de moradores que, segundo relatos, ocorreram de maneira injusta e autoritária. A confusão foi tema de matérias no CMI (Centro de Mídia Independente) e diversos e-mails difamatórios nas listas de internet⁵⁷. Mais tarde, Marcelo Braga, liderança da Central de Movimentos Populares (CMP), que participou, junto à FLP, da organização das ocupações da variante “por coletivo”, confessou em entrevista que o exemplo da ocupação Revolta dos Malês acabou contribuindo para a decisão de horizontalizar a organização interna dos moradores.

Os processos, principalmente esse da Revolta dos Malês, provocou um grande trauma porque era realmente um controle total, até de separar família, determinar isso, determinar aquilo. Foi muito traumático que gerou uma repercussão muito grande e se difundiu pela cidade inteira. Por isso a gente optou pela autogestão. Essa forma de organização que a gente começou na Chiquinha, foi a partir de experiências mal sucedidas da ocupação Revolta dos Malês (que estava à frente o André de Paula). Não queríamos ter os mesmos problemas. Aí a gente pensou que a Chiquinha teria que ser mais livre no sentido da organização interna, que houvesse maior participação dos moradores, e tudo, que fosse horizontalizada, que partisse sempre do Coletivo... essas questões todas. **[Foi então baseado nessas experiências que se optou pela autogestão?]** Exatamente. Foi baseado nisso. No fracasso dessas experiências que tinham seus senhores lá que... Bom, foi a partir daí que isso começou.⁵⁸

Além disso, muitos desses militantes haviam experimentado o gosto da decepção em suas experiências prévias, principalmente devido à burocratização e cooptação dos movimentos sociais. Havia uma preocupação de tornar as chamadas “bases”, protagonistas de seus movimentos, radicalizando a crítica que levou, já no final dos anos 70, à reformulação das estratégias de mobilização no sentido de uma valorização da participação ativa e consciente da população, como aponta Sader (1988) e já discutidas no capítulo anterior.

Bom, por parte dos militantes que puxavam isso, tem uma razão principal que é a experiência de militantes com determinadas formas de organização e chegaram à conclusão que não avançava para o que eles queriam, que era a transformação da sociedade. No Brasil houve um processo de burocratização muito forte principalmente a partir do final dos anos 80 e início dos 90. E a gente percebeu que o problema era a não existência de mecanismos reais de participação das pessoas que não eram já militantes. Já não eram adeptas de uma ideologia ou coisa parecida.⁵⁹

⁵⁷ Cf. <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/09/6421.shtml>;
<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/discriminacaoracial/message/799>;
<http://br.groups.yahoo.com/group/discriminacaoracial/message/2150>

⁵⁸ Entrevista concedida por Marcelo Braga a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 15/01/2010

⁵⁹ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

Na época, o movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro já enfrentava duas das dificuldades mais notáveis para a territorialização de ocupações: a primeira é a cooptação pelo Estado, amplamente noticiada e discutida na literatura sobre movimentos sociais e que configura um desafio que cresce na medida em que a esquerda partidária, conhecedora das fraquezas destes, estabelece uma relação menos conflituosa e mais sedutora com os movimentos sociais emancipatórios. A segunda é a interferência do “capitalismo criminal-informal” (SOUZA, 2000a), notadamente o tráfico de drogas e as milícias que, assim como o Estado, utilizam ora a repressão e ora a cooptação de lideranças. Em conversas com militantes do antigo MCL, hoje MCP (Movimento das Comunidades Populares), moradores de Campo Belo, ouvi relatos de que a primeira medida dos milicianos para lidar com as “invasões” era exigir a formação de uma associação de moradores. Interessantemente, esta foi a mesma exigência do Estado para as ocupações da variante “por coletivo”. Assim, estabelecer uma instância de decisão separada dos moradores é, sem dúvida, uma tática de dominação.

Já em 2001, o ainda MCL (Movimento de Comissões de Luta), ocupou um prédio na Rua Barão de São Félix (onde, mais tarde, seria a ocupação Chiquinha Gonzaga), e os moradores foram reassentados constituindo o atual conjunto Campo Belo na Zona Oeste da cidade. Finalmente, em 2003, surge a ocupação “17 de Maio” em Nova Iguaçu, que foi particularmente marcante para FLP, pois apesar de não ter sido planejada por nenhuma organização do movimento social, a ocupação conseguiu impor uma organização mais horizontal através de assembleias de moradores com caráter deliberativo.

Embora a 17 de Maio tenha começado num processo diferente, como não foi um grupo organizado que começou – embora houvessem figuras autoritárias envolvidas no esquema – a capacidade de decisão das assembleias sempre foi impressionante. Mesmo na 17 de Maio. Foi aonde a gente começou a ter essa experiência. Eles já tinham as assembleias deles. Mas não eram assembleias muito organizadas. Eu acho que essa questão de fazer assembleia é mais ou menos o mecanismo natural das pessoas, né. Não se mantém quando existe... A cultura dominante vem e diz “Ah não, vamos delegar pra algumas pessoas fazerem as coisas” e tudo mais. Mas quando existe uma intervenção que diz que aquilo mesmo é o certo e que procura aperfeiçoar, a probabilidade é que o negócio continue. Mesmo que fique muito tempo sem ter assembleia. Lá na 17 de Maio dava pra perceber isso. Mesmo depois de... às vezes ficar três meses sem assembleia, no momento decisivo tinha uma assembleia e a assembleia era determinante. Como foi na época do julgamento do caso. Tinham vários meses que as reuniões não juntavam ninguém, mas quando houve o processo do julgamento, a assembleia lotou. E a assembleia tirou que todo mundo ia para o Fórum. Houve o problema da passagem, de conseguir dinheiro, mas eles se viraram e se reuniram e tinha mais de 200 pessoas. O próprio juiz falou que nunca tinha visto

tantas pessoas numa audiência no Fórum de Nova Iguaçu. E foi isso. O que determinou isso foi a participação das pessoas⁶⁰.

Até então, as ocupações urbanas se concentravam, prioritariamente, em áreas periurbanas ou mesmo em outros municípios do estado. Contudo, neste mesmo ano (2003), a FLP consolidou uma parceria com a CMP – Central de Movimentos Populares (vinculada ao PT) – e deu início ao processo de preparação daquilo que, no ano seguinte, veio a ser a primeira ocupação “autogerida” do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro em prédio público, a saber: a ocupação Chiquinha Gonzaga.

A Chiquinha aqui no Rio, em primeiro lugar, recolocou na ordem do dia as ocupações de prédio, tanto que em pouco tempo vários prédios foram ocupados, o que obrigou o poder público a dar destino a vários outros que se nada fosse feito, seriam ocupados mais cedo ou mais tarde. Os movimentos começaram a despertar, já havia tido outras ocupações antes, mas antes da Chiquinha tinha havido uma certa baixa por causa da repressão e com a Chiquinha houve um retorno. Em segundo lugar, de colocar a experiência de outro tipo de organização, que tem seus problemas, é claro, mas que mostra que é possível ter um outro tipo de organização do movimento social que não é aquele tipo centralizado, onde a coordenação detém tanto poder que todo mundo só conhece a coordenação, a ocupação é identificada pelo movimento e não pelo coletivo da ocupação, etc.⁶¹

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, juntamente com promessas de campanha que diziam querer transformar todos os prédios públicos federais abandonados em moradia popular (promessa, aliás, jamais cumprida), fez com que a conjuntura se tornasse favorável à ocupação de prédios federais, algo que abundava na Zona Portuária do Rio.

[A] gente começou a ver a possibilidade [de realizar ocupações em prédios], principalmente em vista da nova conjuntura criada pelo governo Lula, né. Não que o governo Lula estivesse fazendo alguma coisa na prática, mas as promessas e tudo mais criaram uma brecha que a gente resolveu aproveitar e partir para a ocupação de prédios públicos federais.⁶²

Essa parceria com uma organização que possui claros vínculos partidários se deu, em primeiro lugar, devido ao posicionamento explícito da CMP em favor do modelo político-organizativo proposto pela FLP. Contudo, toda a diversidade interna presente na FLP ainda veio a acarretar inúmeros conflitos internos, sendo a relação entre a FLP e a CMP bastante conturbada, tendo culminado em 2005 com o rompimento da parceria estabelecida em 2003. Contudo, é interessante observar que apesar deste rompimento, as ocupações cuja organização fora iniciada por integrantes da FLP e da CMP não seguiram a mesma linha e

⁶⁰ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

⁶¹ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

⁶² Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

continuaram a manter vínculos com ambas organizações. No mais, ocupações como a Quilombo das Guerreiras lidam muito bem com a aliança estabelecida com a CMP e conseguem, inclusive, inserção em fóruns de debate e em programas governamentais como o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) sem, com isso, submeter o Coletivo à mesma.

A FLP já contava com a participação do MUP (Movimento pela Universidade Popular), do ARM (Ação Revolucionária Marxista), do Favelania, do MPF (Movimento Popular de Favelas) e do MCL e, posteriormente foi adensada com a participação de anarquistas egressos da Resistência Popular (RP-Rio), do Movimento da Educação Libertária (MEL), do MEP (Movimento pela Educação Popular), do Movimento Anarco Punk e outros libertários independentes. Nota-se, cada vez mais, uma forte presença do setor da juventude estudantil, tanto de secundaristas, quanto de universitários. Essa presença forte do setor da juventude teve (e ainda tem) um papel importante no movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro.

Em meio a toda essa diversidade de ideologias e organizações e, apesar de partirem de matrizes discursivas diferentes, ativistas marxistas e libertários encontravam na noção de “Poder Popular” um ponto em comum que os aproximava de um modelo de organização social autogestionário e não-representativo.

“(…) No processo de avaliação que se seguiu [aos atos que fundaram a FLP], a maioria dos grupos da FLP optou por estabelecer uma definição estratégica mais precisa pelo Poder Popular, registrada na primeira versão do nosso Manifesto aprovado pelo Encontro do final de 2000. (Frente de Luta Popular *apud* PENNA, 2010)”.

Segundo publicação da própria FLP em outubro de 2005,

“Uma das questões mais importantes está ligada à criação de mecanismos de Poder Popular é a maneira de como esses mecanismos vão enfrentar o Estado (...) Basta observar os levantes que estão varrendo toda a América Latina para termos as dúvidas sobre Poder Popular esclarecidas. Os acontecimentos na Bolívia, Equador e Argentina, apenas para citar os mais dramáticos, deixam claro que O PODER POPULAR É UM PODER QUE SE OPÕE RADICALMENTE AO ESTADO, qualquer concepção de Poder Popular que não coloque essa oposição como princípio significa criar confusão nas Assembleias Populares, afastando-as da luta direta do povo para que elas se submetam ao Estado ou obedeçam a objetivos eleitoreiros” (Frente de Luta Popular, 2005).

O projeto da FLP era pensar uma nova forma de organização política e uma nova forma de militância popular a partir de uma ocupação: a Chiquinha Gonzaga. Esta era uma

espécie de “laboratório” para a militância encontrar mecanismos de viabilização daquilo que eles chamavam de “Poder Popular”. Contudo, a demanda crescente de sem-teto que batiam à porta da Chiquinha Gonzaga acabou levando à organização de uma nova ocupação, a saber: a ocupação Zumbi dos Palmares.

A Zumbi foi, na verdade, uma tentativa inicial de resolver o que íamos fazer com esse monte de gente batendo na porta. Isso é uma preocupação. Quando se ocupa um prédio, como fazer para garantir que os quartos distribuídos serão os quartos das famílias que ocuparam? Existem pressões externas, tanto do tráfico, quanto de famílias que estão na rua, de tentar se juntar para morar ali também. É a coisa do ‘Vamos subdividir esses quartos! A gente quer morar aí também. A gente é da área, a gente é da área, a gente é da área!’ E pra poder conter essa pressão acabou surgindo a necessidade de se fazer uma outra ocupação, não era a intenção fazer outra ocupação, não estava previsto. A intenção era conter uma demanda imensa de pessoas que eram da região central, dizendo: ‘Não! Acho que tem quarto vazio aí, hein! Acho que tem quarto vazio!’ Então chamou-se uma reunião e a gente decidiu que, havendo gente precisando de moradia, nós íamos ajuda-los a conquistar isso. Mas não era o projeto inicial⁶³

Enquanto moradores da Chiquinha, mais próximos da FLP, entravam em conflito em assembleia com moradores vinculados ao PT (atraídos pela presença da CMP), a ocupação Zumbi dos Palmares enfrentava um outro problema, que era a dificuldade de se implementar a autogestão em um ambiente marcado por relações violentas entre alguns moradores, que mantinham sua identidade vinculada a facções criminosas que dominavam seus antigos locais de moradia. Mesmo não sendo maioria na ocupação, esses poucos moradores acabavam tumultuando as assembleias.

A Zumbi era uma ocupação imensa e com uma série de problemas que a gente não esperava encontrar (...) havia moradores da Chiquinha na época que diziam para a gente: ‘Vocês não vão voltar? O pau ta quebrando aqui, parte da Chiquinha é vinculada ao PT e vocês não estão ajudando em nada!’. Mas a gente não tinha como sair porque a Zumbi tava pegando fogo por outros conflitos. Era a dificuldade da autogestão, tinha a busca de alguém se tornar um chefe, com argumentos do tipo: ‘Já puxei cadeia!’, ‘Conheço o pessoal do tráfico da Mangueira!’, ‘Conheço o pessoal do tráfico dos Macacos’, inclusive guerras de facções que vinham como ranço, pois nenhum deles mais fazia parte do tráfico, mas carregavam esse ranço: ‘Você é do Macaco⁶⁴!’, ‘Você é da Mangueira!’, e a gente ficava mediando, dizendo que aqui não tinha isso. Não tinha isso! Mas tinha vezes que havia briga física até. Acabavam resolvendo na porrada mesmo. E olha que isso era proibido pelo regimento, mas era preciso convencer que isso não podia ser constante. A Chiquinha era uma ocupação de militantes, de gente que já havia tido uma inserção em partidos políticos, associação de moradores ou em outras ocupações urbanas, então quase todos os moradores tinha alguma experiência em militância. Poucos não haviam tido experiências de atuação coletiva. Na Zumbi não. Não havia quase ninguém com

⁶³ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com Elaine Freitas (integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP).

⁶⁴ As facções do tráfico de drogas ADA (Amigo dos Amigos) e CV (Comando Vermelho) atuam, respectivamente, nas favelas do Morro dos Macacos e da Mangueira, localizados no bairro de Vila Isabel e Maracanã.

participação comunitária e as ações de grupo eram ações extremamente hierárquicas. Então era muito difícil o convencimento de respeitar intervenção, de conhecer mesmo aqueles mecanismos de reunião. Isso sugou muito as nossas energias.⁶⁵

Assim, além de pressões externas vindas de partidos políticos e do próprio “capitalismo criminal-informal” (SOUZA, 2008), ambas as ocupações precisavam lidar com o efeito interno dessas pressões, provenientes também de um infrapoder heterônomo que se manifesta em formações identitárias conflitantes e em comportamentos explosivos, tornando difícil o bom andamento das assembleias. As dificuldades de se implementar um formato político-organizativo horizontal em meio a uma sociedade heterônoma, desigual e marcada pela “sociabilidade violenta” (SILVA, s/d)⁶⁶, ficavam cada vez mais latentes.

Movimento de setor empobrecido é o mais difícil que você pode imaginar. Porque a pessoa não tem um momento de paz. Tá sempre ferrado, tá pensando em dar comida pro filho dele agora... É um negócio muito complicado, né. É uma coisa muito tensa. A gente vê tanto isso na Rede [Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência⁶⁷] quanto no movimento dos sem-teto e tudo mais. Então é uma coisa muito complicada mesmo, emocionalmente muito carregado. E precisa de uma militância que eu acho que leva tempo pra amadurecer. E as coisas foram muito rápidas, né. Não teve tempo de amadurecer (...) Uma parte do Apoio trabalhou muito com uma visão idealista da autogestão propriamente dita, autogestão que dá pra se aplicar aqui e agora independente do entorno social, da história e tudo mais. Acho que isso não é só uma deficiência do Apoio, mas de um determinado tipo de ideologia que fica a meio caminho.⁶⁸

Se, na Chiquinha Gonzaga, assistia-se ao conflito político entre dois “campos políticos”, um “mais comprometido com a organização por coletivo” e outro “menos comprometido” com este tipo de organização (GRANDI 2010; GRANDI e TEIXEIRA, 2010), na Zumbi a preocupação era impedir que conflitos provenientes de fora da ocupação fossem solucionados através da violência. Os apoiadores e moradores destacados do Coletivo travaram grandes embates lá dentro para instituir um Coletivo como instância máxima de mediação e deliberação da ocupação. Das três primeiras ocupações desta variante, a Zumbi foi a única que não conseguiu legitimar e instituir, de fato e por muito tempo, esta instância do poder instituinte. Mesmo assim, nem tudo foi perdido, pois seus moradores demonstravam,

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

⁶⁶ Segundo Luiz Antônio Machado da Silva (s/d), a “sociabilidade violenta” é um tipo específico de sociabilidade que faz com que a força deixe de ser um “meio de obtenção de interesses”, para ser o próprio princípio de regulação das relações sociais estabelecidas.

⁶⁷ A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é uma organização que reúne moradores de favelas e comunidades pobres, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se mobiliza contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres. (Ver <http://www.redecontraviolencia.org/>)

⁶⁸ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

de tempos em tempos, através da frequência dos mutirões e de festas coletivas, que havia ainda algum sentimento de coletividade manifestado em ações conjuntas. A Zumbi teve, durante anos, um bloco de carnaval organizado pelos próprios moradores (no qual a presença de apoiadores era frequente, mas seu papel era de meros coadjuvantes), e quase todos os problemas de infraestrutura foram solucionados em regime de mutirão. Além disso, a Zumbi sempre se manteve aberta às reuniões de ativismos como, por exemplo, o “Fórum contra o Choque de Ordem” e o “Reunindo Retalhos”, cumprindo um importante papel articulador de ativismos sociais emancipatórios. Nos últimos anos de existência da Zumbi, muitos moradores com quem conversava diziam que gostariam que o Coletivo voltasse a funcionar. Além disso, muito relembavam com desgosto a saída, (segundo eles, precoce) dos apoiadores da ocupação. Parecia haver um sentimento de que era preciso uma maior insistência dos apoiadores para que o Coletivo desse certo.

Isso, por um lado, é interessante. Mas, por outro, cria um... Como é que eu diria?... Cria, vamos dizer... Cria uma mística do coletivo que às vezes decepciona as pessoas, né. Às vezes as pessoas “Ah! Eu acredito no coletivo!” e tudo mais. Quando as coisas começam a não funcionar direito (e não começam a funcionar por diversos problemas, não é só por causa da capacidade das pessoas – é por causa da pobreza, de várias coisas), aí se cria essa mística, que se converte às vezes em uma certa decepção. E se pode converter a uma certa desmoralização. Isso é um problema sério, né. Mas isso aí faz parte acho que do aprendizado do explorado que tá querendo se emancipar. Acho que é uma coisa que a gente tem que trabalhar melhor, tem que estudar melhor essa experiência e ver o que é que a gente pode fazer melhor. Mas não tenho dúvida nenhuma que a experiência mostrou que é possível um processo sustentável de intervenção (...). E também teve um problema, que eu acho que foi mal discutido, que foi essa idealização da autogestão como solução pra tudo. Como se “Ah não, existe exploração porque falta a ideia de autogestão na cabeça das pessoas”. Não é isso! Existe exploração porque existe todo um instrumento aí pra manter a exploração. Não é só as pessoas acreditarem em autogestão que o negócio vai acabar. Tem exército, tem polícia, tem ... tem um monte de coisa pra manter isso, né.⁶⁹

Os apoiadores da FLP passaram a se dividir entre as duas ocupações, alguns mais envolvidos com os problemas da Chiquinha e outros mais envolvidos com os problemas da Zumbi. Fazia-se reunião da FLP de 15 em 15 dias, uma na Chiquinha e outra na Zumbi, e em meio a toda essa demanda por ativistas, surge o “processo” da Quilombo das Guerreiras.

Já era uma briga terrível, quando surge Quilombo, a resposta dos companheiros foi: vocês estão malucos! Como é que vamos dar conta de um novo processo?⁷⁰

⁶⁹ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

Mesmo assim, havia a percepção de que o momento era favorável a novas ocupações na Zona Portuária. O MEL passava a integrar de forma mais consistente a FLP e, ao mesmo tempo, possuía vínculos com a FIST (Frente Internacionalista dos Sem Teto) e a FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro), o que permitia a chegada de mais militantes para apoiar o novo “processo”.

Eu tinha muita preocupação com o processo de despejo, e eu tinha visto muitos moradores de Chiquinha que não tinham falas em reuniões, gente que não se manifestava. A gente sabia do histórico das pessoas. Tinha gente que tinha morado na Revolta dos Malês, na Mem de Sá 261, mas não se posicionava sobre nada. Quando surge a Zumbi, eles passam a coordenar grupo, ir para a assembleia, conversam com os moradores sobre como se faz portaria, como se faz cozinha coletiva, e ver esse crescimento político dos moradores me fez pensar que a própria Zumbi poderia ser ajudada pelo processo de Quilombo. As dificuldades que a gente tinha com o processo de organização poderiam ser sanadas em parte com um processo de uma nova militância dentro da ocupação a partir do apoio a uma nova ocupação. Então acreditando nisso eu fui para o processo de Quilombo, mas isso era uma minoria da FLP.⁷¹

A FLP, por considerar-se ainda uma “frente”, depois de reuniões densas em debates, optou por deixar ao cargo de seus ativistas a escolha de participar ou não do novo “processo”. Nesta época, a FLP já havia sofrido um esvaziamento devido à saída de organizações como a FANRIO e a Favelania. Algumas organizações que faziam parte da FLP, como o MUP, passaram a se desarticular enquanto organização, e se reorganizaram através da própria FLP. Assim, a FLP passou a adquirir características de organização e não mais de uma frente composta por diversas organizações. Houve, portanto, uma fusão das organizações que permaneceram com a FLP após esse esvaziamento e se fundiram.

A perda desses grupos fez com que a gente ganhasse cara de organização porque já estávamos muito próximos politicamente. Então, na verdade, todos nós deixamos de ter uma organização. Nós éramos a FLP. A nossa organização era a FLP. Não tínhamos um outro grupo que se reunia por fora e discutia coisas para fazer em conjunto com a FLP. Então não tinha mais sentido a FLP ser uma frente, ela perdeu essa característica. E a gente tentou encaminhar isso. Chegamos a preparar materiais e organizamos eventos na tentativa de construir essa nova cara da frente que já não tinha mais sentido ser uma frente.⁷²

As reuniões de preparação da ocupação continuaram a ocorrer até que no dia 14 de novembro de 2005, um prédio localizado na Rua Alcindo Guanabara, nº 20 (centro do Rio), foi ocupado. A repressão policial não tardou em chegar e, no mesmo dia, todos foram despejados. Até então, no período de preparação da ocupação, apoiadores e futuros

⁷¹ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

⁷² Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

moradores possuíam direito à voz e voto nas assembleias, não havendo qualquer diferenciação formal entre apoiadores e futuros moradores.

Figura 7



A gente perde a Alcindo Guanabara, faz mais uma reunião no CCS, nessa reunião no CCS a gente tem uma reunião em que a gente vota pelo fim da possibilidade de voto de militante, só podendo votar morador. Porque até então, no processo de organização de Quilombo, assim como no processo de organização de Zumbi, antes de entrar no prédio, somos todos militantes, já que não existe morador, pois o prédio não está ocupado (...) A partir do prédio ocupado, a assembleia é dos moradores.⁷³

Imagem da primeira tentativa de ocupação do Coletivo da Quilombo das Guerreiras (foto de autor desconhecido).

Após o despejo, a FLP fez uma reunião para avaliar a ação e decidiu que era necessário que o Apoio abdicasse do direito ao voto para impedir que determinados ativistas tivessem maior influência nas votações. A influência da FIST era grande no grupo, especialmente porque diversos moradores vinham da Zona Oeste da cidade e mantinham relações estreitas com ocupações coordenadas pela FIST. A proposta foi levada para a reunião do “processo” e aprovada e, logo após a reunião, ativistas da FLP e da FIST começaram a entrar em conflito devido a discordâncias sobre os motivos do despejo. A FIST se desvincula do “processo” e é acompanhada pela FARJ. Neste momento, o grupo se dissolve. Contudo, ativistas da FLP entram novamente em contato com os sem-teto que haviam participado até então, e voltam a fazer reuniões preparatórias. Com o afastamento da FIST e da FARJ, outros ativistas da FLP, inicialmente contrários ao “processo”, passam a apoiá-lo. Ao mesmo tempo, moradores da Chiquinha que haviam tido atrito com a FIST e ativistas do Fórum do Meio Ambiente do Trabalhador, próximos à CMP, que estiveram ausentes na primeira tentativa, passam a integrar o processo de organização da segunda tentativa.

⁷³ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

O grupo de apoio cresceu de tal maneira que isso deu uma força pra gente. Com pessoas que tem uma enorme capacidade de mobilização de grupo. Quando essas pessoas entram no processo, isso mantém uma solidez muito forte do grupo, a confiança de que a gente vai conseguir.⁷⁴

A segunda tentativa foi no bairro do Rio Comprido, mais precisamente na Rua Estrela, n. 64, e que, pela primeira vez, não consistia em prédio público, mas sim, em prédio privado. Mais uma vez, o grupo foi despejado no mesmo dia e precisou se reorganizar. Entretanto, dessa vez não houve rachas ou brigas, o grupo voltou a se organizar em reuniões, agora com um diálogo próximo ao ITERJ (Instituto de Terras do Rio de Janeiro), representado por Célia Ravera, que buscava assentá-los em um conjunto habitacional. O grupo chegou, inclusive, a fazer reuniões semanais no ITERJ durante um tempo. Mesmo assim, pouco depois do despejo da Rua Estrela, o grupo executava a terceira e última tentativa na Rua Francisco Bicalho, próximo à Rodoviária Novo Rio, onde, finalmente, conseguiram permanecer (ver Figura 9).

Entre os anos de 2004 e 2008, a FLP se constituiu na principal organização dos movimentos sociais urbanos cariocas que fazia uma crítica clara à burocratização dos movimentos. Por isso mesmo, a FLP não possuía ocupação alguma, seu objetivo era que as ocupações, juntas, formassem um movimento forte na cidade. A experiência da FLP foi, portanto, uma experiência singular de tentativa de construção de uma organização antiburocrática, e foi preciso colocar a crítica à centralização e à burocracia em prática para constatar as vantagens e dificuldades de realização da mesma.

Sempre predominou dentro da FLP uma visão de combater determinadas tendências centralizadoras que são muito comuns nos movimentos sociais. Isso já é uma herança já de uma cultura de esquerda antiga. Não surgiu de agora. Que eu acho que inclusive a crítica a isso é muito frágil, ela tá se constituindo. Não basta criticar pra você ter uma alternativa, mas a gente buscava de alguma maneira não levando essa cultura comum onde haveria um núcleo de militantes capazes de decidir, de pensar e tudo mais e que as outras pessoas não tinham essa capacidade ou que as outras pessoas tinham que ser a base. Esse tipo de coisa. A gente via o contrário: existe realmente diferenças de experiência, de acúmulo das pessoas, mas se a gente cristaliza isso em setores diferentes, essa diferença acaba aumentando cada vez mais, e não diminui. E o objetivo não é esse. O objetivo é que essa diferença se torne menor entre militante e não militantes. É uma questão difícil mesmo. É um problema realmente complicado. Mas eu acho que dessas experiências de movimento social que eu participei até hoje, a FLP foi onde essa discussão ganhou um corpo menos doutrinário. Diferente daquela discussão anarquista muito doutrinária, mas tentar aplicar isso na prática. Como aplicar isso na prática? Foi uma coisa interessante.

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

Mesmo que movimentos mais tradicionais, mesmo que eu respeite muito isso, resistam muito a isso porque é uma coisa muito nova.⁷⁵

Mesmo assim, as inovações trazidas pela referida organização, principalmente no que concerne a sua prática política, não passaram despercebidas pelos moradores, que já nutriam grandes desconfianças em relação às organizações burocráticas e ao oportunismo dos políticos profissionais.

Eu acho que isso foi uma coisa interessante porque existe, por parte da população desempregada, subempregada, mal empregada em geral, uma desconfiança muito latente em muita experiência de pilantragem. Então quando se vê um tipo de atuação mais transparente, isso também significa uma coisa nova pras pessoas. A gente percebeu isso. A gente percebeu que tinha muita desconfiança no início. Manoel conta muito essa história, né. Quando conheceu a gente “Ah não, mais um político aí vai querer se dar bem. Vou até me aproveitar, vê o que é que dá...” Depois não. Depois foi vendo que era uma coisa diferente. Quer dizer: sem a necessidade de fazer aquele discurso ideológico pesado, a gente colocou uma perspectiva ideológica pras pessoas. Uma perspectiva de que “Ah não, eles tão fazendo um negócio que é diferente, que não é o dia-a-dia que a gente vê da pilantragem, da burocracia, do individualismo, né.”⁷⁶

Além disso, por mais que a FLP tenha se tornado, na prática, uma organização, ela, de certa forma, manteve algumas características de uma “frente”, permitindo maior autonomia de seus ativistas em relação aos seus campos de militância. A variante “por coletivo” não se limita à ação da FLP e constitui uma arena complexa caracterizada pela criação de uma prática política horizontal e experimental, ela caminha na base da tentativa e erro e imprime ao movimento dos sem-teto um caráter dinâmico e diferenciado. Confere-se atenção especial ao período de preparação para a ocupação, pois é preciso muitos meses para transformar um aglomerado de pessoas que necessitam de moradia em um grupo e, mais tarde, em um Coletivo. As reuniões tratam sobre diversos assuntos referentes à organização política interna, à ação direta e ao necessário envolvimento de todos na luta por moradia. O regimento interno, por exemplo, não é trazido pronto para a aprovação do Coletivo em assembleia, ele é inteiramente construído em assembleia. Essa construção coletiva do regimento demanda um número grande de reuniões, pois é preciso debater cada ponto. Na maior parte dos casos, as regras são decididas de forma consensual e, apenas quando o consenso não é possível, recorre-se à votação.

Quando a gente começou a organizar, fazer as primeiras reuniões de organização das famílias pra ocupação da Chiquinha, desde o início a gente adotou um método que era um método que as pessoas até estranhavam, né. Reuniões semanais com as

⁷⁵ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

⁷⁶ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

famílias... Tinha um certo controle de participação; tinha uma estanquização da parte mais conspirativa com a parte mais de discutir e tudo mais... Mas era uma metodologia bastante diferente em relação ao que predominava. Diferente, inclusive, do que foi a ocupação Nossa Senhora das Graças. A gente mostrou que é possível fazer uma ação que envolve um certo nível de atividade conspirativa face o Estado, sem necessariamente que seja uma atividade totalmente centralizada em termos de discussão política. Pelo contrário: as discussões políticas eram bastante amplas, bastante interessantes.⁷⁷

Assim, o “processo” que precede à ação direta possui enorme importância para esta variante do movimento dos sem-teto por constituir um período de incubação do Coletivo, período essencial para que vínculos sejam estabelecidos e para que cada morador esteja ciente e bem preparado para as dificuldades que estão por vir. Portanto, o capítulo 3 foi dividido em três partes, sendo a primeira delas dedicada a este período pré-ocupação, no qual as forças centrípetas de organização interna e as forças centrífugas de suporte ou conflito externo começam a se esboçar.

3.1.2 – O período pré-ocupação e a constituição de um centro móvel e efêmero

3.1.2.1 – O “grupo de apoio”: agente externo, mediador ou protagonista?

Já no primeiro capítulo, explicito a divisão que estabeleci entre o Apoio em sentido amplo, ou seja, a “rede de apoio”, e o Apoio em sentido estrito, cujos integrantes participam não só do planejamento da ação direta e da formação política e técnica (conhecimentos vinculados a saberes práticos) dos moradores, mas também, possuem uma presença cotidiana, desenvolvendo projetos de cunho cultural, político e educativo nas ocupações, quando a ameaça de despejo é, ao menos provisoriamente, suspensa (momento de territorialização estável). Assim, o “grupo de apoio” possui um papel importante na própria continuidade e reprodução desta variante do movimento, pois atua como protagonista tanto na ação direta, quanto em atividades cotidianas do movimento e da ocupação. Contudo, há, entre seus integrantes, aqueles que compartilham a identidade de sem-teto e residem em outras ocupações desta variante do movimento e, – no âmbito de outros processos nos quais, ele ou ela, não pretendem morar – apresentam-se como Apoio da nova ocupação. Portanto, o

⁷⁷ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

“grupo de apoio” é formado tanto por moradores de ocupações de sem-teto, quanto por ativistas que não necessitam de uma moradia para si e, portanto, não são sem-teto.

Os apoiadores não-sem-teto, contudo, configuram um grupo complexo, pois são protagonistas do movimento sem compartilhar a identidade que os une na luta por moradia. Nesta seção, discutiremos, brevemente, a literatura sobre os chamados “mediadores” ou “agentes externos”, amplamente estudados por pesquisadores sociais já nos anos 80 e 90 do século XX. Afinal de contas, como classificar o “grupo de apoio”? Seria ele um “mediador”, um “agente externo”, um “catalisador” ou um protagonista?

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu livro intitulado “Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro”, destaca a presença daquilo que ele chama de “catalisadores” como agentes responsáveis pela intermediação entre o “Evento Mobilizador”⁷⁸ e a resposta que ele suscita em termos de programa de luta. Assim, segundo o referido autor:

“O seu papel é este: ser ‘de dentro’, ‘de confiança’ para o grupo, a ponto de ser capaz de comovê-lo e de mobiliza-lo; ser ‘de fora’ o suficiente para saber como delinear a pressão, como descreve-la e como manipula-la. O Catalisador tem de ter ‘passe livre’, ser reconhecido como interlocutor pelo sistema político oficial (aparato de Estado) para que seja possível alguma ação, pelo menos no início do movimento (...) Catalisadores podem ser indivíduos, grupos ou instituições externos ao conjunto de moradores” (SANTOS, 1981, p. 223).

Santos destaca a presença da Igreja e dos técnicos como catalisadores. O catalisador seria, portanto, um “mediador” que ajudaria na negociação do movimento social com o Estado. Ele “traduz” as demandas do movimento para o Estado por via de seu conhecimento institucional e linguagem técnica, fazendo da reivindicação um projeto concreto e viável. Ao mesmo tempo, o catalisador informaria o movimento das exigências estatais para a concretização das medidas tomadas para atender a demanda expressa.

Cardoso (1984) prefere a denominação de “organizadores” para referir-se a indivíduos destacados que possuem um saber técnico importante para a mobilização de recursos financeiros e humanos. Eles se distinguem das “bases das associações” por sua origem de classe e suas qualificações intelectuais. Alguns podem, inclusive, optar por viver junto às “bases”, como é o caso da atuação dos padres.

“A generalizada descrença nos partidos e a valorização da prática política direta criaram entre os técnicos o desejo de oferecer seus conhecimentos para alargar o

⁷⁸ Para Santos (1981), o “Evento Mobilizador” surge a partir de uma pressão externa que unifica os grupos internos de uma determinada localidade em torno de interesses comuns. O autor ressalta, contudo, que o Evento Mobilizador, sozinho, não garante o surgimento de um movimento social urbano, pois é preciso que ele seja “empolgado por alguém com uma bandeira de luta” (Ibidem, p. 220).

espaço de autonomia dos movimentos sociais (...) Entre o assistencialismo e a militância, os profissionais encontram seu campo de ação.” (CARDOSO, 1984, p. 231).

Boschi e Valladares (1982) se dedicam à análise daquilo que preferem denominar de “agentes externos” e que, segundo eles, podem sim atuar como catalisadores em momentos iniciais, ajudando a direcionar a atuação coletiva. Contudo, os autores ressaltam que nem sempre a atuação dos agentes externos é positiva, podendo, também, contribuir para a desmobilização e o acirramento de conflitos internos. Os agentes externos podem tanto mobilizar e depois conter, cooptar, tutelar, quanto podem mobilizar e impulsionar a luta. Além disso,

“(…) o agente externo – fundamental que é como fator de mobilização – pode tanto potencializar uma situação já existente de forma latente, quanto, na sua inexistência, abrir frentes para a manifestação de um interesse comum.” (BOSCHI e VALLADARES, 1982, p. 136)

Jacobi (1987) atenta para o perigo de minimizarmos o papel dos agentes externos na dinâmica interna dos movimentos, pois esta mediação possui seus reflexos no processo de construção dos pressupostos coletivos da ação. Krischke (1987) resalta que em tais instituições externas, como a Igreja, partidos políticos, sindicatos etc., predominam relações de assimetria e autoridade que, por sua vez, podem introduzir uma ambivalência nas orientações e na atuação dos movimentos. Contudo, o autor destaca que, apesar disso, não podemos esquecer que tais inovações deslocam

“a ênfase nos direitos humanos do quadro originário, formalista e ‘individualista possessivo’ para um marco coletivista e universalista. Por exemplo: a luta pelo direito da propriedade dos loteamentos clandestinos supõe (e resulta em) uma mudança da lei de zoneamento urbano que afeta a toda a população.” (KRISCHKE, 1987, p. 284).

Jacobi (1989) resalta, ainda, que, frequentemente, tais agentes tem dificuldade de aceitar seu papel no processo e se colocam numa situação de igualdade com os moradores. Segundo Ana Clara Torres Ribeiro (1991),

“(…) o campo de práticas e valores que constroem as mediações – e o papel específico dos mediadores – conforma uma arena de identidades difíceis, porque inovadoras e mutáveis, constituindo, desta forma, um terreno particular de disputas apoiadas em inscrições institucionais no tecido social ou em conquista de posições de legitimidade no plano político” (RIBEIRO, 1991, p. 110).

As ocupações de sem-teto da variante “por coletivo” também possuem seus mediadores, como os advogados de defesa da ocupação, escritórios de arquitetura, ONGs e organizações dos movimentos sociais. Contudo, mesmo que possamos identificar a presença

de mediadores na configuração da “rede de apoio” (que será tratada de forma mais aprofundada mais à frente), o “grupo de apoio” não configura propriamente um “mediador”. Seu papel no movimento dos sem-teto é complexo e, em pouco tempo, vem se transformando rapidamente. Portanto, é preciso apreendê-lo como um processo que se reinventa na medida em que as relações entre apoiadores e moradores se transformam.

Durante o “processo” da Chiquinha Gonzaga (primeira ocupação desta variante), o “grupo de apoio” era formado por apoiadores não-sem-teto. Entretanto, nos demais processos, o “grupo de apoio” foi incorporando moradores das ocupações previamente conquistadas que passavam a participar no planejamento das reuniões, da escolha do prédio a ser ocupado e das mediações com a polícia e outras instituições estatais. Estes moradores passaram a se identificar como apoiadores no âmbito das assembleias do novo “processo” para se diferenciarem daqueles que iriam morar na nova ocupação. Mesmo no “processo” da Chiquinha, não seria fácil identificar o “grupo de apoio” como um agente externo, mesmo havendo um corte claro de classe social entre seus integrantes e os futuros moradores. Contudo, nos “processos” posteriores (como o da Quilombo das Guerreiras), essa fronteira tornou-se ainda mais nebulosa devido à participação de moradores de outras ocupações no “grupo de apoio”.

O que a gente colocava claramente pras famílias, a gente falava: Olha só, ninguém do Apoio vai morar. Nós não estamos ganhando nada com isso, a única coisa que a gente vai cobrar de vocês é que como tem gente que tá aqui ajudando vocês a conquistar a moradia de vocês, quando vocês tiverem a de vocês, vocês vão ajudar outros. E isso aconteceu.⁷⁹

Além disso, esta variante instaura duas “arenas” de atuação política. A primeira remete ao conjunto de futuros moradores e, posteriormente, ao território da ocupação propriamente dito, que delimita uma fronteira clara entre os moradores (*insiders*) e os apoiadores (*outsiders*). Esta “arena primária” abarca as relações entre os moradores de uma determinada ocupação e a gestão de seu espaço. Apoiadores e moradores de outras ocupações não têm voto ou voz nas assembleias. Assim, nesta escala dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2006a), escala do território contínuo (e após o período de ameaça iminente de despejo), o “grupo de apoio” busca posicionar-se como um agente externo auto-declarado, assim como moradores de outras ocupações que se dedicam a novos “processos”, ou atividades culturais, políticas e educativas em ocupações nas quais não residem. Deste modo, cada ocupação pode ser apreendida como uma organização em sentido amplo (como apontam SOUZA e

⁷⁹ Entrevista concedida por Maurício Campos a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

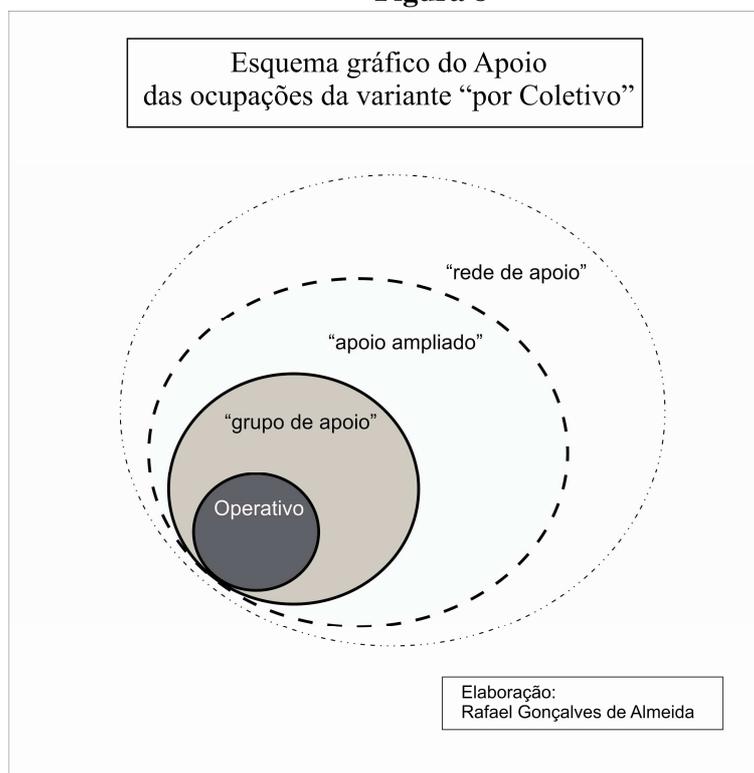
TEIXEIRA, 2009). Contudo, durante o período de territorialização instável, o “grupo de apoio” configura-se em um “campo político” sem poder formal de deliberação, mas que possui um papel de centralidade na organização do “processo”.

A “arena secundária” remete à escala do território descontínuo (SOUZA, 2006a) e abarca as relações entre ativistas que atuam no movimento dos sem-teto, tanto da variante “por coletivo”, quanto da variante “por coordenação”. No âmbito da “arena secundária”, o “grupo de apoio” não é um agente externo. Ele é um “campo político” constituído de ativistas de diversas organizações, moradores de outras ocupações já estabelecidas e ativistas independentes. A convergência se apóia em dois pontos: o primeiro é o acordo de que na “arena primária”, o Coletivo é soberano; e, o segundo, é o objetivo da ação direta, que é a territorialização desta “arena primária”. Sem dúvida, o caráter inicial de “frente” da FLP, congregando diversas organizações para impulsionar uma luta conjunta, permitiu que desde o início se criasse uma “arena política” na qual apoiadores de organizações distintas pudessem formar esse “campo político” que é o “grupo de apoio”. Grupo este que, apesar de inúmeras tensões internas, consegue atuar de forma unificada, inclusive sobre a “arena primária”, na qual se posiciona, ao menos formalmente, como *outsider*. Essa união do “campo político” não precisa prosseguir após a “estabilização” da ocupação, fazendo com que cada ativista possa retornar para as atividades de suas próprias organizações.

A identidade de apoiador só pode ser pensada a partir de seu vínculo com um Coletivo. O apoiador participa ativamente das assembleias no período anterior à territorialização propriamente dita (quando ele ainda possui o direito à voz), organiza as discussões, traz materiais de formação política e planeja a ação direta, mas não pode votar nas assembleias. Assim, o “grupo de apoio”, neste período, é responsável por transformar a necessidade em demanda, e a demanda em ação direta. Ele não é um agente externo porque é o principal propulsor do processo. Além disso, ele se reserva o direito de planejar a entrada no prédio e se responsabiliza pela parte mais conspirativa do movimento que remete, é claro, à ação direta. Contudo, nem todo o “grupo de apoio” se ocupa desta tarefa. Por medidas de segurança, isso fica restrito ao Operativo, que conforma esse grupo clandestino e secreto. Para além do “grupo de apoio”, participante das reuniões preparatórias, há também o chamado “apoio ampliado” (figura 8), composto por aqueles que farão parte do “apoio externo” (após a ocupação) e que não participam das reuniões preparatórias. O “apoio ampliado” passa a compor o “apoio externo” assim que a ocupação é realizada.

O “grupo de apoio” é quem promove as reuniões de preparação sempre em um território alheio, seja na rua, em sedes de sindicatos, em salas de outras organizações do movimento social ou em outras ocupações. Assim que a ação direta é executada (e de maneira ainda mais clara após a sua “estabilização”), o território conquistado passa a ficar sob o domínio de um novo Coletivo e não do “grupo de apoio”. Deste modo, diferentemente dos “agentes externos” citados pela literatura, o “grupo de apoio” atua menos como mediador na luta institucional que envolve, é claro, a negociação com o Estado, e mais na ação direta, que, por sua vez, se constitui numa prática que se exerce apesar e contra o Estado⁸⁰. Ele atua num momento anterior à territorialização (sendo, ele mesmo, um protagonista), contribuindo para que indivíduos desterritorializados e necessitados de moradia encontrem seu próprio território.

Figura 8



3.1.2.2 – O Operativo: o sigilo como regra

(...)
Segredos vastos... mania velha de todo *operativo*, este grupo “clandestino”, teimoso, responsável pela escolha do prédio a ser ocupado e por toda a estratégia de ocupação.
Grupo pequeno.

⁸⁰ Ver SOUZA, 2000a, 2006a, 2006b, 2010.

Coeso.
Sisudo.
Herdeiro de todos os movimentos perseguidos. Esconderijos. Máquinas.
Conspirações.
Guerras.
Noites.

- “Uma associação, tendo uma finalidade revolucionária, deve necessariamente formar-se como sociedade secreta. Necessidade de conspiração...” (*BAKUNIN*)
Misterioso e ousado: Um operativo é uma força-secreta:
- Sustos, gritos, martelos, rrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrraios!
A cidade os ouve.
Comungados no segredo, no ataque, fazem-se preparados para batalhas vermelhas.
Cruzadas e martírios.
Silêncios.
Tempestades.
Como disse uma moradora, antes de ocupar um prédio:
- “Ocupação não é brincadeira de casinha”. Convive-se com o perigo!
Ameaças.
Perseguições.
Mentiras.
- “Viver é negócio perigoso demais”, sempre! (*ROSA*).

No segundo processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, policiais militares descalçaram sua “paciência” e puseram-se atrás de dois membros do operativo que residiam na Ocupação Zumbi dos Palmares, em busca de “informações”. Não os encontrando no prédio, levaram uma pessoa - que dividia o quarto com um deles - para a delegacia. Quase oito horas depois, o rapaz voltava com o recado do delegado agarrado ao seu rosto ainda pálido, feito uma lâmpada apagando no poste alto:
- “É melhor vocês pararem de organizar essas invasões... falo pro bem de vocês”.
Depois desse caso, três policiais militares ainda entraram na Ocupação Zumbi dos Palmares em dia de reunião de preparação da Ocupação Quilombo das Guerreiras, pretendendo - diziam - averiguar uma denúncia de que “esta invasão estaria organizando outras”. Foi uma loucura só! As mães colando as crianças no pescoço, os pés lambendo escadas, os futuros ocupantes escondidos feito prisioneiros depois do muro, com medo de fogo e farda.

O operativo da Ocupação Quilombo das Guerreiras sofreu tanto, teve que criar tantas estratégias, *linhas de fuga*, que chegou um momento de desconfiança onde qualquer pessoa, fora os seus conhecidos mais íntimos, podia configurar como um possível informante da polícia. Traidor em potencial.
P-2, X-9, “traíra”.
(...)

Por todo o seu trajeto dramático, o processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras foi o mais complicado, difícil, mas não foi o único que viveu sobre este sobre-céu de medo. Um certo friúme, caminhando pelas entranhas, acompanha todos os grupos, todos os membros deste corpo.
Dos mais novos aos mais velhos.
Mas militante desses é espécie esquisita, aventureiro. Não cede fácil. Vive de reuniões e madrugadas, comendo a lama das ruas, o som do escuro. Participam do operativo e também são olheiros, condutores de grupo, “arrombadores”, ou mesmo futuros moradores. Estão envolvidos até o pescoço, em um movimento que desencontra o tempo. Contra-mão de uma época, como dizem alguns, de fim das grandes utopias, mobilizações, saídas.
Sonhos.
“Oh... abre-alas que eu quero passar...”.
Este, o canto.
Um segredo seu.
(FREIRE, 2011, p. 53-55)⁸¹

O texto reproduzido acima foi escrito por um ativista, ex-integrante do MEL e da FLP, que participou do Operativo da ocupação que é foco deste estudo. Resolvi inseri-lo

⁸¹ O trecho foi retirado da dissertação de mestrado do referido autor, intitulada: “Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio”, defendida em abril de 2011.

nesta seção, pois além de ser um depoimento de alguém que viveu o planejamento da Quilombo, as informações contidas no trecho revelam muito mais do que os simples fatos ocorridos. Revelam os sentimentos de medo, desconfiança, coragem e paixão que atravessam os integrantes deste grupo seletivo e sigiloso. O Operativo não é uma unidade democrática, ele centraliza decisões, esconde informações e se reúne em espaços-tempo quase invisíveis. No meio da madrugada, abrigado pela intimidade do lar, o Operativo só caminha pelo espaço público disfarçado; seu único objetivo é a desterritorialização. O Operativo não é eleito para realizar a tarefa, ele se faz sem que se saiba ao certo como, mas, geralmente, inclui os ativistas mais experientes. Tudo depende dele: a escolha do prédio, do dia, da hora e do plano de entrada. Ele coordena toda a ação. Mas tão logo o território é tomado, o Operativo some na neblina da madrugada, desfaz-se. Se sua formação é puro mistério, seu desaparecimento também o é.

Entretanto, não se pode negar que este é um grupo bastante polêmico. Durante o “processo” da Quilombo, uma ativista secundarista integrante do MEL decidiu deixar o Operativo por discordar dessa centralização de informações. A ativista, que tinha apenas 17 anos na época, ressaltou em entrevista que, por mais justificável que seja essa centralização por causa da segurança, ela precisa ser pautada como um problema, pois é contraditória à proposta do “grupo de apoio”.

“Eu decidi me retirar do processo da Quilombo porque eu achava que a gente tava conduzindo demais, e me incomodava muito o fato do planejamento estar todo na nossa mão. Isso é um problema porque se a gente tá dizendo que o processo é coletivo, que o objetivo é a própria construção desse coletivo, eu acho importante o Operativo ter a participação de apoios, mas também dos sem-teto. E isso não acontecia. Estava sendo planejado principalmente por apoios universitários. E tinha outra coisa que me incomodava. O Operativo tinha duas pessoas que eram sem-teto e parece que isso legitimava o Operativo. Elas eram grandes companheiras e se integraram organicamente ao processo, agora, também era uma coisa de legitimação, acabava lavando as nossas mãos. Acho que se elas não tivessem ali, haveria um constrangimento um pouco maior. Por mais que a gente tentasse misturar de algum jeito, a gente tinha um lugar privilegiado para o nosso discurso nas próprias assembleias. Primeiro por ter as informações do Operativo, sem que os moradores partilhassem dessas informações, e segundo pela nossa linguagem de universitários. Eles dependiam do nosso papel. Eles não tinham nenhuma autonomia, de fato, naquele processo. Mesmo quando a gente levava decisões do Operativo para as assembleias, a gente fazia uma manipulação completa pro lado que a gente queria, porque a gente que tem a informação. Eu não sei se eu mesma estava muito desgastada emocionalmente com o processo e, naquela altura do campeonato, não dava mais pra mudar. Mas eu acho que houve aprendizado. Hoje em dia, em novos processos, há uma participação maior de alguns moradores no Operativo. Há, é claro,

o problema da segurança, mas não dá pra negar a contradição. Ela é gritante! Mesmo assim, foi legal ver que, assim que entramos no prédio, isso tudo mudou.⁸²

O depoimento acima resume bem as preocupações que percorrem a ação clandestina do Operativo. A atividade conspirativa não é democrática, mas, neste caso, é legítima, pois o compartilhamento de informações poderia colocar em risco todos os moradores. Há de se ter confiança no Operativo, mas ele não é um grupo político, é um grupo de guerra, guerreiro, guerrilha. Cumpre a tarefa que lhe foi cabida. Ele faz o reconhecimento da área, estuda o “inimigo”, se infiltra e disfarça. O Operativo lança seus espões de manhã, de noite, de madrugada, seja a hora que for, é preciso saber de tudo: os horários de maior e menor movimento e de abertura ou fechamento do comércio, as características da área (comercial, residencial etc.), os horários em que a polícia passa, as trocas de turno, os hábitos dos seguranças do prédio, a sua relação com a vizinhança; como também, o tamanho do prédio, sua divisão interna, sua estrutura, enfim, tudo deve ser observado e registrado na memória para ser relatado em reunião. O Operativo lida com a sincronia dos eventos e desenha o trajeto de acordo com simultaneidade dos acontecimentos e sua inter-relação.

Se a Geografia serve, “em primeiro lugar, para fazer a guerra”, como afirma Yves Lacoste, os integrantes do Operativo são geógrafos por natureza, grupo estrategista. Mas o Operativo não se limita a compreender toda essa dinâmica espaço-temporal de fluxos e fixos, ele busca também compreender a relação intersubjetiva dos indivíduos com o espaço. Se em grande parte das ações, a estrutura do prédio e seu tamanho, ou a rotina dos fluxos de pedestres, de carros e da polícia configuram fatores de maior relevância; às vezes, é o sentimento de “lugar” que demanda maior atenção. Como certa vez me disse uma moradora: “Às vezes a gente esquece que a gente ocupa um prédio, mas invade uma área”.

Na primeira tentativa do processo da ocupação “Guerreiro Urbano” (no ano de 2010), o Operativo ficou indeciso entre duas opções de prédios: um na Avenida Mem de Sá, próximo à Praça da Cruz Vermelha; e outro na Rua Sara, próximo à Praça Marechal Hermes, no bairro da Saúde. O primeiro já havia sido ocupado outras vezes e, por isso, seu interior era bem conhecido. O prédio era considerado pequeno para o número de famílias que participava do “processo” e, depois de diversas tentativas de ocupação – que terminaram sendo despejadas –, a porta de entrada do prédio havia sido murada, deixando apenas uma opção de

⁸² Entrevista realizada em 08/05/2011, com ex-integrante do MEL e da FLP e apoiadora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

entrada por uma porta de enrolar de ferro (dessas usadas em lojas) que só era aberta para a mudança de turno dos seguranças.

No segundo, a entrada seria mais fácil e o prédio era maior, mas havia um elemento complicador: tratava-se de uma área caracterizada por uma população de classe média baixa que residia no mesmo local há muitos anos. Todos os moradores da Rua Sara (e adjacências) pareciam conhecer um ao outro. Quando fomos “fazer ronda” – ou seja, investigar a área onde se encontrava o prédio que seria alvo da ação direta –, paramos num bar próximo ao local para comprar água. Fizemos o pedido ao vendedor e, quando ele retornou com a garrafa na mão, afirmou num tom indagador: “Vocês não são daqui.”. Respondemos que iríamos visitar um amigo morador do Morro da Providência. O vendedor se satisfez com a resposta. Sentamos à mesa do bar e pedimos um petisco. Na rua, observávamos crianças brincando de bola, conversas entre vizinhos nos degraus das casas e grupos de adolescentes jogando conversa fora. Tudo levava a crer que se tratava de uma verdadeira comunidade, marcada por vinculações interpessoais estreitas e íntimas e por relações associadas e compartilhadas a partir de seu espaço de vivência. O perigo de ocupar um prédio em área residencial é que o impacto da ocupação pode ser interpretado como uma invasão do “lugar” do outro e pode desencadear reações violentas da comunidade na busca de fazer a defesa de seu território.

O Operativo decidiu levar a decisão para a assembleia de moradores sem revelar o endereço dos prédios, o que já havia sido feito no “processo” da Quilombo das Guerreiras. Assim, um membro do Apoio descreveu os aspectos positivos e negativos de cada opção, depois os moradores fizeram perguntas, discutiram entre si e declaram seu voto. A decisão de ocupar a Rua Sara foi levada para a reunião do “apoio ampliado” (reunião do “grupo de apoio” com outros apoiadores que não participam das reuniões preparatórias e só entram em cena após a ocupação como “apoio externo”). Em reunião, o Apoio decidiu adotar uma outra estratégia para a resistência. Ao invés de manifestações barulhentas, o “apoio externo” faria atividades de entretenimento infantil (como números com palhaços e peças de teatro) para envolver as crianças da área, além disso, uma cópia do regimento interno seria distribuída em todas as casas convidando seus residentes a conhecer a ocupação. O planejamento, portanto, visava apresentar a ocupação como um elemento positivo para o seu entorno. Infelizmente, o planejamento não foi concretizado, pois a ocupação foi despejada em menos de 24 horas após a entrada no prédio. Durante o despejo, um morador da Rua Sara me disse:

Vocês não podem entrar aqui invadindo. A gente é da área! Se alguém tiver que invadir esse prédio, tem que ser a gente mesmo! Tem gente aqui que também tá precisando de moradia!⁸³

Outro morador, disse:

Se vocês não tivessem saído agora, a gente ia pegar vocês à noite.

O “processo” da Quilombo das Guerreiras, ao menos sob esse aspecto, não enfrentou maiores problemas. O prédio ocupado na terceira tentativa se localiza em uma área à margem de uma grande avenida (Avenida Francisco Bicalho) e é rodeado por armazéns inutilizados de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro. A Quilombo ocupou um prédio, mas não invadiu um “lugar”. Contudo, ocupar uma área inóspita também traz seus próprios perigos e ameaças. Como evitar uma reação violenta da polícia? Como garantir a segurança dos ocupantes? Essa dinâmica das fronteiras será tratada mais à frente. Por hora, vale mencionarmos os outros personagens que trabalham em sintonia com o Apoio e também guardam o segredo mais cobiçado de todos: a localização do prédio a ser ocupado.

3.1.2.3 – O olheiro e o advogado: agentes de fronteira

(...)

Curioso, por vocação!, um olheiro é um delicado espião. Sim. Vigilante de todas as ruas, sombras, passos. Guardiã do futuro, do que ainda não foi, e que para ele está sendo ou já fora. O olheiro, se pensarmos bem, é o primeiro ocupante. Ele antecede todos que entrarão no prédio, que tomarão as ruas: condutores de grupo, arrombadores, manifestantes, moradores.

Prefixo.

Teorema.

Não há operativo que se preze que a ele dispense.

Não há.

Eles atacam nos locais mais estratégicos, onde podem realizar melhor a sua vocação suprema: olhar, ver, vigiar... Vivem das esquinas, dos pontos de ônibus, dos botecoquins, dos orelhões públicos. Mas, preste atenção!, a um bom olheiro não basta observar. Além de ter cuidado com os olhos, um olheiro precisa ter a elegância das

flores de outono. Precisa ser discreto.

Um olheiro é um pedacinho de neblina.

Anuviado, nuvem, nevoeiro.

(...)

Ele, mais do que todos, é a própria conservação ou contra-revolução estética. Um bom olheiro é *gramática, estrutura, substantivo*. Traçoeiro de dentro, por dentro, desde.

Veneno maior. Rasteiro. Mentira.

Conspirador deitado no leito do inimigo.

(...)

Uma organização de meses pode acabar em apenas uma ligação do olheiro.

(...)

⁸³ As falas dos moradores da Rua Sara foi registrada em caderno de campo, de memória, logo após o despejo relatado.

Ah... o olheiro! pensar em desfecho já é sentir saudade! O olheiro é a nossa política que delira... nossos sonhos de guerrilha... nossa aventura da revolução, com florestas cinzas, escuridões, noites, silêncios e chuvas curiosas. Nossa estória. Nosso corpo. Anoição.

(FREIRE, 2011, p. 57-58) ⁸⁴

Cúmplice anônimo do Operativo, o olheiro é alguém de confiança. A atuação do olheiro é pontual, mas de grande importância. De todas as ameaças à territorialização de uma ocupação, a polícia é, sem dúvida, a maior preocupação de um Operativo. O flagrante pode ser fatal para o “processo”, pois pode levar à prisão dos ocupantes, e conduzir todo o esforço feito, a um trágico fim. Ele detém toda a operação na ponta dos dedos: uma ligação apenas é preciso para abortar a missão.

O Operativo sabe posicionar seus olheiros. Delimita um perímetro a ser vigiado e os dispõe em todos os acessos ao prédio a ser ocupado. A territorialização do prédio se inicia fora dele, a partir da instauração de uma área de influência momentânea. Mas o olheiro é também um espectador privilegiado. Quando não cancela a missão, o olheiro é testemunha de um evento surpreendente. Tive o privilégio de ter essa experiência durante a ocupação Guerreiros do 234, na Avenida Mem de Sá. Estava aguardando na Praça da Cruz Vermelha com o celular na mão quando, de repente, em meio ao deserto de pedra da madrugada cidadina, surgem pequenos grupelhos das vias adjacentes e, silenciosamente, ocupam as ruas vazias do centro carioca. Em poucos segundos, onde não havia ninguém, estão todos. Mas o olheiro não pode se distrair com tal visão pitoresca, pois sua tarefa só termina quando os ocupantes estão dentro do prédio e a porta, lacrada.

Terminada a missão do olheiro, entra em cena o “apoio externo” e os advogados que detém a função de impedir a desocupação logo após a chegada da polícia. Os advogados são, de fato, mediadores, agentes externos com o papel de negociar com o Estado a permanência dos ocupantes. Na primeira tentativa da Quilombo, na Rua Alcindo Guanabara, próximo à Câmara dos Vereadores, o advogado responsável pela defesa era uma liderança da FIST que acabou sendo preso pela Polícia Militar por desacato. O acontecimento foi o estopim para que as divergências já presentes no interior do “grupo de apoio” levassem ao já relatado “racha”. Após a reconstituição do grupo, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) foi procurada para fazer a defesa da ocupação. Além da RENAP, o

⁸⁴ O trecho foi retirado da dissertação de mestrado do referido autor, intitulada: “Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio”, defendida em abril de 2011.

Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH) foi, também, um aliado importante dos movimentos por moradia no estado. Contudo, recentemente, o governo do Sérgio Cabral vem realizando uma operação de desmontagem do referido núcleo. Os defensores foram transferidos para outros municípios e os estagiários demitidos. O lema da nova Defensoria, imposta de forma autoritária por um governo comprometido com o capital especulativo, é: “Por uma Defensoria para os defensores”. Lema que já dá a entender que a nova administração do núcleo estará bem longe das necessidades da população, a quem deveria servir. Com a chegada da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o governador já está tratando de abrir caminho para despejos arbitrários, violentos e irregulares, sem que a população possa se defender.

3.1.3 – O Coletivo: o convergir de impulsos e circunstâncias

O processo de construção de uma ocupação desta variante tem como seu principal objetivo construir as bases para a formação de um Coletivo soberano e independente. As reuniões preparatórias se focam na transmissão de informações referentes às leis, procedimentos e organização do grupo. Além disso, as reuniões buscam constituir vínculos entre os futuros moradores e decidir, coletivamente, as regras que comporão o regimento interno da ocupação. Esse período de preparação é um período de formação política dos moradores. Lá, eles aprendem sobre o funcionamento das assembleias e sobre as formalidades a serem adotadas para o bom andamento das reuniões. A forma de interação que constitui a “arena primária” é implementada pelo “grupo de apoio” e, a partir daí, inicia-se a construção de um grupo que, com o aprofundamento das relações instituídas, formará um Coletivo. Mas de onde vêm os sem-teto? Como chegam ao “processo” se o iniciador é o “grupo de apoio”?

Numa sociedade onde grande parte da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, são muitos os caminhos que levam à condição de sem-teto. Por isso, não é difícil reunir um grupo para ocupar um prédio na cidade do Rio de Janeiro. É só fazer uma reunião com 2 ou 3 e dizer que o cadastro está aberto. Logo, a informação corre de boca em boca, percorre redes submersas, de familiares, amigos e companheiros de trabalho.

O pobre urbano é um quase-nômade, vive de casa em casa numa situação de instabilidade constante. Pressionado pela precariedade do transporte público e seu elevado custo, pela violência do “capitalismo criminal-informal” (SOUZA, 2008) ou pela pobreza, o sem-teto está sempre em busca de um lar. O sonho da casa própria permanece apenas um sonho longínquo para a maior parte deles. Enquanto isso, o sem-teto busca abrigo, aluga um barraco, vive com medo, mora na rua, encontra um “canto qualquer” na casa de amigos ou parentes. Mas sem-teto é gente vivida, que já morou nos quatro cantos dessa e de outras cidades, povo estrangeiro ou renegado, pertence à cidade sem que a cidade o pertença. Como todo povo nômade, sabe que a hora de chegar é incerta, mas que a hora de partir é precisa. Se a oportunidade lhe chama, não tarda a atendê-la, mas se o perigo bate à porta, a saída é pontual. Direito à cidade? O sem-teto conhece apenas a cidade do Direito: direito do proprietário, do especulador, direito formal, estatal e injusto, que o usurpa a morada (como se o sem-teto é que fosse o ladrão), e o obriga a migrar. Pensando bem, o sem-teto não tem nada de nômade, não tem essa escolha. O sem-teto é refugiado do mundo, perseguido pela propriedade privada, mora sempre em caráter provisório. Mas o sem-teto também se cansa, perde a paciência, dá meia volta e encara o inimigo de frente. O “sem-teto ocupante” dá o troco, reivindica, age, e inverte a linha do tempo. Agora, é a chegada que é pontual, planejada, precisa e, a saída, incerta.

Os depoimentos abaixo foram colhidos em entrevistas ou transcritos durante reuniões preparatórias, e reúnem um pouco de tantas trajetórias que, por caminhos tortuosos e diversos, convergiram para o “processo” de ocupação. Afinal, o que é um Coletivo? Para começar, ele é um ponto de encontro de múltiplas trajetórias.

Teve uma comunidade removida daqui e meu pai foi pra Sepetiba. A Milícia achou que meu pai não tinha direito a casa e meu pai disse para não fazer nada. Eles se viraram pro meu pai e minha mãe no dia do Natal e disseram: Perdeu! E se a gente tentasse ir na justiça a gente poderia correr risco de vida. Conversei com a minha mãe e com o meu pai e falei daqui, mas eles não quiseram vir porque eles tão muito cansados, cansados demais, é muita violência. Eu vim pela moradia sim, mas vim também pela luta, pela esperança. Vim pra dar um exemplo, eu quero ter uma história de vida, quero dar um exemplo para os meus pais e meus irmãos. Eles tão muito cansados disso tudo. É muita violência. [Depoimento de uma jovem mãe sem-teto que participava das reuniões preparatórias da ocupação Guerreiro Urbano, em 06/06/2010]

Eu fui criado sem pai, sem mãe, sem família. Eu caí na carreira do crime? Caí sim. Revoltado. Caí duas vezes no presídio. Eu me revoltéi. Criado na FUNABEM, trabalhando pro governo, tratado como marginal desde pequeno... Não tive apoio porque não tive família. Por causa de que que eu luto? Por causa de que eu apoio o camelô? Por causa de que que eu apoio a ocupação? Porque eu sei de onde que eu saí. Eu sei de onde eu saí! E eu

tenho os meus direitos. Era pra eu ter uma casa. Trabalhei muito tempo na FUNABEM e até hoje não recebi nada. Aqui na ocupação eu encontrei portas abertas. O que eu tenho pra falar de ocupação? É que enquanto tiver gente na rua, isso não pode acabar, tem que crescer mais e mais. [Depoimento de um morador da ocupação Quilombo das Guerreiras, em 29/01/2011]

Um amigo me acolheu, viu que eu tava numa situação de morar em abrigo ou na rua e me trouxe para morar aqui. Não tinha nada e vim parar aqui. Aqui eu to bem, me sinto bem. [Depoimento de morador da ocupação Quilombo das Guerreiras, em 04/07/2010]

Eu sou equatoriano, vim pra cá porque lá é tudo muito difícil, trabalho é difícil, to aqui na casa do meu irmão e vendo umas coisas na rua. Preciso agora de moradia para mim, minha mulher e minha filha. [Depoimento de sem-teto que participava das reuniões preparatórias da ocupação Guerreiro Urbano, em 06/06/2010]

Eu sou mãe de três filhos e morava em Japeri, morava de aluguel, e no começo eu fazia faxina, era faxineira e o dinheiro que eu ganhava, que era um salário mínimo, mal dava pra comprar comida pros meus filhos e pagar o aluguel, eu já era separada do marido e acabei optando por trabalhar na rua, fui ser camelô. E trabalhando na rua você conhece um monte de gente, né? Eu tinha que trabalhar mas queria estudar também, e eu não tinha horário e já passava muito pouco tempo com os meus filhos. Como eu morava de aluguel, tinha que trabalhar de segunda a segunda, eu saía de casa no domingo pra procurar feira ou algum trabalho, ficava caçando local pra trabalhar porque eu tinha que tirar o dinheiro do aluguel. Porque aluguel é assim, você paga um e já tá devendo o outro. A gente vive devendo. Foi aí que eu falei com um amigo e acabei vindo morar na Chiquinha. Morar aqui pra mim é muito importante porque hoje eu moro aqui e não pago mais passagem, não pago aluguel. Eu gosto muito de morar aqui. Tenho orgulho mesmo de morar aqui. Acho que o papel do morador é esse, você mora e depois dá essa oportunidade pra outra pessoa. Se eu tivesse em casa vendo Faustão, era menos uma pessoa na luta. [Depoimento de uma moradora da ocupação Chiquinha Gonzaga, prestado a Matheus da Silveira Grandi, em 03/07/2009]

Eu nasci na Baixada, em São João de Meriti e vivi lá até os oito anos, depois a minha família se mudou para Acari e depois subimos para Polineto e, depois, para a Zona Oeste quando eu tinha doze anos. Meu marido morreu assassinado (..) Eu vim pra cá indicada por uma amiga. [Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, prestado a Marianna Fernandes Moreira, em 06/02/2011]

Eu sou paraibana, me criei na Paraíba e vim pra cá com quinze anos. Vim com a minha irmã. Trabalhei de doméstica. Eu conheci o Waldemar, lá no Parque União, e ele me convidou para uma reunião. Ele me apresentou e eu gostei do processo. Eu queria sair do Parque União porque lá era favela e não pretendia criar meus filhos na favela, mas também não tinha condições de sair de lá. Eu pagava aluguel lá e, por isso, vim pra cá. [Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, prestado a Marianna Fernandes Moreira, em 02/02/2011]

Nasci em Minas, no Cruzeiro, mas fui criada em Brasília, depois fui pra São Paulo e depois pra cá. Cuidava da casa das minhas tias com 7 anos. Em troca elas mandavam roupa, mandava dinheiro pra ajudar a minha mãe a criar os meus irmãos. Eu apanhava muito e trabalhava muito. Depois trabalhei em São Paulo com 10 anos de idade. Depois voltei pra Minas e depois vim pra cá. [Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, prestado a Marianna Fernandes Moreira, em 16/05/2011]

O processo de formação do Coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras acompanha o seu processo de territorialização, e a tomada do território é um “divisor de águas”, pois promove um agenciamento entre a coletividade (já constituída como grupo associado livremente) e o substrato material espacial apropriado, conformando uma unidade sócio-espacial que é o território, e delimitando de forma mais clara quem são os *insiders* e os *outsiders*. Contudo, as interações sociais se realizam sob uma multiplicidade de formas diferentes, e o Coletivo é uma unidade da vida social que demanda interações próprias. Sendo o território o produto de um agenciamento constituído da relação entre os indivíduos mediatizada pelo espaço, é importante compreender as características particulares do tipo de interação que conforma um tipo específico de território. Assim, sendo o território um condicionante-condicionado dessas interações (e não uma unidade abstrata e neutra), suas características e propriedades são de suma importância para o entendimento dos diferentes tipos de interação. Deste modo, para compreender as características específicas das interações que conformam o território da ocupação, é preciso descortinar em que consiste esta unidade que é o Coletivo.

Em termos político-formais, o Coletivo de uma ocupação é a instância máxima de mediação e deliberação do conjunto de moradores, instância esta formada por um representante de cada unidade de moradia. Mas a formação de um Coletivo não depende apenas de sua institucionalização. Um Coletivo demanda uma manutenção cotidiana e a instauração de relações sociais específicas que constroem vínculos políticos e condicionam o comportamento dos seus componentes a partir de “maneiras de fazer” formais que, para constituir-se, demandam a interação entre iguais.

Georg Simmel se dedica ao estudo dos diversos sistemas de relações que se estabelecem entre os indivíduos, e destaca uma forma específica de interação radicalmente democrática: a “sociabilidade pura”. Segundo o autor, os indivíduos que compõem uma sociedade são indivíduos que existem sempre na relação com outros indivíduos. A unidade da vida social não é o indivíduo, mas as relações entre eles. Assim, as interações fazem de um aglomerado de indivíduos (portadores de impulsos e finalidades próprias), uma unidade. Portanto, a “sociação” é, para o autor,

“a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (SIMMEL, 2006, p. 60).

Em meio à multiplicidade de formas de “sociação” existentes, Simmel destaca um tipo ideal que exclui das interações tudo o que representa de mais pessoal na vida, como o humor e o caráter, assim como as significações objetivas das personalidades, como a riqueza, a posição social, erudição, fama etc.

“A igualdade, como vimos, resulta da eliminação, por um lado, do que é inteiramente pessoal, e por outro lado, do que é inteiramente material, ou seja, daquilo que a sociação encontra previamente como seu material e do qual se despe em sua condição de sociabilidade” (SIMMEL, 2006, p. 69).

Simmel destaca o caráter democrático da “sociabilidade” e ressalta que ela só se realiza no interior de um mesmo estrato social, pois necessita estabelecer uma relação entre iguais. A “sociabilidade”, portanto, dá grande valor à forma, pois “a forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade” (Ibidem, p. 64). Assim, ela busca evitar a briga ao constituir uma relação fortemente formalista com o conflito. Por isso, segundo o autor, a “discrição” é primeira condição da “sociabilidade” perante o outro.

“(…) esse mundo da sociabilidade, o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo *artificial*, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação pura que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material” (Ibidem, p. 70).

Simmel afirma que a “sociabilidade”, assim como a arte, cria um novo mundo, separa-se da realidade para retirar-lhe apenas o que lhe serve. A arte cria a si mesma, mas as formas por meio das quais ela cria não partem dela mesma, mas surgem a partir das exigências da dinâmica da vida. A “sociabilidade” está além e aquém de um conteúdo particular, “e oferece um caso possivelmente único no qual o falar se torna legitimamente um fim em si mesmo” (Ibidem, p. 76). Mas isso não significa que nada dela resulte. Significa apenas que a “sociabilidade” não pode possuir, em momento algum, a finalidade de imitar a realidade dos modelos e das coisas externas a ela. Portanto, segundo o autor, as leis da “sociabilidade” são *imanes*, como as da arte.

“A maneira pela qual os grupos se formam e se separam, e o modo pelo qual a conversa, surgida do impulso ou oportunidade, se desenvolve, aprofunda-se, ameniza-se e termina, numa ‘reunião social’, fornecem uma miniatura do ideal de sociedade que se poderia chamar de *liberdade de associação*” (Ibidem, p. 78 [grifos nossos]).

Deleuze e Guattari dialogam com Simmel ao discorrer sobre a sociedade grega antiga como exemplo de “sociabilidade”. Segundo eles, os primeiros filósofos foram aqueles que

instauraram um “plano de imanência como um crivo estendido sobre o caos⁸⁵” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 60), e se opuseram aos Sábios (personagens da religião), que concebem a instauração de uma *ordem transcendente*, imposta por um déspota ou por um Deus superior. Segundo os autores, três são as condições de fato para a Filosofia:

“uma *pura sociabilidade como meio de imanência*, ‘natureza intrínseca da associação’, que se opõe a soberania imperial, e que não implica nenhum interesse prévio, já que os interesses rivais, ao contrário, a supõem; um certo prazer de se associar, que constitui a amizade, mas também de romper a associação, que se constitui a rivalidade (...); um gosto pela opinião, inconcebível no império, um gosto pela troca de opiniões, pela conversação. *Imanência, amizade, opinião, nós encontramos sempre estes três traços gregos*” (Ibidem, p. 116 [grifos nossos]).

Portanto, a “sociabilidade pura” é um tipo ideal de interação (sempre entre iguais) que instaura um “meio de imanência” porque faz surgir da própria interação um novo mundo. Ela invoca as exigências da vida por meio da forma e, a partir dela, incorpora e transforma o seu conteúdo. Não há um sistema comum de formas totalizadoras e sacralizadas (transcendentes) projetadas diretamente sobre um conjunto de relações, mas o livre embate e a livre associação de relações particulares, que fazem surgir da tessitura de conteúdos plurais (comuns e divergentes), uma malha nova de significações. Imaginário radical, já diria Castoriadis, esse fazer histórico que

“estabelece e se dá outra coisa que não o que realmente é, e que há nele significações que não são nem reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animalidade, nem elaboração estritamente racional dos dados” (CASTORIADIS, 2007[1975], p. 177).

Por isso, a “sociabilidade pura” depende tanto da forma, para permitir o mutualismo das determinações e interações entre os elementos heterogêneos da unidade, ou, em outras palavras, a expressão e discussão livre da opinião. E a opinião não é algo banal como muitos racionalistas querem fazer crer, pois o conhecimento não se restringe aos conteúdos concretos. A opinião (*doxa*), como afirma Deleuze e Guattari, cria uma correspondência entre percepções e afecções do mundo vivido. Segundo eles, toda a opinião é política porque retira da percepção uma qualidade abstrata e da afecção uma potência geral.

“A opinião é um pensamento que se molda estreitamente sobre a forma da reconhecimento: reconhecimento de uma qualidade na percepção (contemplação), reconhecimento de um grupo na afecção (reflexão), reconhecimento de um rival na possibilidade de outros

⁸⁵ Segundo os referidos autores, o “caos” é o “meio de todos os meios”, ele não é um estado inerte e nem uma mistura ao acaso, ele é a velocidade infinita com a qual as determinações se esboçam e se apagam. Assim, o “caos” tem, segundo eles, uma existência mental e física: “o caos caotiza, e desfaz no infinito toda a consistência” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 59).

grupos e outras qualidades (comunicação)” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 190).

Contudo, tratamos de um tipo ideal de interação no qual uma série de condições precisa ser contemplada, como a exclusão de tudo o que é inteiramente pessoal e material. Ora, como é possível excluir os interesses particulares, pessoais e materiais, das discussões coletivas? Deleuze e Guattari lembram que, mesmo na Grécia Antiga,

“[n]ão se verá aí um mundo mais doce, tantas são as crueldades que a sociabilidade implica, as rivalidades da amizade, os antagonismos e as reviravoltas sangrentas de opinião” (Ibidem, p. 116).

A opinião não é a expressão fria de uma reflexão puramente racional, e o “meio de imanência” não está isento daquilo que ele mesmo busca eludir. A assembleia de moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras, espaço-tempo no qual o Coletivo se materializa, nem sempre consegue evitar manifestações mais calorosas de humor.

(...) tem reunião que logo nos informes alguém vem e já joga uma ogiva, por isso que as reuniões são fechadas, porque tem que ser fechado mesmo porque quando o bagulho é tenso, quando é baixo, é baixo mesmo.⁸⁶

Quando perguntada sobre se as pessoas deixam de fora das assembleias aquelas questões puramente pessoais, uma moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras respondeu da seguinte maneira:

“Não. Não deixam de fora, mas eu acho que tentam. Acho que já se desgastaram muito. A gente só aprende que não pode discutir coisa pessoal depois de muita assembleia porque isso acaba com as assembleias do Coletivo, e outros Coletivos que não se reúnem mais, não se reúnem por isso. Porque é muito divertido um ponto de pauta pessoal, é mais divertido do que um ponto de pauta político. Mas depois de um tempo não se suporta mais isso. E como é que a gente constrói um Coletivo se aquilo que se tem para falar para o Coletivo não é importante pro próprio Coletivo? Houve muita discussão até alguém estabelecer que ponto de pauta pessoal era para ser resolvido com o diálogo direto com a pessoa. Se for grave e o conflito não melhorar, aí é que vai para o Coletivo mediar. Mas até entender isso... Já houve muita briga, muito teatro... Quando as pessoas querem levar ponto de pauta pessoal, as próprias pessoas não permitem porque a gente prioriza os pontos que o Coletivo acha importante. E hoje em dia, a gente não discute mais do que três pontos por assembleia. Então o que é que a gente faz? A gente deixa pra discutir o ponto de pauta pessoal na próxima assembleia, só que na próxima assembleia, fulano e fulano já conversaram. A gente viu que as coisas se resolvem sem necessidade de virar ponto de pauta”⁸⁷

⁸⁶ Entrevista realizada com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 30/05/2010.

⁸⁷ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

Há um processo de aprendizado coletivo que não pode ser negligenciado, especialmente tratando-se de uma organização antiburocrática para a qual não há um modelo pronto a ser seguido. A necessidade de evitar que questões pessoais dominem a pauta de discussão da assembleia de moradores não é apenas perceptível na fala da moradora, mas é explicitado formalmente no regimento interno da referida ocupação.

11 - As questões afetivas não deverão interferir no andamento da ocupação. (Regimento Interno da ocupação Quilombo das Guerreiras [ANEXO 2])

Castoriadis afirma que a sociedade grega antiga não só inventou a Filosofia, como também, a “política”. Esta, segundo o autor, é a atividade coletiva refletida e lúcida visando à instituição da sociedade como tal e que consiste em explicitar e formalizar uma parte do “poder instituinte”, e tornar o “poder explícito” (ou seja, a dimensão do “político”), participável. A instauração da “política” e, portanto, de uma democracia direta e radical, não prescinde de forma alguma da igualdade, e de uma pedagogia (mais como um conjunto de métodos do que como uma ciência) capaz de formar indivíduos que interiorizem tanto a necessidade da lei, quanto a possibilidade de questioná-la. Indivíduos que interiorizem a interrogação, a reflexividade, a capacidade e a responsabilidade de deliberar, visto que “um novo tipo de sociedade e um novo tipo de indivíduo (...), se implicam reciprocamente” (CASTORIADIS, 2006, p. 142).

“Para que alguém possa encontrar nele mesmo os recursos psíquicos e no que o cerca os meios de se levantar e dizer: nossas leis são injustas, nossos deuses são falsos, é necessária uma auto-alteração da instituição social, obra do imaginário instituinte. (...) Como compor uma sociedade livre a não ser a partir de indivíduos livres?” (CASTORIADIS, 2006, p. 142).

Para Guattari, trata-se da produção de subjetividades que, ao contrário da velha noção cartesiana de uma subjetividade individuada, remete a uma subjetividade social, “que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia e tantas outras.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 43). Segundo o autor, o capitalismo opera através de um modo de controle da subjetivação, no qual a produção cultural tem o papel de agente. Assim, “(...) o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 21).

“O indivíduo, a meu ver, está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes alguns são inconscientes. Outros são mais do domínio do corpo, território no qual nos sentimos bem. Outros são mais do domínio daquilo que os sociólogos chamam de ‘grupos primários’ (o clã, o bando, a turma). Outros, ainda, são do domínio da produção do poder: situam-se em relação à lei, à

polícia e as instâncias do gênero. Minha hipótese é que existe também uma subjetividade ainda mais ampla: é o que chamo de subjetividade capitalística.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 43)

“O que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto em nível dos opressores quanto dos oprimidos.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 53)

Guattari argumenta que a cultura no capitalismo separa as atividades semióticas em diferentes esferas, que são extremamente numerosas e diversas, porém, quando isoladas, são padronizadas e “capitalizadas para o modo de semiotização dominante” (Ibidem, p. 21). A cultura no capitalismo captura múltiplas atividades de semiotização, as separa de suas realidades políticas e as “encaixa” nas esferas padronizadas da cultura de massa. Deste modo, a cultura de massa – através do “dispositivo pedagógico da mídia⁸⁸”, de seus especialistas de plantão (pseudo-intelectuais), seus sistemas dissimulados de submissão, e, também, através da ação dos inúmeros equipamentos coletivos, tanto os relacionados à saúde (ação sanitária e higiene mental), quanto os da vida cultural (escolas e universidades) –, produz indivíduos normalizados, com opiniões, gestos, afetos, sentimentos, ambições e sonhos padronizados. Mesmo as subjetividades que se engajam em “processos de singularização”⁸⁹ e as linhas de fuga, são recuperadas e obrigadas a remeter a uma das esferas de atividade semiótica da cultura de massa. Portanto,

“A ordem capitalística produz os modos de relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não pára por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 51)

Três funções dessa subjetividade que foram apontadas por Guattari são importantes para compreendermos os obstáculos que essa contaminação generalizada da “subjetividade capitalística” impõe para a organização coletiva e horizontal: a “culpabilização”, a “segregação” e a “infantilização”.

Desde crianças somos ensinados a respeitar as hierarquias e logo temos que compreender que muitas decisões que concernem a nossa própria vida competem, na verdade, a outras pessoas que possuem uma pretensa competência. Primeiro os pais, os

⁸⁸ Fischer (2002) define “dispositivo pedagógico da mídia” como modo pelo qual “a mídia opera na constituição de sujeitos e subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem” (FISCHER, 2002, p. 151).

⁸⁹ Segundo Guattari e Rolnik (2005), “processos de singularização” são modos de subjetivação que recusam os modos de encodificação e de manipulação capitalísticos.

professores, os adultos em geral; depois o patrão, o técnico, o especialista, o cientista, o médico, o psicólogo, etc. A “culpabilização” leva o indivíduo a indagar-se sobre sua capacidade de decidir e sobre a legitimidade de suas decisões. Isso ocorre sempre que há uma separação entre dirigentes e dirigidos. Os dirigidos precisam acreditar que aqueles que ocupam uma posição com poder deliberativo são mais capazes do que eles próprios, e que o fato destes se encontrarem em tal posição privilegiada comprova seu mérito e competência. Deste modo, o sujeito se posiciona na escala de valores reconhecidos pela sociedade e adota comportamentos condizentes com a sua posição. Afinal, quem sou eu para decidir?

A “segregação” é outra função da “subjetividade capitalística” que possui estreitas ligações com a “culpabilização”. Enquanto a segunda produz um sentimento de insegurança e inibição causado pela percepção de sua própria (suposta) incompetência e o reconhecimento da competência do “outro”, a “segregação” formaliza a hierarquia, ou seja, ela concretiza a heteronomia por meio da organização espacial da sociedade:

“É como se para se manter a ordem social tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Tais sistemas dão uma consistência subjetiva às elites (ou às pretensas elites) e abrem todo um campo de valorização social, onde diferentes indivíduos e camadas sociais terão que se situar. Essa valorização capitalística se inscreve essencialmente não só contra os sistemas de valor de uso, como Marx descreveu, mas também contra todos os modos de valorização do desejo, todos os modos de valorização das singularidades” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 50).

A terceira função da economia subjetiva capitalística, segundo o autor, é a “infantilização”. Esta nos convence que não precisamos nos preocupar com nada além do lazer (vinculado ao consumo) e do trabalho. Assim, a esmagadora maioria da sociedade é excluída do espaço político de decisão. Não somente pela coerção, mas por um comodismo generalizado, em parte gerado pela posição prioritária que ocupa o trabalho em relação à participação política, e, em parte, por um sentimento de que há pessoas competentes se preocupando com essas questões mais complexas de organização e gestão da sociedade. Não raramente, o “militante político” é taxado de desocupado ou “vagabundo”, como se estivesse querendo “se meter no trabalho dos outros”. Desta forma, o Estado assume um papel paternalista no qual a sociedade, infantilizada e dependente, precisa sempre da mediação do Estado para aprovar, desaprovar, incentivar ou reprimir as relações que se estabelecem na sociedade.

“A infantilização – como a das mulheres, dos loucos, de certos setores sociais ou de qualquer comportamento dissidente – consiste em que tudo o que se faz, se pensa ou se possa vir a fazer ou pensar seja mediado pelo Estado. Qualquer tipo de troca

econômica, qualquer tipo de produção cultural ou social tende a passar pela mediação do Estado. Essa relação de dependência do Estado é um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística.” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 50)

Ocorre que essas três funções da “subjetividade capitalística” formam indivíduos passivos e acostumados a se submeter às hierarquias. Estas funções preparam o indivíduo desde a infância para ser um filho obediente, um aluno comportado, um trabalhador esforçado, enfim, um cidadão dócil que não apresenta resistência alguma ao poder dominante, inibido por sentir-se incapaz e, principalmente, um sujeito não apenas submisso às decisões impostas de cima para baixo, mas seguro de que esta posição de opressão é a única possível. Assim, como construir uma dinâmica política autogestionária em um ambiente onde a conformação e a complacência imperam?

Eu acho que o Coletivo é um convencimento diário. Porque não é simples de entender, né? Você tá na escola o professor diz que você não pode colar, você não pode olhar para o lado, não pode ajudar o colega, eles modelam tua cabeça desde pequenininho, entendeu? Como é que você vai...Você é estimulado a ignorar o outro, se o outro tirou um B, você quer tirar um A para ser melhor do que ele. Você só é estimulado a competir a sua vida inteira. Você ter um espaço que você não precisa competir, que você pode ser você, simplesmente ser você, é loucura! A gente precisa se convencer de que a gente não precisa competir, que a gente não precisa ser melhor. Então é assim, o que você sabe fazer? Você sabe fazer instalação de luz? Eu sei de água! Então vamos trocar as nossas experiências? Vamos trabalhar juntos? Eu trabalho contigo na luz e você trabalha comigo na água? E isso é loucura, cara! Como é que você vai convencer uma pessoa que teve a vida inteira que fez ela agir de uma maneira e dizer pra ela: agora você pode ser você? É loucura! É um processo de convencimento mesmo!⁹⁰

Portanto, constituir um Coletivo coeso e atuante politicamente, em um contexto social no qual a submissão hierárquica é legitimada desde a mais tenra idade, não é uma tarefa fácil e possui, é claro, suas limitações. Mesmo assim, a prática política da ocupação Quilombo das Guerreiras, através da horizontalidade da discussão e execução das decisões, estimula processos de subjetivação que entram em conflito com os modos de subjetivação capitalísticos. A prática da democracia direta, a valorização da cooperação em detrimento da competição, a discussão coletiva regida por normas de conduta, o trabalho coletivo não-remunerado e a possibilidade sempre aberta de questionamento e revisão do regimento interno e das decisões coletivas –, não são apenas práticas formais de organização, mas funcionam como um processo pedagógico de formação de sujeitos aptos e dispostos a tomar as rédeas de suas próprias vidas. Assim, a formação do Coletivo passa por uma reconstrução subjetiva que vai além da adoção formal de um modelo político-organizativo.

⁹⁰ Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 24/07/2009.

Entrevistaram um companheiro para o filme e perguntaram: onde você morava antes de vir para cá? Ah! Morava na rua. Morar aqui é melhor do que morar na rua? O que mudou na sua vida? Ele falou: Você tá brincando? Aqui eu durmo e sei que ninguém vai tacar fogo em mim, que ninguém vai me matar... (choro)... eu não gosto de falar disso. Você percebe, entendeu? Que há mudança mesmo... (choro). Porque tem gente que você fica bolada como outros companheiros que você diz: porra! O que esse cara tá fazendo aqui? Será que até hoje não entendeu qual é a proposta? E tem gente que, às vezes, com uma frase, assim, você vê que não só entende o que é o Coletivo, mas que vive o Coletivo, transpira o Coletivo... o cara leva o Coletivo aonde quer que ele vá. E eu acho que mais do que entender o que é o Coletivo, mais do que isso, é querer o Coletivo para si que eu acho que é o mais difícil. Que eu acho que o mais difícil é você ter educação coletiva. Porque você saber que é mais fácil resolver as coisas de forma coletiva, todo o mundo sabe, mas daí você quer resolver coletivamente, é uma atitude muito diferente, né. (...) Então é difícil, né? Acordar e não querer lutar por isso. A gente vê um companheiro falar: porra, aqui ninguém taca fogo em mim. Um companheiro que veio da rua, né? Que era alcoólatra e que poderia não ter assimilado muita coisa, que é analfabeto. Mas que a ignorância dele de letras não tem nada a ver com a ignorância de não entender o que é um Coletivo. E às vezes você vê uma pessoa que tava aí, de nível universitário e que não consegue entender... Então é muito complexo, é uma questão de você querer mesmo para a sua vida, querer se organizar dessa forma⁹¹.

Mesmo que o caminho para a produção de subjetividades capazes de colocar em xeque o capitalismo e a burocracia seja, ainda, bastante longo e incerto, é preciso saber valorizar experiências que ajudam, ao menos, a esboçar um plano de ação. Neste sentido, a ocupação Quilombo das Guerreiras tem contribuído para testar mecanismos de organização, construções discursivas e práticas coletivas, que auxiliem na longa caminhada rumo a uma sociedade mais democrática.

(...) a grande maioria do Coletivo acha que não existe ninguém que merecesse ser coordenador ou que fosse coordenador. Porque o Coletivo é desconfiado né? Porque acha que se houver um coordenador, tem sempre a questão do cara dar mais benefício para as pessoas que ele mais gosta, e menos para a pessoa que ele não gosta. Então acha que não existe ninguém aqui dentro, ou quase ninguém, que seria imparcial nessa questão (...) Então acham que é mais legítimo, né? Que tenha um coletivo mesmo, onde cada um tenha voz, cada um tenha voto.⁹²

Uma vez que as pessoas entenderam que elas têm o poder de fala e o poder de votar e o poder de decidir, ninguém mais tira isso delas. Ninguém mais tira. Aqui na Quilombo os Apoios apanharam muito, muito, muito.⁹³

O ser humano tem que parar de se achar super-homem ou mulher-maravilha, que não precisa de ninguém. O ser humano precisa do outro para viver. Uma mão lava a outra.⁹⁴

⁹¹ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com moradora destacada da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 24/07/2009.

⁹² Depoimento prestado em 20 de setembro de 2009 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

⁹³ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

⁹⁴ Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, em 29/05/2011

A manutenção da horizontalidade política na ocupação estudada é uma batalha constante. O Coletivo continua lutando contra a inibição de moradores de se posicionarem nas assembleias, contra o individualismo e a falta de interesse em participar das decisões políticas. Sem dúvida, há moradores mais críticos e moradores menos críticos, há aqueles que “arregçam as mangas” pelo Coletivo e aqueles que deixam que os outros trabalhem por ele. Contudo, se, por um lado, nem todos adotam uma postura proativa, por outro, os moradores desenvolvem um certo ceticismo em relação às hierarquias sociais e passam a questionar a legitimidade da heteronomia. Mesmo assim, além de mecanismos formais que viabilizam a organização coletiva, a ocupação estudada também busca problematizar e transformar a forma como os ocupantes governam a si mesmos. Por isso, a construção de um Coletivo coeso não se resume a uma prática formal, institucionalizada, mas inclui a produção subjetiva que se desdobra cotidianamente, a partir e através da *práxis*.

A gente vem torto pra cá. Acho que a gente vem aleijado, e o Coletivo vai “desaleijando” a gente. A gente aleijado, incrustado com esse capitalismo, esse individualismo, com ranço, com preconceito. Essa porra toda. E aqui a gente é obrigado a olhar todos de igual para igual. E respeitar de igual para igual. De olhar como companheiro, companheiro de luta. Eu acho que é isso, eu acho que a diferença é que alguns companheiros querem moradia e, com a moradia, as pessoas despertam para outras coisas. E eu acho que a gente é aleijado, a gente não desperta, a gente precisa ser despertado. [...] ⁹⁵

3.1.4 – A territorialização momentânea de um centro itinerante: ensaiando um estilo

Uma criança no escuro, tomada de medo, tranquiliza-se cantarolando. Ela anda, ela pára, ao sabor de sua canção. Perdida, ela se abriga como pode, ou se orienta bem ou mal com sua cançãozinha. Esta é como o esboço de um centro estável e calmo, estabilizador e calmante no seio do caos. Pode acontecer que a criança salte ao mesmo tempo que canta, ela acelera ou diminui seu passo; mas a própria canção já é um salto: a canção salta do caos a um começo de ordem no caos, ela arrisca também deslocar-se a cada instante. Há sempre uma sonoridade no fio de Ariadne. Ou o canto de Orfeu.
(DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p.101).

A formação de um território demanda a convergência de uma série de fatores conjunturais e contingenciais referentes às interações sociais (e, portanto, dependentes do contexto sócio-histórico e geográfico), no sentido de permitir que, sobre um espaço dado,

⁹⁵ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

novas configurações de poder se organizem/diferenciem de modo a constituir um meio interior e um meio exterior. Em primeiro lugar, não é suficiente dizer que o movimento dos sem-teto se territorializa através da ação direta. Este é, sem dúvida, o momento de tomada de um território, mas a territorialização é um contínuo e, o território, um devir, sempre ameaçado por descontinuidades, rupturas e desterritorializações. Portanto, a tomada de um território, apesar de ser o momento no qual o processo de territorialização se torna mais visível, não representa o fim, mas sim, uma etapa importante da territorialização. Assim, há uma multiplicidade de elementos conjunturais que atua no sentido de inibir ou, ao contrário, permitir a territorialização.

A especulação imobiliária, por exemplo, animada por projetos de revitalização ou renovação urbana, pode pressionar o poder público a coibir as ações do movimento dos sem-teto, prometendo investimentos diretos sobre os imóveis abandonados. No caso do Rio de Janeiro, e devido ao grande número de imóveis públicos ociosos na Zona Portuária, o interesse especulativo transcende a esfera privada e contamina instituições públicas, como é o caso do INSS, que é chamado de “latifundiário urbano” pelo movimento dos sem-teto (não só no Rio de Janeiro, diga-se de passagem). Por outro lado, numa conjuntura favorável, o desinteresse do capital e do Estado sobre uma determinada área – aliado a um governo populista e, é claro, à existência de imóveis abandonados – pode facilitar a territorialização do movimento dos sem-teto. Contudo, nada garante sozinho o sucesso da ação direta. Há também elementos contingenciais referentes à habilidade prática dos atores envolvidos, como a capacidade de organização do grupo, de planejamento e de articulação política.

Mesmo assim, o movimento surge a partir da contradição entre a enorme demanda existente por moradia e o grande número de propriedades ociosas na cidade. São inúmeros terrenos e edifícios que se encontram em completo estado de abandono e degradação; muitos dos quais se localizam nas áreas centrais da cidade, deixando subutilizada uma infraestrutura urbana já projetada e implementada. A quantidade de domicílios vagos existentes no Brasil em 2007 superou o número de sete milhões⁹⁶, sendo que mais de 5,2 milhões estão concentrados nas áreas urbanas do país. Somando os domicílios das metrópoles carioca e paulista, situados em áreas urbanas, totalizam mais de 20% desse total, o que corresponde a mais de um milhão de domicílios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009).

⁹⁶ Os números apresentados para 2007 representam apenas os domicílios vagos que potencialmente deveriam vir a ser habitados, não sendo incluídos os domicílios vagos “de uso ocasional” e “em ruínas”.

Contrastando com os números apresentados no parágrafo precedente, segundo a Fundação João Pinheiro (2009), em 2007⁹⁷, o déficit habitacional brasileiro era de cerca de 6,3 milhões de domicílios⁹⁸, sendo que cerca de 5,2 milhões encontrados em áreas urbanas, ou seja, quase 83%. Além disso, podemos verificar que, assim como os imóveis vagos, o déficit habitacional urbano do país está concentrado nas grandes cidades, pois mais de 19% desses domicílios (cerca de quase um milhão de domicílios) se encontram na área urbana das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, as duas maiores metrópoles do Brasil. Cerca de 90% do déficit brasileiro está concentrado na parcela mais pobre da população – com rendimento de até três salários mínimos. Se formos verificar a faixa de renda de até cinco salários mínimos este percentual sobe para 96% de todo déficit habitacional brasileiro. A chamada “crise habitacional” está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores. Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários.

“Numa sociedade capitalista, com efeito, a demanda de um determinado bem é apenas a *demanda solvável*, ou seja, tão somente constituída pelos indivíduos que podem pagar pelo preço.” (RIBEIRO & PECHMAN, 1983, p. 9)

“[A] cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos, (...) o que significa que uma parte da população não tem meios de pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano.” (SINGER, 1979, p. 33)

Propostas de urbanização de favelas, regularização fundiária de loteamentos irregulares e clandestinos e, principalmente, programas de “revitalização” ou “renovação” urbana, acabam por não assegurar as condições necessárias para que as pessoas que lá habitam permaneçam no local, gerando o conhecido processo de “expulsão branca”. O Estado, por sua vez, procura agir de modo a não causar uma crise nos preços dos imóveis por uma simples distribuição de moradias a quem precisa (como se esse fosse o real problema!). Assim, ele age no sentido de estimular a iniciativa privada com subsídios, empréstimos e aumentando, "artificialmente", a capacidade de compra da demanda não-solvável.

⁹⁷ Faz-se mister ressaltar que os números apresentados são subestimados, pois, segundo a própria instituição, os números do déficit habitacional em aglomerados subnormais (segundo a definição do IBGE se aproximam do conceito de favelas), “são bastante inferiores à realidade dos grandes centros urbanos” (FJP, 2009, p.32). Áreas essas onde supostamente deveriam ser encontradas as piores condições de moradia.

⁹⁸ A queda da estimativa do déficit habitacional relativo ao ano de 2006 (estimado pela mesma instituição) é de 1,662 milhão de domicílios, entretanto isto é consequência basicamente das alterações metodológicas introduzidas no cálculo do déficit habitacional para 2007, onde o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Entretanto, as políticas públicas destinadas à habitação popular acabam por não atingir o “hiperpreariado” urbano (SOUZA, 2008), que, como já explicitamos, é a parcela mais necessitada. Essas políticas são utilizadas, em ampla escala, por uma classe média e alta (vários autores já debruçaram sobre o assunto como AZEVEDO e ANDRADE, 1982). Podemos perceber, assim, que o Estado se concentra em apenas “corrigir” a moradia “inadequada” (estimativas são apresentadas relacionadas à situação dos domicílios e não à população necessitada de moradia). A moradia pode se tornar, através de investimentos públicos e privados, adequada, mas, como a renda da família correspondente não foi alterada, é provável que esta tenha que procurar um outro local para se abrigar, o que faz com que permaneça carecendo de uma habitação.

Os artifícios encontrados pelo Estado para manter e até intensificar a segregação sócio-espacial urbana são apresentados para a sociedade como uma forma de “política habitacional” compreendida pela classe média em geral como relativamente eficaz. “No Brasil a solução do problema da produção da moradia é deixada por conta do indivíduo. Este é um dos grandes acordos não-firmados sobre o poder nas cidades”. (SANTOS, 1982, p. 94)

A moradia, ou mais propriamente o problema da dificuldade de acesso a “habitação digna”, caracteriza-se como uma grande e conflituosa questão no espaço urbano. Nesse contexto de conflito, os grupos populares nunca estiveram “excluídos”: seu papel e sua atuação (coordenada ou dispersa, racionalizada de acordo com objetivos de mais longo ou mais curto prazo) sempre foram motivadores de contra partidas por parte do Estado e dos agentes capitalistas de produção do espaço das cidades (os proprietários fundiários, promotores imobiliários e detentores dos meios de produção). Assim, como expressão do contraste entre, de um lado, o imenso déficit habitacional brasileiro e, do outro lado, o grande número de imóveis vagos utilizados para fins de especulação imobiliária, começam a surgir entre as camadas empobrecidas das nossas grandes cidades, ativismos mobilizados justamente pela questão habitacional, como o movimento dos sem-teto.

Voltando à variante em questão, mesmo que as “condições objetivas” não sejam suficientes, por si só, para determinar o aparecimento de movimentos sociais, o fato de haver uma demanda exorbitante por moradia constitui um fator importante de viabilização das ações planejadas pelo “grupo de apoio” (que busca formar um grupo para ocupar um dos tantos imóveis vagos da Zona Portuária). Portanto, o “grupo de apoio” constitui-se em um eixo de rotação que atrai para si indivíduos que vivenciam problemas de moradia dos mais diversos. O movimento centrípeto faz com que famílias inteiras se desloquem dos quatro

cantos da cidade para o local da reunião. Neste sentido, a instauração do “grupo de apoio” como centro agregador de uma demanda difusa, funciona como um agente catalisador que faz convergir parte dessa demanda, transformando-a num vetor de movimento.

“Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem com a inércia, e se movem, ou seja, mudam de lugar, rechaçam o lugar no qual estavam, historicamente, alocados no âmbito de uma determinada organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão que, como nos alertou Michel Foucault, possuem fortes implicações de ordem política” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 81).

Tal movimento centrípeto, que faz convergir para um centro momentâneo as linhas fluidas da atividade social, se propaga através de redes submersas e rizomáticas. No processo de ocupação da “Guerreiro Urbano” pude observar o crescimento gradual das reuniões de preparação. Em toda reunião (enquanto o cadastro está aberto), novos moradores são apresentados por moradores mais antigos. Alguns apresentam parentes, outros apresentam amigos, e outros, ainda, apresentam meros conhecidos que, assim como eles, encontram-se em situação precária de moradia ou morando na rua. As redes submersas percorrem longas distâncias para atrair novos moradores. Logo, surgem pessoas que moram na Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma, pessoas que moram em favelas como a Providência, Borel, Rio das Pedras, pessoas que moram em São João de Meriti, Nilópolis, Campo Grande, Santa Cruz etc. Enfim, as redes vão sendo produzidas para captar novos indivíduos e engaja-los num único movimento.

Minha comadre avisou para eu ir que tava tendo reunião. Quando eu cheguei de Minas, tinham entrado aqui. Tinha seis meses. Eu vim pra cá e aí Seu Alexandre trouxe o Maurício pra cá. Ele queria vir pra cá, porque é melhor que pagar aluguel, né? Pra pagar aluguel fica difícil.⁹⁹

Como eu trabalho como guardador de carro ali perto do Campo de Santana, e como eu tava com uns problemas familiares, através da Cissa, que é moradora aqui, eu conheci ela num ponto de carro, e já tinha levado ela para morar lá no Nova Aurora. Ela era camelô e eu guardava carro no mesmo trajeto. Aí ela me falou: ‘Poxa, Pedro, ta havendo reuniões de ocupações.’ Aí foi que eu perguntei: como é esse negócio? Ela me disse que é entrada de prédio, mas que é tudo dentro da lei. Aí eu falei: bom, se é assim, eu vou entrar. Aí foi que através dela, eu fui pra reunião.¹⁰⁰

O grupo, reunido, territorializa-se momentaneamente ao redor do “grupo de apoio”. A atividade é clandestina e o grupo (Coletivo e Apoio) se movimenta constantemente. Ora apropria-se de outra ocupação, ora de um centro cultural e ora apropria-se da rua. No

⁹⁹ Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 16/05/2011.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras no dia 29/01/2011.

“processo” da Quilombo, muitos foram os locais que abrigaram por algumas horas as reuniões de preparação. Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, CCS (Centro de Cultura Social), Campo de Santana (localizado próximo à Central do Brasil), Aterro do Flamengo etc. (ver figura 9); todos passaram pela territorialização momentânea do Coletivo da Quilombo, que, inclusive, fragmentou-se para tornar-se mais difícil de localizar. Depois da entrada da polícia na Zumbi e do interrogatório sofrido por um morador, o “grupo de apoio”, juntamente com o Coletivo, decidiu dividir o grupo por comissões de trabalho, que passaram a reunir-se separadamente. A comissão de limpeza, a maior delas, dividiu-se em dois grupos e passou a realizar as reuniões em espaços públicos, com sete ou oito pessoas apenas. O grupo torna-se mais coeso na medida em que se organiza/diferencia do seu exterior. Ele traça um centro momentâneo e começa a delinear um estilo próprio.

“As formas simbólicas experimentadas pelos grupos de ocupantes de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro se constroem em um determinado espaço no qual morar envolve, também, uma mudança na maneira de se relacionar socialmente, tendo em vista uma estrutura organizativa que intensifica o encontro, os embates, a vivência comunitária” (OLIVEIRA, 2009, p. 98).

Essa mudança na maneira de se relacionar socialmente não se dá de uma hora para outra, a partir da ação direta sobre o imóvel abandonado. Ela se constitui durante as reuniões preparatórias, que instauram normas formais de conduta. O respeito à fala do outro, ao tempo de fala e às inscrições, não são meros formalismos, pois a formalidade permite a intensificação dos embates, como afirma Oliveira, ao mesmo tempo em que evita a ruptura. Ao invés de reprimir ou impedir o conflito, busca-se administrá-lo. Não é à toa que no início do “processo”, o “grupo de apoio” precisa estar atento aos desvios de conduta em reunião. Não raro, moradores que entram em conflito, levantam a voz, interrompem as falas, passam por cima das inscrições e tumultuam a reunião. Assim, o “grupo de apoio” intervém no sentido de ressaltar a importância do ritual e garantir que os procedimentos formais sejam devidamente respeitados.

O objetivo das reuniões pré-ocupação passa pela discussão do que seria o Coletivo, o que seria viver em coletivo (...) se discute tudo, se discute convivência, se discute família, se discute o nome da ocupação, se cria um regimento interno junto com os moradores, se discute conjuntura, se discute tudo, por que ocupar, como ocupar, é uma formação política muito rápida. Primeiro para desmarginalizar, porque muita gente quer uma casa, quer fazer errada. Acho que num primeiro momento é mostrar que ninguém está fazendo parte de um ‘processo’, mas ainda achando que está fazendo alguma coisa nada errada, visto que tem leis que não são cumpridas e aí por isso a gente toma essa atitude que é uma ação direta, uma atitude mais rápida. Mas passa por todas essas questões: discutir o Coletivo, forma de organização, escolher o nome, discutir conjuntura, a necessidade de ter uma casa para além da moradia,

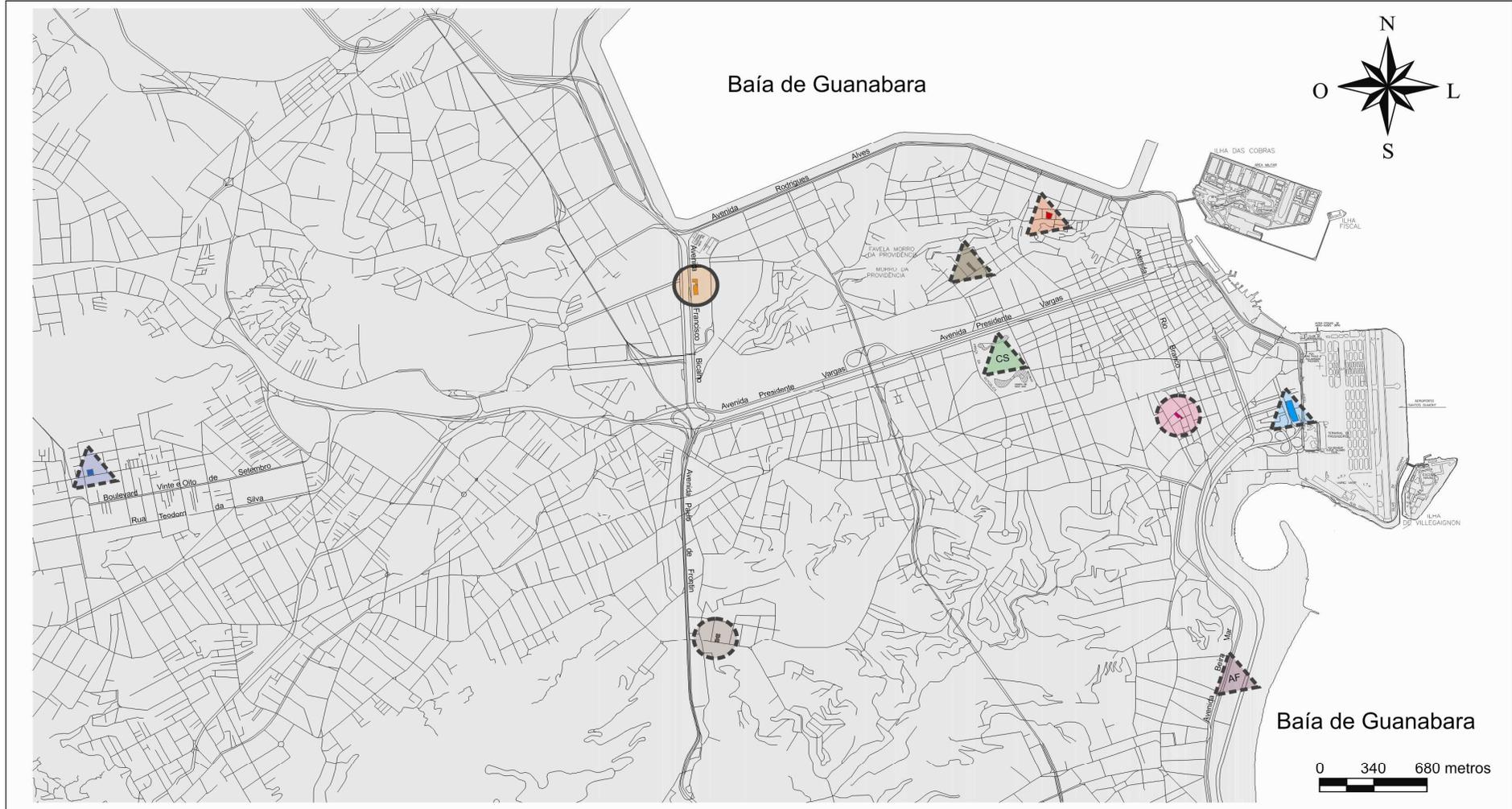
pensar quais são as propostas que um Coletivo deveria ter, sobre o que as pessoas necessitam, o que eles gostariam, o que pensam como um exemplo de moradia para além da moradia e para essa questão social. Então sempre se discute geração de renda, se discute tudo pré-ocupação. Todos os assuntos que a gente continua discutindo na ocupação e discute pelo resto da vida, a gente discute pré-ocupação.¹⁰¹

O território não se resume às suas fronteiras, e demanda um estilo próprio, que se delinea no movimento de organização/diferenciação interna e no desenvolvimento de características expressivas próprias, que se contrapõem ao seu entorno. Algumas das propriedades particulares do território são constituídas ainda durante as reuniões preparatórias, como certas normas de conduta e a configuração do formato político-organizativo que será adotado pelo grupo. A territorialização momentânea no período pré-ocupação, esboça algumas das regras de interação sob as quais as relações políticas estarão subordinadas. Neste sentido, mesmo sem haver, ainda, se apropriado do substrato espacial material em si, o Coletivo “pega emprestado” um espaço no qual possa ensaiar a sua territorialidade. A territorialização que se observa, neste momento, é *ocasional* e *subordinada*, pois o espaço já se encontra apropriado por outra coletividade (no caso da realização de reuniões em outra ocupação). Cada família representa uma unidade de moradia ainda inexistente. O espaço-tempo formal de deliberação (da assembleia de moradores), espaço este tão característico da variante “por coletivo”, é o primeiro a ser ensaiado. Grande parte das discussões neste período giram em torno da questão do espaço: Como dividir o espaço? Qual será o tamanho de cada quarto? O que é e o que não é permitido no espaço da ocupação?

¹⁰¹ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

Figura 9

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS E DAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO DO COLETIVO DA QUILOMBO DAS GUERREIRAS



- | | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Locais das reuniões preparatórias | Aterro do Flamengo | Ocupação Zumbi dos Palmares | 1a Tentativa: Rua Alcindo Guanabara |
| Tentativas de ocupação mal-sucedidas | Centro de Cultura Social (CCS) | Campo de Santana | 2a Tentativa: Rua Estrela |
| Tentativa de ocupação bem-sucedida | Instituto de Terras do Rio de Janeiro | Ocupação Chiquinha Gonzaga | Ocupação Quilombo das Guerreiras |

Localização do mapa no município do Rio de Janeiro



Concepção e desenho:
Rafael Gonçalves de Almeida - Mestrando em Geografia / UFRJ / NuPeD
Msc. Matheus da Silveira Grandi - Doutorando em Geografia / UFRJ

Deste modo, forma-se uma constelação de forças desterritorializadas, forças estas que negociam entre si, antecipam conflitos e constroem uma unidade em meio a tensões internas. Esse território, a respeito do qual se discute, legisla e delibera, é ainda materialmente inexistente. Contudo, nem por isso está desvinculado da materialidade, pois sua existência, mesmo que ainda fictícia, está condicionada pela materialidade não territorializada, que é usada como referência. Os moradores antecipam até mesmo a discussão sobre o que fazer com o entulho e o material encontrado no prédio. Tudo vira objeto de reflexão e decisão coletiva. Vejamos alguns pontos do regimento interno discutidos neste período (anterior à ocupação do prédio), que ilustram alguns dos argumentos aqui apresentados:

3 - A família não poderá ter mais de 5 (cinco) faltas não justificadas nas reuniões coletivas e, se intercaladas, duas.

5 - O trabalho na ocupação é coletivo, realizado em comissões de trabalho e em regime de mutirões, visando o bem-estar do coletivo.

7 - Em caso de expulsão ou de saída do morador da ocupação o quarto deverá retornar ao Coletivo.

13 - No coletivo não há um líder. Toda e qualquer decisão é tomada em reunião, com o aval de todos os moradores ou a metade desse número mais um. (Regimento Interno da ocupação Quilombo das Guerreiras [ANEXO 2]).

A terceira regra do regimento institui a obrigatoriedade da participação de, ao menos, um morador por unidade de moradia nas assembleias do Coletivo. A participação efetiva nas decisões que concernem à ocupação não é compreendida como um direito de cada morador, mas como uma obrigação.

Eu acho importante cobrar presença nas reuniões porque não dá pra construir um Coletivo deixando que outras pessoas construam. Eu sou o Coletivo e eu só tenho discernimento de que eu sou o Coletivo quando eu tô lá na assembleia. Então estar na assembleia do Coletivo, saber dos encaminhamentos, discutir esses encaminhamentos, opinar sobre esses encaminhamentos, pra gente não é uma condição de se eu posso ou se eu quero.¹⁰²

Assim como nas reuniões preparatórias, a incapacidade de atender às assembleias pode levar a aplicação de sanções, podendo, inclusive, excluir moradores da ocupação. Os vínculos de aliança são formados a partir da adesão voluntária e declarada do indivíduo e sua família à coletividade, que surge como produto dessa associação dos indivíduos. A *adesão voluntária e declarada* à coletividade e, por conseguinte, às suas regras é, portanto, uma condição necessária para aquilo que, mais tarde, será o Coletivo territorializado.

¹⁰² Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

A quinta norma do regimento atribui à coletividade a responsabilidade de trabalhar, conjuntamente, por melhorias e pela manutenção da ocupação. Isso significa que o Coletivo não pode delegar ou contratar um ou mais indivíduos para realizar as tarefas que cabem ao próprio Coletivo. As comissões de trabalho são constituídas ainda nas reuniões preparatórias com o intuito de fazer com que cada morador esteja ciente de suas responsabilidades ao entrar na ocupação, contudo, a importância da *rotatividade* dos moradores em cada comissão é ressaltada. A sétima norma estabelece claramente que, apesar de seu uso privado, as unidades de moradia não pertencem ao indivíduo (ou à sua família), mas à coletividade, e que apenas a posse é concedida à família. Por fim, a décima terceira norma formaliza a legitimidade do Coletivo enquanto *instância máxima de deliberação da ocupação, instância única capaz de emitir sanções*. Conforma-se, assim, ainda durante as reuniões preparatórias, um centro momentâneo ao redor do qual se demarca um território e que, com a consolidação da ocupação e sua estabilização, se desloca, aos poucos, do “grupo de apoio” para o Coletivo.

Portanto, mesmo no período que antecede a ação direta, a instauração efêmera de um centro já começa a esboçar características de sua territorialidade, sob uma forma particular de organizar, diferenciar, dispersar, concentrar e alocar as relações de poder no espaço. A territorialização itinerante do Coletivo ensaia seu campo estratégico para o exercício de um poder que emana da própria coletividade e que só poderá continuar sendo exercido a partir da apropriação de um substrato material espacial onde possa se reproduzir. Assim, o sucesso da ação direta, a tomada do território, inaugura uma nova etapa no processo de territorialização da ocupação. Etapa esta, repleta de novos desafios, como veremos no próximo subcapítulo.

3.2 – Traçando o território: da determinação momentânea de um centro para a organização de um espaço

“Agora, ao contrário, estamos em casa. Mas o em-casa não preexiste: foi preciso traçar um círculo em torno de um centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado. Muitos componentes bem diversos intervêm, referências e marcas de toda espécie. Isso já era verdade no caso precedente. Mas agora são componentes para a organização de um espaço, e não mais para a determinação momentânea de um centro. Eis que as forças do caos são mantidas no exterior tanto quanto possível, e o espaço interior protege as forças germinativas de uma tarefa a ser cumprida, de uma obra a ser feita. Há toda uma atividade de seleção aí, de eliminação, de extração, para as forças íntimas terrestres, as forças interiores da terra, não sejam submersas, para que elas possam resistir, ou até tomar algo emprestado do caos através do filtro ou crivo do espaço traçado (DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 101)”.

3.2.1 – A dinâmica das fronteiras de um território em disputa

Sabemos que nenhuma prática humana é completamente independente do espaço social, contudo, segundo Souza (2010), “algumas se mostram apenas limitadamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte ou diretamente impregnadas dessa dimensão” (ibidem, p. 23). Assim, Souza se inspira na proposição de Lefebvre a propósito do conceito de “prática espacial”, mas o transforma a partir da influência de outras referências. Segundo o autor, as práticas espaciais são “práticas sociais densas de espacialidade” (ibidem, p. 23). Souza argumenta que práticas espaciais produzidas e caracterizadas no nível do poder explícito, pela imposição de cima para baixo de um *nomos*, e no nível do “infrapoder implícito”, pelo peso da transcendência e pela alienação, compõem espaços heterônomos. Enquanto isso, as práticas espaciais dos “movimentos sociais urbanos emancipatórios” (ibidem, p. 24) se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial e conformam “práticas espaciais insurgentes”. Tendo em vista que as ocupações do movimento dos sem-teto constituem “territorializações de confronto” (ibidem, p. 36), a delimitação de fronteiras é um desafio que necessita da elaboração tática de práticas espaciais que, sem recorrer à violência, possam garantir a apropriação do espaço.

A primeira condição de um território é a demarcação de fronteiras que podem ou não expressar-se fisicamente no substrato material. No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, por ser um território contestado e disputado por definição, essa demarcação não prescinde de uma expressão concreta. A fronteira é sempre ambígua; ao mesmo tempo em que se volta para dentro para dar forma àquilo que se constitui como interior, projeta-se para fora e conecta-se com a aquilo que é exterior. A fronteira é o eterno “entre”, nem dentro nem fora, nem cá nem lá, ora é o interior

quem dita sua abertura e seu fechamento, ora é o exterior quem decide. Na disputa pelo território, há todo um jogo estratégico que tem como *locus* privilegiado, a fronteira. Logo após a entrada dos ocupantes no edifício, sua primeira tarefa é lacrar todas as entradas do prédio e vigiá-las. Ninguém sai e ninguém entra.

Desde as reuniões preparatórias, o “grupo de apoio” explica que, ao entrar na ocupação, as primeiras 72 horas são críticas e, geralmente, nenhum morador pode sair do prédio durante esse tempo. Contudo, não é raro esse tempo de confinamento ser estendido. Na Quilombo, o período de confinamento durou 17 dias. O motivo é evidente: permitir a saída de um morador num momento de “territorialização instável” aumenta a vulnerabilidade da ocupação à entrada de policiais, o que comprometeria toda a ação. É claro que isso traz problemas para os ocupantes que correm o risco de perder o emprego, caso precisem faltar sem possuir uma justificativa formal. Na ocupação Quilombo das Guerreiras não foi diferente, e alguns moradores (e apoiadores) tiveram que sacrificar seus empregos.

Este período de maior instabilidade é marcado por um movimento quase total de fechamento do território sobre si mesmo. Ele só não é absoluto porque os ocupantes precisam ser abastecidos de água e comida, e porque necessitam manter a comunicação com o exterior para dar prosseguimento às negociações. Mas o fechamento do território não se dá apenas por iniciativa interna, visto que o trabalho da polícia, neste período, se resume a intensificar tal movimento de fechamento, impedindo a entrada até dos mantimentos necessários à sobrevivência dos ocupantes. Na verdade, há um jogo complexo de abertura e fechamento do território que gira em torno do controle da fronteira. O grupo de ocupantes busca vedar a entrada da polícia, mas se articula com o “apoio externo” para criar pequenas frestas momentâneas para a entrada de mantimentos, sem que a polícia perceba. O grupo, que é o agente da territorialização, resguarda tanto o lado interno da fronteira (com a organização de portarias e rondas periódicas), quanto o seu lado externo (com as vigílias noturnas do “apoio externo”). No caso da Quilombo das Guerreiras, a manutenção da fronteira demandou um série de táticas, pois, como o prédio encontrava-se em estado de total abandono. As possibilidades de entrada eram tantas que não havia como resguardá-las todas. Assim, práticas espaciais com objetivos táticos foram elaboradas para efetivar o controle sobre o território ocupado:

- 1) Adensamento e expansão da faixa de fronteira – O “apoio externo” se posiciona na parte interna e na parte externa da grade (ver figura 10) criando uma zona de transição na qual os agentes desterritorializadores (no caso da Quilombo, representado pela Guarda Portuária)

tem suas ações constantemente vigiadas e questionadas. O Apoio está sempre munido de máquinas de filmar e de fotografar e, assim, busca evitar, tanto quanto possível, atitudes mais violentas por parte da Guarda.

O pessoal do Apoio acabou virando um grande corredor de proteção, porque quando eles impedem que pessoas e comida entrem pela janela, a gente começa a colocar pessoas pra dentro por um buraco na grade que é pras pessoas poderem entrar, elas passavam escondidas pelo Apoio que estava ali na piscina.¹⁰³

[N]a verdade, havia dois grupos de apoio do lado de fora. Um que dormia na piscina, ali na entrada do portão [APX1] e outro que dormia depois da grade [APX2], e esse apoio que dormia na piscina ficava fazendo a ponte de pegar garrafa d'água do lado de fora para botar pra dentro do prédio porque senão um morador podia ser detido. Então, havia esses dois grupos de apoio externo para poder garantir isso.¹⁰⁴

Figura 10



Imagem do apoio externo dividido entre aqueles que permaneciam na parte de dentro da grade (APX1) e aqueles do lado de fora da grade (APX2) em frente à ocupação Quilombo das Guerreiras (foto de Felipe Proença)

O “apoio externo” mantém-se na faixa de fronteira (que extravasa o terreno anexo ao prédio) mesmo durante a noite: são as chamadas “vigílias noturnas”. Há uma preocupação constante com uma possível invasão da polícia à noite, quando o movimento de pessoas na rua diminui. Assim, o “apoio externo” monta acampamento e dorme na rua.

¹⁰³ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com Elaine Freitas (integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP).

¹⁰⁴ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

- 2) Abertura momentânea de frestas – Impedido pela polícia de utilizar a entrada principal, o “apoio externo” precisa se articular com os ocupantes para garantir o suprimento de água e alimentos da ocupação.

Figura 11



Imagem de membros do “apoio externo” passando um botijão de gás pela janela da Ocupação Quilombo das Guerreiras (foto Felipe Proença)

A princípio o objetivo da guarda era impedir que a gente ligasse água e luz. Porque é impossível ficar muito tempo assim. Então, pra eles, tinha toda essa discussão dos direitos humanos, então eles fingiam que não viam que a gente passava comida, mas eles não deixavam passar comida ali na frente. Tinha que passar por uma janela do lado de fora mesmo. O pessoal que tava mais do lado de fora da grade passava comida pela janela. Pessoas também entravam e saíam daquela janela nos primeiros dias. Mas isso porque eles achavam que essa era uma situação insustentável e era insustentável mesmo, e achavam que ia acabar em poucos dias. Como não acabou, eles começaram a impedir esse uso da janela.¹⁰⁵

E aí a gente passou muita situação aqui, de não poder entrar comida, não poder entrar água. Comida e água só entrava no começo da ocupação quando o direitos humanos tavam aí. A gente passava as pessoas pelas janelas, tinha uma grade que uma parte tava quebrada, a gente cerrou e as pessoas passavam por baixo da cerca. Tinha um buraco, lá no cantinho da cerca, lá na frente da ocupação por onde as pessoas passavam também. A gente fazia uma rodinha de música à noite, aí juntava um grupinho tocando, cantando enquanto as pessoas passavam pelo buraco, porque os guardas ficavam um pouco distantes e a gente ficava se movimentando para eles não perceberem nada. As pessoas entravam pelo buraco, já paravam na roda pra cantar e depois passavam pra dentro da ocupação.¹⁰⁶

- 3) Manifestações e luta institucional – O controle das fronteiras não pode ficar restrito a presença física no local da ocupação. Por isso, o Apoio organiza manifestações em frente a instituições públicas e privadas para reivindicar a amenização da pressão imediata sobre os ocupantes, pela entrada segura de suprimentos e pela abertura formal de um canal de negociação. Tais manifestações são importantes na medida em que tornam visíveis à sociedade as demandas do movimento, que, através destas práticas, ocupa um espaço na arena política pública e se impõe como ator social.

¹⁰⁵ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com Elaine Freitas (integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP).

¹⁰⁶ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

E aí, por conta disso [da proibição de entrada de suprimentos], a gente fechou a Rua do Acre, fez um protesto ali na frente da Companhia Docas. A gente teve três audiências públicas com os direitos humanos, na ALERJ, OAB e Ministério Público, pra denunciar isso.¹⁰⁷

Os advogados da ocupação e a comissão de diálogo trabalham muito neste período, visto que é preciso estar atento para qualquer ordem judicial, ao mesmo tempo em que a comissão busca agendar reuniões com representantes do poder público e de outros ativismos com o objetivo de costurar novas alianças e expandir sua rede de apoio.

Figura 12



Imagem de um apoiador sendo impedido pela Guarda Portuária de entrar no terreno da Ocupação Quilombo das Guerreiras (foto Felipe Proença)

Figura 13



Imagem de uma manifestação do “apoio externo” em frente à Ocupação Quilombo das Guerreiras (foto Felipe Proença)

A polícia também desenvolve suas táticas. A proibição de entrada de mantimentos é uma delas, e busca tornar insustentável a permanência na ocupação. Além disso, eles cortam o suprimento de água e eletricidade do prédio e buscam, como podem, dificultar, o mais possível, a vida dos ocupantes. A disputa pelo controle da fronteira se foca nos fluxos de entrada e saída de coisas e pessoas. Os ocupantes instalam energia elétrica, a polícia corta, eles instalam água, a polícia desliga o registro geral. Enquanto o “apoio externo” arruma um jeito de “contrabandear” suprimentos, os agentes da repressão (polícia, Guarda Portuária etc.), buscam desestabilizar a organização interna tanto com a proibição da entrada de pessoas e mantimentos, quanto com aquilo que uma apoiadora denominou de “pequenos terrorismos”, como a invasão armada de agentes da Guarda Portuária para assustar os moradores.

¹⁰⁷ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

A guarda portuária ameaçava constantemente invadir o prédio e muitas vezes invadiu. A gente tinha medo. Os caras ficaram muito aborrecidos quando a gente entrou aqui. Porque ficou na cara que eles recebiam mas não trabalhavam. A gente foi ameaçado de morte, com o revólver na cara. A gente não deixava as crianças subirem para o terceiro andar. A gente ficava meio tenso, numa tensão muito grande porque o prédio era muito vazado. Uma vez a gente tinha conseguido uma luz, mas a gente camuflava isso. E a namorada de um morador deixou o guarda entrar pela portaria. E aí ele foi subindo, subindo, subindo, e quando chegou no segundo andar ele viu que a gente tinha luz. E na mesma hora ele acionou o cara da Light, um prestador de serviço, que veio e cortou a luz. Eles tinham 13 mil volts de energia ali atrás numa casa de máquina. Eles sempre tiveram energia, sempre tiveram água e nunca deixaram que a gente utilizasse nada disso. Cada vez que eles entravam aqui sobrava alguma coisa pro Coletivo. Dessa vez eles viram que a gente tinha luz e aí foram caçar de onde a gente tinha tirado a luz e cortaram a luz. Da outra vez a gente ligou de novo, eles viram de novo e cortaram a luz.¹⁰⁸

Na primeira semana, dois guardas entraram com arma na mão, apontando para moradores. Alguns moradores correram e depois vieram outros moradores negociando, pedindo para abaixar a arma, e eles acabaram saindo do prédio. Eles queriam assustar os moradores para que as pessoas saíssem de medo mesmo. A gente tinha a impressão de eles se usavam de *pequenos terrorismos*, sabe? Até mesmo a coisa de pedir a identidade como se eles pudessem fazer alguma coisa contra a gente, entendeu? Eles viam essas ações como uma forma de minar a ocupação.¹⁰⁹

Quando a gente pôde sair do prédio, a gente tinha que se identificar para os guardas. Eu tinha quatro nomes diferentes, pra sair com quatro nomes e possibilitar que apoios entrassem usando um dos nomes. Eu nunca me identifiquei com identidade porque eles trabalhavam sem identificação. Se eles não se identificavam, eu também não precisava. Mas no comecinho mesmo, se você sáísse, não entrava mais.¹¹⁰

Figura 14



Imagem dos guardas portuários posicionados bem em frente à porta de entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras (foto Felipe Proença)

Figura 15



Imagem do guarda portuário observando o “apoio externo” com a mão na arma. A atuação da Guarda Portuária foi, durante todo o período de instabilidade, excessivamente violenta e coercitiva, indo inclusive de encontro com a legislação vigente (foto Felipe Proença)

¹⁰⁸ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹⁰⁹ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

¹¹⁰ Depoimento prestado em 15 de maio de 2011 por moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

Se no período de “territorialização instável” (durante o conflito com as forças repressivas do Estado) há uma disputa pelo controle da fronteira, no período posterior, de maior estabilidade, a fronteira torna-se mais permeável aos fluxos externos e passa a contê-los somente e na medida em que ameaçam a organização interna dos moradores. Geralmente, após algumas semanas ou meses de estabilidade, muitas ocupações suspendem o rodízio de moradores na portaria. Contudo, na ocupação Quilombo das Guerreiras, a portaria foi incorporada como um dever de cada morador.

Nós temos que tirar 24 horas de portaria por mês, ou seja, são seis horas de portaria por semana, sendo que são 4 durante a semana e duas no fim de semana.¹¹¹

As pessoas ficam responsáveis por determinadas comissões, então tem a comissão de portaria que tem a lista lá de todos que “tiraram portaria”. Quem ficou, quem não ficou, mas as coisas já estão meio que encaminhadas. Por exemplo, quem ficou devendo portaria, tem que tirar as portarias dele mais as portarias que ele ficou devendo.¹¹²

A portaria tem não apenas a função de controlar a entrada e a saída de pessoas, como também funciona como um espaço de interação dos moradores e como um espaço de articulação para outras atividades do Coletivo. Contudo, a portaria é, também, encarada como um local onde se cumpre um trabalho para o Coletivo com um objetivo claro: zelar pelo prédio e pela segurança dos moradores¹¹³. Para isso, é necessário ter atenção redobrada, configurando espaços importantes nas ocupações, uma vez que se constituem em territorializações conflituosas. Segundo os próprios moradores, são espaços de tensão, onde os conflitos estão voltados para o que está acontecendo do lado de fora. Nas palavras de uma das moradoras mais ativas na ocupação,

Você tá ali tomando conta, tá zelando pelo prédio, tá zelando pelo Coletivo. E mais que isso: a gente tá zelando até pela rua, ultimamente. Tem impedido assaltos de acontecerem aqui na frente da ocupação... Se passa alguém apressado você já acha que tá sendo assaltado. Você tem uma preocupação que é mais extensa, que é além do Coletivo.¹¹⁴

Contudo, para compreender a dinâmica dessa “contenção territorial” (HAESBAERT, 2009), própria do processo de territorialização, é preciso ir além das fronteiras sob sua forma concreta. O território não se constitui apenas a partir do controle do acesso. A estabilização da ocupação permite mudar o foco: do acesso ao território, à organização do espaço e das relações sociais em seu interior. O movimento centrípeto de organização/diferenciação interna demarca um limite exterior, mas também delinea limites interiores que condicionam as interações no território.

¹¹¹ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, no dia 31/10/2009 com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹¹² Entrevista realizada no dia 30/05/2010 com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹¹³ Ver sobre isso ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009)

¹¹⁴ Depoimento prestado em 04/12/2008 por moradora destacada da ocupação Quilombo das Guerreiras, a Matheus da Silveira Grandi.

“O *nomos* como lei costumeira e não escrita é inseparável de uma distribuição *de* espaço, de uma distribuição *no* espaço, sendo assim um *ethos*, mas o *ethos* é também a Morada (DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 103)

Trata-se da territorialidade; que define orientações, direções, entradas e saídas, atuando não somente na definição de um meio interior e um meio exterior, mas na organização das práticas e interações sociais que caracterizam as relações específicas de um determinado território, ou seja, define aquilo que é permitido, valorizado, proibido, aceitável, repudiado, mal visto etc. Assim, enquanto os limites exteriores demarcam a morada, os limites interiores condicionam as formas organizadas de fazer as coisas daqueles que se encontram conformados por um território. A fronteira está sempre presente, seja de forma direta, na restrição do acesso, ou de forma indireta, nos condicionamentos que a acessibilidade impõe.

Tem duas coisas do Coletivo que as pessoas são expulsas direto: uma por roubo, três coisas, né: roubo, porte de armas e uso de drogas, que não tem nem reunião. Se tiver parte do coletivo se pegar alguém com roubo, ou roubando a casa de alguém, ou roubando alguma coisa aqui dentro ou se drogando ou que esteja com porte de armas, não tem pauta. Podem ter dez pessoas do coletivo e vamos botar essa pessoa pra fora e... acabou. Agora, o restante não, o restante precisa ser advertido em assembleia, tem que passar por todo esse processo, até chegar a ser expulso, quer dizer... o coletivo não expulsa, a pessoa que se expulsa, porque o regimento foi feito por cada um de nós, foi pensado por cada um de nós e, se for vontade coletiva, pode ser reformulado.¹¹⁵

Se um cara bate em uma mulher, tá fora. Não interessa se você resolvia seus problemas assim fora daqui. Aqui você não vai resolver assim. E ele tem que domar os instintos dele. Entender que ele não pode bater na mulher dele. Ele pode beber, mas a bebida dele não pode agredir o outro.¹¹⁶

Sabemos, por exemplo, que a violência doméstica é ainda, infelizmente, uma prática bastante comum na sociedade brasileira e que não é um problema que remete apenas ao comportamento do agressor, mas também à cumplicidade de vizinhos e do próprio agredido. Além disso, por mais que esta seja uma prática condenada por grande parte da sociedade, a legitimidade da intervenção de agentes externos à família é, ainda, uma questão polêmica. Quando o Coletivo deve “meter a colher” em briga de marido e mulher? Qual deve ser o posicionamento do Coletivo quando a agressão é negada pela vítima da agressão? O que fazer quando só o que há é uma mera suspeita não confirmada? Afinal de contas, não se expulsa um pai da casa de sua família assim tão facilmente, visto que a sua saída pode ter implicações negativas para aqueles que o Coletivo deseja proteger (como o aumento dos gastos com o sustento de mais uma moradia) e, além disso, nem sequer ser desejada pelo agredido, que pode argumentar estar havendo uma interferência do

¹¹⁵ Entrevista realizada no dia 30/05/2010 com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹¹⁶ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, no dia 31/10/2009 com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

Coletivo sobre assuntos pessoais que remetem a sua liberdade individual. Assim, cada caso de expulsão é debatido em assembleia fazendo com que se discuta assuntos que extrapolam as fronteiras da ocupação, como o machismo, o alcoolismo e a violência doméstica. Ao mesmo tempo, tais discussões vão delineando fronteiras internas e incidindo no comportamento e nas interações dos moradores.

Os problemas enfrentados na ocupação, porém, não se restringem a ela. A segurança é uma preocupação constante. Quando os moradores são questionados sobre aquilo que mais gostam na ocupação estudada, as respostas sempre destacam a segurança dentro do prédio, e a possibilidade das crianças transitarem livremente, sem ter contato com drogas ilícitas e com a criminalidade. Os moradores têm consciência de que não é possível ou desejável controlar as ações de cada morador. A capacidade de “conduzir condutas”, como diria Foucault, está limitada ao território da ocupação e não extrapola as suas fronteiras.

Não me interessa se o cara é ladrão no mundo lá fora, se é estelionatário ou sei lá o que, me interessa se ele traz isso aqui pra dentro. A proibição das drogas não é um discurso moralista, não me importa se o cara gosta de ‘fumar um’, mas se ele fizer isso aqui dentro, ele vai expulso. Porque isso só fortalece o discurso de quem é contra a ocupação. Pode prejudicar todo mundo ¹¹⁷.

Já pensou se eu estivesse numa favela com essas crianças, preocupada. Vir trabalhar e deixar essas crianças lá, à toa, vivendo perto de bandido, entendeu? Uma coisa horrível. [...] Eu já conheci colega minha que perdeu o filho com bala perdida. Aconteceu mesmo, entendeu? O único filho que ela tinha morreu de bala perdida. Tava jogando pipa. E aí eu fiquei desesperada pra sair de lá. Aqui não tem esse risco de bala perdida, você pode deixar eles brincarem à vontade. Na favela você vai trabalhar e fica preocupada: ‘- Onde será que tá meu filho? Será que tá na rua?’ ¹¹⁸.

A desterritorialização não procede apenas por meio da retirada de moradores, ou é uma ação exclusiva de agentes externos ao território. Ela também se faz presente, de maneira insidiosa ou explícita, no seio do território, como tendência, e se manifesta de diversas formas, como em infrações ao regimento interno (colocando interesses pessoais acima dos interesses coletivos), através da pressão do “capitalismo criminal-informal” (SOUZA, 2008), ou mesmo por meio de “campos políticos” que objetivam dominar e subordinar a “arena”. Surgem candidatos a chefetes querendo ditar as regras, ameaçando o Coletivo, oportunistas que buscam lucrar com a venda de materiais recolhidos no prédio, enfim, forças que desafiam o Coletivo como instância de poder explícito e questionam sua legitimidade. Mas nada disso pode ser encarado com surpresa, afinal, a cidade também envia seus impulsos.

¹¹⁷ Depoimento de uma moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras transcrito de memória no caderno de campo – 14/02/2010.

¹¹⁸ Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 02/02/2011.

Deleuze e Guattari chamam de “contrapontos territoriais” a maneira pela qual as qualidades expressivas do território – ou seja, aquelas características que o conferem um estilo próprio (suas qualidades particulares) – constituem *no* território, “pontos que tomam em contraponto as circunstâncias do meio externo” (DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 109). Em suma, os “contrapontos territoriais” exprimem a relação do território com as circunstâncias do meio externo. Não se trata de evitar os “contrapontos”, fazer do território uma “mônada”, mas de selecioná-los, filtrá-los, trazê-los à tona quando necessário e questioná-los, para que passem sob o crivo de uma reflexão coletiva. Por isso, a organização interna da ocupação nunca está separada do mundo exterior, pois não tem como objetivo simplesmente “administrar” a ocupação, elaborar mecanismos burocráticos e repetitivos que despolitizam a gestão interna e a conferem uma suposta eficiência. Pelo contrário, a gestão coletiva politiza o cotidiano, promove discussões, declara posicionamentos, cria polêmicas e, principalmente, gera reflexão. Assim, os “contrapontos territoriais” fazem surgir discussões e conflitos internos que remetem a questões que extrapolam casos específicos e pessoais. Os conflitos, por sua vez, manifestados sob a formalidade das assembleias, geram discussões que politizam o cotidiano ao questionar práticas e comportamentos indesejados, porém, usuais. Na próxima seção, dedicarei maior atenção à organização interna da ocupação buscando compreender a forma como os condicionamentos trazidos pela dinâmica das relações de poder (e os conflitos decorrentes), projetam-se no espaço e desenham uma territorialidade.

3.2.2 – O papel da dinâmica política no desenho da territorialidade

No momento anterior à tomada do território, durante as reuniões preparatórias, o “grupo de apoio” se constitui num “campo político” (SWARTZ, 1968) que inaugura uma “arena primária” na qual ele exerce um papel de destaque. Ele é o centro ao redor do qual orbitam as famílias que buscam conquistar uma moradia. A influência do “grupo de apoio” é inegável. No início do “processo”, o “grupo de apoio” não possui grandes dificuldades em aprovar suas propostas, e a participação dos moradores em assembleia é tímida. O voto do “grupo de apoio”, quando permitido e unificado, termina servindo como um sinal para que os moradores saibam em que proposta votar, prática que, aliás, se assemelha a dos partidos políticos. Contudo, sem o direito ao voto, resta ao “grupo de apoio” declarar suas posições “em alto e bom som” e esperar que os moradores sancionem com o voto suas propostas. Mas o “grupo de apoio” não tem como objetivo apenas aprovar suas propostas. Seu objetivo é que o grupo de sem-teto se constitua em um

Coletivo independente e, neste sentido, o “grupo de apoio” lança mão de táticas que buscam incentivar a participação e o livre embate de opiniões. Uma dessas táticas consiste em suspender o *direito à fala do “grupo de apoio”* até que todos os moradores que desejam falar, tenham tido seu direito assegurado. Outra tática consiste em *organizar as intervenções por rodada*, ou seja, todos os moradores são chamados a se pronunciar, um por um, sendo que aqueles que não desejam, podem, simplesmente, passar a vez. Dessa forma, apesar de ser organizado por um membro do “grupo de apoio”, que assume a “mesa” da reunião, o debate se dá, basicamente, entre os próprios moradores. Assim, o “grupo de apoio” observa os argumentos mobilizados, estuda as diferentes forças presentes e intervém no sentido de problematizar temas específicos e apresentar novos argumentos. Contudo, seria no mínimo leviano acreditar que os moradores são manipulados tão facilmente. Como revela uma moradora da Quilombo em entrevista, é preciso refletir, também, sobre essa “vitimização” dos sem-teto por parte de pesquisadores e apoiadores:

É mentira que tem lá um pessoal sem-teto e coitados deles, que o Apoio tá dominando, manipulando, é mentira! Não existe essa relação! É uma fantasia cultural porque eu acho que a gente identifica isso porque como é o Apoio que normalmente é composto por pessoas universitárias, vem de uma outra cultura, vem de outra classe social... então eu acho que é até uma visão de preconceito. Assim, enquanto o sem-teto, coitado, que tá lá sofrendo, que não tem casa e tal. É uma visão de preconceito com uma visão romantizada. Hoje eu acho que a gente tinha que debater isso. Até que ponto as pessoas dominam ou são dominadas? Até que ponto a gente domina o processo ou são as pessoas que utilizam desse processo para conseguir o que querem. A gente tem que começar a desromantizar a realidade porque é essa realidade que se estabelece quando você ocupa. Antes de dizer que manipulou ou não, tem que pensar nisso. A Quilombo atropelou os apoios.

Embora o “grupo de apoio” mantenha um papel de destaque e conforme um “campo político” coeso e atuante na “arena primária”, com a tomada do território, esse campo do “grupo de apoio” é reduzido a apenas alguns poucos ativistas que assumem o papel de “apoio interno”. Assim, enquanto nas reuniões preparatórias o “campo político” do “grupo de apoio” conta com a participação de todo o grupo, posteriormente, este “campo” fica restrito aos apoiadores internos que, no caso da Quilombo, se resumiu a somente três ativistas.

O apoio interno era responsável por ajudar na própria construção do Coletivo. Na consolidação disso. Porque as reuniões preparatórias, na verdade, é um processo de convencimento, de formação, mas colocado em prática, na prática a teoria é outra. Então quando começam a surgir conflitos é preciso garantir que o regimento interno, mesmo que se modifique, tem que ser respeitado o acordo coletivo para poder garantir a boa convivência no espaço da moradia. Então, o apoio interno tem muito essa atuação de contribuir para a construção do Coletivo enquanto espaço de poder popular.¹¹⁹

¹¹⁹ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

Depois do prédio ocupado, durante o segundo momento (territorialização instável), o “grupo de apoio” ainda possui um papel de destaque na organização interna da ocupação. No entanto, logo que a conjuntura se estabiliza, surge um “campo político” formado por moradores, que demanda a retirada total do “grupo de apoio” das assembleias. A partir daí, o eixo de rotação que reúne e organiza os moradores passa a ser, de fato, o Coletivo, e não mais o “grupo de apoio”, que é excluído da “arena primária” sendo impedido de participar das assembleias semanais.

Quando somos bem sucedidos no processo de discussão sobre organização coletiva, essa assimetria do poder entre Apoio e moradores é muito bem respondida por eles. Principalmente nas primeiras semanas, há uma tentativa de entortar a árvore para o outro lado. Em todos os processos, os conflitos que se tem com o Apoio são no sentido de dizer: ‘Não vamos aceitar isso! Nós moradores temos que estar juntos para não aceitar essa influência externa!’ Então aqueles que vão ganhando espaço político, ganham muito nessa diferença de poder para a retirada total do poder. Então eles se apropriam do poder de imediato. Se nós continuarmos sendo bem sucedidos, mais tarde, nós conseguimos viver em harmonia. Mas sempre explode esse conflito pelo fim do poder do Apoio. O que eu acho muito positivo. É sinal que tivemos algum resultado na busca pela autogestão!¹²⁰

Eu acho que as decisões têm que ser tomadas por quem vive e mora no lugar, pra quem vive o processo do dia-a-dia. Eu acho que assim o Apoio ter ideias que vá melhorar a vida das pessoas, que vá gerar alguma renda, trazer algum benefício pras crianças, ter um projeto para trazer pro Coletivo, tudo bem. Trazer pro Coletivo decidir, porque quem decide é o Coletivo. Mas o Apoio é imprescindível, com certeza.¹²¹

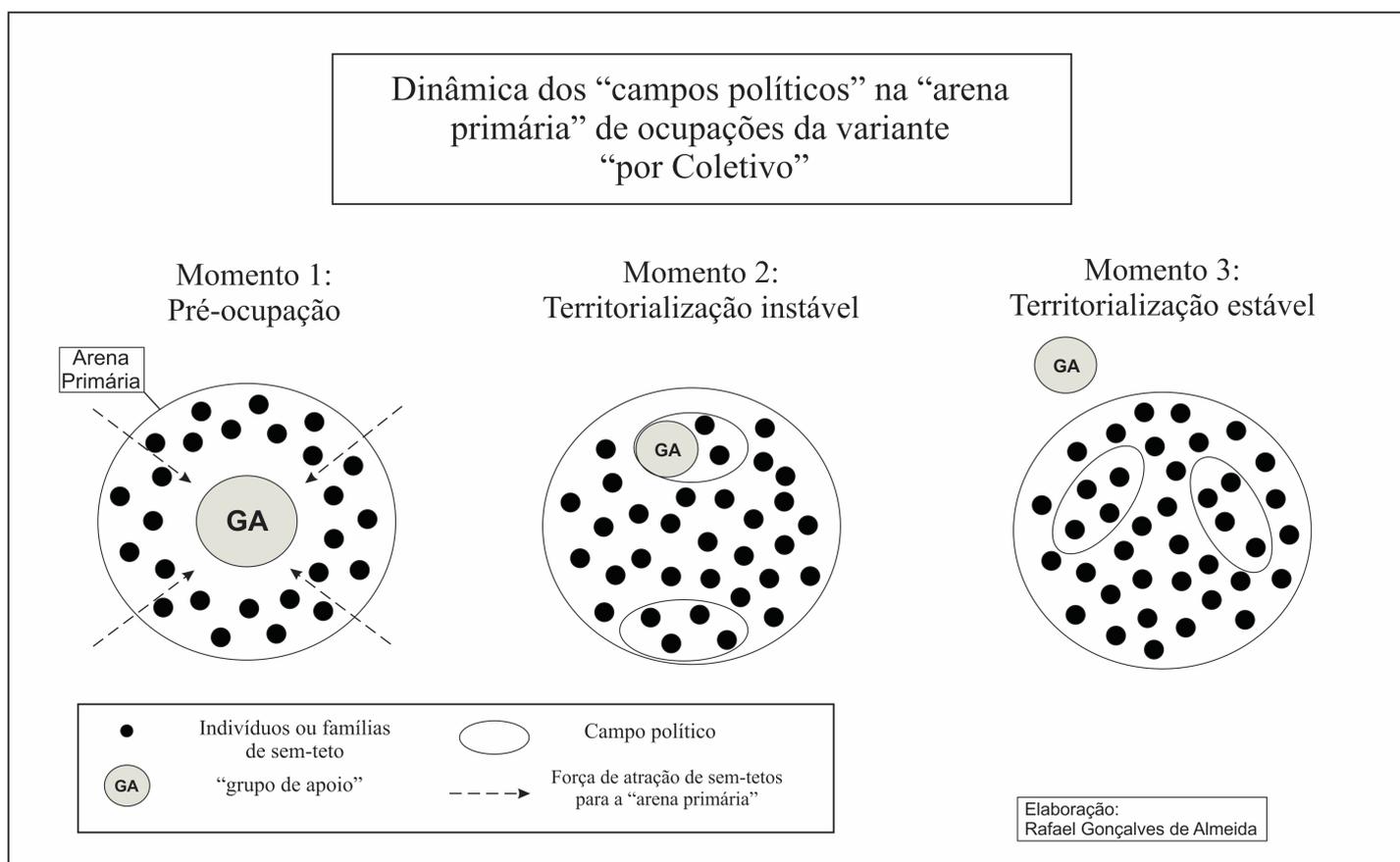
Com a retirada do “grupo de apoio” do processo de organização coletiva, o “campo” formado por moradores que demandam a saída daqueles que não fazem parte do Coletivo se desfaz, e novos “campos políticos” se formam (ver figura 16). Este é um momento crítico para a organização coletiva da ocupação, pois é precisamente a partir daí que as diferenças entre os moradores, que antes existiam apenas como potência, vêm à superfície e geram conflitos. Lembro que o formato político-organizativo não foi uma escolha dos moradores, não se constituiu a partir da discussão coletiva; ele foi imposto pelo “grupo de apoio” no início do “processo”. Assim, após a sua saída, este formato político-organizativo é questionado pelos moradores (alguns deles, inclusive, sob influência externa de partidos, sindicatos ou outras organizações dos movimentos sociais) que podem passar a demandar a formação de uma coordenação. Os indivíduos que defendem a constituição de uma coordenação se baseiam em dois argumentos principais (por sinal, os mesmos argumentos utilizados pelos defensores da “democracia” representativa): o primeiro consiste em ressaltar a maior eficiência da organização por coordenação que poderia tomar decisões mais rapidamente e se responsabilizar pela negociação com o Estado visando à

¹²⁰ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

¹²¹ Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 06/02/2011.

regularização. O segundo argumento busca convencer os moradores de que a organização por coordenação permite “livrar” os moradores de “reuniões chatas” para que eles possam seguir suas vidas normalmente.

Figura 16



Na ocupação Quilombo das Guerreiras, essa pressão pela deslegitimação do Coletivo como instância de poder explícito se deu tanto a partir de uma proposta clara favorável a instauração de uma coordenação (que partiu de atores da “arena secundária”), como também, de maneira mais sutil, a partir de propostas que buscavam diminuir o número e a frequência das assembleias, acabar com a portaria e, assim, ir minando a capacidade de organização coletiva da ocupação. Com isso, dois “campos” passam a disputar essa “arena primária”: um mais comprometido com a organização coletiva e, outro menos comprometido¹²². Ambos os “campos” não se restringiam ao

¹²² Resolvi acompanhar a denominação dos dois “campos políticos” feita por Matheus da Silveira Grandi em sua dissertação de mestrado sobre a ocupação Chiquinha Gonzaga (GRANDI, 2010). No caso da Chiquinha, os dois campos permaneceram em disputa durante os anos que se passaram, sem que houvesse a saída do “campo” opositor. Na Quilombo, contudo, a história foi outra, como veremos mais à frente.

território ocupado e possuíam suporte externo, fazendo com que fossem “campos” estáveis e bem demarcados. Oito meses após a ocupação do prédio, e aproveitando a ausência de alguns dos principais integrantes do “campo mais comprometido com a organização por coletivo”, aprovou-se em assembleia que as reuniões do Coletivo seriam realizadas uma vez por mês. Quando os moradores do “campo” oposto a este retornaram e souberam da notícia, iniciaram imediatamente um processo de resgate das reuniões semanais, mesmo admitindo que tais reuniões não tinham legitimidade para decidir nada que concernesse à coletividade.

Quando a gente volta para o prédio e se dá conta do que havia sido decidido, a gente fica escandalizado e logo retomamos a tentativa de rearticulação do Coletivo. Eram seis pessoas. A gente começa a se reunir e os moradores ficam putos com a gente, dizendo: ‘Vocês estão desrespeitando a decisão da assembleia, porque o Coletivo só vai se reunir de dois em dois meses’. E nós falávamos: ‘Não. O Coletivo só vai se reunir uma vez por mês. Nós não somos o Coletivo. Nós somos uma parte do Coletivo, uma parte dos moradores que acha que é preciso conversar com mais frequência e nós estamos nos dispondo a conversar com mais frequência. A gente não vai votar em nome de todo o mundo, a gente reconhece a decisão da assembleia, embora a gente discorde. Então a gente vai ficar conversando sobre os processos políticos num espaço aberto, na sala de reuniões. Quem quiser chegar, chega!’ E as pessoas começaram a chegar, chegar, chegar, e o Coletivo se rearticula e aprova novamente de ter reunião toda semana.¹²³

Os conflitos existentes na “arena secundária” (que remete ao movimento dos sem-teto carioca, incluindo ambas variantes) projetam-se na dinâmica política da “arena primária”. O movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro é heterogêneo, havendo disputas internas referentes à forma de organização e às posturas políticas adotadas no diálogo com o Estado. A variante “por coordenação” não apresenta apenas um modelo organizativo único. Cada corrente desenvolve táticas específicas para a mobilização de moradores e para a luta institucional. O MNLM do Rio de Janeiro, por exemplo, possui laços estreitos com o PSOL; já a UNMP é ligada ao PT; e a FIST prega o voto nulo e a não vinculação partidária, contudo, também adota, internamente, um modelo político-organizativo baseado em coordenações. Portanto, sempre que seus integrantes se encontram em fóruns comuns (e apenas no caso de representantes do Estado não estarem presentes) nota-se uma certa tensão entre as correntes que se expressa, ora de forma implícita e ora explícita, nos discursos de suas lideranças. Assim, o debate sobre a organização política das ocupações é um debate permanente na “arena secundária”, visto que trata-se de um fator que produz diferença e caracteriza identidades.

Na Ocupação Quilombo das Guerreiras, um “campo centralista” (que defendia o modelo de coordenações) foi articulado de fora para dentro da ocupação. Contudo, a pressão não foi exercida por partidos políticos e/ou sindicatos, mas por outras organizações do movimento social.

¹²³ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com ex-moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

A gente teve companheiros aqui de outro movimento que vieram apoiar. A gente teve uma manifestação que no dia 10 de outubro de 2006 era para ter saído e acabamos não saindo, mas a gente marcou uma manifestação para esse dia, então veio companheiros de outros movimentos e em um desses movimentos e num desses movimentos o sistema era coordenação. E os companheiros ficaram aqui dentro assim, meio que tricotando, tricotando, tricotando... que a melhor maneira de organizar esse coletivo seria por coordenação. E a gente achava legítimo puxar uma discussão sobre isso, que nós nos entendêssemos. Mas todos acabaram chegando a conclusão que... o cara que ficou aqui, uma das pessoas que não era morador e que ficou na casa de um dos moradores foi meio que dinamitado no meio do Coletivo, né. Ele tentou fazer uma articulação de fora para dentro do Coletivo, né. Para tentar convencer de fora para dentro. É complicado você eleger uma coordenação onde, hoje, no mundo de hoje, cada um tem um preço., né? E, infelizmente, as pessoas são muito negativas nesse sentido, acreditam nisso mesmo... assim, que cada um preço e que as pessoas não conseguiriam ser imparciais e que a coordenação teria que ser completamente imparcial mesmo se tratando de alguém da sua família teria que ser imparcial. E as pessoas não conseguem acreditar nisso. Que se você tivesse que votar contra a sua irmã, que você conseguiria. E aí os caras foram limados, assim, convidados a não participar mais.¹²⁴

Houve, portanto, a tentativa de articulação de um “campo político centralista” que foi, rapidamente, abafada por aqueles inspirados na autogestão. Mesmo assim, pode-se dizer que um pequeno grupo de moradores terminou constituindo, se não um “campo centralista”, ao menos um “campo menos comprometido com a organização por coletivo” que pressiona por assembleias menos frequentes e o fim da portaria, como já foi relatado anteriormente. Este “campo” teve sua maior vitória na assembleia que decidiu que as reuniões seriam realizadas uma vez por mês (em 2007). Com o retorno das assembleias semanais, entretanto, este “campo” foi reduzido a apenas alguns poucos moradores que, a partir daí, não mais eram capazes de mobilizar a “arena primária”. Assim, o “campo político inspirado na autogestão” conseguiu obter a hegemonia da “arena primária”, pelo menos por enquanto. Como se trata de um formato político-organizativo horizontal, quando um “campo” adquire hegemonia sobre a “arena”, ele não passa a dominá-la. A hegemonia significa que a questão causadora da cisão foi resolvida a partir do convencimento, ou seja, significa que um dos “campos” conseguiu convencer toda ou quase toda a arena de seu ponto de vista. Com isso, novos “campos” surgem a partir de novas discussões e novos temas que, mais uma vez, provocam novas cisões no Coletivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que o “campo” derrotado não possa voltar a se articular futuramente.

Deste modo, como veremos mais adiante, enquanto na Ocupação Chiquinha Gonzaga os dois “campos” permaneceram estáveis, consolidando duas forças opostas que até hoje se enfrentam na ocupação; na Quilombo das Guerreiras, o “campo” mais comprometido com a organização por coletivo venceu a disputa, fazendo com que o tema do formato político-organizativo a ser adotado

¹²⁴ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31/10/2008.

não mais se inserisse na pauta de discussão. Isso não significa que não se encontre, na Quilombo, moradores que proponham o fim da portaria ou a diminuição da frequência das reuniões. Contudo, a questão de instituir ou não uma coordenação, não mais se impõe. A Associação criada pela Quilombo das Guerreiras, por exemplo, não é utilizada para fins centralistas, e é reconhecida pelos moradores como uma instância subordinada ao Coletivo.

A Associação foi fundada, mas é pra a gente um corpo fictício dentro do Coletivo. E um companheiro que tem cargo na Associação nunca falou: ‘Eu tenho que me inscrever primeiro porque eu sou coordenador, ou eu tenho mais direito de falar porque eu sou o coordenador de finanças. Isso nunca existiu e eu acho que nunca vai existir por causa da própria consciência das pessoas.’¹²⁵

Portanto, apesar das quatro ocupações desta variante terem passado por dinâmicas políticas bastante similares, com a exclusão do “campo” referente ao “grupo de apoio” e com a constituição de dois campos que tem como principal diferença o modelo político-organizativo (um mais autônomo e outro mais heterônomo); o resultado deste embate foi diferente em cada uma delas. Na Quilombo, esse embate levou a hegemonia de um dos “campos” fazendo com que este, agora sem um rival, perdesse a razão de existir, dando início a uma nova dinâmica de campos e arenas na ocupação. Além disso, no caso da Quilombo, por mais que hajam grupos de afinidade, cada assembleia parece definir a formação de novos “campos políticos”.

Nesta altura, vale nos indagarmos sobre como seria essa dinâmica de “campos” e “arenas” políticas, se considerarmos o tipo ideal de interação proposto por Simmel: a “sociabilidade pura”. Como já foi explicitado no capítulo 2, Swartz (1968) afirma que os “campos políticos” podem ser mais estáveis ou mais instáveis. Se considerarmos que tal tipo ideal de interação busca excluir tudo aquilo que é pessoal e material, permitindo o livre embate de ideias e a livre associação, então a “sociabilidade pura” exigiria a imanência e a instabilidade dos “campos políticos”, pois estes devem constituir-se *na própria interação*, como resultado desta. Assim, as múltiplas identidades que atravessam a “arena primária” (identidades que estabelecem vínculos anteriores à interação na “arena”, como vínculos familiares, religiosos ou étnicos, por exemplo) são contidas e evitadas tanto quanto possível para que os “campos” não sejam transcendentem à arena, ou seja, para que a sua conformação não esteja subordinada a elementos que perpassam e extrapolam as interações na arena. Neste sentido, busca-se, o mais possível, a constituição de “*campos políticos*” *instáveis e imanentes*.

¹²⁵ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31/10/2008.

Eu já tive oportunidade de ver coisas muito doidas aqui. Eu já tive oportunidade de ver irmã levantando a mão para expulsar irmão. Eu já tive oportunidade de ver filho de alguém expulso e a pessoa não se inscrever para pedir clemência para o filho. Então, eu já tive oportunidade de ver coisas contrárias, sabe? E eu tenho que ter respeito por essas pessoas, porque eu acho que isso é assimilar o que é o coletivo. Que está acima do parentesco, que está acima do amor. Aquele regimento que se cria ali é para ser cumprido; pelo meu filho, pelo meu irmão, seja por quem for, independente de questões familiares. Mas tem um pessoal que tem uma dificuldade de ver isso e acha que tem sempre uma perseguição familiar e tal. Mas o coletivo é muito tranquilo com isso, porque não adianta. O coletivo só vai destacar realmente quem não tá fazendo as coisas, quem der motivo. Quem não der motivo vai passar batido a vida inteira.¹²⁶

O que eu acho mais bonito numa ocupação, de todas as ocupações, sobretudo aqui, é o respeito à diversidade que as ocupações têm. Que muitas vezes não é externado, se existe um preconceito, ele não é externado, pela própria força coletiva. Ninguém tem a capacidade de chamar o outro de “macaco”, “paraíba”, de “gay” ou de “viadinho”, “sapatão”, disso ou daquilo, porque sabe que o bagulho vai ficar feio com todo mundo. Então, esse respeito à diversidade, à diferença, independente de credo, cor, raça, tudo. Eu acho que é um espaço muito benéfico pra se criar uma coisa verdadeira mesmo.¹²⁷

Deleuze e Guattari, ao discorrerem sobre a “máquina territorial primitiva” – aquela que não adota a forma-Estado e que, ao contrário, busca eludir a formação de hierarquias formais – afirmam que “o funcionamento de uma tal máquina consiste nisso: declinar aliança e filiação, declinar as linhagens no corpo da terra, antes que haja um Estado (DELEUZE e GUATTARI (s/d), p. 185)”. Trata-se muito mais dos contextos e interações do que de filiações e sucessões (HAESBAERT, 2007, p. 111). O espaço da ocupação é um espaço com múltiplos focos de poder, onde “campos políticos” se constituem e desaparecem continuamente, agregando pessoas, elaborando opiniões, conspirando, traçando linhas curvas e côncavas para reunir fluxos, mas também, promovendo conflitos, tensões, polêmicas. Quando elas se resolvem, os campos se desfazem, juntam-se à arena, rabiscam linhas convexas de dispersão, apenas para reuni-las mais à frente num outro desenho, num fundo de vale, e com um novo colorido.

Mesmo que o meu irmão fizer alguma coisa errada... Vamos supor: O meu irmão vez alguma coisa errada com você, quem sou eu para ficar contra a você, a favor dele? Ele é meu irmão, eu tenho que procurar entender você e ele. Mas eu não posso deixar passar batido uma coisa errada que ele fez com você, e que você não tinha culpa. A gente tem que ter a dignidade de assumir quando está errado. Não interessa, eu posso estar com raiva, eu posso estar nervosa, do jeito que eu estiver, querendo jogar até uma mesa em cima de você. Você vai ver que eu tô alterada, mas depois que eu voltar ao meu normal eu tenho que te pedir desculpa, ao menos isso.¹²⁸

O exemplo mais expressivo deste esforço em declinar a filiação foi o caso da expulsão de um morador (maior de idade), filho de uma “moradora destacada”, que foi pego roubando

¹²⁶ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31/10/2008.

¹²⁷ Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 06/02/2011.

¹²⁸ Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 21/05/2011.

mercadoria de uma vizinha. Quando a questão foi levada para a assembleia, já com o encaminhamento de expulsão imediata, a mãe se absteve e o Coletivo votou pela exclusão do seu filho. A moradora permaneceu em seu quarto durante semanas sem falar com ninguém. O caso me foi relatado diversas vezes por moradores por considerarem um exemplo lapidar da subordinação de interesses pessoais em prol da coletividade. Anos depois, durante uma assembleia que também discutia a expulsão de mais um morador, aqueles que se posicionavam contrariamente à expulsão relembrou casos em que, segundo eles, a expulsão havia sido injusta. Depois de uma longa discussão, o Coletivo decidiu que, na semana seguinte, cada morador poderia trazer para a reunião casos de expulsão que mereceriam revisão. Esta assembleia foi chamada de “assembleia do perdão”. Nela, cada caso trazido foi discutido coletivamente e, ao final, diversos moradores foram formalmente perdoados pelo Coletivo e convidados a retornar à ocupação. O filho da referida “moradora destacada” foi um dos perdoados e, assim, pôde retornar ao convívio coletivo.

Mesmo assim, é claro que vínculos de filiação, identitários e afetivos não são totalmente excluídos da conformação dos “campos políticos”. Não raro, a expulsão de um morador é ressentida por seus familiares, que lembram com clareza todos aqueles que votaram a favor da expulsão. O caso mais recente foi o de um morador alcoólatra que já havia sido advertido em assembleia diversas vezes, pois, quando bebia, tornava-se agressivo. O Coletivo já havia deliberado que ele poderia permanecer na ocupação, contanto que buscasse tratamento para o alcoolismo. De fato, ele havia começado a frequentar as reuniões dos “Alcoólicos Anônimos”, mas, um dia, ao retornar embriagado para a ocupação, o referido morador agrediu sua esposa, que havia dado luz há pouco tempo a uma menina, sua filha e, além disso, ameaçou outros moradores. Desta vez o Coletivo não perdoou. Na segunda-feira seguinte ao ocorrido, durante a assembleia, o Coletivo decidiu pela sua expulsão. O ressentimento de sua esposa, que compreende o alcoolismo como uma doença, é evidente e ela não esconde a mágoa com o Coletivo.

Agora, me sinto sozinha aqui. [...] No dia da expulsão do Danilo, eu achei um absurdo o que fizeram com o cara, até bater palma bateram. [...] Ele quebrou minha mesa. Mas eu não to nem aí para mesa. [...] Tô me sentido isolada.¹²⁹

Eu gosto muito do Danilo. Ele é uma pessoa muito boa. Como pai da minha filha e outras coisas também. Quando ele pode me ajudar ele me ajuda. Agora ele tá morando lá na Ilha do Governador. Gasta quase quatrocentos reais de passagem, porque ele vem aqui me ver final de semana. Ele liga, me procura duas, três vezes no dia, entendeu?¹³⁰

¹²⁹ Entrevista realizada em 16/05/2011 por Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹³⁰ Entrevista realizada em 16/05/2011 por Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD) com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Em um artigo recente, o autor destas linhas, em parceria com dois outros colegas do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), tratou de examinar a organização espacial no interior da Ocupação Quilombo das Guerreiras com o fito de compreender melhor a dinâmica política dos espaços coletivos e seu papel na viabilização da (auto)gestão da ocupação estudada. Para isso, dividimos estes espaços em cinco categorias (as mesmas que, posteriormente, Grandi [2010] utilizou em sua caracterização dos espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga): “espaço formal deliberativo” (destinado às assembleias gerais da ocupação), “espaços formais não-deliberativos” (espaços destinados à biblioteca, festas, celebrações, eventos culturais e de entretenimento como apresentações teatrais, churrascos, bingos etc.), “espaços informais de uso comum” (corredores, escadas, varandas e banheiros coletivos), “espaços de produção e geração de renda e áreas de segurança” (como, por exemplo, a portaria) (Ver ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009). Assim, procuramos demonstrar como os diferentes espaços são divididos de acordo com o seu uso e como são vivenciados e valorizados pelos moradores. Contudo, a organização interna dos espaços da ocupação se modifica quando a ameaça de despejo não é mais iminente. Portanto, para melhor compreender a dinâmica da distribuição dos espaços internos e sua vinculação com a organização político-espacial da ocupação, faz-se mister examinar, também, a sua dinâmica quando a ocupação ainda se encontra na iminência de um despejo (momento de “territorialização instável”). Para isso, dividi os croquis em dois momentos distintos: o primeiro se refere ao primeiro mês de ocupação, e corresponde ao momento de maior perigo de despejo; e o segundo remete à organização espacial atual da ocupação. Além das diferentes funções, os croquis buscam representar o grau de vitalidade pública dos diferentes espaços.

Os espaços coletivos da ocupação não são, obviamente, logradouros públicos nos marcos do “Estado democrático de direito”, pois não são acessíveis a todos os cidadãos. Contudo, segundo SOUZA (2008),

“(…) mesmo sob o regime ‘democrático’-representativo um logradouro público pode ser alvo de uma ‘privatização branca’, ao passo que, por exemplo, uma ocupação de sem-teto pode se mostrar, a despeito de um certo grau de ‘fechamento’ (para fins de proteção), ao mesmo tempo bastante aberta para o exterior e internamente dotada de uma cena pública dinâmica e democrática. A qualidade de ‘público’ de um espaço não parece, assim, ser uma questão de ‘tudo ou nada’, mas sim de níveis de intensidade (SOUZA, 2008, p. 82).

Deste modo, Souza rejeita a perspectiva que assume o público e o privado como dois conjuntos herméticos e diametralmente opostos (como se um fosse definido pela negação do outro), mas como um *continuum* complexo que permite a possibilidade de estabelecer “graus de

consistência da esfera pública” (ibidem, p. 83). Deste modo, os espaços coletivos, dependendo da função que exercem e das relações que abrigam, possuem, entre eles, diferentes graus de consistência da esfera pública, o que lhes confere maior ou menor vocação pública.

“Quanto maior a autonomia coletiva e individual, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, evidentemente, maior será o ‘grau de consistência’ da esfera pública e, por tabela, maior o ‘grau de vitalidade e densidade’ dos espaços públicos enquanto tal” (SOUZA, 2008, p. 83).

Os croquis abaixo (figura 17) ilustram mudanças na organização espacial da ocupação Quilombo das Guerreiras. O espaço com maior densidade pública da ocupação é, portanto, aquele no qual a autonomia individual e coletiva torna-se mais evidente, a saber: os espaços formais deliberativos. Trata-se de uma esfera pública/pública (nos termos de Castoriadis), na qual assuntos de interesse coletivo são abordados, conformando um espaço-tempo no qual as trajetórias de todas as famílias se entrecruzam. Os espaços que promovem o encontro e o estreitamento de laços de amizade, como o salão de festas, a portaria, a varanda etc., são espaços cujos entrecruzamentos são mais cuidadosamente selecionados, evitando (sem, contudo, impedir) a manifestação de conflitos. Estes compõem a esfera pública/privada, onde assuntos de cunho pessoal e público são tratados. Os espaços de passagem, como corredores e etc., apesar de permitirem o acesso de todos os moradores, não estimulam tanto quanto os anteriores o aprofundamento dos vínculos de amizade, mesmo assim, são palcos preferenciais das fofocas, e constituem aquilo que os moradores chamam de “rádio corredor”¹³¹. Além disso, tais espaços possuem um importante papel político na ocupação, seja para testar propostas ou para tecer alianças antes e depois das assembleias¹³². Contudo, os diferentes níveis de consistência da esfera pública foram definidos considerando as características de cada espaço para além da função que lhe foi destinada. Se, por um lado, a funcionalização dos espaços influi nas interações entre os indivíduos no espaço, nem por isso as relações sociais obedecem a tais definições. Não existe, por exemplo, uma relação determinista entre a função definida e o seu “grau de consistência da esfera pública”.

Além disso, as funções dos espaços indicadas nos croquis abaixo (figura 17), foram definidas tendo em vista suas características mais marcantes. É claro que os espaços possuem mais de uma função. A portaria, por exemplo, pode ser apenas um local de passagem para quem chega do trabalho. Contudo, para quem está “tirando portaria”, trata-se de um local de encontro, onde sempre se está em busca de uma boa conversa para fazer passar o tempo e onde se vê e se cumprimenta vizinhos que, com a correria do dia-a-dia, pouco se tem a oportunidade de dialogar.

¹³¹ Ver TEIXEIRA, 2009

¹³² Ver ALMEIDA, GRANDI, MOREIRA, 2009

Durante o momento de territorialização instável, a portaria se expande para além das fronteiras do prédio. O “apoio externo” cumpre a função de vigiar a atuação da polícia e resguardar as fronteiras do território. Contudo, a calçada, ocupada por estudantes e trabalhadores, com suas barracas e instrumentos, torna-se também, um local de festa, de “bate-papo”, de lazer.

Portanto, as divisões e categorizações não têm como objetivo propor “modelos”, mas são utilizadas somente para facilitar a elucidação dos papéis desempenhados pela espacialidade na organização e na prática política da ocupação em tela. Além disso, as características utilizadas para cada categoria não se restringem exclusivamente às categorias correspondentes. Muitas dessas características estão presentes de maneira concomitante em vários ou mesmo todos os espaços da ocupação, em maior ou menor grau. As fronteiras nem sempre são claras e as relações sociais e de poder observadas são complexas e não cessam inteiramente ao atravessar de um espaço para outro. Existem “zonas de transição” ou “áreas de sombra” e de contato entre os espaços (ver ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009). Assim, apesar de identificáveis, é impossível delimitar com precisão onde termina um desses espaços e começa o outro. Todos os espaços têm aspectos que perpassam essas divisões e que são importantes para a construção desse “todo”, costurando a teia de relações sociais existentes dentro da ocupação. Entretanto, os moradores da ocupação estudada, ao colocar em prática seu modelo de (auto)gestão política, agem de forma a adequar (em certa medida conscientemente) a organização espacial interna da ocupação.

O “campo político” formado pelo “grupo de apoio” (mais especificamente o “apoio interno”), presente e atuante no período de territorialização instável, se apropria de um quarto no terceiro andar (o “quarto do Apoio”). Entretanto, com os conflitos referentes ao “campo” que defende a retirada do Apoio das assembleias, o “quarto do Apoio” é transformado em moradia para mais uma família de sem-teto. Como relatado nas linhas acima, na Ocupação Quilombo das Guerreiras o “campo mais comprometido com a organização por Coletivo”, ainda no primeiro ano, alcançou hegemonia da “arena primária”, assim, a organização espacial da ocupação não sofreu os mesmos processos que pudemos observar na Chiquinha Gonzaga (e que serão relatados em seguida). Em primeiro lugar, a “matéria prima” com a qual o Coletivo teve que trabalhar, ou seja, o substrato espacial material, não apresentava divisões prévias de unidades de moradia. A Chiquinha era um hotel e, portanto, a divisão foi mais simples. Na Quilombo, o prédio era usado para abrigar o Departamento de Engenharia da Companhia Docas do Rio de Janeiro, e era caracterizado por grandes salas e poucos banheiros. Os condicionamentos impostos pelo substrato, sem dúvida, continuam a apresentar problemas para os moradores. Foi preciso efetivar, além da

refuncionalização, também uma reestruturação para viabilizar, por exemplo, o abastecimento de água em cada unidade de moradia.

No primeiro croqui, podemos observar a organização espacial interna da ocupação durante o primeiro mês após a entrada no prédio. As fronteiras são expandidas para além do espaço físico da ocupação (como já disse anteriormente). Trata-se de um período de grande tensão com o Estado e a organização espacial interna foi pensada para facilitar a resistência à repressão da Guarda Portuária e da Polícia Militar. Ao invés de quartos individuais, constituem-se quartos coletivos no segundo andar. Estes formam espaços onde vínculos de amizade, mas também de rivalidade são constituídos, porém são espaços apropriados por um grupo e não pelo Coletivo como um todo. Já a cozinha coletiva tem um papel fundamental tanto para a alimentação dos moradores, quanto como um espaço de socialização que promove vínculos de companheirismo, já que envolve um trabalho que é preciso realizar coletivamente. O quarto das crianças é, também, um espaço que possui um papel importante na resistência, visto que permite não só agrupar todas as crianças sob os olhos vigilantes da comissão responsável, mas garantir que as crianças tenham um espaço em que possam brincar. O quarto das crianças é, em meio a toda a tensão do início de uma ocupação, um espaço à parte, longe das intensas discussões do Coletivo.

Desde o primeiro dia da ocupação dois espaços coletivos foram instaurados. Um foi a cozinha coletiva e o outro a sala das crianças onde tinham todos os brinquedos que o coletivo ganhava como doação. Massinha, giz de cera... onde eles rabiscaram todas as paredes, onde eles puderam extravasar toda essa energia no começo da ocupação¹³³

A sala das crianças, na verdade, é um espaço para eles poderem brincar, poderem pintar, poderem ter um espaço do prédio que lhe pertença, criar um pertencimento com o lugar. Por isso eles escreviam na parede.¹³⁴

Portanto, no início da ocupação, só o que há são espaços coletivos (de segurança, formais deliberativos, formais não-deliberativos e de uso comum) que assumem maior ou menor densidade pública. O terceiro andar, mesmo depois de limpo, foi fechado por possuir vias de entrada ao prédio e, por isso, constituiu-se como área de segurança (quando não era utilizado para reuniões). Apenas o quarto do Apoio (no caso, o “apoio interno”) localizava-se neste andar. Mesmo assim, a varanda do terceiro andar tornou-se um ponto de encontro dos moradores, por ser uma área grande e descoberta.

A territorialização do prédio, portanto, inicia-se no primeiro andar com a constituição de uma área de segurança que, com a ajuda do Apoio, extrapola os limites do prédio e toma a calçada;

¹³³ Depoimento de moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 29/03/2009

¹³⁴ Entrevista realizada no dia 05/05/2011 com integrante do Apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante do MUP e da FLP.

e, logo depois, se difunde para o segundo andar para constituir os espaços coletivos acima citados. Ao comparar com o croqui da organização espacial interna atual da ocupação, podemos observar a substituição dos quartos coletivos pelas unidades de moradia e, também, mais uma refuncionalização que desloca a cozinha coletiva para o terceiro andar e constrói dois quartos em seu lugar. A sala das crianças também é transformada em moradia, mas, em compensação, novos espaços coletivos são constituídos como o Salão Preto e o Pátio externo (que antes configuravam áreas de segurança). O quarto e o quinto andar são limpos e destinados a abrigar novas unidades de moradia. A estabilização permite o aprofundamento da territorialização, a partir da apropriação pelo Coletivo dos espaços ainda ociosos e de sua refuncionalização. Em geral, entre 2006 e 2010, assistimos a divisão das unidades de moradia, designando mais espaços para uso privado e a extinção do quarto do Apoio, que é voltado para abrigar mais uma família de moradores. Contudo, notamos uma preocupação dos moradores em manter espaços coletivos que proporcionem o encontro e a convivência.

A única forma de se acertar, conviver bem é fazer atividades extra-reuniões, como o bingo aos sábados. Atividades de descontração que proporcionem momentos juntos que não só os de segunda quando todos ficam discutindo, quando aparecem posições contrárias. Conversar e confraternizar é importante, pois são nesses momentos que se conhece realmente as pessoas, suas histórias e suas vidas.¹³⁵

A partir do momento que a gente se gosta, se conhece, a relação do Coletivo fica mais forte, de companheiro, de irmão. A gente faz natal junto, aniversário junto, faz churrasco junto: é uma família.¹³⁶

¹³⁵ Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi com “moradora destacada” da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31/10/2008

¹³⁶ Depoimento de moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 29/03/2009

Em todas as ocupações da variante “por coletivo”, dois dos processos descritos ocorreram: primeiro a formação de um “campo” que exige a saída dos apoiadores e, segundo, a constituição de dois campos, sendo um “mais comprometido” e outro “menos comprometido com a organização por coletivo”. Contudo, o resultado desse embate teve desdobramentos completamente diferentes nas quatro ocupações desta variante. Como as entrevistas e a minha vivência cotidiana se limitaram, principalmente, à ocupação Chiquinha Gonzaga e à Quilombo das Guerreiras, prefiro focar-me, agora, na Ocupação Chiquinha Gonzaga para ilustrar a diferença. Além disso, utilizarei como referência a dissertação de Matheus da Silveira Grandi sobre a ocupação Chiquinha Gonzaga e as entrevistas que me foram, por ele, generosamente concedidas (Cf. GRANDI, 2010).

A Ocupação Chiquinha Gonzaga, como foi relatado no início deste capítulo, atraiu um grande número de sem-teto já ativistas de outros setores como o sindical e o partidário, incluindo uma forte presença de ativistas filiados ao PT, devido à presença da CMP no “processo” de ocupação. A entrada destes novos moradores, posteriormente à ocupação do prédio, foi constituindo um “campo político” que, não raro, é referido por ex-integrantes da FLP como “o pessoal do PT”.

O que aconteceu na Chiquinha foi o seguinte: (...) a partir do momento que, no momento da ocupação, [se] fez contato (...) dizendo que houve ocupação, isso chega rapidamente em determinada militância mais ligada ao PT e apareceu um monte de gente lá querendo entrar. (...) Pô, como é que a gente vai fazer, cara? O cara tava falando que precisa, tal... Foi aprovado. Então algumas pessoas tinham uma militância já ligada ao PT propriamente dito. (...) Antes era o pessoal da CMP que já não era tão orgânico assim no PT há muito tempo. Não tinha tanto assim. Mas isso foi depois. Depois que entraram algumas pessoas, né. (...) E que entraram e que trouxeram toda uma bagagem, tanto de experiência quanto, principalmente, de problemas. Mas foi por essa questão específica, devido a isso ter tido uma mobilização inicial muito direcionada pra um determinado setor. (...) Porque tinha que completar, tinha que completar. Inclusive pra dar legitimidade pra ocupação o prédio tinha que ta ocupado, né. E o número de famílias era pequeno. Então tinha que... Apareceram muitas pessoas que são muito espertas nesse momento. Apareceram rápido, assim, se propondo. 'Ah, conheço fulano, conheço ciclano, tal tal...'Então era um combate muito forte com os militantes do PT, e associar sempre a ocupação à luta contra o governo, 'porque o INCRA é uma instituição federal... o governo Lula...'. Então era um embate muito político, muito forte. Na época, cansei de ver, presenciar em bares brigas enormes (...). Então, assim, era muita briga. Você ouvia muito falar era essa disputa política com setores do governo, o pessoal do PT¹³⁷

Na Chiquinha, o problema é que misturou-se vários interesses, vários militantes ali com outros interesses. E que criou um conflito interno assim, pô... Agora alguma coisinha tá melhorando, mas... Criou-se alguns problemas sim. A gente viveu sérios conflitos por causa disso. Uma disputa por dominação do espaço lá de várias visões políticas.¹³⁸

¹³⁷ Entrevista concedida por Maurício Campos (ex-integrante e liderança da FLP) a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 22/01/2010

¹³⁸ Entrevista concedida por Marcelo Braga (liderança da CMP) a mim e a Matheus da Silveira Grandi em 15/01/2010

Portanto, como bem apontado por Grandi (2010), há, na referida ocupação, a constituição de um “campo centralista” e outro que ele denominou de “campo ‘autogestionário’” –, colocando a última palavra entre aspas para ressaltar que trata-se, na verdade, de um “campo” *inspirado* em valores de cunho autogestionário.

O movimento social. Tinha que ter ido até o final. Porque tinha que ter uma voz de comando. Quando eu falei isso, foram contra. Porque nas outras aí você sabe que têm. Então aqui não teve voz de comando. “Vamos pro coletivo”, eles acham que o coletivo vai resolver. Mas tem que respeitar alguém sim.¹³⁹

Existe uma diferença no que se pensa, no que se espera de uma ocupação. E na forma de organização dessa ocupação. Um grupo defende a organização que foi a proposta da ocupação, uma organização coletiva; e o outro acha que não cabe mais esse tipo de organização. (risos) Mas essa é a divisão, esse é o racha.¹⁴⁰

O embate político entre os dois “campos” causou uma cisão no Coletivo da Chiquinha de tal maneira que os “campos”, de tão estáveis, já se constituem como elementos da identidade de seus integrantes. Além disso, a influência de partidos e organizações dos movimentos sociais, externos a “arena primária”, termina por agravar essa cisão no interior do Coletivo e a dificultar a gestão coletiva da ocupação. Segundo uma moradora:

Aqui as discussões de agressões verbal aqui é porque é discussão pessoal. Tudo aqui é pessoal. Eu não gosto de você, então vamos botar a cabeça dele lá. Tudo aqui, infelizmente. [**Mesmo quando o assunto é coletivo, por exemplo?**] É pessoal. É pessoal. Você pode vir a uma reunião aqui que você vai ver: é pessoal. Aí é que eu falo: gente não pode. Porque se eu sentir alguma coisa de você, eu vô e falo. Igual eu faço. “Cara, olha só: é isso, é isso, é isso, é isso...” Acontece as coisas aqui, eu falo “é isso, é isso, é isso”. Mas falo pra pessoa. Não levo pro coletivo. O coletivo... eu acho que o coletivo tem que existir pra manter as normas dentro do prédio. Ninguém vê meu nome em fofoca. Porque eu falo diretamente com as pessoas. Então as reuniões quando têm ali as brigas pessoal, aquilo não. Não é legal. Atrapalha. Porque tudo pessoal tem que ser mano a mano. Tem que ser entre eu e você. Porque aí o que que vai acontecer? Começa todo mundo a discutir, que “A pauta não é essa! A gente quer saber... A discussão é outra!” Aí tu já vai levar pro lado pessoal, aí...¹⁴¹

Contudo, nem sempre essa preferência por um modelo hierarquizado fica tão explícita. Os “campos” elaboram táticas para mobilizar a “arena” e tentar minar a organização e a força do outro “campo”. A criação de uma Associação de Moradores na Chiquinha terminou servindo para fortalecer o “campo centralista”. Quando a Associação foi discutida em assembleia, o

¹³⁹ Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 10/09/09.

¹⁴⁰ Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 17/09/09.

¹⁴¹ Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 10/09/09.

Coletivo definiu que a instância máxima de deliberação continuaria sendo o mesmo e não a Associação, que teria apenas uma utilidade prática para facilitar a luta institucional (principalmente devido à necessidade de uso do CNPJ). Contudo, aos poucos, a Associação foi ganhando importância e os conflitos entre os dois “campos” se acirraram. Mesmo assim, o Coletivo permanece sendo, formalmente inclusive, a principal instância de deliberação. Há um embate aberto entre dois “campos” estáveis e bem demarcados. O lado positivo deste embate é que não se pode dizer que a Chiquinha não é uma ocupação politizada. Se, por um lado, as discussões pessoais são levadas para o Coletivo, prejudicando a assembleia, por outro, seus moradores estão sempre discutindo política. Já pude presenciar brigas homéricas que tinham como tema, por exemplo, as eleições presidenciais ou o papel dos partidos nos movimentos sociais. Além disso, os moradores da referida ocupação organizam seminários e debates sobre temas diversos como economia solidária, repressão policial aos camelôs, reuniões com outras organizações (como o MSTB [Movimento Sem Teto da Bahia] e o JVC [Jornal Vozes da Comunidade]), além de estarem sempre envolvidos em outros “processos” de ocupação (como foi o caso dos “processos” da Ocupação Machado de Assis, Guerreiros do 234 e Guerreiro Urbano).

Vejamos, brevemente, como esse embate entre um “campo centralista” e um “autogestionário” incidiu no espaço da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Em 2005, dois eventos marcaram a dinâmica política dos dois “campos” na referida ocupação: o primeiro foi a fundação da Associação de Moradores Chiquinha Gonzaga, e a segunda, foi a ocupação do prédio da Zumbi dos Palmares (já relatada no início deste capítulo) que promoveu o deslocamento de um grande número de apoiadores para o novo “processo”. A Associação de Moradores, que seria apenas uma ferramenta jurídica, terminou oferecendo uma oportunidade para o “campo centralista” de enfraquecer as assembleias do Coletivo.

“(…) o Coletivo andou muito enfraquecido. Algumas pessoas tomando decisões, depois que montou a Associação. Então ficou assim, geralmente meia dúzia, não tomando decisões na assembleia, porque na assembleia às vezes eles nem apareciam, mas tomavam decisões lá fora. Participavam de coisas lá fora em nome da Chiquinha Gonzaga. Mas na assembleia mesmo elas não tinham nem voz. Pouco participavam, e quando participavam também não tinham muito argumento pra falar nada.”¹⁴²

Grandi (2010) ressalta que este foi um período de diminuição do número de espaços coletivos. A garagem (no primeiro andar), antes destinada para atividades coletivas de geração

¹⁴² Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi, em 16/05/09, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

de renda, passou a ser usada como depósito para mercadorias de uso individual. Além disso, onde antes seria construída a biblioteca, agora estava destinado à Sala da Associação. Contudo, como a construção da sala não foi efetivada, no ano seguinte (e com a rearticulação do campo “autogestionário”), moradores e apoiadores iniciaram, após deliberação em assembleia, a construção de uma sala de informática no mesmo local, destinando-a novamente ao uso coletivo, em contraste com o uso que seria particular da Associação. Além disso, em 2006, como indica o depoimento acima, o espaço formal deliberativo fica enfraquecido, já que muitas das decisões coletivas acabam ocorrendo no âmbito da Associação de Moradores.

Grandi (2010) elaborou um esquema gráfico da dinâmica dos “campos políticos” em três momentos distintos: 2004 (ano em que o prédio foi ocupado), 2006 e 2009 e, além disso, elaborou croquis da referida ocupação. O esquema e os croquis foram modificados e adaptados por mim, mas apenas para ressaltar aquilo que já fora, por ele, concluído, ou seja, que o enfraquecimento do campo “autogestionário” e sua posterior rearticulação se manifestam concretamente no espaço a partir de sua refuncionalização. Enquanto em 2004 o “campo mais comprometido com a forma de organização política por Coletivo” (campo “autogestionário”) encontrava-se fortalecido pela presença do “grupo de apoio” e pelo engajamento de seus integrantes na “arena primária”; em 2006 a situação já havia se invertido devido ao envolvimento dos integrantes deste campo com novos “processos” (no caso, a Zumbi dos Palmares [final de 2005] e a Quilombo das Guerreiras [2006]). Nota-se, por exemplo, que os espaços destinados à cozinha coletiva e à Associação de Moradores foram transformados em espaços de uso privado, e a sala que era destinada às crianças foi transformada em Sala da Associação (ver figura 19). Já em 2009, com o enfraquecimento do “campo menos comprometido” (campo centralista) – em parte devido a alguns conflitos internos ao próprio “campo” –, e rearticulação do campo “autogestionário”, nota-se que os espaços que, em 2006, haviam sido destinados para Sala da Associação e para a Sala de Depósito (no segundo andar), foram transformados em Sala de Informática e Cozinha Coletiva, respectivamente. Assim, ocorre uma refuncionalização dos espaços que termina por ressaltar características mais públicas. A Sala da Associação é, em tese, um espaço coletivo, porém possui um “grau de consistência da esfera pública” reduzido, visto que não é utilizada, de fato, pela coletividade, mas apenas por membros do grupo que a compõe. Já a Sala de Depósito comportava uma função de uso comum, porém individualizado, que não promovia o engajamento em atividades coletivas, sendo mais um espaço de passagem do que de interação. Com a refuncionalização, surgem dois novos espaços coletivos que promovem interações entre moradores e entre estes e os apoiadores. Portanto, ao mesmo tempo em que a

refuncionalização é um produto da rearticulação do campo “autogestionário”, ela mesma fortalece as relações incentivadas por este “campo” e consolida a sua preponderância sobre a “arena primária”, aumentando o “nível de intensidade” da esfera pública dos espaços coletivos.

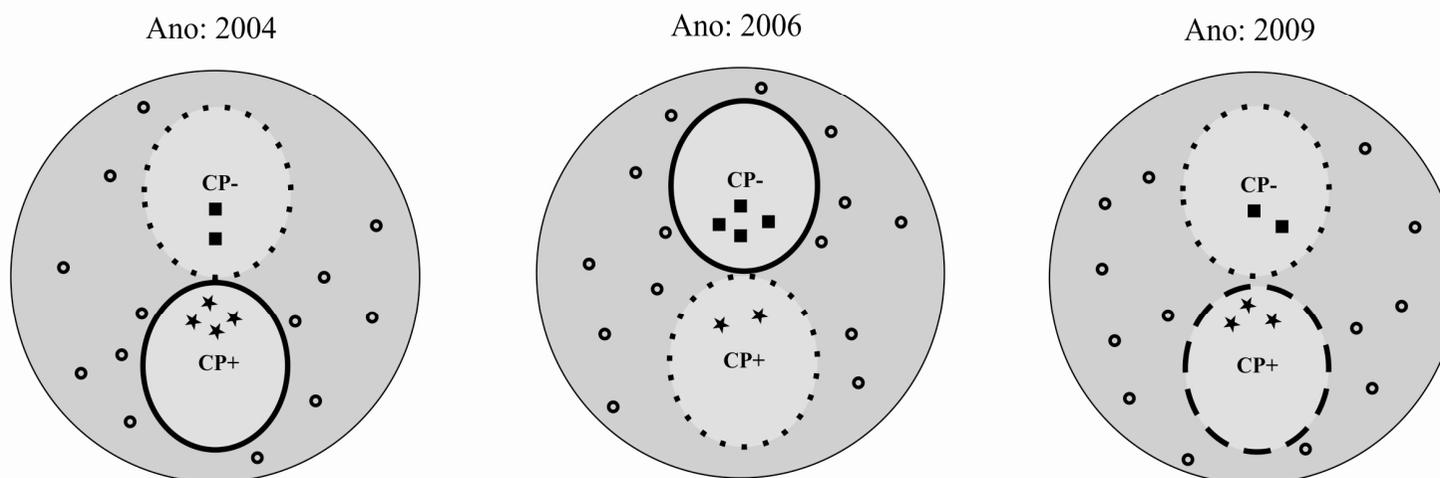
Assim, a dinâmica dos “campos” e “arenas” também deixa suas marcas no espaço, através de práticas espaciais que transformam a territorialidade e a organização espacial da ocupação. O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu livro intitulado “Geografando: Nos varadouros do mundo”, destaca que:

“O interessante a ser registrado é que a categoria de território, consagrada no direito positivo como espaço de uma determinada legalidade que normatiza a sua apropriação passou a ser, como tal, uma prerrogativa *natural* do Estado (...) Nessa perspectiva, os produtores se apagam no produto; no instituído, os sujeitos e os processos que o instituíram. O território não é, desse ângulo, algo que contém a sociedade que o criou e, como tal, comporta as posições, os lugares a partir dos quais cada um vê e é visto, uma determinada correlação de forças, onde esses mesmos lugares/posições estão sempre tendo os seus limites redefinidos no próprio agir dos diferentes sujeitos sociais (...) [S]ubjacente ao território, existem processos através dos quais ele é instituído (...) Assim, mais do que território como substância, é preciso admitir os processos de tornar próprios os espaços, enfim, de processos de territorializações e, assim, de territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 259, 260 e 261).

O território está em constante processo de fazer-se. A territorialidade (suas características e sua organização) se transforma continuamente a partir das dinâmicas políticas que se desdobram como resultado das alianças e conflitos internos. Assim, as disputas políticas projetam-se no espaço condicionando fluxos e (re)definindo funções para os espaços da ocupação. Na próxima seção, veremos alguns procedimentos utilizados para operacionalizar a gestão coletiva na Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Figura 18

Representação da variação no tempo da “força” dos campos políticos da Ocupação Chiquinha Gonzaga



- Arena Primária
- Integrantes das Arenas

Campos políticos

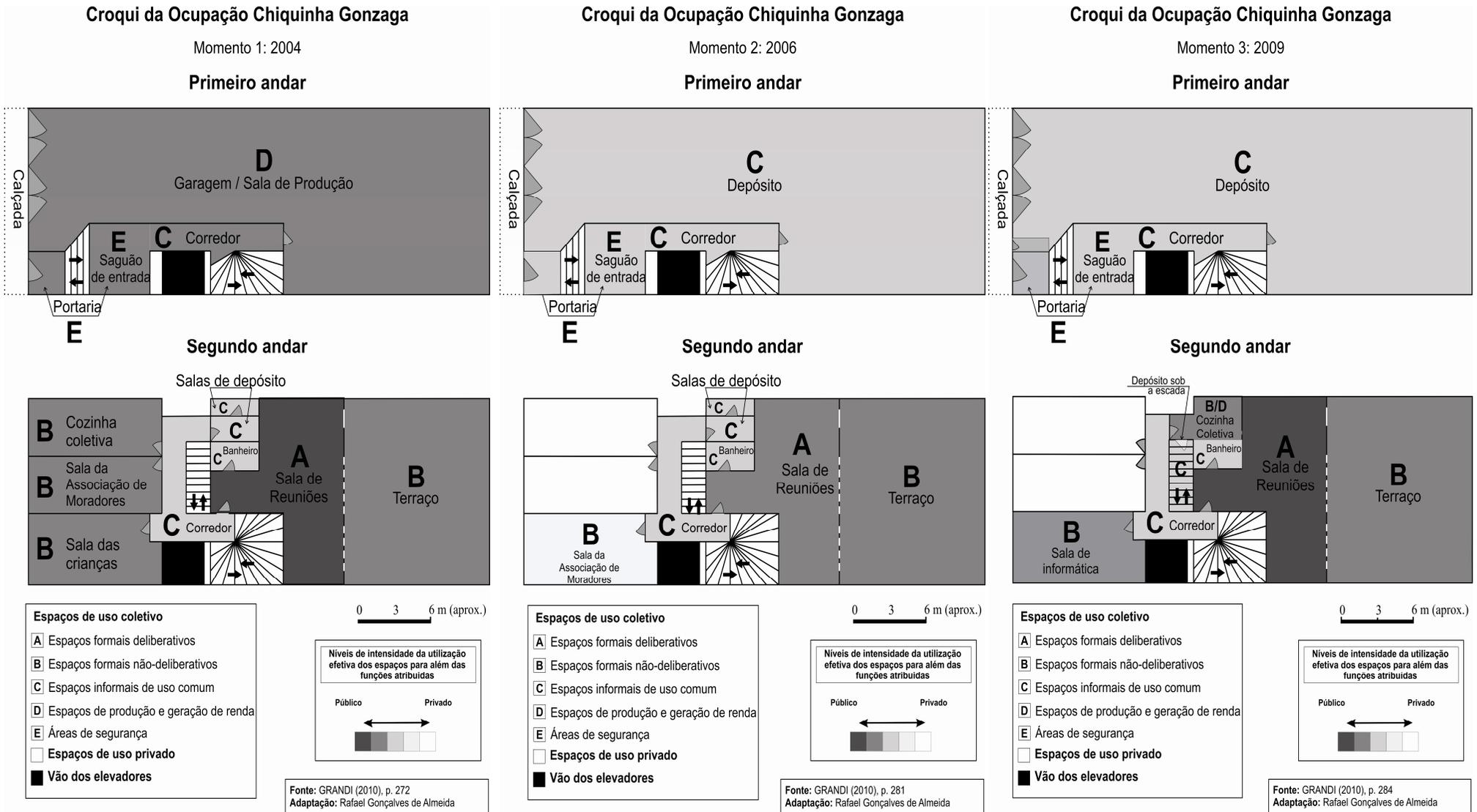
- ★ *mais* comprometido com a forma de organização política “por coletivo” (CP+)
- *menos* comprometido com a forma de organização política “por coletivo” (CP-)

Relevância do campo político frente à presença dos demais campos políticos

- Forte
- - - Média
- ... Fraca

Fonte: M. S. Grandi (2010), p. 316
Adaptação: Rafael Gonçalves de Almeida

Figura 19



3.2.3 – Os mecanismos de organização coletiva: as ferramentas da “autogestão”

“[A]s formas de aparelho de Estado que o Estado burguês nos legou não podem em nenhum caso servir de modelo às novas formas de organização (...) Há duas formas às quais este aparelho revolucionário não deverá obedecer em nenhum caso: a burocracia e o aparelho judiciário (...) o tribunal é a burocracia da justiça”

(FOUCAULT, 2007b[1979], p. 60 e 61).

Vimos que constituir relações de poder horizontalizadas exige a criação de procedimentos que permitam, o mais possível, a instauração de algo próximo a uma “sociabilidade pura”, o que nunca é plenamente alcançado, mas permanece no horizonte como tendência. A organização coletiva, inspirada na autogestão, demanda uma dinâmica política particular, bem diferente da forma burocrática característica do Estado, mas também da família, da escola, do sindicato, do partido etc. Assim, tal organização precisa ser operacionalizada de modo a eludir a cristalização de hierarquias e viabilizar o “autogoverno”.

No segundo capítulo, mencionei alguns autores – como Raúl Zibechi, Pablo Mamani e Félix Patzi Paco (além do *Colectivo Situaciones*) – que vêm pesquisando os movimentos sociais da América Latina, dando especial ênfase à organização e ao funcionamento daquilo que Paco (2007) denominou de “sistema comunal”. A “comunidade” (*comunidad*) é concebida não mais como uma excentricidade do passado ou forma “primitiva” de organização social, mas como um código político, uma tecnologia social complexa e repleta de ambivalências; portadora de uma lógica comunitária e de um “*ethos* comunal” (como afirma Paco), que produz valores, interações e procedimentos organizativos, mas também, práticas espaciais, conjuntos espaciais e configurações territoriais.

Felix Patzi Paco (2007), em seu livro intitulado *Sistema Comunal: una propuesta Alternativa al Sistema Liberal*, ressalta algumas características deste código político, amplamente utilizado pela (e enraizado na) cultura *aymara*. Segundo o autor, as sociedades indígenas assentam sua economia no princípio de que os recursos naturais e os meios de produção não devem pertencer ao indivíduo, mas à coletividade. Assim, mesmo que o usufruto seja privado, o proprietário é a comunidade como um todo. Em troca do

privilégio de utilizar a propriedade comunitária, cada membro precisa realizar serviços comunitários. Há uma relação estreita entre as dimensões econômica e política da sociedade, visto que o acesso aos bens econômicos está condicionado pelo cumprimento de obrigações perante a vida política e econômica da comunidade. Cada indivíduo é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da deliberação das assembleias. O autor ressalta, ainda, que os fundamentos centrais do “poder comunal” se embasam na obrigação e no rodízio. Contudo, segundo o autor, tal sistema não prescinde de representação. Entretanto, além do representante não possuir qualquer autoridade para decidir, mas somente executar as decisões coletivas, o cargo público não é encarado como um privilégio, mas como um serviço obrigatório a todos os integrantes da comunidade. O exercício de um cargo público não é, portanto, uma questão de mérito, mas algo que todos terão que realizar. Além disso, os representantes não legislam sobre a comunidade e não tem poder de julgar seus integrantes. Eles são responsáveis apenas pela coordenação e operacionalização das decisões coletivas. Neste sentido, tanto o poder legislativo, quanto o judiciário é revertido à coletividade. Assim, poderíamos falar em uma *governamentalidade comunitária*, que se constitui como tecnologia social e que se serve de “mecanismos coletivos de inibição” (DELEUZE e GUATTARI, 1997c) para eludir a formação do Estado, mas que nem por isso prescinde da instauração de um “regime de práticas” e de dispositivos de “condução de condutas”. Entretanto, essa *governamentalidade comunitária* não é, por si só, instituinte, visto que geralmente se fundamenta em tradições antigas, transcendentais, e não se constitui como produto consciente da reflexão coletiva¹⁴³.

Obviamente, as experiências de gestão coletiva das ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro são infinitamente mais restritas e incipientes que as relatadas pelos autores acima citados. As práticas comunitárias, no caso dos *aymara*, estão assentadas em uma cultura milenar que não só produz mecanismos que viabilizam a organização política horizontal, mas contém valores que já se encontram entranhados no imaginário social desta sociedade e em suas “tecnologias do governo de si”. Mesmo assim, podemos observar semelhanças entre algumas das características da organização dos *ayllus*, por

¹⁴³ Isso não significa, contudo, que tais práticas não tornem-se objeto da reflexão coletiva, visto que as tradições indígenas tanto dos *aymara*, quanto dos zapatistas, passam, atualmente, por diversas transformações advindas de novas demandas, como por exemplo, as das mulheres, que lutam por maior participação em seus sistemas políticos.

exemplo, e a ocupação que é foco deste estudo (se guardadas as devidas proporções, é claro!). O fato das experiências de ocupações inspiradas na autogestão estarem inseridas em um contexto urbano capitalista “ocidental” (ou seja, sem influência de culturas tradicionais anteriores à invasão europeia), não as confere menor importância, pois precisam lidar com as dificuldades de se instaurar uma organização horizontal em meio a uma cultura que se assenta, em todas as esferas da vida, na heteronomia.

O desafio está em constituir uma tecnologia de poder que não emule o Estado, mas produza mecanismos que sirvam à formação de um “contrapoder”, de um “poder instituinte” nos termos de Castoriadis. Isso envolve a necessidade do governo do outro, ou seja, da constituição de um poder explícito, mas que, ao mesmo tempo, se conecte ao governo de si de uma forma não-transcendente, visto que esta instância de poder explícito, o Coletivo, nada mais é do que o conjunto formado pelos moradores conformados por um território comum. Quanto às lições que podem ser aprendidas a partir da experiência boliviana, a *governamentalidade comunitária* oferece mecanismos político-organizativos diferentes das burocracias, úteis para a operacionalização do “poder instituinte”.

Em primeiro lugar, assim como nos *ayllus*, na ocupação Quilombo das Guerreiras a apropriação do território é coletiva e o usufruto, privado. O Coletivo concede a cada família o direito de utilizar a ocupação como moradia. Contudo, caso o morador deseje mudar-se para outra localidade, é o Coletivo quem decide o que fazer com a unidade de moradia. Em segundo lugar, a participação nas assembleias e a realização de trabalhos coletivos não são opcionais. Assim, a participação compulsória na vida política da coletividade contribui para conferir legitimidade à assembleia de moradores, fortalecendo o espaço público/público e permitindo o compartilhamento de informações importantes para a tomada de decisões e a construção coletiva e contínua das normas que regem a ocupação. Deste modo, podemos falar de dois mecanismos que ajudam na operacionalização da gestão coletiva: o primeiro é o *mecanismo de territorialização coletiva* que secundariza a apropriação privada, conferindo ao Coletivo autoridade sobre o seu território; e o segundo é o *mecanismo de participação compulsória* tanto no processo decisório, quanto no trabalho de administração e manutenção da ocupação. Enquanto o primeiro institui o Coletivo (ou seja, o conjunto de moradores) como

“proprietário”¹⁴⁴ do prédio, delimitando a ocupação como sua jurisdição; o segundo torna cada morador responsável tanto pelas decisões tomadas, quanto pela execução das mesmas.

Além disso, o Coletivo da Quilombo estabeleceu uma “assembleia de avaliação” por mês, na qual cada morador pode “destacar” um membro do Coletivo para elogiá-lo ou criticá-lo. A pessoa que “destaca” pode tecer suas críticas em relação ao “destacado”, mas apenas ela. Todo o restante do Coletivo deve permanecer quieto, aguardando uma proposta de uma das partes para a resolução do conflito. Quem “destaca” só o faz se tiver uma proposta de resolução para encaminhar. Quando esta não é aceita por ambas as partes, a questão é encaminhada para discussão coletiva e, aí sim, o restante do Coletivo pode se pronunciar sobre o assunto. Os detalhes políticos de tal procedimento não podem passar despercebidos. A crítica, quando feita, vem sempre acompanhada de um encaminhamento para dar chance ao conflito de encontrar uma solução sem a necessidade de interferência direta do Coletivo. Ao impedir que outros membros do Coletivo se pronunciem sobre o “destaque” realizado por um morador, o Coletivo preserva o membro que é objeto do “destaque” e impede que outros moradores aproveitem a situação para expressar discordâncias ou insatisfações pessoais de menos importância, que nada tem a ver com o “destaque” em si. Assim, a assembleia mantém seu foco, mediando um conflito por vez. Além disso, a formalidade ajuda a conter os ânimos, permitindo que o assunto seja tratado com mais calma. Mesmo que não consiga evitar por completo, a formalidade ao menos ameniza as manifestações mais exaltadas de humor. As “assembleias de avaliação” incidem diretamente no comportamento individual, na medida em que definem e reforçam a fronteira entre comportamentos aceitos e não-aceitos, constituindo um espaço-tempo específico, criado especialmente para mediar conflitos pessoais e, assim, aliviar a interferência destes nas assembleias semanais (onde tais conflitos são evitados em favor de questões de interesse coletivo).

Deste modo, a formalidade que a adoção de procedimentos implica, constitui-se como uma importante característica das relações de poder encontradas em territórios antiburocráticos. Contudo, trata-se de procedimentos pouco vinculados a conteúdos

¹⁴⁴ É claro que, perante o Estado, o Coletivo nem sequer é reconhecido como instância política legítima. Em termos jurídico-formais, o prédio é de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro. Contudo, na prática, é o Coletivo que define quem pode e quem não pode permanecer na ocupação.

específicos. O enfoque está na forma e não no conteúdo em si, que permanece sempre cambiante. Tais procedimentos geram constrangimentos para o comportamento individual com a imposição de um “ritual”. Mas estes constrangimentos, longe de impedir o embate e o conflito, servem, em primeiro lugar, para instaurar códigos através dos quais a heterogeneidade e as tensões internas possam ser resolvidas em comum acordo ou com a mediação do Coletivo. Neste sentido, cada morador é, ao mesmo tempo, promotor, defensor, réu, testemunha, mediador e árbitro. Mesmo assim, nada disso impede a tomada de decisões equivocadas ou até mesmo injustas. Afinal, a “assembleia do perdão” (relatada anteriormente neste capítulo) não é precisamente o reconhecimento do Coletivo dos erros cometidos no passado? Portanto, a construção do “poder instituinte” não pode pretender instaurar um sistema judiciário imune de injustiças, pois não deve haver um conceito fechado (“verdadeiro”) de justiça, mas sim, uma noção aberta ao questionamento, à crítica, em constante transformação, e *indissociável* dos demais aspectos da vida social.

“Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADIS, 1983, p. 33 [grifos do autor])”.

3.2.4 – “É uma diferença sentimental, de quem viveu ali, comeu aquela poeira”: o papel do “lugar” na manutenção do território

Se do ponto de vista das relações de poder, a organização interna dos espaços das ocupações e as disputas territoriais existentes são particularmente relevantes, do ponto de vista dos simbolismos e significados, são as representações sócio-espaciais e o “lugar”, enquanto “espacialidade vivida e percebida, dotada de significado” (SOUZA, 2009a, p. 61), que se mostram especialmente reveladoras. Contudo, Souza e Teixeira (2009) ressaltam que não se pode negligenciar o papel político da dimensão espacial das representações sociais.

“(…) se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de “lugar” o seu papel nas lutas

e nos conflitos pode ser menos aparente, mas não deixa de ser fundamental” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 35).

A demarcação do território, a instauração de uma territorialidade antiburocrática que faz do espaço-tempo da assembleia o centro a partir do qual se estabelece o “poder explícito” de uma coletividade, as refuncionalizações e reestruturações do espaço material e mesmo a elaboração de mecanismos que buscam evitar a formação de hierarquias; nada disso garante, sozinho, a criação de um Coletivo. Para além de um “ensaio” da territorialidade, o “processo” que antecede a ação direta inicia a construção de um “lugar”. Já nas primeiras reuniões, os próprios futuros ocupantes colocam em pauta a questão da legalidade/ilegalidade e legitimidade da ocupação. O estigma sócio-espacial, das chamadas “invasões”, está muito presente no imaginário social. Esta, aliás, é a primeira função do “grupo de apoio” nas reuniões preparatórias, transformar essa imagem espacial negativa das práticas do movimento dos sem-teto (que criminaliza suas ações), numa imagem espacial positiva, ao vinculá-la à luta do trabalhador por um direito que lhe é negado. Essa desestigmatização sócio-espacial é importante para que, posteriormente à ação direta, seus moradores possam aprofundar a territorialização e contribuir para a união do grupo face os obstáculos da luta por moradia. As discussões sobre as regras que serão adotadas no regimento interno, sobre a organização político-espacial da ocupação, sobre a elaboração de projetos de educação, cultura e geração de renda, etc.; tudo isso contribui para a imaginação do futuro ocupante, que constrói para si uma imagem daquilo que será a ocupação.

O “processo” de preparação da Ocupação Quilombo das Guerreiras, como relatei, foi longo e penoso, mas esse compartilhamento de experiências marcantes potencializa a construção de vínculos de aliança entre indivíduos que raramente possuem uma origem comum, pois a ocupação, como já foi ressaltado, é um território formado por estrangeiros. Assim, o território congrega e une o grupo, delimita as fronteiras de uma identidade em formação. O evento fundador do território remete à aventura de um grupo em movimento, movimento este repleto de simbolismos e significados: resistência, coragem, companheirismo, união. O território demarca o espaço de apropriação; contudo, é o tempo que permite que o território traçado desenvolva qualidades específicas para além

de sua organização e funcionamento interno. Assim, a própria constituição do território torna-se um símbolo que ajuda a compor a imagem espacial que se tem sobre a ocupação.

Tipo assim, tem uma festa de aniversário da ocupação e a gente bota fotos do prédio sujo, como era. Se você bota um morador que tava ali, é diferente de um morador que não tava ali. O morador que não tava ali vai falar assim: 'Caraca, o prédio era sujo', já o morador que tava ali vai dizer assim: 'Caraca, olha só o que a gente fez com esse prédio!'.¹⁴⁵

Tanto na Chiquinha quanto na Quilombo, moradores que participaram do “processo” dizem sentir que aqueles que não participaram, não demonstram o mesmo grau de comprometimento com o Coletivo. A experiência conjunta, além de criar vínculos entre os indivíduos, cria, também, um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5); ou para utilizar o conceito de Yi-Fu Tuan: cria “topofilias”.

Existe uma diferença, sabe, que, não sei, mas às vezes eu fico diagnosticando que é uma diferença sentimental mesmo, sabe? De alguém que vai, que constrói, que limpa, que viveu ali, comeu aquela poeira e ficou doente e foi pro hospital e, sabe? Todo mundo quatro dias sem tomar banho... teve coisas que a gente passou que foram responsáveis por unir a gente. O que é ficar quatro dias sem tomar banho, todo mundo junto? O que é limpar um prédio junto, tirar toneladas de lixo juntos. O que é instalar cada cano, cada vaso junto? Era quase uma festa pra cada vaso que a gente conseguia! Então eu acho que quem passa por isso junto, de construir o prédio e, quando eu falo prédio, não é nem o Coletivo, é o prédio, prédio mesmo. O símbolo da casa é muito forte pra essas pessoas, do que era, o que se tornou e o que ainda não é.¹⁴⁶

Normalmente, existe um diagnóstico de que quem entra depois não consegue assimilar o Coletivo. Quem entrou muito depois tem uma dificuldade muito grande de pensar coletivamente, pensa muito em si, pensa no que o Coletivo poderia beneficiar a ele. E aí, muitas pessoas que entraram depois do ‘processo’ não ficaram, foram expulsas por algum motivo. E isso desgastou muito o Coletivo, ficar abrindo cadastros, colocando pessoas que não se adaptavam ao Coletivo, que não queriam ‘tirar portaria’, que não queriam ir pra reunião, que não queria limpar o prédio, que não queriam... as pessoas ficaram ofendidas com aquilo! Cinco anos limpando, varrendo, guardando e as pessoas entrando agora, sabe, sem querer fazer nada?¹⁴⁷

Apesar de ter também identificado essa diferença que os depoimentos acima apontam, percebo-a apenas como tendência e não como regra, visto que conheci alguns moradores que não participaram do “processo”, mas que atuam, inclusive, em novos

¹⁴⁵ Entrevista realizada com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 30/05/2010.

¹⁴⁶ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 30/05/2010.

“processos” de ocupação como Apoio. Como a mesma moradora da citação acima pondera:

Mas tem pessoas e pessoas, aí a gente tem sempre que estar pontuando. Porque quando esse discurso fica naturalizado, a gente tem que destacar as pessoas que entraram depois e que levam mais a sério do que moradores que estavam desde antes de arrombar a porta, pra não naturalizar o discurso. Mas eu percebo que é realmente muito difícil assimilar um processo, entender, sabe? ¹⁴⁸

O “lugar” aprofunda a territorialização, pois concede características particulares ao território para além de sua organização espacial e sua dimensão funcional. Mesmo a constituição de espaços de encontro na ocupação (densos em vitalidade pública), por exemplo, depende dessa produção de “lugar”, pois exige a constituição de “topofilias” para que esses sejam, de fato, atrativos para os moradores. Portanto, para além da refuncionalização e reestruturação espacial, relatadas mais acima, a “ressignificação de ‘lugares’”, como ressalta Souza (2010), configura um tipo importante de “prática espacial insurgente”.

Além disso, a experiência compartilhada do “morar”, imprime a memória no espaço. Se o “lugar” é um espaço vivido, significado, ele é, também, um espaço marcado pela história, pelo tempo. “[O] lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima” (AUGÉ, 1994, p. 52). Quando uma moradora foi perguntada sobre a importância de batizar espaços da ocupação com o nome de pessoas que tiveram um papel importante na história da Quilombo das Guerreiras (como a Biblioteca Gutemberg Alves e a Sala de Reuniões Paulo Maia), a moradora respondeu:

Mais importante do que botar o nome de qualquer pessoa, qualquer poeta e tal, é lembrar das pessoas que estavam aqui, que construiu o processo junto, que foi o caso do Gutemberg, que passou muita dificuldade aqui porque tinha enfisema, não tinha uma perna, e foi a primeira pessoa a dormir sozinha, o Coletivo deu um quarto só pra ele por causa de necessidades dele mesmo. E eu acho que botar o nome das pessoas nesses espaços é uma maneira de prestar uma homenagem a essas pessoas, mas assim, deixar vivo a história delas, a participação delas. O Gutemberg participava de todas as manifestações, e ele ia na frente. E o Paulo foi uma das pessoas que tinha com mais clareza o que era Coletivo, qual era a proposta. E ele brigava exaustivamente por isso. Ele contribuiu muito pra que as pessoas quisessem fazer parte desse Coletivo. Tem

¹⁴⁸ Entrevista realizada com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 30/05/2010.

que deixar a memória deles viva, fazendo parte da nossa história, da história da ocupação.¹⁴⁹

Deste modo, como afirmam Souza e Teixeira (2009), o “lugar” é formado pela interação entre as imagens espaciais e as identidades espaciais. Enquanto as imagens espaciais se referem à identidade *do* “lugar”, as identidades espaciais se referem, mais especificamente, à identidade *com* o “lugar”. Ambas não podem ser compreendidas como dadas ontologicamente, e sim, a partir de sua construção social que, por sua vez, está implicada na constituição de processos políticos.

“Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e ressignificação espacial (isto é, atribuição de significados aos espaços, às práticas e aos processos e produção de símbolos), também ‘modelam’ imagens espaciais, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua identidade (espacial) é construída e apreendida por outros agentes sociais” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 33).

As “políticas de identidade”, portanto, remetem ao movimento de construção, desconstrução ou reconstrução de identidades *do* e *com o* “lugar”, buscando resistir, enfraquecer – ou, no sentido contrário, fortalecer – estigmas impostos pelas relações de poder dominantes¹⁵⁰. Por isso, o movimento dos sem-teto (assim como os sem-terra) insiste em qualificar sua ação (de tomar um território para si) como *ocupação* e não como *invasão*. Enquanto a primeira remete à ideia de apropriar-se de um espaço vazio, não-habitado, a segunda expressa um sentido diferente; de tomar aquilo que é de outro alguém¹⁵¹. Assim, a identidade do lugar – ou seja, a imagem espacial dominante – é sempre um resultado de inúmeros conflitos e negociações.

Rogério Haesbaert (2007c) ressalta, ainda, que identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se; um processo reflexivo. Identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. O autor encara a identidade como um movimento, como um processo, e por estar sempre em processo, ela nunca é uma, mas múltipla. Assim, ressalta o autor, toda a identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas e valorações negativas e positivas. Portanto, é preciso superar uma

¹⁴⁹ Depoimento de moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 29/03/2009

¹⁵⁰ Sobre isso ver BONDI, (1993) e KEITH e PILE (1993).

¹⁵¹ Para uma análise mais aprofundada da diferença entre *invasão* e *ocupação*, e como os próprios moradores compreendem esta distinção, favor consultar TEIXEIRA (2009) e SOUZA e TEIXEIRA (2009).

perspectiva estática e nostálgica do “lugar” e da sua identidade (como algo que precisa ser preservado e protegido), mas compreender essa relação como algo que é produzido através de interseções e interconexões que, ao invés de evitar a diferença, a incorpora, transformando a si mesmo¹⁵².

3.3 – O território em sua relação com o entorno: legitimação histórico-geográfica e o (re)arranjo da rede de apoio

“Agora, enfim, entreabrimos o círculo, nós o abrimos, deixamos alguém entrar, chamamos alguém, ou então nós mesmos vamos para fora, nos lançamos. Não abrimos o círculo do lado onde vem acumular-se as antigas forças do caos, mas numa outra região, criada pelo próprio círculo. Como se o próprio círculo tendesse a abrir-se para um futuro, em função das forças em obra que ele abriga. E dessa vez é para ir ao encontro de forças do futuro, forças cósmicas. Lançamo-nos, arriscamos uma improvisação. Mas improvisar é ir de encontro do Mundo, ou confundir-se com ele. Saímos de casa no fio de uma cançãozinha. Nas linhas motoras, gestuais, sonoras que marcam o percurso costumeiro de uma criança, exertam-se ou se põem a germinar ‘linhas de errância’, com volteios, nós, velocidades, movimentos, gestos e sonoridades diferentes.”
(DELEUZE e GUATTARI, 1997b, 101)

O processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto não depende inteiramente de questões internas ao movimento social. A escolha do prédio depende de diversos fatores, como explicitarei no início deste capítulo. E a ocupação, no momento em que toma para si um território, precisa lidar com uma série de forças externas a ele e que o precedem. O território se insere em um “meio”, portanto, fechar-se sobre si é a certeza da derrota. É preciso se impor, dialogar, negociar, fazer concessões e, se possível, convencer os atores já presentes de que a apropriação é legítima.

A postura do governo é muito clara: é trabalhador? Então fora do centro! E eu acho que a nossa postura tem que ser mais clara do que a deles. É aqui, e se não for aqui não vai ser em lugar nenhum. É na lei ou na marra, no peito e na raça! Tem que ser aqui. Eu acho que a gente tem que estar forte pra permanecer aqui

¹⁵² Ver sobre isso MASSEY (1994 e 2000)

¹⁵³ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

A localização das ocupações da variante “por coletivo”, todas na Zona Portuária, não ocorre por acaso. Justificar tal concentração com o argumento de que esta é a área central que mais concentra imóveis públicos e privados abandonados, explica, em parte, a escolha da área pelo movimento dos sem-teto, mas suprime toda a carga simbólica proveniente das manifestações culturais associadas à Zona Portuária e que é frequentemente mobilizada pelo movimento para legitimar sua atuação e resgatar a história de luta da população pobre e negra da cidade. Chiquinha Gonzaga foi o nome escolhido para a primeira ocupação, o “abre alas” desta variante “por coletivo”. O nome remete a uma ilustre personagem da Zona Portuária, compositora, pianista e regente. Chiquinha Gonzaga desafiou todos os tabus da época; se divorciou duas vezes, consolidou sua carreira na música como um dos maiores compositores da música popular brasileira (dominada, à época, quase que exclusivamente por homens) e lutou pela abolição da escravidão. A segunda ocupação foi chamada de Zumbi dos Palmares em homenagem ao líder negro do maior quilombo já documentado na história do Brasil. A escolha do nome pode não ser imediatamente associada à Zona Portuária, contudo, esta foi a área da cidade que abrigou grande parte da população negra que adquirira sua alforria por meio da compra ou que havia fugido de seus senhores. A Zona Portuária está de tal maneira associada à cultura afro-brasileira que foi apelidada pelo músico e artista carioca Heitor dos Prazeres, de Pequena África. Nesta mesma linha, a terceira ocupação desta variante adotou o nome de Quilombo das Guerreiras, desviando-se da tendência de batizar as ocupações com nomes de personagens históricos. Mesmo assim, a referência à cultura e à luta do negro se mantém e é enriquecida por uma alusão às mulheres negras, guerreiras que lutaram e lutam, até hoje, por liberdade. A quarta ocupação ocorreu no ano de comemoração do centenário do escritor brasileiro Machado de Assis, nascido e criado no Morro do Livramento (localizado na Zona Portuária) e ferrenho opositor do regime escravocrata.

Desde o século XIX os pobres urbanos desenvolvem práticas para permanecer residindo no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde os cortiços serviam de alternativa para aqueles que não podiam arcar com os altos preços dos imóveis da classe média. Os cortiços da cidade, localizados notadamente nas freguesias da Gamboa e Santo Cristo (bairros da Zona Portuária), se constituíam como espaços de moradia das classes em

condição socialmente inferior, entretanto, mantinham uma profunda relação com a cidade e uma proximidade física com as classes mais abastadas.

“Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. (...) A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma – aparência de suas residências do que pela localização das mesmas (ABREU, 2006, p. 35)”.

No início dos anos 20 do século XIX, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade pequena que se restringia às atuais regiões administrativas do Centro e da Zona Portuária. Segundo Abreu (2006), mesmo nesta época já era possível notar uma sutil diferenciação social entre as cinco freguesias urbanas¹⁵⁴. Enquanto as classes dominantes residiam nas freguesias da Candelária e São José, além de ocuparem, ainda de forma modesta, terras ao sul da cidade (os atuais bairros da Glória, Catete e Botafogo), as demais classes se concentravam nas freguesias de Santa Rita e Santana, que deram origem aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa (ABREU, 2006). Estas freguesias serviam de residência para uma população de baixa renda, sem poder de mobilidade, formada por trabalhadores livres e escravos de ganho que precisavam morar próximos ao mercado de trabalho do Centro da cidade.

Segundo Abreu (2006), com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) em 1858 e a implantação das primeiras linhas de bondes de burro em 1868, estavam formadas as condições necessárias para aprofundar a divisão das classes sociais no que se refere ao seu local de moradia. Os bondes permitiram o êxodo dos moradores mais privilegiados do Centro em direção ao sul da cidade. Assim, como afirma ABREU (2006), os bondes, além de permitir a expansão da cidade, concretizaram a dicotomia centro-periferia que já se esboçava anteriormente.

Em 1892, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tem a sua autonomia reconhecida e passa a ter governo próprio. Barata Ribeiro é o primeiro a ser indicado como prefeito e teve uma gestão marcada por uma batalha contra os cortiços, ordenando, inclusive, a destruição do cortiço mais célebre da cidade: o Cabeça de Porco, que era localizado na mesma rua onde hoje está a ocupação Chiquinha Gonzaga (primeira

¹⁵⁴ As referidas freguesias são: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana (ABREU, 2006).

ocupação da variante “por coletivo” do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro). Os interesses do mercado imobiliário que via a área central como uma área que oferecia possibilidades de ganhos (devido à sua valorização por meio de investimentos públicos), convergiam com as demandas da população mais abastada que estigmatizava os cortiços, caracterizando-os como residências de criminosos (ABREU, 2006, p. 51).

No início do século XX, o “mito da regeneração” ganha novo fôlego, principalmente com a nomeação para prefeito de Francisco Pereira Passos em 1902. No ano seguinte, a instituição policial passa por uma profunda reforma, incorporando a investigação científica dos crimes e a tipologia criminal (RODRIGUES, 2007). Sob o “slogan” lançado por Figueiredo Pimentel na Gazeta de Notícias: “O Rio civiliza-se”, a administração de Pereira Passos é marcada pelo “bota abaixo”. Com o avanço das reformas urbanísticas e de décadas de campanhas higienistas¹⁵⁵, os cortiços foram quase que erradicados da paisagem do centro carioca, principalmente durante a Reforma Passos, que reuniu condições jurídicas que permitiram a desapropriação de imóveis em prol da renovação urbana (VAZ, 1986). O rápido crescimento da economia brasileira com a intensificação das atividades exportadoras e a integração crescente do país no contexto capitalista internacional “exigiam uma nova organização do espaço (...), condizente com esse novo momento de organização social” (ABREU, 2006, p. 59) que não mais permitia a presença das classes pobres nas áreas valorizadas da cidade. A Reforma Passos, que buscava solucionar as contradições do espaço da cidade, terminou por gerar novas contradições, pois foi a partir daí que os morros situados no centro da cidade passaram a ser mais rapidamente ocupados “dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela” (ABREU, 2006, p. 66). Assim, ABREU (2006) conclui que:

“(...) o período Passos, verdadeiro período Haussmann à la carioca, representa, para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista” (ABREU, 2006, p. 67).

Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo passaram a abrigar grande parte da população operária que trabalhava na estiva e em atividades complementares ao Porto,

¹⁵⁵ Cf. ABREU (2006) E CHALHOUB (2006)

como também, em fábricas de doces (Fábrica Colombo), chocolates e café (Behring), calçados (Fox) e açúcar (Companhia Usinas Nacionais), além de gráficas e confecções (CARDOSO et al, 1987).

“Assim, a Zona Portuária serviu de berço a algumas das primeiras organizações sindicais da cidade. Conta-se que a criação do Sindicato dos estivadores ocorreu em meio a uma verdadeira batalha campal, no Largo do Depósito, atual Praça dos Estivadores, entre a polícia e seus fundadores, os chamados ‘bravos da estiva’. O início do século foi época de ‘paredes’, manifestações políticas; nos anos 20, ocorreram greves no porto e comícios operários na praça Mauá” (Ibidem, p. 126).

A Revolta da Vacina em 1904 tem como epicentro o bairro da Saúde (onde hoje se localiza a ocupação Quilombo das Guerreiras), transformando a Praça dos Estivadores e a Praça Harmonia em verdadeiros campos de guerra. O controle social dos trabalhadores, antes de responsabilidade dos “senhores” donos dos meios de produção e, portanto, associado ao espaço de trabalho; torna-se dever do Estado, que elege as habitações coletivas, a moradia do pobre, como o espaço de intervenção prioritário do Estado sobre os trabalhadores e desempregados. Afinal de contas,

“tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, *a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos*” (CHALHOUB, 2006, p. 26 [grifos nossos]).

Se as obras do início do século XX transformaram a Zona Portuária, com a derrubada dos cortiços e a construção de grandes avenidas, nas décadas seguintes, os bairros que a conformam foram escanteados pelo poder público, cujas reformas, aos poucos, isolaram os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo do restante da cidade. A construção da Avenida Presidente Vargas “cortou” a Pequena África e separou a Saúde, a Gamboa e o Santo Cristo dos bairros da Cidade Nova, e a construção do elevado da Avenida Perimetral (que se estende por toda a Zona Portuária) “rompeu com a contiguidade dos três bairros com o elemento que lhes empresta o nome: o próprio porto” (Ibidem, p. 133). Esse isolamento da Zona Portuária permitiu que seus bairros preservassem a sua forma antiga e, também, seu caráter de bairro proletário (exceto que

trata-se mais de uma população hiperprecarizada¹⁵⁶ do que de uma população assalariada, como no passado). Mesmo assim, nota-se que a Zona Portuária não é somente uma área desvalorizada e com muitos prédios ociosos, e sim, configura uma área marcada histórica e geograficamente, de um lado, pela imposição de um modelo societário segregacionista e etnocêntrico e, de outro lado, pela resistência da população pobre contra tais imposições. Berço da organização operária e epicentro de grandes revoltas, a Zona Portuária tem, portanto, um papel de destaque na história dos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, e as ocupações, assim como as favelas da cidade, lutam para que o pobre urbano não seja um exilado da cidade, e para que a periferia não saia do centro.

O objetivo das ocupações é ta ali, demarcar essa área, é tomar mesmo, é ação direta. É fundamental que as ocupações resistam e que novas ocupações se estabeleçam porque não se teoriza em cima do nada, pra teorizar a gente tem que ter demanda e tem que mostrar isso. E só tem uma maneira de mostrar que tem demanda, é ocupando prédio. E só existe uma maneira de forçar o governo a fazer alguma coisa: é ocupando prédio. Se você não vai, não ocupa, os projetos que o governo tem não são pra essa área, são projetos de exclusão mesmo, são projetos pra segregar mesmo. Dentro desses projetos do governo têm a construção de moradia, 20 mil casas, 30 mil casas, mas você não tem projeto de posto de saúde, você não tem projeto de hospital, você não tem projeto de escola pra esses lugares, e você não tem nem projeto de praças públicas! Então são projetos de bairros dormitórios mesmo, é fazer um gueto. E esse tipo de projeto a gente não quer, não aceita, porque a gente acha que o trabalhador tem que estar no centro, e a gente briga pelo centro, que é onde a gente pode estar engrossando a luta dos movimentos sociais. O centro ta aí, ele ta pronto e está servindo à especulação imobiliária agora mais do que nunca! Porque valorizou muito com a Copa e as Olimpíadas e eu acho que a gente tem que estar aí, incomodando. E eu acho que ocupação só é movimento se ela se propõe a fazer isso. Se ela não se propõe a fazer isso, se ela só ta voltada para dentro de sua própria história, ela é uma moradia, ela não é um movimento.¹⁵⁷

Hoje, o Rio de Janeiro vive mais uma transformação em seu tecido urbano. O aumento da atividade petrolífera e o crescimento vertiginoso da Petrobrás nos últimos 8 anos vêm causando um grande impacto positivo na capacidade de investimento do

¹⁵⁶ SOUZA (2008) propõe as expressões complementares “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*”, pois considera que, nos países semiperiféricos, as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores sempre foram precárias. “A ‘hiperprecarização’ se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como ‘ajustes estruturais’, desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (...), atrai maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deteriorização do modesto padrão de consumo.” (SOUZA, 2008, p.131)

¹⁵⁷ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

governo do estado devido ao pagamento de *royalties*, garantindo, assim, fartos recursos e investimentos infraestruturais públicos e privados atrelados a esta atividade. Além disso, a descoberta da camada pré-sal com enormes reservatórios de óleo leve (de alta qualidade) promete elevar exponencialmente o valor desses recursos, visto que 46% de toda a área do pré-sal está localizada no estado¹⁵⁸. Aliado a isso, os dois maiores eventos esportivos do mundo serão realizados na cidade: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. O enorme fluxo de investimento viabiliza já antigos sonhos de reformas urbanísticas como a revitalização do centro e a urbanização das favelas. Contudo, os projetos apresentados (como, por exemplo, o projeto Porto Maravilha) e as políticas públicas implementadas (como o “Choque de Ordem”) já apontam para mais um período de acirramento da violência contra as camadas mais pobres da sociedade carioca. Não que esta violência tenha cessado em algum momento, mas se aquilo que está programado vir, de fato, a ocorrer, o Rio (e especialmente a Zona Portuária), ao final de 2016, terá sofrido uma transformação em sua organização espacial talvez somente comparada à Reforma Passos.

O discurso oficial da revitalização do Rio de Janeiro é o de renovar uma área degradada e de trazer vida para uma área morta. Mas se olharmos mais de perto, veremos que essa área não é morta e que milhares de pessoas moram e trabalham nela. Contudo, mais de 70% das pessoas que moram no Centro ganham entre 0 e 3 salários mínimos (IPP, 2003¹⁵⁹). Então, dizer que esta área está morta significa dizer que ela está morta para o capital, e trazer vida, significa trazer consumidores que atendam as demandas do capital. Estes moradores certamente terão muita dificuldade de permanecer no local onde residem se o Estado regularizar a moradia através da compra, ou se o custo de vida (impostos, luz, água etc.) aumentar com a renovação. Além disso, quase 60% do pessoal empregado na Zona Portuária (que constitui uma área na periferia do centro carioca) residem lá mesmo e grande parte desses trabalhadores atua no mercado informal, muitos como vendedores ambulantes. Aqueles que não residem na própria Zona Portuária, residem, via de regra, em bairros do entorno imediato (Caju, Praça da Bandeira, São Cristóvão, Bonsucesso etc.). Segundo o Instituto que leva o nome do prefeito do “bota-abixo” (Pereira Passos),

¹⁵⁸ <http://www.petroleo.rj.gov.br/site/index.php/component/content/article/85-psrj>

¹⁵⁹ Segundo pesquisa por amostragem realizada pelo Instituto Pereira Passos (Nota Técnica Nº 5, publicado no Rio Estudo nº 95, em 2003).

somente 30 % são legalizados e quase 90% tem esta como única fonte de renda (IPP, 2003).

Apesar do termo “revitalização urbana” sugerir uma visão preconceituosa e errônea da área de intervenção, uma vez que o objetivo não pode ser voltar a dar vida a uma área que não está e nunca esteve morta, é indiscutível a necessidade de investimentos públicos a serem empregados em uma área que possui infraestrutura de forma subutilizada. Dos 220 mil domicílios vagos no município do Rio de Janeiro, 23% se concentra só na AP- 1 (IPP, 2003). Nesta Área de Planejamento do Centro, o número de domicílios vagos em relação a todos os domicílios é de cerca de 15%, ou seja, um em cada 6 imóveis está vago (IPP, 2003). Se levarmos em consideração apenas a Região Administrativa da Zona Portuária este número passa para 4. Isso significa que há uma grande capacidade de absorção do déficit habitacional por esses imóveis vagos, coisa que, aliás, já há tempos tem sido notado pelos pobres urbanos e pelos movimentos sociais, como o movimento dos sem-teto.

Entretanto, a desvalorização observada nas áreas centrais das metrópoles cria as condições ideais para que o capital possa ser reinvestido, rendendo aos seus investidores altas taxas de lucro. Para que isso ocorra, a população residente e que possui uma renda baixa (especialmente aqueles que ganham entre 0 e 3 salários mínimos) terminam expulsos dos seus antigos locais de moradia e são substituídos por classes sociais mais abastadas e com um maior poder de compra. Quem ganha com a revitalização? O capital imobiliário. E quem perde com a revitalização? O pobre urbano. Aquele que é, sistematicamente, vítima de políticas de “gentrificação” que, ao invés de priorizar a melhoria de vida das pessoas residentes, prioriza a “revitalização” do lucro do capital imobiliário.

Além dos despejos ilegais e da expulsão branca (gerada pelo aumento do custo de vida), o pobre urbano é impedido de trabalhar devido à perseguição da Polícia Municipal aos vendedores ambulantes. A mídia apelidou de “Choque de Ordem” o conjunto de medidas adotadas pela Prefeitura para coibir pequenos delitos e o trabalho informal.

“Sob o nome fascistófilo de “Choque de Ordem” , uma campanha da administração municipal do Rio de Janeiro, com o apoio dos governos estadual e federal, está em curso desde que o prefeito Eduardo Paes assumiu, em janeiro deste ano. Entre as ações que visariam a garantir a tão sonhada “ordem” se

contam a erradicação do comércio informal e, mais amplamente, a expulsão dos usos informais (isto é, legalmente irregulares ou ainda não “regularizados”) do Centro da cidade e de seu entorno, notadamente da Zona Portuária (SOUZA, RAMOS e MOREIRA, 2009)”.

Essa perseguição ao comércio informal, associada à revitalização, termina por ameaçar não somente o trabalho do pobre urbano, seu meio de sobrevivência, mas, também, a sua moradia. Conheci inúmeras famílias que viviam, simultaneamente, a grave situação de ter toda a sua mercadoria apreendida pela Guarda Municipal e ter que deixar sua moradia no centro em troca de um aluguel social no valor de 400 reais. O chamado “Casarão da Lapa” localizado na Rua Visconde de Maranguape, número 9, antigo Grande Hotel Bragança, foi um exemplo de convergência dos efeitos dessas políticas públicas. Soube que a ordem de despejo havia sido emitida, através de uma liderança da CMP (Central de Movimentos Populares) e participei de 4 reuniões com moradores e de um ato público. As condições jurídicas eram bastante favoráveis, visto que havia moradores que residiam há mais de 50 anos no local, o que configurava *posse velha*. Mesmo assim, os moradores contaram que desde que foram comunicados oficialmente sobre o despejo, a Polícia Militar passava todos os dias à noite no prédio para intimidar os moradores a aceitar a oferta de aluguel social da Prefeitura, dizendo que quem não aceitasse a oferta até uma determinada data, seria retirado pela polícia.

Pô, os caras [policiais] vieram aqui dizendo que quem não aceitar o aluguel social vai sair na base da porrada. Disseram que se a gente tem juízo, é melhor ir logo lá assinar a papelada. Como é que eu vou arriscar sair sem nada? Não dá não. Eu tenho filho pra criar.¹⁶⁰

Assim, em menos de 10 dias, todos os moradores aceitaram a proposta e o prédio foi interditado. Parte dos moradores alegou que não podia mais levar suas mercadorias para as ruas com medo do “confisco” da Polícia Municipal que apreendia as mercadorias sem oferecer qualquer meio para que o ambulante pudesse reavê-las. Portanto, tendo em vista que o sustento fora inviabilizado pelo Estado e que muitos ainda se encontravam endividados devido às apreensões ilegais de mercadoria, a maioria dos moradores decidiu que era melhor aceitar a oferta da Prefeitura do que ficar sem absolutamente nada. Para muito além da atuação ilegal do Estado, esta experiência demonstra como os resultados da convergência das políticas públicas são sentidas pelo pobre urbano. Enquanto a

¹⁶⁰ Depoimento de um morador do “Casarão da Lapa” em 13/01/2010.

revitalização o pressiona para que saia de sua moradia atual, o Choque de Ordem garante que seja rompido o seu vínculo com o centro da cidade: o trabalho.

Portanto, para sobreviver em meio a uma conjuntura tão desfavorável, as ocupações precisam se articular com outros atores para aumentar as chances de permanência no prédio ocupado, ampliando suas esferas de influência e potencializando o poder de barganha de cada ocupação frente ao Estado. Portanto, compreender a constituição, ampliação (ou retração) e fortalecimento (ou enfraquecimento) das “redes de apoio”, que se formam e se transformam em momentos de instabilidade, permite iluminar características específicas da forma de organização político-espacial de ocupações da variante “por coletivo”.

Neste sentido, não há como desvincular a formação dessas redes da discussão sobre a escala como problema epistemológico, visto que a escala não remete, simplesmente, a uma questão cartográfica, mas apresenta-se como um instrumento poderoso para se apreender o fenômeno de formas e perspectivas específicas (CASTRO, 2007[1995]; LACOSTE, 2007[1988]). O ambiente intelectual anglo-saxônico da década de 1990 suscitou uma onda de trabalhos sobre o tema das escalas, ressaltando a importância de compreendê-las não como dadas ontologicamente, mas como uma construção social, sendo elas próprias implicadas na constituição de processos sociais, econômicos e políticos¹⁶¹. Não irei focar-me na discussão sobre as “políticas de escala”, mas vale ressaltar a sua importância para o estudo dos movimentos sociais¹⁶², visto que o conceito nos proporciona a possibilidade de pensar a escala em sua dimensão estratégica e tática enquanto instrumento político-espacial que potencializa ações ao percorrer, transversalmente, tanto sujeitos quanto estruturas. Assim, o conceito de “políticas de escala” será compreendido como

“(...) a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam

¹⁶¹ Sobre isso consultar, por exemplo, BRENNER (2000), CIDELL (2006), DELANEY e LEITNER (1997), HEROD (1991), MARSTON (2000), MASUDA e CROOKS (2007), SMITH (1992, 1993), SOUZA (2006a, 2010) e SWYNGEDOUW (2000, 2003, 2004).

¹⁶² Para uma discussão mais aprofundada sobre as escalas no movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro, ver GRANDI (2010).

possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.) (SOUZA, 2011) [grifos do autor]”.

No período pré-ocupação, a “rede de apoio” é bastante restrita, pois o “processo” corre em segredo. Mesmo assim, alguns atores são acionados, como o advogado e os apoiadores que compõem o chamado “apoio ampliado”. Contudo, em momentos de territorialização instável, redes formais e submersas são acionadas para ampliar a esfera de influência do movimento e potencializar a articulação de ações e agentes que operam em níveis escalares distintos. O “grupo de apoio” organiza debates e palestras em universidades para discutir não só as ocupações urbanas, mas também, os principais problemas que assolam o hiperpreariado (SOUZA, 2008) carioca. Neste momento, a “rede de apoio” se amplia, principalmente, devido à maior exposição pública. Os canais de “mídia alternativa” (como o CMI [Centro de Mídia Independente], o Passapalavra e o Pela Moradia) possuem um importante papel, visto que asseguram a circulação de informações que não são publicadas na chamada “grande mídia” (ou mídia burguesa). Mesmo assim, esta também acaba servindo não somente como um instrumento de publicidade, mas também como um fator de segurança para os ocupantes do prédio, visto que a sua presença inibe a ação violenta da polícia. Os Centros Acadêmicos (CAs), como o CA de Pedagogia e o CA de Sociologia da UFRJ (dois dos que adotam a autogestão em sua organização interna) mobilizaram estudantes, difundiram informações e contribuíram financeiramente para a confecção de panfletos e cartazes. Os estudantes compunham grande parte dos manifestantes e contribuíram para a publicização do movimento em tela. Sindicatos (como o SINDPREV, por exemplo) também contribuem com recursos financeiros e materiais, como carros de som e cópias do material de divulgação das manifestações. Os ativistas da FLP e da CMP participaram ativamente das negociações com instituições do Estado. Alguns deles já haviam participado de diversos movimentos sociais e possuíam um conhecimento útil sobre os trâmites legais e políticos, sendo que no caso da CMP, havia, inclusive, aqueles que tinham acesso direto a gabinetes de parlamentares e demais integrantes do aparelho burocrático do Estado.

A mediação com o Estado é esporádica e a gente tem esse defeito, né? A gente não tem muita ligação com o governo, nem com candidato, nem com parlamentar. Então a gente tem muita distância desse mundo. Sempre teve. É difícil pra gente estabelecer qualquer contato, então a gente depende dessas

pessoas que tem essa proximidade com esse mundo, pra quando a gente precisa ter.¹⁶³

Então eu acho que é bacana quando a gente tem parceiros. Mas eu acho que mistura de partido com movimento social, com ocupação, eu acho que é uma mistura meio, acho que é como água e óleo, não tem como se fundir. A gente tem outra proposta, a gente sabe o que o governo pensa da gente. A gente sabe qual é a proposta deles pra gente, seja em Pedra de Guaratiba, Chapecó, ou seja lá onde for. A gente sabe que o governo não quer o trabalhador no centro, a gente sabe. E a gente identifica o governo como inimigo, mas quando você tem uma pessoa que ainda consegue estabelecer um diálogo com esse governo que não ta completamente possuído pelo financeiro, é importante pro Coletivo e a gente tem algumas pessoas neste sentido.¹⁶⁴

Em momentos de territorialização estável, as redes de apoio se contraem e se reorganizam sob a forma de vínculos formais, geralmente associados a mediadores (apontados pelo Estado ou não) na negociação para reassentamento ou regularização fundiária. A CMP, mais uma vez, representa o principal parceiro da referida ocupação na luta institucional. Através dela – e com a demanda da Ocupação Chiquinha Gonzaga para a realização de um projeto arquitetônico de reabilitação do imóvel ocupado – um grupo de arquitetos assumiu o compromisso de realizar o projeto. Assim foi fundada a Associação Chiq da Silva (o próprio nome é uma homenagem à Ocupação Chiquinha Gonzaga e combina o Chiq [de Chiquinha] com o nome “da Silva”, nome que, por ser tão comum, é associado àquele que é desconhecido). Esta Associação surgiu da demanda do movimento dos sem-teto e trabalhou, durante o estudo preliminar para o projeto da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em parceria com o NuPeD¹⁶⁵ (Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial). Os esquemas gráficos abaixo demonstram as redes formais que são constituídas nos dois momentos representados: momento de territorialização instável e estável.

Teve pessoas da FLP que contribuíram diretamente, assim, indo para as reuniões juntos, tem o Marcelo da CMP que não é só um contribuidor da Quilombo, mas de todas as ocupações, da Chiquinha, uma das pessoas que negociou o prédio da Chiquinha, da Zumbi, também tentou mediar a questão da Zumbi e é um

¹⁶³ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

¹⁶⁴ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

¹⁶⁵ O NuPeD realizou, também, um projeto de captação de recursos para a Cooperativa de Chinelos e Sandálias da Ocupação Quilombo das Guerreiras (ver ALMEIDA, 2009), e organizou seminários e palestras sobre economia solidária e reforma urbana.

parceiro assim da Quilombo. Há pouco tempo a gente recebeu uma reintegração de posse da Companhia Docas, assim pra a gente desocupar o prédio em 15 dias e ele foi uma ligação entre a gente e a SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) e ele que foi o elo de ligação, ele que estabeleceu essa reunião, ele que conseguiu a documentação do SMU se colocando à disposição e se comprometendo se por ventura Docas precisar desse imóvel aqui, daqui a um ano, porque não tem projeto pra ele agora, que eles se comprometeriam em reassentar a gente em um imóvel, num prédio, não de aluguel social e não separadamente, mas num prédio, até que a Quilombo da Gamboa ficasse pronta.

166

Contudo, o papel das redes submersas também merece ser ressaltado. Enquanto instituições como a Bento Rubião, a Chiq da Silva e a CMP atuam acessando recursos do Estado e percorrendo redes formais, os “grupos de apoio”, os CAs universitários e os integrantes do “Movimento Punk” atuam através de redes submersas para mobilizar pessoas para as manifestações, apoiar a ação direta e desenvolver projetos nos territórios ocupados. Mesmo assim, não se pode subestimar o efeito dessas redes nas “políticas de escala”. O filme “Justa Causa”, por exemplo, foi construído por um dos “grupos de apoio” que se focava na formação política dos ocupantes e atuava no Fórum Contra o Choque de Ordem (formado por ativistas de diversas ocupações do Centro e da Zona Portuária e que se desfez em meados de 2009), chegou a ser exibido no Teatro Odeon (conhecida sala de cinema no Rio de Janeiro, localizada na Cinelândia) e, depois de traduzido para o inglês, o francês, o alemão e o espanhol (por integrantes do Apoio e/ou simpatizantes do movimento), foi exposto na Europa (particularmente no âmbito universitário) e atraiu estudantes, principalmente alemães, que buscavam realizar seus projetos de pesquisa nas ocupações desta variante do movimento dos sem-teto. Além disso, por meio do NuPeD, o movimento de sem-teto sul-africano, denominado de *Abhalali Base Mjondolo* (que também adota um formato organizativo horizontal) pôde visitar e estabelecer contato com as ocupações da referida variante. Recentemente, membros do “grupo de apoio” foram contatados por pesquisadores que atuam no movimento dos sem-teto venezuelano (que tiveram contato com o referido filme através de uma estudante alemã) para realizar um encontro no final deste ano em uma das ocupações do Rio de Janeiro, e trocar experiências. Enfim, as redes submersas podem

¹⁶⁶ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

alcançar as mais variadas escalas e, inclusive, “abrir caminho” para a constituição de vínculos formais de aliança.

Além disso, após a tomada do território, cada ocupação passa a fazer parte de um “circuito” cultural e político dos movimentos sociais e abriga diversas reuniões, palestras e debates promovidos, inclusive, por outras organizações, como a FIST e o MTD. Se, por um lado, as ocupações desta variante nunca chegaram a constituir um “território-rede” (SOUZA, 2007[1995] e HAESBAERT, 1997) bem articulado, por outro, se estabeleceram como nós de uma rede mais ampla (e ainda mal formada) composta por ativismos sociais dos mais diversos. Assim, a ocupação se insere politicamente, e sob uma perspectiva escalar do “território descontínuo” (SOUZA, 2007[1995]), num conjunto de espaços receptíveis à atuação política de ativismos sociais emancipatórios (juntamente com sedes de sindicatos e de ONGs, centros culturais e outras ocupações). No ano passado (2010), três moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras tiveram a oportunidade de iniciar um curso superior de Licenciatura e Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) voltado apenas para integrantes do Projeto de Assentamentos da Reforma Agrária criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), incluindo vagas para indígenas e quilombolas. Os moradores da Quilombo das Guerreiras constituíram uma parceria com o “MTD/RJ Pela Base” (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) através do “grupo de apoio” e foram, posteriormente, “adotados” por organizações como a Comissão Pastoral da Terra e o MST, e prestaram um Concurso de Acesso Especial à referida universidade. Mesmo que o curso seja voltado para a educação em áreas rurais, a oportunidade criada por essa rede tem ajudado a construir novas alianças e uma aproximação entre os ativistas do movimento dos sem-teto e os ativismos do campo. Assim, ao mesmo tempo em que redes submersas acessam diferentes escalas e ajudam a construir vínculos formais (como disse nas linhas acima); dessas mesmas redes formais também brotam rizomas, visto que as alianças construídas no dia-a-dia do curso (na convivência cotidiana dos alunos) extrapolam as parcerias formadas pelas referidas organizações.

Para as pessoas que estão lá na universidade, de outros movimentos, é até assustador a maneira que a gente se constrói politicamente: Coletivo, autogestão, processo horizontalizado. É meio assustador pros movimentos que estão lá, eles nem gostam muito não. Porque acham mais fácil um outro processo de

construção de outro tipo; com representante. Mas nós aprendemos muito um com o outro.¹⁶⁷

Portanto, o formato político-organizativo da ocupação em tela, que faz de cada ocupação uma “organização em sentido amplo”, como destacam Souza e Teixeira (2009), permite constituir vínculos, formais e informais, com as mais variadas organizações dos movimentos sociais, tecendo malhas flexíveis e heterogêneas sem, com isso, deixar-se manipular por uma ou outra organização. Por outro lado, as ocupações se encontram, em algum grau, dependentes de organizações com expressão nacional, como a CMP. Mesmo que a referida organização tenha atuado, até hoje, em parceria com as ocupações (sem uma preocupação em cooptá-las); refletir sobre novas estratégias para dar prosseguimento à luta institucional, independentemente de organizações partidárias, torna-se cada vez mais urgente.

A gente vive falando em autogestão, né. Mas não é autogestão, a gente não vive independente, autogestão é uma utopia, é um sonho, é aquilo que a gente quer conquistar. A gente não se sustenta, a gente não tem uma geração de renda para isso. Mas deixar de usar esse termo é como dizer que nós desistimos dele e a gente não desistiu dele. É o que a gente quer atingir, é o que a gente quer ter como meta. Mas é fundamental estar denunciando mesmo, e quanto menos vínculo nos temos com o governo, mais facilidade a gente tem pra denunciar isso e quanto mais vínculo, mais difícil é de denunciar.¹⁶⁸

Recentemente, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR) conseguiu (em parceria com a CMP), através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), recursos para a construção de um conjunto habitacional na Gamboa (já batizado pelos moradores de Quilombo da Gamboa), no qual a Ocupação Quilombo das Guerreiras será, provavelmente, reassentada. Os moradores da Quilombo das Guerreiras ainda tem alguma esperança de permanecer no prédio ocupado, mas já sediam reuniões mensais junto às diferentes comunidades que irão compor o conjunto habitacional (que inclui moradores de ocupações e favelas na zona oeste e no centro). O projeto foi desenvolvido pela Associação Chiq da Silva e contou com a participação dos moradores em sua elaboração. O grupo de futuros moradores, juntamente com representantes da UNMP e da CMP, se reúnem uma vez por mês, na

¹⁶⁷ Entrevista realizada em 25/07/2010 com “moradora destacada” da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹⁶⁸ Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

ocupação Quilombo das Guerreiras, para decidir o regimento interno, discutir organização e conhecer um ao outro.

A gente tá se reunindo pra Quilombo da Gamboa como se fosse um processo de ocupação, mas sabendo que um prédio vai ser construído. A diferença é essa. Essa reunião seria pra construir esse regimento interno, pra construir tudo aquilo que se constrói num processo de ocupação. Um regimento interno, a forma de organização, o nome, pras pessoas se conhecerem, se comprometerem juntas... Acho importante. Embora algumas pessoas achem que é imoral os movimentos sociais se organizarem pra pegar dinheiro do governo, eu não acho não. Acho que o dinheiro do FNHIS são milhões e milhões que ficam lá parados e se o movimento não faz um projeto para que esse dinheiro sirva pra classe trabalhadora, ele vai ser destinado a outras pessoas que não são os trabalhadores. Então não vejo isso como imoral, vejo isso como uma vitória do movimento.¹⁶⁹

Mesmo assim, os moradores da Quilombo das Guerreiras não estão muito animados com a transferência. O formato organizativo é sempre ressaltado como algo que dificilmente será alcançado no conjunto habitacional.

Lá são 142 famílias. Se você tirar 50 moradores da Quilombo, sobram 92 famílias. Se a gente tá aqui há cinco anos se batendo, se rasgando, convencendo e sendo convencido do Coletivo, e às vezes não consegue... então a gente acha impossível conseguir convencer as pessoas dessa proposta porque são pessoas, tinham pessoas que moravam em casa, nunca viveram em Coletivo. Você com uma vivência de casa, você cria uma independência muito grande pra ser submisso, entre aspas, ao Coletivo. Assimilar a ideia do Coletivo... a gente acha pouco provável. E aí eu acho que essa é a principal razão porque a maioria do Coletivo não quer ir para o Quilombo da Gamboa.¹⁷⁰

O desânimo acontece porque nesse processo de cinco anos, foi um processo sofrido, mas um processo aceito e assimilado. A gente gosta de tirar portaria? Não. Mas sabe que tem que tirar. A gente gosta de participar de reunião toda segunda-feira? Não. Mas a gente entende que pra além das nossas demandas, existem demandas aí fora que precisam ser discutidas por nós também. Demanda de conjuntura, que o Coletivo não pode viver só pra si, pra dentro de si. Aí começa aquela história, por que reunião toda semana se os trabalhos tão acontecendo e tal? Mas não são só os nossos trabalhos. Tem um mundo aí fora! Despejos acontecendo, remoções, Copa do Mundo, Olimpíadas, e a gente tem que tá discutindo isso, tem que tá antenado o tempo inteiro. E aí a gente sabe que essa proposta de Coletivo, como a gente tem aqui, a gente se alternando pra não ficar pesado pra ninguém... A gente entende que isso não vai acontecer lá. Noventa famílias que eu não conheço, as mães não vão tá seguras de deixar o filho porque não vai ser a mesma organização, não tem a proposta de ser. E aí as pessoas preferiam ficar aqui.¹⁷¹

¹⁶⁹ Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 06/02/2011.

¹⁷⁰ Depoimento de moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 06/02/2011.

¹⁷¹ Entrevista realizada com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 30/05/2010.

Mesmo que a dimensão político-organizativa seja sempre ressaltada, não podemos negligenciar o aspecto emocional de deixar uma ocupação pela qual se lutou tanto. Por mais que existam inúmeros conflitos internos, moradores que não se gostam e problemas de infraestrutura, a Quilombo é uma moradia segura, uma comunidade onde todos se conhecem. Acompanho as reuniões para o conjunto habitacional há mais de um ano. Uma coordenação já foi formada por representantes de cada comunidade que será reassentada, além de uma forte presença de lideranças da CMP, da Fundação Bento Rubião e da UNMP (que sequer são moradores cadastrados). Tais reuniões proporcionam um espaço de discussão no qual os temas são muito influenciados por debates vinculados à “arena secundária”.

A Quilombo da Gamboa pra mim é uma vitória da CMP e da União [UNMP], uma vitória do povo, mas emocionalmente não representa nada! Acho que é uma demarcação acontecendo, um ponto estratégico, um espaço do trabalhador aqui no centro, numa área da qual ele ta sendo expurgado, e isso é legitimado pelo próprio governo. Então eu acho muito importante, fundamental, mas também não queria ir pra lá nem um pouco. Continuo não querendo. Mas não vou deixar de ir. Se não tiver a oportunidade de ficar aqui, eu vou. Mas vou na perspectiva de quase todos os moradores. Muito descrente de ser uma coisa até próxima ao que é aqui. E tomara Deus eu esteja errada. Tomara Deus que a gente tenha uma organização que as pessoas realmente queiram e que dê certo. Tomara que eles queiram um espaço organizado. Tem algumas coisas que a gente é contra e não precisou lutar contra porque a gente bateu o pé firme. Teve pouca interferência como droga, como tráfico, a gente nunca teve esse tipo de interferência. E a gente queria continuar pelo resto da vida não tendo. Eu tenho muito medo disso e acho que as pessoas tem muito medo disso, sabe? De ter que lidar com coisas que a gente não precisou lidar aqui. Mas pra você não lidar você tem que ter um grupo muito coeso. Uma proposta que realmente seja aceita por todo o mundo, assim. A gente opinou o que a gente queria pra Chic da Silva, mas não é isso que anima a gente. Não é ter uma sala de inclusão digital só, não é isso. Não adianta ter uma sala dessa se a gente não tem paz, sabe? Se a gente não tem segurança, se a gente acha que não vai ter respeito... pode ser que a gente esteja viajando, que a gente é prepotente, sei lá! Não sei o que é, mas a gente não acredita nisso, sabe? Então o fato de estarmos nos propondo a discutir isso aqui dentro é pra ver mesmo de que maneira a gente pode dar um golpe, né. (risos) De repente começar a convencer que dá pra ter outro tipo de organização.¹⁷²

O depoimento acima ressalta, em primeiro lugar, a importância da manutenção da moradia no centro. O espaço enquanto território recebe destaque. A demarcação de um ponto estratégico no coração do Rio de Janeiro, no qual diferentes movimentos sociais atuam, é a esperança de consolidar um “território dissidente” lá onde o capital

¹⁷² Entrevista realizada por mim em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

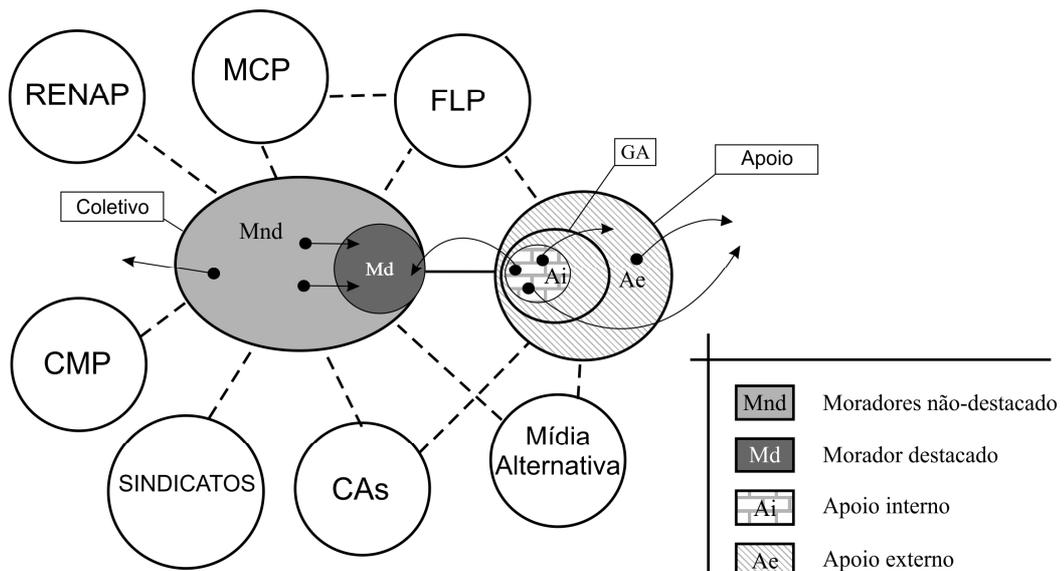
especulativo menos queria. Contudo, sob um aspecto “emocional”, ressalta a moradora, o conjunto habitacional Quilombo da Gamboa não significa uma moradia melhor, mesmo que as habitações sejam mais bem estruturadas, com banheiros e cozinhas por unidade doméstica. Assim, as características físicas da habitação (referentes à infraestrutura) acabam sendo secundarizadas, visto que sob o ponto de vista arquitetônico e jurídico, a mudança seria, certamente, para melhor.

No mais, a fala da moradora termina revelando que, apesar de tudo, ainda é possível um “golpe”: golpe na organização “por coordenação”, golpe na forma-Estado. Neste sentido, mesmo que o projeto se concretize e a Quilombo das Guerreiras seja reassentada; o depoimento da moradora revela que o Coletivo não será desterritorializado sem reação. E não é à toa que a proposta de realizar reuniões mensalmente, com presença obrigatória de um membro por família, partiu do Coletivo da Quilombo, em seu território. Se seus moradores aprenderam algo sobre como funciona o processo de territorialização de um Coletivo, sabem que é preciso lançar um novo centro, ensaiar uma territorialidade, conhecer seus amigos e seus rivais. Mais uma vez, no início, o grupo se estrutura como uma árvore, onde antes havia o Apoio, agora há uma coordenação, tudo começa com uma raiz. Contudo, é daí mesmo, do oco dessa raiz (como diria Deleuze e Guattari) que pode brotar um rizoma.

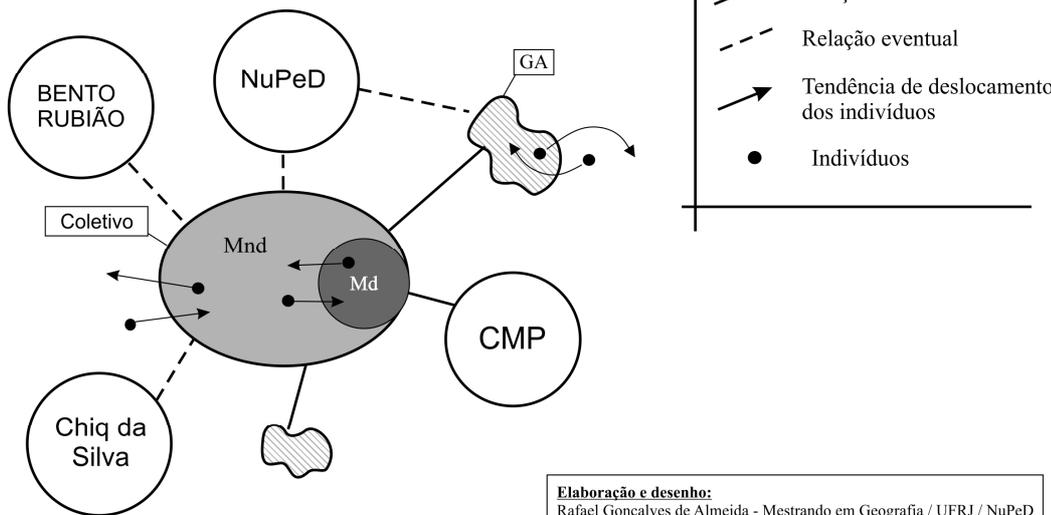
Figura 20

Dinâmica da “rede de apoio” da Ocupação Quilombo das Guerreiras

Momento 1: Territorialização Instável



Momento 2: Territorialização Estável



	Mnd	Moradores não-destacado
	Md	Morador destacado
	Ai	Apoio interno
	Ae	Apoio externo
		Organizações diversas
	GA	Grupo de Apoio
		Relação forte / constante
		Relação eventual
		Tendência de deslocamento dos indivíduos
		Indivíduos

Elaboração e desenho:
 Rafael Gonçalves de Almeida - Mestrando em Geografia / UFRJ / NuPeD
 Msc. Matheus da Silveira Grandi - Doutorando em Geografia / UFRJ

Considerações finais

“[P]or mais que ocupações de imóveis, por sem-teto ou sob a forma de constituição de favelas, firam a propriedade privada, essa afronta simbólica não é nada em comparação com o fato de que, sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso (...) Moral da história: não basta, pontualmente, afrontar a propriedade privada. É imprescindível fazer isso ao mesmo tempo em que se põe em discussão o conjunto da vida social e a organização espacial da cidade em geral” (SOUZA, 2006a, p. 305 e 306).

Antes de terminar, gostaria de levantar uma última questão que merece ser abordada: afinal, como a organização político-espacial de um “nanoterritório” (SOUZA, 2006a), e seu processo de territorialização, são elementos da dimensão espacial da sociedade relevantes no contexto do espaço urbano? Em outras palavras, como a experiência do movimento dos sem-teto, e, mais ainda, a experiência de uma ocupação específica (como no caso da Quilombo) nos ajuda a compreender qualquer coisa sobre as relações sociais na cidade?

O fenômeno das ocupações urbanas não se restringe ao Brasil e tampouco à América Latina. Ele está presente tanto nos países ricos do norte quanto nos países pobres do sul, e assume características distintas, estratégias locais de territorialização e discursos heterogêneos. O termo inglês “*squatting*”, por exemplo, abarca uma grande diversidade de práticas. Vale lembrar que moradores de favelas são, também, ocupantes (*squatters*) (em sentido amplo), visto que se instalam em propriedade alheia, privada ou pública, onde a posse do proprietário não é exercida¹⁷³. Mesmo se nos detivermos apenas ao espaço urbano, as práticas de ocupações (*squatting*) englobam uma variedade grande de atores, organizações e objetivos estratégicos.

Há ocupações mais e menos organizadas; há aquelas que servem apenas como moradia precária para quem não consegue adquirir (por meio da compra ou aluguel) uma habitação; há as que possuem sua identidade mais vinculada à denúncia do déficit habitacional, aquelas que buscam constituir-se como espaços culturais alternativos (algumas, inclusive, ocupadas por uma classe média, o que é mais comum na Europa), há aquelas que mesclam objetivos e táticas diferentes etc. Certamente, um esforço de

¹⁷³ Ver sobre isso, SOUZA (2009c).

sistematização e classificação dos diferentes tipos de ocupação se faz necessário, mas extrapola os objetivos deste trabalho¹⁷⁴. Contudo, duas características são compartilhadas por todas essas práticas que englobam o termo “*squatting*”: a primeira é que são práticas que envolvem a territorialização (em sentido estrito¹⁷⁵) de terrenos ou prédios cujos proprietários não exercem a posse e, por isso, encontram-se em situação de abandono; a segunda é que a territorialização se dá por meio da ação direta, e assim, age sobre o problema sem intermediação do Estado¹⁷⁶. O *squatting* é, portanto, uma “prática espacial insurgente” (SOUZA, 2010) comum em diversas cidades do mundo onde o Estado e o mercado falham, simultaneamente, em atender à demanda existente por moradia.

No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, seus moradores não se restringem a amenizar seus problemas de moradia, mas buscam constituir “territórios dissidentes” (SOUZA, 2007[1995]), produzindo, de maneira mais consistente, uma ampla gama de práticas e discursos que questionam não somente as políticas habitacionais existentes no âmbito da “democracia” representativa capitalista, mas todo um conjunto de relações sociais que se fundamenta na heteronomia. O movimento dos sem-teto configura, portanto, uma categoria de *squatting* que representa uma afronta ao *status quo* e, por isso, se constitui como parte integrante de um “movimento social emancipatório” (SOUZA, 2010). O movimento dos sem-teto e os *squatters* são ativismos que territorializam a cidade, se apropriam dela. Ao mesmo tempo, neste mesmo movimento de apropriação, alguns dos atores sociais também expressam e põem em prática relações sociais nas quais a lógica instrumental do *homo economicus*, aquela que é tão cara ao biopoder, é questionada e, na medida do possível, esmaecida.

¹⁷⁴ Vale destacar o trabalho de Hans Prujit (2004) sobre a prática do *squatting* na Europa, onde o autor realiza um esforço de sistematização que identifica cinco configurações distintas: 1) *Deprivation based squatting*; 2) *Squatting as an alternative housing strategy*; 3) *Entrepreneurial squatting*; 4) *Conservational squatting*; 5) *Political squatting*. Contudo, é preciso destacar que sua classificação se restringe às práticas observadas na Europa. Assim, um esforço de sistematização das práticas observadas na América Latina ainda precisa ser feito.

¹⁷⁵ Souza (2010, p. 40) destaca, entre os tipos gerais de “práticas espaciais insurgentes”, aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido estrito”, ou seja, aquelas que se apropriam de um espaço por meio da presença física; e aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido amplo”, ou seja, a partir da inscrição de símbolos no espaço que desafiam direitos formais e prerrogativas legais de proprietários, como a grafitação (práticas que não dependem de uma presença física duradoura).

¹⁷⁶ É claro que a negociação com o Estado é inevitável; contudo, para além de simplesmente reivindicar a recuperação de prédios abandonados, os *squatters* primeiro atuam diretamente sobre o problema, refuncionalizando e reestruturando os imóveis ocupados e, só depois, negociam com o Estado a sua permanência.

As ocupações, de um modo geral, não constituem, *a priori*, “territórios dissidentes”, pois são, em primeiro lugar, alternativas encontradas pelos mais pobres para satisfazer sua necessidade de moradia (alternativas reconhecidas pelo Estado, porém não sancionadas formalmente). Elas são muito mais um resultado da espacialização da desigualdade social e do problema do déficit habitacional do que, propriamente, territórios que resistem ao poder hegemônico. Contudo, a partir deles, podem surgir “territórios dissidentes” (SOUZA, 2007[1995]) que nada mais são que “heterotopias emancipatórias” (SOUZA, 2010), constituindo verdadeiros laboratórios de autonomia, e podendo revelar alguns mecanismos, práticas e discursos que representam e constroem uma alternativa à heteronomia instituída, como no caso da ocupação Quilombo das Guerreiras.

“Fugindo às ‘formas totalizadoras e sacralizadas’, [tais] heterotopias remeteriam a formas de organização mais autônomas, não-centralizadas e que não têm necessidade, para serem válidas, da concordância de um sistema comum, o que não quer dizer um ecletismo débil, práticas oportunistas, total permeabilidade a qualquer proposta ou empreendimento, ou, um ascetismo plenamente voluntário. O fato de, muitas vezes, irem na contra-mão desse ‘sistema’, não significa pobreza política e ‘princípio do ser contra’, mas saberes (e poderes) particulares, locais, regionais, diferenciados, não unânimes, politicamente divergentes e que, por isso, devem sua força somente à dimensão que os opõe à todos aqueles que o circundam. Trata-se de uma insurreição dos saberes (‘de baixo’) contra os efeitos de poder centralizadores e centralizados (‘de cima’)” (RAMOS, 2010).

Ativismos e movimentos sociais também buscam coordenar suas ações visando alterar a correlação de forças nas cidades¹⁷⁷. Se por um lado, tensionam por uma maior participação na definição dos rumos urbanos, por outro, desenvolvem táticas para combater a expansão de um modelo de cidade excludente. Souza (2006a) ressalta, por exemplo, que a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, que chamou tanto a atenção de pensadores no mundo todo (incluindo o filósofo Castoriadis e o geógrafo David Harvey), e que resultou numa reconfiguração territorial da cidade, não foi uma iniciativa apenas do PT e da Prefeitura, mas foi, também, uma antiga reivindicação

¹⁷⁷ Sobre as táticas e estratégias espaciais adotadas pelo movimento dos sem-teto frente a duas das táticas espaciais utilizadas pelo capital imobiliário no espaço urbano (o investimento em novas áreas de expansão – notadamente na franja periurbana – e o reinvestimento em zonas de obsolescência – especialmente as localizadas próximas ao núcleo central das cidades), ver MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009). O referido artigo faz um estudo de caso auxiliado por um “caso de contraste”: o primeiro enfoca a espacialidade de quatro ocupações no centro da cidade do Rio de Janeiro; o segundo aborda algumas práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) de São Paulo.

da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UNAMPA) e que, inclusive, deu origem a propostas práticas como a referente à constituição de um Conselho Municipal de Orçamento (SOUZA, 2006a, p. 238). O Plano Diretor (vigente antes do Orçamento Participativo [OP]) estipulava a divisão da cidade gaúcha em 4 unidades espaciais, mas durante a implementação do OP, e após muitas negociações entre a população e o Conselho, essas quatro unidades foram subdivididas, formando, ao todo, 16 unidades espaciais (chamadas de “regiões”). Assim, a implementação do OP e as novas práticas políticas dele decorrentes, levaram a uma redefinição da malha territorial da cidade (SOUZA, 2003, p. 458). Neste sentido, como afirma Souza (2006b),

“A sociedade civil como tal (especialmente os movimentos sociais) devem ser vistos como um agente relevante (potencialmente ou *de facto*) para a concepção e implementação de estratégias de planejamento urbano e gestão” (SOUZA, 2006b, p. 328 [tradução livre]).

Os indivíduos também pensam sobre a cidade e refletem sobre seus problemas e possíveis soluções, algo que parece óbvio, mas que, para muitos, deve ser um assunto restrito aos burocratas e técnicos do Estado. A sociedade também é capaz de elaborar estratégias de planejamento e gestão da cidade. E estas, segundo Souza, remetem ao governo em sentido amplo, que não se refere, necessariamente, ao Estado, podendo também, referir-se,

“em uma situação radicalmente diferente da nossa atual, à auto-organização/autogestão/autonomia da sociedade – vale dizer, ao autogoverno da coletividade” (SOUZA, 2003, p. 425).

Assim, os sem-teto solucionam (ou, ao menos, amenizam) o seu problema de moradia ao ocupar um prédio abandonado, mas também, amenizam problemas vinculados à vida cotidiana – como a insegurança, a precariedade do transporte, do trabalho e do acesso à infraestrutura urbana em geral – quando decidem ocupar o Centro. Para evitar a utilização da moradia como mercadoria (que configura uma das principais causas da situação de precariedade na qual se encontra), o sem-teto implementa a propriedade coletiva e, além disso, proíbe a venda e o aluguel de quartos. Deste modo, ele evita que moradores se desfaçam de sua habitação em troca de um alívio financeiro momentâneo, trazendo mais segurança à família do ocupante.

No entanto, além de implementar soluções para problemas específicos da vida urbana, o Coletivo da Quilombo das Guerreiras organiza-se de uma forma particular e elabora procedimentos e normas de conduta que procuram instaurar relações de poder horizontais. Longe de representar um modelo ideal, o Coletivo da referida ocupação busca, na medida do possível, eludir movimentos de transcendência que fixam trajetórias que vão do coletivo ao individual; e, além disso, procuram estabelecer distâncias que facilitam a organização de relações “simétricas e reversíveis efetuadas por homens [e mulheres] livres” (DELEUZE, 1999, p. 33). “A liberdade é uma prática”, já dizia Foucault. Ela não é determinada funcionalmente pela natureza de um conteúdo específico, mas praticada ou não no próprio processo de instituição da sociedade. “A liberdade do Homem nunca está assegurada pelas instituições e leis que pretendem garanti-la” (FOUCAULT, 1991). Neste sentido, a forma ganha destaque, pois compreende-se que mais importante do que definir um conteúdo único e “verdadeiro”, é instaurar meios para que ele permaneça sempre cambiante, sendo sempre objeto de reflexão e contestação. A forma constitui-se, portanto, como “a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade” (SIMMEL, 2006).

Assim, no processo de formação de um Coletivo (durante as reuniões preparatórias), como tentei demonstrar, o trabalho do “grupo de apoio” é precisamente o de instaurar distâncias não hierárquicas entre si e o conjunto dos moradores e, ao mesmo tempo, entre os próprios moradores em suas relações recíprocas. O encontro na assembleia dos moradores consiste em uma espécie de “ritual de imanência” (DELEUZE, 1999, p. 33), que adota procedimentos formais que propiciam conflitos, intensificam embates, mas, também, evitam rupturas. Nota-se aí, por exemplo, que o exercício do “poder instituinte” (ou ao menos de um “germe” deste), demanda um comportamento de certa forma contido, discreto, polido, mas que nem por isso abandona sua esquizofrenia, suas tensões e contradições internas. O autocontrole, o governo de si, é exigido para a interação formal nos espaços de deliberação, mas também nas relações cotidianas. O seu descumprimento pode, inclusive, resultar em sanções punitivas (mesmo que, geralmente, estas sejam apenas coibidas verbalmente pelos demais integrantes do Coletivo). Desde as reuniões preparatórias, contextos e interações são ressaltados em detrimento de filiações e de quaisquer outros vínculos transcendentais (constituídos anteriormente à interação).

Após a tomada do território, quando a ameaça de despejo é afastada, o “grupo de apoio” é excluído das assembleias. A dinâmica dos “campos” e “arenas” se transforma, assim como a territorialidade da ocupação. As disputas políticas resultam em novas configurações territoriais, condicionando fluxos e redefinindo as funções dos espaços da ocupação. Território e relações de poder se constituem reciprocamente. Assim, na medida em que as relações de poder se verticalizam, como no caso da Chiquinha, os espaços da ocupação perdem vitalidade pública e vice versa, pois a perda de vitalidade pública dos espaços também suscita ou estimula a verticalização das relações de poder. Já no caso da Quilombo das Guerreiras, *campos políticos instáveis e imanes* se constituem e, paradoxalmente, estabilizam relações políticas sem, com isso, reduzir o ritmo e o dinamismo dos conflitos e das mudanças. Na verdade, as reviravoltas de opinião e os embates nas assembleias são incorporados e validados pela dinâmica política da ocupação. Tal estabilidade, mesmo que mínima, permite a “ressignificação de lugares” (SOUZA, 2010) que concede características particulares ao território para além de sua organização espacial e sua dimensão funcional. A vitalidade pública dos espaços, neste sentido, depende também da produção de “topofilias” que, por sua vez, aprofundam a territorialização. Além disso, a referida ocupação desenvolveu mecanismos específicos que, ao mesmo tempo em que operacionalizam o exercício de um “poder explícito” capaz de emitir injunções sancionáveis, permitem não separar tais instâncias do conjunto da coletividade. Enquanto a *territorialização coletiva* secundariza a apropriação privada e confere ao Coletivo autoridade sobre o seu território; a *participação compulsória* de, pelo menos, um membro por unidade de moradia nas assembleias e nos trabalhos coletivos, responsabiliza cada morador pelas decisões tomadas e pela execução das mesmas.

Além disso, a necessidade de se evitar que questões de cunho pessoal interfiram no andamento das assembleias levou a instauração de um espaço-tempo próprio para a mediação deste tipo de conflito. A *assembleia de avaliação* que ocorre uma vez por mês, funciona por meio de procedimentos que regulam e condicionam o comportamento individual. Há uma etiqueta a ser seguida, um conjunto de formalidades necessárias para que o “destaque” seja considerado válido. Interessantemente, as normas de conduta (explicitadas na seção 3.2.3) são notadamente mais rígidas nas assembleias de avaliação do que nas assembleias comuns semanais, revelando uma maior preocupação do Coletivo

com a administração dos conflitos, visto que tratam-se de conflitos pessoais e, por isso, mais suscetíveis a manifestações exaltadas de humor e à ruptura.

Em relação às redes que a ocupação estabelece para além do seu território, estas são tecidas sob a forma de parcerias, priorizando vínculos horizontais que atravessam em todas as direções, sem que haja o controle de um centro, e que opera por livre associação. As “redes submersas” ganham destaque, visto que remetem a conexões que não exigem fidelidade exclusiva. Assim, a referida ocupação se constitui como uma organização em sentido amplo (SOUZA e TEIXEIRA, 2009), que preserva certa distância e independência em relação a qualquer organização política (inclusive aquelas pertencentes ao movimento dos sem-teto), mas que, nem por isso, deixa de constituir suas “redes de apoio”. Em suma, o processo de territorialização de uma ocupação como a Quilombo das Guerreiras revela alternativas antiburocráticas decorrentes de análises estratégicas desenvolvidas por atores excluídos da demanda solvável por habitação e, por isso, negados o direito de morar. Os exilados da cidade rejeitam a posição que lhes foi conferida e se engajam em um movimento de territorialização. Os ocupantes, portanto, precisam a todo tempo atualizar análises de conjuntura e desenvolver métodos e alternativas para evitar a instituição de instâncias hierárquicas que procedem por relações de dominação e constituir um poder que procede por aliança e negociação.

Portanto, a instauração do “poder instituinte” não prescinde de um pensar estratégico que crie mecanismos e procedimentos de governo que atuem sobre os impulsos de ordenamento das práticas sociais. Assim, tendo em vista que a “governamentalidade” é a “racionalidade imanente aos micropoderes” (SENELLART, 2008), ela não remete apenas à Razão de Estado e, por isso, não precisa manter-se refém da heteronomia. Tal racionalidade, desde que explicitada, refletida e elaborada por aqueles que são, também, objeto de exercício do governo, permite operacionalizar a constituição de um poder que emana da coletividade. Assim, ao mesmo tempo em que a governamentalidade não prescinde da utilização de técnicas espaciais; a ordem espacial também revela alguns dos elementos da lógica subjacente ao exercício do poder.

Trata-se, portanto, de pensar os espaços constituídos pelos movimentos sociais não como modelos a serem seguidos, mas como experimentos nos quais o poder heterônomo hegemônico – que se exprime tanto como “infrapoder”, quanto como “poder

explícito” – é esmaecido a partir da construção de um “germe” de “poder instituinte”. Este estabelece um conjunto próprio de códigos políticos e organizativos que, por sua vez, estão sempre referenciados ao contexto histórico e geográfico de uma coletividade dada. Os conflitos suscitados por este esforço contínuo de atualização da potência (ou seja, daquilo que perfaz todas as determinações que ainda se mantêm apenas virtuais), não se manifestam somente na forma de um enfrentamento perante o Estado, mas também, em polêmicas internas, discordâncias familiares e na própria produção subjetiva. Desses conflitos emana uma territorialidade instável porque dissidente, que busca, através da organização coletiva, solucionar ou evitar problemas e dificuldades concretas encontradas no cotidiano.

“[É] necessário (...) que os usuários tomem a palavra, muito especialmente no que concerne aos programas de urbanismo e às questões ecológicas. (...) Na verdade, os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos” (GUATTARI, 1992, p. 174).

Por fim, separei duas falas de moradores da ocupação estudada, onde eles respondem à seguinte pergunta: “Você acredita que a cidade pode ser autogerida?”. Suas respostas mesclam esperança e pessimismo, contudo, mais do que isso, expressam o entendimento de que, como diz Castoriadis: a “imagem do mundo e [a] imagem de si mesmo estão evidentemente sempre ligadas” (Castoriadis, 2007[1975], p. 180). Portanto, concluem, mesmo sem precisar ler Guattari (e com seu próprio vocabulário), que “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 149).

Dá tanto trabalho pra autogerir uma ocupação, que eu acho que uma cidade... eu nem sei dizer se o nome seria utopia, acho que teria uma palavra que ainda não foi inventada. Apesar de eu ter um perfil anarquista, eu não acredito na revolução, assim, que a sociedade pode se autogerir. Primeiro porque pra acreditar no Coletivo, na autogestão, você tem que se desconstruir como pessoa, e isso é muito difícil para a sociedade. E dentro de um espaço fechado, fechado na teoria, como na ocupação, é mais fácil você desconstruir isso, porque você desconstrói na terça, na quarta, na quinta, na sexta, você desconstrói isso todos os dias. Você desconstrói tudo aquilo que te contaram, do tipo, não olha pro trabalho do coleguinha. Você desconstrói o ‘eu tenho que me dar bem’ ou ‘o mundo gira em torno de mim’, você desconstrói, você tem tempo de desconstruir, você é convidado a desconstruir. A sociedade não é convidada a desconstruir isso, muito pelo contrário, ela é convidada a ter representantes sempre. Ela tem o padre dela, o pastor dela, o prefeito dela, o governador dela. A gente só trabalha com representação. E isso na nossa cabeça é muito forte. Muito forte! E tem mais, as pessoas não querem, né? Pra elas, pra grande

maioria é muito mais cômodo delegar alguém a fazer. Acreditar que alguém vai fazer por elas, acreditar que alguém vai organizar por elas. Desconstruir isso socialmente não seria nem utopia, seria o céu! Uma sociedade onde as pessoas assumissem responsabilidade sobre tudo. Sobre a educação, moradia, transporte, onde tudo fosse decidido pelas pessoas e organizado pelas pessoas, seria atingir o ponto máximo da existência humana. E atingir isso é saber que a nossa existência não depende só da nossa vida, mas que depende da vida de todo mundo e eu acho que pra sociedade isso é muito difícil. Entender que só vai existir paz se existir igualdade, é muito difícil pra sociedade. Ela só consegue culpar alguém pelas coisas ou delegar a alguém pra que trate do problema, mas não consegue entender.¹⁷⁸

Mesmo os que acham bonito a autogestão, jamais vão querer tirar portaria lá no prédio dele. Ele vai querer pagar o porteiro. Porque uma coisa é você achar bonito, outra coisa é você querer isso para a sua realidade. É muito mais cômodo eu ter um porteiro, alguém que eu pague do que eu ficar lá. Se pra gente é um processo de convencimento, que já dura cinco anos, imagina o que isso seria pra sociedade? A sociedade tá acostumada a delegar, então é muito difícil. A partir dessa vivência aqui dentro a gente acaba tensionando o mundo lá fora, tensionando os espaços no trabalho, na escola. Mas construir uma sociedade assim, autogerida... Ah, só se tivesse muitas ocupações com esse perfil. Assim se tivesse no centro do Rio 50 ocupações com esse perfil de coletivo/autogestão, o Rio de Janeiro já seria diferente. Porque seriam milhares de pessoas circulando dentro dos ônibus que teriam esse pensamento, milhares de pessoas indo ao hospital que teriam esse pensamento, milhares de pessoas estudando que teriam esse pensamento. E aí iriam querer mudar essas realidades dessa maneira, assim, participando delas, modificando através da horizontalidade.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Entrevista realizada por mim, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17/05/2011.

¹⁷⁹ Entrevista realizada em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com “moradora destacada” da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 24/07/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício Almeida. (2006): *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge. Zahar Editor.

ALLEN, John (2005). Spatial Assemblages of Power: From Domination to Empowerment. In: *Human Geography Today*. Cambridge, Polity Press

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. (2009): *A “economia popular solidária” e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; GRANDI, Matheus da Silveira; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): Oikos, Ágora e Ekklesia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e “Áreas de Sombra” de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

ARANTES, Pedro e FIX Mariana (2009): *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=9445> Acesso em 15/10/2010

ARENDT, Hannah. (2007 [1958]): *A condição humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

AUGÉ, Marc (1994): *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus

AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. (1982): *Habitação e poder*. Rio de Janeiro: Zahar

BONDI, Liz (1993): Locating Identity Politics. In: KEITH e PILE. *Place and the politics of identity*. New York. Routledge.

BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia do Prado (1982). Movimentos sociais de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

BOURDIEU, Pierre (2007[1989]): *O poder simbólico*. 11ª Edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1983): *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

BRENNER, Neil (2000): The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *Antipode*, V. 24, nº 2, pp. 361 – 378.

CARDOSO, Ruth (1984) Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. (org.) *Sociedade e política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. (1987): *História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index

CASTELLS, Manuel (1983). *The City and the Grassroots*. Berkeley, University of California Press

CASTORIADIS, Cornelius (1983): *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1985[1959]): Proletariado e Organização I. In: *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1987): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. II: Os domínios do Homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2002): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. IV: A ascensão da*

insignificância. (tradução de Regina Vasconcellos). São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2004): *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto VI*.

(tradução de Eliana Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2006): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*.

(tradução de Rosa Maria Boaventura). São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2007[1975]): *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, Iná Elias de (2007[1995]). O problema da escala. In: Iná Elias de Castro *et al*, *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CHALHOUB, Sidney (2006). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras

CIDELL, Julie (2006): The place of individuals in the politics of scale. *Area*, V. 38, nº 2, pp. 196– 203.

CLASTRES, Pierre (1978): *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

CORRÊA, Roberto Lobato (1995): *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

DEAN, Mitchell (2010). *Governamentality: Power and rule in modern society*. Sage Ed.

DELANEY, David. LEITNER, Helga (1997): The political construction of scale. *Political Geography*. V. 16, nº 2, pp. 93 – 97.

DELEUZE, Gilles (1999): *Péricles e Verdi: A filosofia de François Châtelet*. Rio de Janeiro. Pazulin

_____ (2006): *Foucault*. São Paulo: Brasiliense

DELEUZE, Gilles e GUATTARI Félix (s/d). *O Anti-édipo*. Rio de Janeiro: Editora Imago.

_____ (1997a): *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Editora 34. Rio de Janeiro.

_____ (1997b): *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Editora 34. Rio de Janeiro.

_____ (1997c): *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Editora 34. Rio de Janeiro.

_____ (1999): *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Editora 34. Rio de Janeiro.

_____ (2000): *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Editora 34. Rio de Janeiro.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire (2004) *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

DESROCHE, Henri (2006): Ação-pesquisa: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa In: THIOLLENT, Michel (org.) *Ação-pesquisa e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: Edufscar.

ELDEN, Stuart (2007): *Governmentality, Calculation, Territory*. Environment and Planning D: Society and Space n. 25.

FERNANDES, Fernando Lannes (2009). *Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

FISCHER, Rosa Maria Bueno (2002): O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Revista Educação e Pesquisa*. V. 28, n.1, p. 151-162, jan/jun. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11662.pdf>

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2009), *Déficit habitacional no Brasil 2007*. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2009 129p.

FLP - Frente de Luta Popular (2005): *A organização popular é para substituir o Estado, não para consertá-lo*. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/05/oct/ainfos00078.html>
Acesso em 20/07/2010.

FOUCAULT, Michel (1991): *Space, Knowledge and Power*. Entrevista concedida a Paul Rabinow In. RABINOW: *The Foucault Reader*. London: Penguin Books.

_____ (1993): *A história da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal

_____ (2005): *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2007a[1975]): *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.

_____ (2007b[1979]): *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal

_____ (2007c[1980]): *O governo dos vivos*. In: Revista Verve no 12 (outubro)

_____ (2008a[1978]): *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2008b[1979]): *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Pedro Mascarenhas (2011): *Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

GIL, Antônio Carlos (2006): *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

GIRGILIOLI, Pier Paolo (1998): Burocracia. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 11ª Edição: Editora UNB

GOHN, Maria da Glória (2008). *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

GRANDI, Matheus da Silveira (2010) *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

GRANDI, Matheus da Silveira; RAMOS, Tatiana Tramontani; ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Guerreiros do 510, do 234, da rua.... PassaPalavra*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9098>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

GRANDI, Matheus da Silveira. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): *Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro*. Florianópolis, Anais do XIII ENANPUR.

GRANDI, Matheus da Silveira e TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2010): *Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro)*. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre.

GUATARRI, Félix (1985): *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense. 2ª ed.

_____ (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

GUATTARI, Félix e NEGRI, Toni (1987): *Os Novos Espaços de Liberdade*. Coimbra, Centelha Ed.

GUATARRI, Félix & ROLNIK, Suelly (2005 [1986]): *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. São Paulo: Brasiliense.

HAESBAERT, R. (1997): *Des-territorialização e identidade. A rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF.

_____ (2002): *Territórios Alternativos*. Rio de Janeiro: Contexto

_____ (2007a): *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2007b): *Território e Multiterritorialidade: um debate*. Revista GEOgraphia, Ano IX, No 17, UFF.

_____ (2007c). *Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*. In: Araújo, Frederico Guilherme Bandeira de; Haesbaert, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess. 1 ed.

_____ (2009): Dilema de Conceitos: Espaço Território e Contenção Territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.

HARVEY, David (2008): The right to the city. *New left review.*, V. 53, Set-out, pp. 23-40.

HEROD, Andrew (1991): *The production of scale in US labour relations*. *Area*. V. 23, pp. 82 – 83.

HOUAISS, Antônio (2001): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva.

IPP, Instituto Pereira Passos (2003): *Nota Técnica Nº 5*, publicado no Rio Estudo nº 95

JACOBI, Pedro Roberto (1980): *Movimentos sociais urbanos no Brasil*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS

_____ (1987): *Movimentos sociais: teoria e prática em questão*. In: SCHERER-WARREN e KRISCHKE. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ (1989): *Movimentos sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez

KEITH, Michael e PILE, Steve (1993): *Place and the Politics of Identity*. New York: Routledge.

KIDDER, Louise *et al.* (1987a): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I – Delineamentos de pesquisa*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987b): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. II – Medidas na pesquisa social*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987c): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. III – Análise de resultados*. São Paulo: D.P.U.

KRISCHKE, Paulo (1987): Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN e KRISCHKE. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Editora Brasiliense..

LACOSTE, Yves (1988 [1929]): *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.

LANZ, Stephan. (2009). Capilares da Transformação Social: Movimentos urbanos na América Latina. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

LEFEBVRE, Henri (1981). *La Production de l'espace*. Paris, Anthropos.

LEMKE, Thomas *et al.* (2000): *Gouvernementalität, Neoliberalismus und Selbsttechnologien. Eine Einleitung*. In: BRÖCKLING, Ulrich *et al.* *Gouvernementalität der Gegenwart*. Main: Suhrkamp.

LIMA, Amanda Cavaliere (2010): “*O que mudou na sua vida?*”: *Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como*

subsídio para a avaliação da eficácia do squatting como estratégia de luta. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

LIMA, Sônia Lúcio Rodrigues (2004): *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.

LUKE, Timothy (1996): Governmentality and contragovernmentality: rethinking sovereignty and territoriality after the Cold War. *Political Geography*, Vol. 15, n. 6/7, p. 491-507

MARSTON, Sallie (2000): The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, vol. 24, nº 2, p. 219 – 242.

_____ (2004): A long way from home: Domesticating the social production of scale. In: SHEPPARD, E. McMASTER, R. B. (orgs). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell.

MASSEY, Doreen (1994). *Space, Place and Gender*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1 ed.

_____ (2000). Um sentido global do lugar. In: Arantes, Araújo (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus

MASUDA, Jeffrey. CROOKS, Valorie (2007): Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, V. 39, nº 3, pp. 257-8.

MOISÉS, José Álvaro (1985): Contradições urbanas, movimentos sociais e o Estado. In: MOISÉS, José Álvaro et al. (org.) *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Do déficit habitacional aos domicílios vagos: dados e controvérsias*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

MOREIRA, Marianna Fernandes. GRANDI, Matheus da Silveira. ALMEIDA, Rafael Gonçalves (2009): *Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto*. Brasília: Anais do XI SIMPURB.

NEGRI, Antonio (2001): Contrapoder In: COLECTIVO SITUACIONES. *Contrapoder: Una introducción*. Ediciones De Mano en Mano
_____ (2003): *La forma-Estado*. Madrid: Ediciones Akal

MILLER, Peter e ROSE, Nickolas (2008): *Governing the Present: Administering Economic, Social and Personal Life*. Cambridge: Polity Press.

MOTTA, Raúl D. (1995): Las redes sociales informales y la búsqueda de la ecuación interactiva entre la toma de decisiones locales y la responsabilidad de la gobernabilidad global. In: DABAS, E. e NAJMANOVICH, D. *Redes: El lenguaje de los vinculos*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós

MURDOCH, Jonathan e WARD, Neil (1997). *Governmentality and Territory: The Statistical Manufacture of Britain's 'National Farm'*. *Political Geography* 16 (4): 307-324.

OLIVEIRA, Elaine (2009): *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito à cidade*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ, Rio de Janeiro.

PACO, Felix Patzi (2007): *Sistema Comunal: Una Propuesta Alternativa al Sistema Liberal*. La Paz: Fundación DRIVA. 2ª Edición.

PENNA, Mariana Affonso (2010): *Socialistas Libertários e Lutas Sociais no Rio de Janeiro: Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História /UFF, Niterói.

PRESTES, Luiz Carlos (2011[1980]): *Carta aos Comunistas*. Colhido na internet em 15/02/2011 (<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2001): *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo veintiuno editores.

_____ (2003): *Geografando: Nos varadouros do mundo*. Brasília: Edições Ibama.

RABINOW, Paul (1991): *The Foucault Reader*. London: Penguin Books.

RAFFESTIN, Claude (1993[1980]). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

RAMOS, Tatiana Tramontani (2010): Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, Volumen 9, Nº 27, 2010, p. 293-313

RELPH, Edward (1980[1976]): *Place and placelessness*. Londres: Pion.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (1989): Movimentos Sociais - velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro. In: VIOLA, E. J. SCHERER-WARREN, I. KRISCHKE, P. (org.): *Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania*. Florianópolis: UFSC, pp. 90 – 126.

_____ (1991): Movimentos sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice-RT.

_____ (2010): *Cartografia da Ação Social*. [Texto colhido na internet em 20/04/2010: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>]

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio (1996): *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: UFRJ.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert Moses (1983): *O que é questão da moradia?* São Paulo: Brasiliense.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. (2007): *História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade: capital do século XX no Brasil*. mimeo,

RODRIGUES, Glauco Bruce (2005): *Geografias insurgentes: Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2009): Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

ROSE, Nicholas (2007[1999]). *Powers of Freedom. Reframing Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.

ROSE-REDWOOD, Reuben S (2006): *Governmentality, the grid, and the beginnings of a spatial history of the geo-coded world*. Tese de doutorado (Ph.D) em Geografia. The Pennsylvania State University.

SACK, Robert David (1986): *Human territoriality: its theory and history*. Londres: Univ. Cambridge Press.

SADER, Eder (1988): *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira (1981): *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____ (1983): O que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: VALLADARES, L. P. (Org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Milton (2003 [1979]): *Economia Espacial: críticas e alternativas*. 3º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2005 [1993]): *A Urbanização Brasileira*. 5º ed. São Paulo: USP.

SCHERER-WARREN, Ilse (2009) *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola. 4ª ed.

SEHELLART, Michel (2006). *As artes de governar*. São Paulo: Ed 34

_____ (2008). Situação dos cursos. In: FOUCAULT. *Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes

SERPA, Angelo (2009): Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador: Relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SILVA, Luiz Antônio Machado (s/d): *Sociabilidade Violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas*. Mimeo

SILVA, Luiz Antônio Machado e ZICCARDI, Alicia (1979). Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. Trabalho apresentado no III *Encontro Anual da ANPOCS*. Belo Horizonte: mimeo.

SILVA, Luiz Antônio Machado e RIBEIRO, Ana Clara Torres (1985): Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias. *Boletim Paulista de Geografia*, nº. 62, pág. 67-87.

SIMMEL, Georg (2006): *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SINGER, Paul (1979): Uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.) (1979). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: ALFA-OMEGA.

SITUACIONES, Colectivo (2006): Notas sobre la noción de “comunidad” a propósito de Dispersar el Poder. Los movimientos como poderes antiestatales. In: ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 1ª ed.

SMITH, Neil (1992): Geographhy, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe *et al.* (orgs.): *Postmodernism and the social sciences*. Londres: Macmillan.

_____ (1993): Homeless / global: scaling places. In: BIRD, John *et al.* (org.): *Mapping the futures: Local cultures, global change*. Londres e Nova York: Routledge.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1988a): *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (1988b): “Espaciologia”: Uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social). In: O espaço em questão. *Revista Terra Livre* nº. 5. São Paulo: Editora Marco Zero.

_____ (1996): A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, no 1, pp. 5 – 22.

_____ (1997): Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, no 3, pp. 13 – 35.

_____ (2000a): *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- _____ (2000b): Urban development on the basis of autonomy: a politicophilosophical and ethical framework for urban planning and management. *Ethics, Place and Environment*. vol. 3, nº 2. p.187 – 201.
- _____ (2003): *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2006a): *A Prisão e a Ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2006b): Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents. *City*, v. 10, pp. 327-342.
- _____ (2007[1995]): O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2008): *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2009a): “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. P. 57 – 72.
- _____ (2009b): Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco *et. al.* (orgs.): *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ANPEGE / Ademadan.
- _____ (2009c): Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, V. 13, nº 1, pp. 27 – 52.
- _____ (2009d): Introdução: A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.
- _____ (2010): Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades 11*. Vol. 7. Presidente Prudente: Expressão Popular.

_____ (2011): A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço. In: FANI, Ana et al. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RAMOS, Tatiana Tramontani; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Rio de Janeiro 2016: “sonho” ou “pesadelo” olímpico?* Passa Palavra. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=15000>. Acesso em 17 dez. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SWARTZ, Marc (1966): Bases for political compliance in Bena villages. In: SWARTZ, M. J. TURNER, V. W. TUDEN, A. (ed.): *Political anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company.

_____ (1968): *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company.

SWYNGEDOUW, Erik (2000): Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, V. 18, nº 1, pp. 63 – 76.

_____ (2003): Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, V.35, nº 5, pp. 898 – 918.

_____ (2004): Scaled geographies: Nature, place, and the politics of scale. In:

TARROW, Sidney (2009): *O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009) *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

THIOLENT, Michel (2008 [1985]): *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

TOURAINÉ, Alain (1977): Movimentos Sociais e Ideologia nas Sociedades Dependentes
In: ALBUQUERQUE. *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1989): *Palavra e sangue*. Campinas, Unicamp.

TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente*. São Paulo, DIFEL.

_____ (1983): *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto (2002) *Limites da menoridade : tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro.

VILLASANTE, Tomás (1996): Metodologia dos Conjuntos de Ação. In: FISCHER, Tânia. (Org.). *Gestão contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, P. 37-51.

WEBER, Max (1999): *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

ZIBECHI, Raúl (1997). *La Revuelta Juvenil de los '90: Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa*. Editorial Nordan-Comunidad. .

_____ (2006). *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 1ª ed.

_____ (2008). *Entrevista a Raúl Zibechi*. Tesis 11, no 89, setembro-outubro

ANEXOS

ANEXO 1

REGIMENTO DA OCUPAÇÃO MACHADO DE ASSIS

1) Da assembléia Geral

A Assembléia Geral, ordinária, tem total poder de afirmar, negar, incluir, excluir, ou modificar todo e qualquer dispositivo, norma e/ou regra desta carta.

A assembléia Geral é o único órgão deliberativo da ocupação.

2) Das áreas físicas do prédio ou terreno ocupado

O Coletivo deve decidir o tamanho do espaço físico que caberá a cada ocupante, levando em consideração a necessidade de cada família e o tamanho geral do prédio ou terreno.

O coletivo deverá discutir o que área de moradia, lazer e produção do prédio ou terreno.

3) Do patrimônio

Todo patrimônio encontrado no prédio ou terreno ocupado passa a ser propriedade coletiva da ocupação. Assim sendo, não deverá ser usado de forma particular por ninguém.

4) Sobre atos de violência

Toda e qualquer violência contra qualquer membro da ocupação deve ser avaliada pelo coletivo

5) Das separações de casais

Nas separações de casais, o próprio casal deverá decidir, em comum acordo, quem ficará com a moradia. Em caso de impasse, o caso deve ser levado ao coletivo.

Em caso de separação, o cônjuge que não ficar com a moradia não poderá requerer outro espaço na mesma ocupação.

6) Da utilização das janelas

Nada (incluindo lixo, pontas de cigarro, chiclete, água, etc.) poderá ser jogado pela janela. Da mesma forma, nenhum tipo objeto (incluindo vasos de planta, roupas, varais, etc.) poderá ser colocado e/ou pendurado na janela.

7) Da posse e utilização de armas

Não será permitido o uso ou porte de armas na ocupação, sejam armas brancas ou de fogo. Por “arma” entende-se todo e qualquer objeto cujo único propósito é ferir, machucar ou matar.

8) Da posse, venda e utilização de drogas

Não será o uso, posse e/ou venda de drogas ilícitas no interior da ocupação.

Não será permitido o uso e/ou venda de drogas lícitas no interior da ocupação, exceto as utilizadas para tratamento médico e o fumo, nas áreas determinadas pelo coletivo.

9) Das atividades comerciais

Não será permitido o estabelecimento de comércio de qualquer espécie no interior da ocupação.

10) Da venda ou aluguel de moradia

A venda e/ou aluguel é expressamente proibida.

11) Da resolução legal de problemas internos

Em nenhuma hipótese a entrada de polícia, exército ou qualquer instituição semelhante será tolerada na ocupação, mesmo que tenha sido chamado por alguma moradora ou por algum morador.

12) Da obrigatoriedade de comparecimento e participação nas atividades coletivas

Todos os moradores e moradoras da ocupação têm obrigação de participar dos eventos coletivos da ocupação, principalmente reuniões e mutirões.

Moradoras e moradores que faltarem a algum evento coletivo devem se explicar na próxima reunião de que participarem, e o coletivo deve decidir uma forma de os faltosos compensarem sua ausência.

13) Da limpeza e conservação dos espaços coletivos

Todas as moradoras e moradores são responsáveis pela conservação e limpeza dos espaços próximos a sua moradia (como andares, por exemplo).

14) Da responsabilidade sobre as crianças

Nenhuma criança poderá ficar sem o acompanhamento de um ou uma responsável na ocupação, seja em seus espaços particulares ou coletivos.

15) Da coabitação familiar

Não pode haver mais de duas moradias com pessoas da mesma família dentro da ocupação.

ANEXO 2

Regimento interno da Ocupação Quilombo das Guerreiras

1. Um membro de cada família (maior de idade) deverá estar diariamente na ocupação.
2. Em caso de doença que impossibilite o morador de arcar com suas tarefas coletivas, deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico para a dispensa das mesmas.
3. A família não poderá ter mais de 5 (cinco) faltas não justificadas nas reuniões coletivas e, se intercaladas, duas.
4. O coletivo organizará reuniões, assembléias e discussões para planejar melhorias para a ocupação visando obter o bem-estar dos moradores.
5. O trabalho na ocupação é coletivo, realizado em comissões de trabalho e em regime de mutirões, visando o bem estar do coletivo.
6. A casa é para moradia, e não para estabelecimentos comerciais, industriais ou igrejas.
7. Em caso de expulsão ou de saída do morador da ocupação o quarto deverá retornar ao coletivo.
8. É proibido o uso de bebidas alcoólicas nos espaços do coletivo sem a prévia autorização do mesmo.
9. O morador que se apresentar embriagado ou alterado na ocupação ficará impedido de participar de reuniões, comissões de trabalho ou portaria, tendo que procurar uma forma de cobrir suas faltas nessas tarefas.
10. É passível de expulsão sumária: porte de arma, roubo e uso de entorpecentes ("drogas").
11. As questões afetivas não deverão interferir no andamento da ocupação.
12. Não será permitido a entrada de pessoas estranhas no coletivo sem a devida apresentação do morador ao mesmo.
13. No coletivo não há um líder. Toda e qualquer decisão é tomada em reunião, com o aval de todos os moradores ou a metade desse número mais um.
14. É dever de todo o morador manter limpo todos os espaços coletivos, bem como zelar pelos mesmos.
15. Especificamente em nosso coletivo não erguemos qualquer bandeira partidária. (É vetada a presença de bandeiras e candidatos de partidos nos espaços coletivos)
16. Palavras de baixo calão, bem como o uso de violência e ameaças são passíveis de advertência em assembléia, 7 (sete) dias de afastamento, 15 (quinze) dias de afastamento, 30 (trinta) dias de afastamento e expulsão.
17. É dever de cada morador, sempre que possível, participar e organizar as lutas sociais de forma geral e as vinculadas a moradia principalmente, lutando contra toda e qualquer forma de opressão.
18. É dever de cada morador – não só da comissão de diálogo externo – a participação em reuniões com instâncias de governo que visam trazer melhorias e benefícios para a ocupação, bem como em manifestações que pressionem as mesmas com este objetivo.
19. Somente poderá votar em assembléias um membro de cada família.

ANEXO 3

Roteiro de entrevista (apoiadores)

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___

Local: _____

Entrevistador: _____

[ATENÇÃO! A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)

Nome: _____

Organização: _____

- 1 Você pode falar um pouco sobre a sua trajetória política e da sua ligação com o movimento dos sem-teto?
- 2 Eu gostaria de saber mais detalhes sobre a FLP. Você sabe mais ou menos como e com quais objetivos ela surgiu?
- 3 Quem fazia parte da FLP e como ela funcionava?
- 4 Antes da FLP se envolver com o movimento dos sem-teto já havia acontecido outras ocupações no Rio de Janeiro. Mas o tipo de organização política das ocupações que foram apoiadas pela FLP é diferente das demais ocupações de até então. Você conhecia essas outras experiências de ocupação antes de 2004? Quais?
- 5 Você poderia tentar explicar por que se optou pela autogestão?
- 6 No início do processo da Quilombo, a FLP estava dividida entre aqueles que apoiavam um novo processo e aqueles que acreditavam que a militância deveria se concentrar na “construção” da ocupação. Quais foram os argumentos apresentados, qual foi a sua posição e qual foi o desfecho da divergência?
- 7 Como vocês reuniram as pessoas necessitadas de moradia?
- 8 Onde eram feitas as reuniões (pedir localização exata)?

- 9 Entendo que, durante o processo, houve um racha e algumas organizações se retiraram. Quais eram as organizações envolvidas e quais eram as principais divergências?
- 10 Os processos das ocupações que se inspiram na autogestão são, geralmente, diferentes de outros processos devido a sua duração. Preza-se pela formação anterior à entrada. Quais são os objetivos das reuniões de preparação e os principais assuntos discutidos?
- 11 O Apoio fazia reuniões separadas para planejar as reuniões de moradores? Você diria que o Apoio formava um grupo coeso?
- 12 Havia discordâncias internas que se manifestavam em assembleia? Isso era muito ou pouco frequente?
- 13 O Apoio é o organizador do processo, mas é formado, em grande parte, por pessoas que não necessitam de moradia para si. Ao mesmo tempo, ele impõe aos moradores a organização coletiva e se abstém da votação. Você não acha que existe um perigo do Apoio estabelecer uma relação de tutela com o Coletivo, agravada pelo fato de tratar-se de um grupo predominantemente formado por ativistas que não se incluem entre os sem-teto? Como se previne essa relação de tutela? Como foi na ocupação Quilombo das Guerreiras, mais especificamente?
- 14 Você diria que existe uma hierarquia velada no início do processo (será que isso muda durante o processo)?
- 15 Você considera o Apoio parte integrante do movimento dos sem-teto? Você enxerga seus integrantes como protagonistas?
- 16 O Apoio precisa convencer os moradores a votarem em suas propostas, mas de vez em quando, formam-se grupos de moradores que discordam das propostas do Apoio. Você lembra de alguma situação no processo da Quilombo em que isso aconteceu? Como foi resolvido?
- 17 Durante o processo da Quilombo, o Apoio chegou a organizar seminários e eventos? Qual foi o papel do Apoio, além de organizar as reuniões semanais, antes da ocupação do prédio?
- 18 Você poderia descrever como foi o dia da ação?
- 19 As primeiras semanas na Quilombo foram duras e havia reunião todos os

- dias. Quais foram as principais preocupações do grupo logo após a entrada no prédio? Você lembra do que aconteceu logo após a entrada no prédio? Para onde as pessoas foram? Como foram os primeiros dias?
- 20 Logo após a ocupação do prédio, o Apoio se divide entre aqueles que entram junto com os moradores e aqueles que permanecem do lado de fora. Quais são as principais funções do apoio interno e do apoio externo?
 - 21 Você poderia descrever momentos marcantes que vem à memória dessas duas primeiras semanas?
 - 22 Como foi a divisão dos espaços internos nessas duas semanas?
 - 23 Quando o segundo andar foi limpo? E, depois disso, as pessoas foram constituindo mais quartos coletivos ou foram demarcando seus próprios espaços?
 - 24 Onde era o espaço de produção e a cozinha coletiva? Quando foi feita a biblioteca?
 - 25 Quando você sentiu que havia sido formado um Coletivo? Por que? O que é um Coletivo para você?
 - 26 Qual deveria ser o papel do Apoio depois que o prédio é ocupado e a ameaça de despejo iminente é afastada?
 - 27 Sem a ameaça iminente de despejo, uma outra etapa da luta se inicia que precisa partir para a negociação com o Estado. Quem são os mediadores dessa negociação para a regularização fundiária?
 - 28 Que movimentos, organizações, ou instituições você considera que foram importantes aliados para a Quilombo?
 - 29 A Quilombo, de uma forma mais clara do que outras ocupações, conseguiu preservar a organização coletiva, mantendo a portaria e as assembleias semanais. Por que isso aconteceu na Quilombo e nas outras ocupações, como a Zumbi, isso acabou se dissipando?
 - 30 Além das Assembleias e da portaria, há outros mecanismos que me interessam, como por exemplo, a possibilidade de “destacar” um morador em reunião. Como isso foi pensado e como funciona?
 - 31 A Quilombo também foi a única que impede a presença de não-moradores nas assembleias e a única que cobra presença obrigatória de um morador por família. Como foi decidido que isso seria assim e qual a

- importância disso para a gestão da ocupação, na sua opinião?
- 32 Quem é o sem-teto para você?
 - 33 Como a luta dos sem-teto se relaciona com a sua vida? Por que ela é tão importante para você?
 - 34 O que representa a ocupação Quilombo das Guerreiras para você?
 - 35 Como você se sente lá dentro?
 - 36 Qual é, na sua opinião, a importância do papel do movimento dos sem-teto para a vida política da cidade?
 - 37 Tendo feito toda essa retrospectiva sobre o processo da Quilombo, o que é preciso ter para que uma ocupação seja bem sucedida, na sua opinião?
 - 38 O que você acha do projeto de conjunto habitacional batizado Quilombo da Gamboa (para onde os moradores serão realocados)? Você acha que será possível dar continuidade ao trabalho que hoje é feito na Quilombo das Guerreiras?
 - 39 Você acredita que a cidade poderia ser autogerida?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

ANEXO 4

Roteiro de entrevista (moradores)

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___

Local: _____

Entrevistador: _____

[ATENÇÃO! A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)

Nome:

1. Como você “veio parar” na ocupação? E há quanto tempo você mora aqui?
2. Você tem algum histórico de “militância” política?
3. Gostaria que você lembrasse do início do processo da Quilombo. Quem começou a organizar as reuniões?
4. Você poderia descrever um pouco sobre o que vocês discutiam nas reuniões?
5. Quem decidia as pautas das reuniões?
6. Como era a relação entre o Apoio e os futuros moradores?
7. Havia desconfiança entre os moradores, e destes com o Apoio?
8. Como era cobrada a frequência dos moradores?
9. Você estava na primeira ocupação da Quilombo na Alcindo Guanabara?
10. Você lembra como foi a avaliação da primeira tentativa? Quais foram os erros e os acertos na sua avaliação?
11. Como foi a reação dos moradores ao primeiro despejo? Muita gente desistiu?
12. E na segunda tentativa frustrada? Como foi a reação do apoio e do coletivo?

13. O que você acha que mudou na relação entre as pessoas até a ocupação deste prédio?
14. Antes de ocupar vocês conversavam sobre como seria a vida na ocupação? O que vocês diziam?
15. Quando você sentiu que havia um Coletivo? Quando você percebeu que aquele grupo era, de fato, um Coletivo?
16. O que é um Coletivo para você?
17. Qual foi a sua reação ao saber qual seria o prédio? E a reação dos moradores quando viram o prédio, ou souberam do endereço? O que eles disseram?
18. Você lembra do que aconteceu logo após a entrada no prédio? Para onde as pessoas foram? Como foram os primeiros dias?
19. Quando o segundo andar foi limpo? E, depois disso, as pessoas foram constituindo mais quartos coletivos ou foram demarcando seus próprios espaços?
20. Onde era o espaço de produção e a cozinha coletiva? Quando foi feita a biblioteca?
21. Por quanto tempo a polícia ficou na porta da Quilombo? Conte um pouco sobre a pressão para vocês saírem. Foram semanas bastante duras, tenho certeza. Quais foram as maiores dificuldades?
22. Qual foi o papel do Apoio durante esse tempo mais difícil?
23. Quando foi que vocês sentiram que iriam conseguir permanecer? Depois que a polícia saiu da porta?
24. Depois que tudo se acalmou, o que mudou na ocupação? Afinal de contas, não havia mais toda aquela pressão de polícia na porta e manifestação. Como ficou a portaria?
25. Vocês deram o nome de um morador já falecido para a Biblioteca e, mais recentemente, para a sala de reuniões (Paulo Lima). Qual é a importância, para você, de colocar o nome dessas salas lembrando antigos moradores?
26. O que é a Quilombo das Guerreiras para você? Como você se sente aqui?

27. Você acha importante as pessoas se gostarem para que o Coletivo dê certo? Por quê?
28. Aqui, como em todo lugar, há pessoas que sofrem de dependência ao álcool ou a drogas ilícitas. Para o caso do uso de drogas ilícitas, a expulsão é sumária, mas o alcoolismo é um problema recorrente. Como vocês lidam com isso?
29. Além do alcoolismo, que é um problema que afeta toda a sociedade, existem outros “vícios” que as pessoas trazem de fora como o preconceito racial, a homofobia, o machismo etc. Como o Coletivo lida com isso?
30. Para você, o que é um movimento social? Você acha que a Quilombo faz parte disso? De que maneira? Você se considera um ativista do movimento social?
31. O prédio da Quilombo é bem grande e só moram 40 famílias aqui. Vocês preferiram deixar mais espaços coletivos. Há uma preocupação em relação ao número de moradores? Vocês acham que se tivesse mais gente morando aqui, seria mais difícil se organizar da mesma forma?
32. Qual é a importância dos espaços coletivos para você?
33. Aqui, um representante de cada família precisa estar presente nas reuniões do Coletivo. Isso é sempre cobrado? Você acha importante cobrar a presença de todos? Por quê?
34. Durante as assembleias, só é permitida a presença de moradores. Qual é a importância de não haver ninguém de fora do Coletivo nas assembleias?
35. Aqui o morador pode ser “destacado” em assembleia, certo? O que é ser destacado? Como funciona e para que serve? Quando foi pensado e implementado pela primeira vez? Você lembra?
36. Não acontece, às vezes, de moradores destacarem outros por bobagem ou birra? Qual é a reação do Coletivo quando isso acontece?
37. Já aconteceu de moradores de uma ocupação despejada ficarem aqui. Eles foram alojados lá no primeiro andar, não é? Como funciona isso? Eles participam das assembleias? O que acontece se alguém do Coletivo quer destacar um deles? Ou se um deles desrespeitar uma regra do Coletivo?
38. Nas ocupações, a cozinha é a primeira a acabar, mas, geralmente, a portaria também não dura tanto. Você acha importante “tirar portaria”? Qual é a importância da portaria para você?

39. Você tem pessoas com as quais você se dá melhor na ocupação?
40. Você acha que a afinidade pessoal tem influência nas posições tomadas em assembleia? As pessoas tendem a votar a favor das pessoas mais próximas na ocupação?
41. Quais são os temas que mais dividem o coletivo? Quais são os assuntos mais polêmicos?
42. Você sente que aprendeu alguma coisa vindo para cá?
43. O que é o Apoio? Você acha o Apoio importante? Por quê? Para que serve o Apoio?
44. O que você acha da presença de estudantes de classe média na ocupação?
45. Já houve conflito entre o coletivo e o apoio? Se sim, quando e por quê?
46. Qual a importância do apoio para as ocupações?
47. Você tem críticas em relação ao apoio? Quais?
48. Toda ocupação vive sempre tensa, temendo um despejo que pode ou não sair. Você acha importante fazer parceiros para fortalecer a ocupação? Como a ocupação atua neste sentido?
49. Quais são os parceiros da Quilombo e como se deu essa aproximação?
50. Há pouco tempo vocês começaram um curso superior na Rural. Qual é a importância desse curso para você? Você acha que isso vai contribuir para o movimento que a Quilombo faz parte? Por quê?
51. Você está inscrito no projeto do Quilombo da Gamboa. Como ele surgiu? Você poderia contar um pouco sobre o histórico?
52. Vocês estão se reunindo em todo o último domingo do mês. Sobre o que trata essas reuniões e qual é a importância delas?
53. No projeto, há diversas comunidades que possuem sua própria organização interna. Como está sendo a negociação sobre a organização interna do conjunto habitacional após a concretização do projeto? Qual é o papel dos moradores da Quilombo nesse processo?

54. Você acha que existe a possibilidade de implementar um modelo político-organizativo similar ao que hoje existe na Quilombo?

55. O que representa a Quilombo da Gamboa para você?

56. Você acredita que a cidade poderia ser autogerida?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?
